

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior**

**O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS)  
frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no  
Brasil à lógica do capital**

Uberlândia  
2016

**Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior**

**O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS)  
frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no  
Brasil à lógica do capital**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Andrea Angelotti Carmo –PPG História/UFU

**Uberlândia  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

G963s  
2016      Guimarães Júnior, Mário Costa de Paiva, 1987-  
          O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais  
          (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do  
          movimento sindical no Brasil à lógica do capital / Mário Costa de Paiva  
          Guimarães Júnior. - 2016.  
          309 f. : il.

          Orientadora: Maria Andrea Angelotti Carmo.  
          Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
          Programa de Pós-Graduação em História.  
          Inclui bibliografia.

          1. História - Teses. 2. Movimento trabalhista - Teses. 3. Sindicatos -  
          Brasil - Teses. 4. Movimento trabalhista - Teses. I. Carmo, Maria Andrea  
          Angelotti. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
          Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA****Reitor: Elmiro Santos Resende****Vice-Reitor: Eduardo Nunes Guimarães****INSTITUTO DE HISTÓRIA****Diretor: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior**

**Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia Campus Sta. Mônica –  
Bloco H – Sala 1H49 – Uberlândia – MG / CEP: 38400-902 // Fone: (34) 3239 – 4130 -  
Fax: (34) 3239 - 4396 - E-mail: [inhis@ufu.br](mailto:inhis@ufu.br)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNCIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital  
Elaborado por “Mário Costa Paiva Guimarães Junior”, como requisito para obtenção de título de Mestre em História.**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Andrea Angelotti Carmo (Orientadora)**

---

**Prof. Dr. Antônio de Almeida**

---

**Prof. Dr. Frederico Duarte Bartz**

Dedico esse trabalho para ***Gilberto França (in memoriam)***, com quem tive a oportunidade de aprender intensamente algumas questões importantes para a minha vida, em um curto tempo de convívio em virtude de ter ido embora cedo demais. Para ***Marlene***, pelo seu permanente carinho e afeto raro nos dias de hoje; para ***Jaciara***, por tudo... para ***Nathália*** e ***João Matheus*** que alimentam a minha convicção de que um mundo fraterno, justo e igualitário é possível e necessário.

*E para todas e todos que lutam por uma sociedade sem opressões, sem explorações e sem desigualdades.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à minha mãe, Cássia, pelo seu carinho, amor, tolerância, compreensão e paciência que me dedicou ao longo de toda a vida. Sem o seu esforço, eu não conseguiria chegar até aqui. Agradeço à minha irmã Maiara, pelo seu carinho e companheirismo compartilhados. Agradeço também aos familiares que próximos ou distantes fisicamente, estiveram junto comigo nessa caminhada.

Agradeço a Jaciara pelo constante apoio e por todos os ensinamentos que me proporcionou em todos os aspectos objetivos e subjetivos da vida. Ao Francesco e a Isa, pela oportunidade de compartilhar carinho, cumplicidade e a vida.

Agradeço ao meu pai, Mário, pelos diálogos, pela convivência e pela torcida dedicada. Agradeço a Marisete pelo acolhimento fraterno e ao meu pequeno irmão Ighor, por sempre me receber com afeto e um sorriso fortalecedor.

Agradeço ao Stênio Alves e ao Ricardo Takayuki, por compartilhar de perto os dilemas da vida, a construção das lutas e o debate acadêmico. Ao José Carlos Muniz pela parceria e convivência, que me proporciona sempre aprender algo interessante para a vida e para a luta.

Agradeço as companheiras e companheiros pela convivência, tornando as diversas caminhadas menos difíceis: Paulo Gomes, Fernando Araújo, Thaís Cantalogo, Werley Ferreira, Ricardo de Ávila, Veridiana Rodrigues Ávila, Ana Luiza, Ana Carolina, Flávia Franco, Alexandre Ferreira, Alessandra Freitas, Alex Cristiano, Mária Ribeiro, Rafael Momenté, Públio Desopa, Leandro Araújo, Bruna Cristine, Wesley Ribeiro, Thiago dos Santos, Alexander, Ciro Macedo, Flávio Aquino, Wellington (Doug), Maryzaura Assunção, Daniel Silva, João Lucas (Tico), Mariana, Diego Meireles, Diego Di Marco, Marcilio Lucas, Gabriel Jerônimo, Maria Cristina Marquez, João Cláudio, Mayara Biasi, Ricardo Margonari, Gabriel Fonseca, Gabriela Costa, Danielle Fernanda, Ana Carolina, Alex Andrade, Cleiciane, Ana Cecília, Joaquim, Ângela Maria, Laura Aud, Marco Félix (Marquinhos), Ibis Avelar, Marlúcia Moura, Raissa Dantas, Renato Silva, Marina Rebelo, Rogério Zeidan, Abílio Coelho, Vasco, Vilmar Martins....

Agradeço a Antônio Alves Neto (Toninho), Maria Ângela, Maria Loura, Rogério Marzola, Wellington Pereira, Berna Menezes, Beto, Flávio Sereno e João Portácio, em nome de todas as companheiras e todos os companheiros que compartilham a vida e a luta comigo nos espaços da FASUBRA e em especial do Coletivo Vamos à Luta. O apoio e a compreensão de todas e todos vocês foi um alicerce importante nessa caminhada dividida entre a militância prática e teórica expressa nesse trabalho.

Agradeço as companheiras e companheiros da coordenação colegiada do SINTET-UFU (Gestão 2016-2018) e do cotidiano da UFU, pelos sonhos, ideias e momentos diversos compartilhados, que certamente contribuíram para a minha intervenção na militância política e na construção dessa pesquisa: Celeste, Robson Luiz, Lázaro Antônio, Lázaro Manoel, Valdemiro Paulino, Maria Cristina Sagário, Rodrigo Porto, Fernanda Rosa, Pedro Gomes, Elizete Mendes, Maria Laudemira, França, Osvaldo (Caicó), Maria Auxiliadora, Maria José, Carlos Dênis, Cláudia Regina, Aristides, Ariosvaldo, Cleide, João Fernandes, Rafael Maciel, Rosemary, Daniel Cury, Genoncione, Silnando Silvério, Paulo Ricardo, Murilo Junqueira, Sebastião Elias, Mariana Elisa, Miquéias Marçal, Benerval Santos, Filipe Mendonça, Helvécio Damis, Jorgetania Ferreira, Olenir Mendes, Clarice Carolina, Aurelino (Lino), Karina Klinke, Sérgio Paulo, Antônio de Almeida, Patrícia Trópia, Flávia Oliveira, Marisa Amaral, Maria Andréa, Paulo de Andrade, Cristiane Betanho e Luiz César.

Agradeço a Sibila F. Tengaten Binotto, pelo companheirismo, pelo incentivo à conclusão desse trabalho e pelo apoio técnico na formatação do trabalho. Agradeço a Mariana Lopes Barbosa por compartilhar o debate político no movimento sindical e o debate teórico na academia, que foi e é importante para a minha intervenção em ambos espaços.

Agradeço ao Frederico Duarte Bartz por aceitar o convite para a participação na banca examinadora de defesa final desse trabalho, ao Antônio de Almeida pela contínua troca de ideias sobre o tema dessa pesquisa, por sua participação na banca de qualificação e na de defesa final desse trabalho. Agradeço a Patrícia Trópia pela disposição ao diálogo participando da banca de qualificação desse trabalho e por suas valiosas ponderações e sugestões. Agradeço também ao Lino, pela disposição em compor a banca de avaliação desse trabalho na condição de suplente.

Agradeço Prof<sup>a</sup> Maria Andrea Angelotti Carmo, pelo companheirismo e pela orientação acadêmica, que expressa na prática as reflexões de Paulo Freire quando afirma que: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção” e “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” Vivenciar esse processo com a sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa. Desejo compartilhar com a Maria Andréa, inúmeras outras reflexões e debates na historiografia e na Universidade. *E é importante registrar que todas as inúmeras limitações e equívocos presentes na escrita do texto dessa pesquisa, são de responsabilidade única e exclusiva do autor.*

E por fim, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo oferecimento de um Ensino Público com qualidade, que contribuiu para a conclusão dessa jornada no Mestrado.

***Rondó da Liberdade***

“É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.

Há os que têm vocação para escravo,  
mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão.  
Não ficar de joelhos,  
que não é racional renunciar a ser livre.  
Mesmo os escravos por vocação  
devem ser obrigados a ser livres,  
quando as algemas forem quebradas.

É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.

O homem deve ser livre...  
O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo,  
e pode mesmo existir quando não se é livre.  
E no entanto ele é em si mesmo  
a expressão mais elevada do que houver de mais livre  
em todas as gamas do humano sentimento.

É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.”

**Carlos Marighella**

***Sangue Latino***

“Rompi tratados  
Traí os ritos  
Quebrei a lança  
Lancei no espaço  
Um grito, um desabafo  
E o que me importa  
É não estar vencido”

**Ney Matogrosso**

***O Que Foi Feito Devera***

“Falo assim sem saudade,  
Falo assim por saber  
Se muito vale o já feito,  
Mais vale o que será  
Mais vale o que será  
E o que foi feito é preciso  
Conhecer para melhor prosseguir  
Falo assim sem tristeza,  
Falo por acreditar  
Que é cobrando o que fomos  
Que nós iremos crescer  
Nós iremos crescer,  
Outros outubros virão  
Outras manhãs, plenas de sol e de luz (...)”

**Milton Nascimento**

## RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo estudar as condições de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, no período de 2003 a 2008. Para isso, o foco da análise estará centrado na Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Trata-se de uma entidade que surgiu em março de 2004, em um encontro em Luziânia-GO, estando presentes cerca de 1800 ativistas de 279 entidades sindicais de todo o Brasil, descontentes com os posicionamentos políticos e práticos das centrais sindicais existentes no País naquela oportunidade, incluindo entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como a maior central do país naquele período e até aos dias de hoje.

Abordaremos algumas dimensões objetivas e subjetivas dessa temática, relacionadas a aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, levando-se em conta o processo de reestruturação produtiva do capital que ocorreu no país nas últimas décadas. A pesquisa aborda as consequências para o movimento sindical diante ao processo de aproximação e atrelamento ao Estado, da hegemonia da prática do sindicalismo cidadão e da relação com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e PT nas eleições presidenciais de 2002. O trabalho analisa a trajetória da CONLUTAS, que inserida em um novo cenário de reorganização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, procurar verificar se essa iniciativa se configura ou não como algo inédito em termos de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no país. Assim, o trabalho aponta as potencialidades, limitações e contradições do projeto político e organizativo proposto pela CONLUTAS.

**Palavras-Chaves: CONLUTAS, Movimento Sindical, CUT, Lutas Sociais, Classe Trabalhadora.**

## ABSTRACT

This research aims to study the conditions of organization of workers in Brazil, from 2003 to 2008. For this, the focus of the analysis will be centered on the National Coordination of Struggles (CONLUTAS). It is an entity that emerged in March 2004, in a meeting in Luziânia-GO, with about 1800 activists from 279 unions from all over Brazil dissatisfied with the political and practical positions of the trade union centrals in Brazil, including among them the Central Única dos Trabalhadores (CUT) as the country's largest Trade Union in that period and to this day.

I will address some objective and subjective dimensions of this issue, related to political, social, economic and cultural aspects, taking into account the process of productive restructuring of capital that has occurred in the country in recent decades. The research deals with the consequences for the trade union movement in relation to the process of approximation and linkage to the State, the hegemony of the practice of citizen unionism and the relationship with the victory of Luiz Inácio Lula da Silva and PT in the 2002 presidential elections. CONLUTAS 'trajectory, which is part of a new scenario of reorganization of the workers movement in Brazil, to verify whether or not this initiative is something unprecedented in terms of the organization of workers in Brazil. The work analyses points out the potentialities, limitations and contradictions of the political and organizational project proposed by CONLUTAS.

**Key Words: CONLUTAS, Movement of Trade Unions, CUT, Social Struggles, Working Class.**

## Lista de Ilustrações

**P.**

<b>Figura 1</b> - Logomarca da CONLUTAS. _____	107
<b>Figura 2</b> - Folder Congresso Nacional dos Trabalhadores. _____	110
<b>Foto 1</b> - Foto do Encontro Nacional Contra as Reformas, que ocorreu no dia 25 de Março de 2007, realizado no Ginásio Mauro Pinheiro, em São Paulo – SP. _____	132
<b>Foto 2</b> - Foto da Manifestação realizada no dia 23 de Maio de 2007, em São Paulo – SP. _____	137
<b>Foto 3</b> - Foto da Manifestação realizada no dia 23 de Maio de 2007, na Avenida Paulista em São Paulo – SP. _____	138
<b>Foto 4</b> - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de Outubro de 2007. _____	141
<b>Foto 5</b> - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007. _____	142
<b>Foto 6</b> - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007. _____	142
<b>Foto 7</b> - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007. _____	143
<b>Foto 8</b> - 1º Congresso Nacional da CONLUTAS realizado nos dias 3, 4, 5 e 6 de Julho de 2008. _____	147

## Lista de Gráficos e Tabelas

**P.**

<b>Gráfico 1</b> - Composição social representativa presente no Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, em Sumaré – SP. _____	119
<b>Gráfico 2</b> – Orçamento Geral da União – 008. _____	178
<b>Gráfico 3</b> – Orçamento Geral da União – 009. _____	178
<b>Gráfico 4</b> – Orçamento Geral da União – 010. _____	179
<b>Tabela 1</b> – Número de GREVES de 1989 a 1993. _____	70
<b>Tabela 2</b> - Variação do índice da taxa de sindicalização em alguns países do Leste Europeu. _____	97
<b>Tabela 3</b> - Variação do índice da taxa de sindicalização em alguns países do Oeste Europeu, da África, Ásia e Oceania. _____	97
<b>Tabela 4</b> - Decréscimo na quantidade de greves, grevistas e da média de grevistas por greve no Brasil. _____	99
<b>Tabela 5</b> - Quantidade de greves que ocorreram no Brasil, durante o Governo Lula, no período de 2004 a 2010. _____	100
<b>Tabela 6</b> - Relação entre o número total de trabalhadoras/es empregadas/os formalmente, com a quantidade de trabalhadoras/es sindicalizadas/os e não sindicalizadas/os, no Brasil, no período de 2003 a 2006. _____	101
<b>Tabela 7</b> - Composição social representativa do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, em Sumaré – SP. _____	118
<b>Tabela 8</b> - Participação de Setores no 1º Congresso Nacional da CONLUTAS. ____	146
<b>Tabela 9</b> - Representação e Quantidade de votos. _____	167
<b>Tabela 10</b> - Variação do índice da População Economicamente Ativa (PEA) e do número de trabalhadoras e trabalhadores com registro e sem registro, no Brasil, no período de 1989 a 1996. _____	223

## Lista de Abreviaturas

**ADUFF-SSind** - Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical

**ADS** - Agência de Desenvolvimento Solidário

**AI-5** - Ato Institucional N° 5

**ANDES-SN** - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional

**ANASPS** - Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

**APEOESP-SP** - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

**ASERGHGHC** - Associação dos Servidores Grupo Hospitalar Conceição do Rio Grande do Sul

**ASS** - Alternativa Sindical Socialista

**ASSIBGE** - Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística

**CAGED** - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**CCURA** - Corrente Classista Unitária Revolucionária Autônoma (da Venezuela)

**CEBs** - Comunidades Eclesiais de Bases

**CEDS** - Centro de Estudos e Debates Socialistas do Rio Grande do Sul

**CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores

**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho

**COB** - Central Operária Boliviana

**COBAP** - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

**Collor** - Fernando Collor de Melo

**CONAT** - Congresso Nacional dos Trabalhadores

**CONCLAT** - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

**CONCLAT** – Congresso da Classe Trabalhadora

**CONCUT** – Congresso Nacional da CUT

**CONDSEF** - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

**CONLUTAS** - Coordenação Nacional de Lutas Sociais

**CONLUTE** – Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes

**CPR** - Coletivo Pensamento Radical

**CRP** - Coletivo Pensamento Radical

**CS** - Convergência Socialista

**CSC** - Corrente Sindical Classista

**CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional

**CSP-CONLUTAS** – Central Sindical e Popular-CONLUTAS

**CST** - Corrente Socialista dos Trabalhadores

**CTB** - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

**CTB** - Confederação dos Trabalhadores do Brasil

**CTPS** - Carteira de Trabalho e Previdência Social

**CUT** - Central Única dos Trabalhadores

**DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos

**ELAC** - Encontro Latino Americano e Caribenho de Trabalhadores

**FAT** - Fundo de Amparo ao Trabalhador

**FENAFISCO** - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

**FENASPS** - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social

**FES** - Frente de Esquerda Sindical

**FGTS** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**FIESP** - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FNT** – Fórum Nacional do Trabalho

**FOE-UNE** - Frente de Oposição de Esquerda da UNE

**FOS** - Frente de Oposição Socialista do Estado de São Paulo

**FSM** – Fórum Social Mundial

**GLBT** - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros

**GT** – Grupo de Trabalho (da CONLUTAS)

**INESC** - Instituto de Estudos Socioeconômicos

**JK** - Juscelino Kubitschek

**LBI** - Liga Bolchevique Internacionalista

**LER-QI** - Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional

**LGBT** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

**Lula** - Luiz Inácio Lula da Silva

**MAS** – Movimento Avançando Sindical

**MDIC** - Ministério da Indústria, Comércio, Exterior e Serviços

**MEP** - Movimento Emancipação Popular

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MT** – Ministério do Trabalho

**MTIC** - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

**MTL** - Movimento Terra Trabalho e Liberdade

**MTS** - Movimento por uma Tendência Socialista

**MTST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

**MUT** - Movimento de Unificação dos Trabalhadores

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**OLT** – Organização por Local de Trabalho

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OSAL** - Observatório Social da América Latina

**PASEP** - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

**PCB** - Partido Comunista Brasileiro

**PCB** – Partido Comunista do Brasil

**PCdoB** - Partido Comunista do Brasil

**PFL** - Partido da Frente Liberal

**PIS** – Programa de Integração Social

**PL** - Partido Liberal

**PMN** - Partido da Mobilização Nacional

**POM** - Partido Operário Marxista

**PPP's** - Parcerias Público-Privadas

**PRB** - Partido Republicano Brasileiro

**PROUNI** – Programa Universidade para Todos

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira

**PSOL** - Partido Socialismo e Liberdade

**PSTU** - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais

**REUNI** - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

**SEN** - Secretaria Executiva Nacional (da CONLUTAS)

**SINASEFE** - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional

**SINAIT** - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

**SINDÁGUA-DF** - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal

**SINDPPD-RS** - Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul

**SINDSEF-SP** - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

**SINDSER-DF** - Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal

**SINFEEAL-RS** - Sindicato dos Funcionários Efetivos e Estáveis da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

**SINTRAJUD** - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

**TCC** - Tendência Classista e Combativa (do Uruguai)

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

**UNIPA** - União Popular Anarquista

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**UFF** - Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

P.

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>20</b>
-------------------	-----------

### **CAPÍTULO 1 - A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) E OS (DES)CAMINHOS DO MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES NO BRASIL**

<b>1.1 – O Estado Contemporâneo e sua Relação com os Sindicatos</b>	<b>36</b>
<b>1.2 – O Surgimento da CUT no Brasil</b>	<b>48</b>
1.2.1 – O I CONCURTO e o Debate sobre a Estrutura Sindical no Brasil	52
1.2.2 – Perspectivas do II CONCURTO e III CONCURTO	54
<b>1.3 – As Influências da Reestruturação Produtiva e do Neoliberalismo na Organização do Movimento Sindical Cutista</b>	<b>60</b>

### **CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS SOCIAIS (CONLUTAS) COMO UMA NOVA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO PARA A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL**

<b>2.1 – A Ascensão de Sindicalistas ao Governo Federal e o Arelamento Acrítico da CUT ao Governo Lula</b>	<b>80</b>
<b>2.2 – O Surgimento da CONLUTAS Diante das Insatisfações com as Práticas Majoritárias no Sindicalismo Brasileiro</b>	<b>92</b>
<b>2.3 – CONAT: CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES realizado em 2006.</b>	<b>110</b>
2.3.1 – A Composição Social e Política do CONAT	118
<b>2.4 – Avanços e Desafios na Organização das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Brasil com a Ocorrência do CONAT</b>	<b>123</b>
<b>2.5 – A CONLUTAS e seus Reflexos na Organização das Lutas Sociais no Brasil</b>	<b>130</b>

### **CAPÍTULO 3 - ALGUNS ASPECTOS DA CONLUTAS: TEORIAS, PERSPECTIVAS E PRÁTICAS**

<b>3.1 – 1º Congresso Nacional da CONLUTAS: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será.”</b>	<b>145</b>
<b>3.2 – Deliberações do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS</b>	<b>148</b>
3.2.1 – Princípios e concepções	151
3.2.2 – O debate sobre a prática e estrutura sindical	153
3.2.3 – Reafirmação e organização da CONLUTAS como alternativa	159
3.2.4 – Debate sobre a Burocratização dos Sindicatos	169
3.2.5 – Conjuntura Internacional e Nacional	173
3.2.6 – Opressões	185
3.2.7 – Movimentos Populares do Campo e da Cidade	192
<b>3.3 – Encontro Latino Americano e Caribenho de Trabalhadores (ELAC)</b>	<b>196</b>
<b>3.4 – O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e a sua ruptura com a CONLUTAS</b>	<b>200</b>

### **CAPÍTULO 4 - ENTRE O ROSTO E O RETRATO, O REAL E O ABSTRATO: CONTRADIÇÕES DA CONLUTAS E POTENCIALIDADES DO MOVIMENTO SINDICAL**

<b>4.1 – A CONLUTAS frente ao redimensionamentos do mundo do trabalho</b>	<b>207</b>
<b>4.2 – Limites, Possibilidades e Potencialidades</b>	<b>235</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>240</b>
-----------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>251</b>
-----------------------------------	------------

<b>ANEXOS</b>	<b>273</b>
---------------	------------

<b>APÊNDICE</b>	<b>308</b>
-----------------	------------

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi desenvolvida buscando responder uma pergunta inquietante para quem participa e constrói os espaços dos movimentos sindicais e populares no Brasil. O que mudou na História do Movimento das trabalhadoras e dos Trabalhadores<sup>1</sup> no Brasil, em especial no campo sindical, após a vitória política do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Luiz Inácio Lula de Silva (Lula), na eleição presidencial que ocorreu aqui no país no final de 2002?

Essa pesquisa reúne reflexões desenvolvidas a partir de 2009, com o objetivo de refletir sobre os dilemas, as potencialidades e as contradições do movimento organizado da classe trabalhadora no país, diante das experiências objetivas e subjetivas da classe trabalhadora com um Governo de Frente Popular, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em aliança com frações do capital,<sup>2</sup> eleito após um processo que durou mais de 20 anos compreendendo o período da redemocratização, bem como o período de reorganização e rearticulação das lutas populares organizadas pelos movimentos sindicais, populares e estudantis no país.

Essa pesquisa tem como objeto a Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS), que surgiu em 2004 e se desconstituiu durante o seu 2º Congresso Nacional em 2010. Para isso, a pesquisa priorizou a reflexão sobre a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1983 à 2003, bem como o surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) em 2004 até a realização de seu 1º Congresso Nacional em 2008. Por diversas questões externas a pesquisa, não foi possível aprofundar a reflexão sobre o objeto compreendendo os anos de 2009 e 2010.

A Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) surgiu em março de 2004, em um encontro em Luziânia - GO que reuniu cerca de 1800 ativistas de 279 entidades sindicais de todo o Brasil, descontentes com o posicionamento político e prático da Central Única dos

---

<sup>1</sup> Durante toda a escrita dessa pesquisa, será realizada a distinção de gênero, para designar a classe trabalhadora. É uma opção teórica e política dessa pesquisa por compreender que o movimento é construído historicamente e cotidianamente por trabalhadoras e trabalhadores, de modo que não existe justificativa para tornar algum desses gêneros invisíveis na escrita dessa pesquisa.

<sup>2</sup> Nesse processo a candidatura de Lula defendeu a possibilidade de se realizar uma aliança entre capital e trabalho que para essa pesquisa, tal relação é inconciliável. Assim, no campo do trabalho, o PT contava no primeiro turno do processo eleitoral, com a aliança com Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com os setores do capital, contava com a aliança com o Partido Liberal (PL), partido hoje extinto, e com o Partido da Mobilização Nacional (PMN). No segundo turno se ampliou o número de partidos que não se localizavam no campo do trabalho.

Trabalhadores (CUT) em relação à conjuntura política nacional, e em específico sobre o seu posicionamento quanto à implementação da Reforma da Previdência concretizada pelo Governo Federal em 2003, que prejudicou as trabalhadoras e os trabalhadores no Brasil ao propor, entre as inúmeras medidas nocivas, o aumento da idade para se aposentar e a ampliação da concessão ao capital privado sobre o oferecimento da aposentadoria para a população.

A opção de escrever esse texto abordando o tema e o objeto no contexto nacional sem se referenciar na localidade, evidentemente, não indica nenhuma pretensão de esgotar um assunto de tamanha complexidade. Entretanto, acredita-se poder contribuir com outros futuros trabalhos a serem desenvolvidos sobre essa temática, com diferentes desdobramentos e reflexões, abordando esse processo em uma localidade específica, refletindo sobre outras contradições ou sobre outros elementos políticos, sociais e culturais ausentes nesse trabalho, apontando novas perspectivas, novas percepções e novas interpretações, antagônicas ou não, às existentes na escrita dessa pesquisa.

A realização dessa pesquisa e a produção desse texto ocorrem seis anos após o término do segundo mandato presidencial do Governo Lula. Portanto, o processo político e social que caracteriza um dos objetos de estudo dessa pesquisa possui uma proximidade histórica com o processo refletido, e há inúmeras dificuldades analíticas que colocam em risco as hipóteses mencionadas no decorrer desse texto. Existe a possibilidade concreta de encontrarmos, no futuro, análises e sínteses complementares ou antagônicas às análises e sínteses expressas nesse trabalho.

Nessa condição de produzir uma pesquisa que trata de um tema localizado no período histórico recente, resgata-se a concepção que Hobsbawm possuía sobre a relação entre a História com o passado e o presente. Reivindicamos a compreensão de Hobsbawm (1998, p. 27) que defendia a concepção de que “... *na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente.*” O autor ainda afirma que:

Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte em descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um “sentido do passado” transformado. (Hobsbawm, 1998, 30)

Ou seja, a confecção dessa pesquisa parte da compreensão de que é possível aprender com a história, bem como recorrer a essa para pensar sobre as melhores formas de agir no presente para construir o hoje e o futuro. Para expressar melhor essa concepção, afirma-se a validade de diversas reflexões apontadas pela historiografia sobre a experiência política, social, econômica, cultural construída na Rússia entre 1917 e 1989, que possibilita refletirmos sobre possíveis processos de transformações sociais; são válidas também as reflexões de Karl Marx sobre o processo da Revolução Francesa no decorrer o século XIX, expresso na obra “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, para se compreender, por exemplo, a lógica de funcionamento do Estado e da democracia na estrutura capitalista no mundo contemporâneo, ou mesmo resgatar a produção historiográfica a cerca da trajetória do PT no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, que ao refletir sobre as opções políticas durante sua trajetória, aponta elementos para pensarmos a construção de um instrumento de organização revolucionária dos trabalhadores e trabalhadoras no século XXI.

No mesmo sentido, entende-se que uma avaliação histórica sobre os significados, avanços, limites e recuos dos governos do PT aqui no Brasil, ajudará na reflexão sobre o futuro político de nosso país. Assim, acredita-se que a produção historiográfica sobre a trajetória da Central Única dos Trabalhadores, nas décadas de 1980, 1990, bem como a sua postura frente aos 8 anos do Governo Lula, pode nos ajudar a pensar a futura construção do movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras no Brasil.

A história se configura como um instrumento importante para lançar questões que contribuam para a reflexão e o debate sobre a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil no início do século XXI, ou sobre como foi o desenvolvimento do processo e suas consequências para as organizações sindicais no Brasil na década de 1990 que se depararam com os efeitos do processo de reestruturação produtiva (que se intensificou no Brasil na década de 90), somados à hegemonia da concepção e prática cidadã no interior do movimento sindical no Brasil e ao aprofundamento do atrelamento do movimento sindical ao Estado.

A história pode nos ajudar a refletir sobre quais foram os impactos (em diversos aspectos) para o movimento sindical durante o longo processo que caracterizou a estrutura produtiva do capital no Brasil no decorrer do século XX configurada pelo binômio “taylorismo/fordismo”, e suas intensas transformações vivenciadas a partir da década de 1990 ao incorporar elementos do toyotismo se tornando heterogêneo, vinculado à demanda do mercado

consumidor, em detrimento da produção homogênea em série e de massa; forçando o trabalhador ou a trabalhadora a efetivar múltiplas funções em substituição ao trabalho dividido e especializado, contribuindo para o estabelecimento de relações sociais e de produção mais flexíveis aumentando o teor de exploração do trabalho.

Estou convencido de que a história pode ser um instrumento para a reflexão crítica sobre a prática denominada de sindicalismo cidadão adotada pelo campo majoritário da CUT no decorrer da década de 1990 e o seu consequente atrelamento ao Estado; quando ao contrário do que se viu na década de 1980, a CUT adota no decorrer da década de 1990 um discurso e uma perspectiva de que a sociedade é constituída em sua totalidade por cidadãos, em detrimento da perspectiva de que a sociedade capitalista é composta pelo *confronto inconciliável capital versus trabalho*, ou seja, composta por aqueles poucos que detêm os meios de produção que possuem interesses antagônicos e inconciliáveis de uma imensa maioria que possuem apenas a sua força de trabalho e que vivem e sobrevivem com a venda dessa. Essa mudança de perspectiva teórica, dentro de um período histórico, apresentou implicações na prática sindical e na elaboração de estratégias de luta do movimento sindical brasileiro nos últimos 20 anos.

Dessa forma, a história (e o passado) se configura como um instrumento que pode ajudar na reflexão dos trabalhadores e das trabalhadoras a respeito das estratégias e táticas que serão adotadas em nosso presente e no futuro, por parte do movimento sindical aqui no Brasil, bem como na reflexão sobre como a classe trabalhadora de forma organizada avance em direção à conquista de seus objetivos. Cabe destacar que essa concepção aqui defendida, não propõe a prática equivocada de algumas historiadoras e alguns historiadores que enxergavam uma estrutura de “leis da história”, que reúne fatos do passado e, de forma mecânica e determinista apontam em direção ao presente que vivemos e a um futuro definido. A concepção historiográfica defendida nessa pesquisa contrapõe as ideias de GUNBRECHT (2011) e em nada tem haver com uma concepção de que a história possui “leis” que nos permitem prever o futuro. Não se trata disso!

Mas essa pesquisa julga equivocada a afirmação vaga de GUNBRECHT (2011, p. 39), de que “nosso futuro não continua sendo um futuro aberto de possibilidades”, pois dialeticamente o futuro nos apresenta diversas possibilidades, diversos cenários e caminhos, cujo os quais dependerão dos resultados das correlações de forças sociais no processo das lutas de classes. Nesse mesmo sentido, resgata-se a afirmação de Josep Fontana (2004, 471), em que diz que:

Devemos elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados.

Assim, a história é compreendida como uma unidade que envolve passado, presente e futuro (Hobsbawm, 1998); de forma que a história não seja enxergada de forma mecânica e determinista (com leis próprias), mas que considera a reflexão sobre o passado como um instrumento importante para pensar o presente e o futuro que é aberto a inúmeras possibilidades. Josep Fontana (2004, 478) sintetiza bem essa concepção de história defendida aqui, quando afirma que:

Para nós corresponde o grande desafio de encontrar as causas dos dois grandes fracassos do século XX: explicar a barbárie que o caracterizou, com o objetivo de evitar que se reproduza no futuro e a natureza dos mecanismos que engendraram uma maior desigualdade, desmentindo as promessas do projeto de desenvolvimento que pretendia ampliar os benefícios do progresso econômico a todos os países subdesenvolvidos do mundo.

Devido aos limites dessa pesquisa, o período histórico abordado de 2003 à 2008 representa uma dimensão bastante ampla, o que indica neste trabalho a ausência de muitos aspectos da realidade social, aqui não abordados, ou, a falta de uma exploração mais minuciosa e detalhada sobre determinados eventos que caracterizaram esse processo histórico. Porém, há um esforço em abordar esse período, com o objetivo de apresentar uma análise sobre os possíveis avanços e os recuos no processo de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, após a vitória de Lula e do PT nas eleições de 2002.

Além de algumas pesquisas que foram desenvolvidas nos últimos anos<sup>3</sup>, a pesquisa aqui apresentada contou com boa parte da reflexão que eu construí na pesquisa monográfica desenvolvida durante o curso de graduação e concluída em 2010.<sup>4</sup> No que diz respeito ao

---

<sup>3</sup> Carvalho (2012), Gonçalves (2014), Galvão, A.; Marcelino, P.; Trópia, P. V. (2015)

<sup>4</sup> Guimarães Júnior (2010).

diálogo bibliográfico, para o desenvolvimento dessa pesquisa, recorreu-se às análises presentes em monografias, dissertações e teses que debatem o processo de reestruturação produtiva no Brasil no decorrer do século XX.

Quanto às fontes de pesquisa, foram utilizados documentos internos e boletins sindicais da CONLUTAS, de boletins de sindicatos filiados ou não à CONLUTAS, e de outras organizações nacionais como a CUT e a INTERSINDICAL. Foram utilizados também documentos públicos (convocatórias e cadernos de resoluções congressuais), textos partidários, panfletos, revistas, fotos, vídeos e sítios eletrônicos. O uso da internet foi fundamental para a realização desse trabalho, possibilitando o acesso a documentos políticos partidários, de sindicatos e movimentos populares com informações e reflexões cujo acesso seria impossível com a ausência dessa ferramenta. Para a realização dessa pesquisa, não por opção metodológica mas, sim por condições diversas, não se recorreu à visita em arquivos públicos e não utilizou-se boletins publicados pelos sindicatos de Uberlândia ou de municípios da região do Triângulo Mineiro, bem como não se realizou entrevistas com sindicalistas e militantes dos movimentos populares dos municípios dessa região. Porém, foi utilizada os resultados de uma pesquisa de campo realizada em São Paulo, capital, junto à sede nacional onde funcionava a CONLUTAS em que foi possível o acesso a inúmeros documentos referentes à essa entidade, que contribuíram com a reflexão dessa pesquisa e, conseqüentemente, com a escrita desse texto. Todavia, cabe destacar a dificuldade estabelecida pela CONLUTAS que não disponibilizou a ata da reunião realizada em Luziânia – GO, na qual marcou o surgimento dessa central, e outros documentos que evidenciassem qual era a real composição da CONLUTAS no período de 2004 e 2010.

Realizou-se, também, entrevistas com dois dirigentes políticos nacionais da CONLUTAS<sup>5</sup>. Assim, os sítios eletrônicos, os panfletos, fotos, textos, boletins, resoluções políticas e as entrevistas, se constituíram como fontes importantes e complementares entre si,

---

<sup>5</sup> Devido as limitações e os propósitos dessa pesquisa, não se realizou entrevistas com as trabalhadoras e os trabalhadores da base sindical e popular da CONLUTAS. Porém, para as próximas reflexões, será necessária a realização dessas entrevistas que possibilitará outras reflexões e outras percepções sobre a realidade objetiva e subjetiva do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil. Cabe ressaltar, ainda, que documentos básicos e necessários para a compreensão mais específica e concreta sobre o surgimento da CONLUTAS (como por exemplo a ata do Encontro Nacional realizado em março de 2004, em Luziânia - GO, demonstrando especificamente quais entidades sindicais e populares estiveram presentes nesse evento) não estavam disponíveis na sede nacional da CONLUTAS. Foram realizadas inúmeras tentativas para obter o acesso a esses documentos, com os dirigentes nacionais da CONLUTAS que estiveram desde 2004 em sua construção nacional, mas não se obteve sucesso em nenhuma dessas tentativas.

para a realização dessa investigação. Embora se tenha utilizado autores e autoras nas quais se tem acordo com as reflexões teóricas propostas, os inúmeros documentos, utilizados no decorrer dessa pesquisa, não foram vistos como portadores da verdade inquestionável sobre os fatos e a realidade, e sim, como indicadores sobre as contradições do processo histórico em reflexão. Nesse sentido, recorre-se a Lucas (2007), quando afirma que:

[...] no mesmo momento em que se deve recusar a noção positivista de documento como expressão irredutível do fato histórico, não se pode tratá-lo como mero objeto que confirma determinado conhecimento completamente exterior ao próprio documento, sendo este apenas exemplificação de um construto elaborado pelo historiador, baseado em modelos teóricos pré-estabelecidos. (...) Isso significa que os documentos devem representar elemento ativo do procedimento de pesquisa em História, porém, sendo tratados criticamente e não meramente reproduzidos nos resultados do estudo.

Há um entendimento de que, da mesma forma como as fontes escritas; as fontes orais também devem ser tratadas pelo historiador de forma crítica. Pois, se por um lado elas demonstram para a historiadora e para o historiador as diversas experiências objetivas e subjetivas vividas pela população em um determinado período histórico, apontando assim inúmeras evidências ausentes nas fontes escritas (Lucas, 2007 apud Samuel, 1989/1990), por outro, apresentam limitações, opções, recortes, omissões, exigindo um olhar crítico e prudente do historiador e da historiadora e sua articulação com as demais fontes (Lucas, 2007).

Nesse texto, utiliza-se também algumas fotos e figuras, com o objetivo de melhor contribuir com a compreensão e reflexão sobre o surgimento e a construção da CONLUTAS, nesse período de 2003 a 2007. Entende-se que as imagens se configuram como importantes instrumentos para uso dos historiadores em suas reflexões e problematizações, posto que também elas são registros e evidências da realidade histórica que se quer analisar. Ainda, em relação aos documentos consultados, são tratados partindo da compreensão de que, como afirma Déa Fenelon (2005, 10), os diversos documentos são fontes que:

[...] expressam sujeitos históricos, inseridos ativamente numa complexa rede de relações e acontecimentos e num intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar.

A articulação entre a História e outras áreas de pesquisas, como a Economia, a Filosofia, a Sociologia, a Ciência Política e a Geografia; bem como a utilização de textos, acadêmicos ou não, elaborados por dirigentes políticos, como José Maria de Almeida e Paulo Agüena, também trouxeram importantes reflexões e contribuições para a escrita desse texto. Assim, explicita-se, no decorrer desse texto, a opção por refletir sobre a realidade, procurando estabelecer uma articulação entre a História e outras áreas do conhecimento, entendendo como fundamental importância tal procedimento para melhor compreensão do processo histórico e do objeto enfocado.

Embora este não seja o local mais apropriado para se realizar um intenso debate sobre a concepção de História e sobre os ofícios e possíveis desafios enfrentados pelos historiadores, recorre-se a Josep Fontana (2004), concordando com a sua perspectiva historiográfica de que um dos maiores desafios que os historiadores encontram, atualmente, é o retorno ao envolvimento com os problemas de nosso tempo, como fizeram no passado os historiadores que contribuíram com o seu trabalho para melhorar em algum aspecto o mundo em que viviam. Para o autor:

[...] Se os historiadores franceses do primeiro terço do século XX estudavam a revolução de 1789, era porque queriam contribuir para assentar os fundamentos das liberdades democráticas contra as forças que as ameaçavam (e não é por casualidade que, em 1940, boa parte dos que defendiam uma interpretação progressista da revolução uniu-se a resistência, enquanto outra, a dos que criticavam no terreno da história, colaborou com os alemães). E se os historiadores marxistas britânicos do pós-Segunda Guerra Mundial dedicaram-se à análise profunda da revolução industrial e seus antecedentes, era para entender melhor os fundamentos do capitalismo e, assim, aliviar os males que ele causava. Para nós corresponde o grande desafio de encontrar as causas dos dois grandes fracassos do século XX: explicar a barbárie que o caracterizou, com o objetivo de evitar que se reproduza no futuro e a natureza dos mecanismos que engendraram uma maior desigualdade, desmentindo as promessas do projeto de desenvolvimento que pretendia ampliar os benefícios do progresso econômico a todos os países subdesenvolvidos do mundo.(FONTANA, 2004, 471-4721)

Nesse sentido, Fontana afirma que não gostaria de repetir a crítica feita anteriormente por Marc Bloch aos historiadores de seu tempo, na qual as historiadoras e os historiadores não atreveram a ser em praça pública a voz que clama no deserto, preferindo a quietude dos escritórios. Contudo, Fontana expressa que essa ideia não implica que as historiadoras e os

historiadores devam retornar à mesma reflexão metodológica realizada por seus antecessores, pois apesar das contribuições positivas de Labrousse na história econômica e social, e de Thompson na história social e cultural, o autor acredita que:

[...] Se os teóricos do pós-modernismo e da subalternidade nos mostraram que nossos instrumentos tinham deficiências, convém que os revisemos antes de prosseguir o trabalho. Mas, a revisão não resume tudo. Teoria e método não são os objetivos de nosso ofício, mas tão somente as ferramentas que empregamos com o objetivo de melhor compreender o mundo em que vivemos e de ajudar outros a entendê-lo, a fim de que, com todos, façamos algo para melhorá-lo, o que sempre é possível. (FONTANA, 2004, 471-472)

Vale destacar também que para essa pesquisa, a compreensão a cerca do fazer da pesquisa historiográfica relacionada com a postura da historiadora e do historiador, está relacionada com a perspectiva de que não é apenas possível, como também é razoável, aliar a prática do pesquisador com a prática militante. O sentido da História aqui considera que o ofício da historiadora e do historiador está intrinsecamente aliado a prática e a reflexão da militância política. Essa pesquisa se propõe a compor um campo na historiografia que se proponha a superar o discurso positivista hegemônico de que “a reflexão oriunda da militância não é ciência”, de que “a pesquisa deve ser neutra”, de que “a pesquisadora e o pesquisador não devem relacionar suas pesquisas com as demandas políticas de seu tempo histórico”. A pesquisa se propõe a defender a superação dessa dicotomia entre pesquisa e militância tão propalada nos meios acadêmicos nesses tempos de contrarrevolução burguesa em diversas esferas da vida política, econômica, social, cultural e científica. Nesse sentido, busca-se inspiração em Thompson, que segundo Déa Fenelón:

Fazer, pois, do compromisso de escrever a história vista de baixo, ou seja, a história da luta e da opressão de classes no contemporâneo, mostrando todos os sujeitos, combinando a investigação histórica com valores socialistas e humanistas, sem perder a dimensão da “lógica histórica”, é o desafio que Thompson legou aos historiadores que nele se inspiraram. (...) Disposto a “fazer história” que significasse compromisso e engajamento com seu tempo, Thompson é antes de tudo um dos grandes exemplos de intelectual militante, como já acentuamos, sem se descuidar da necessária investigação empírica para sustentar posições. Com isso consegue mostrar que não há separação possível entre as lutas empreendidas no social e a produção intelectual, ainda que se reconheça a dificuldade, não apenas de realizar essas premissas, mas de manter a

coerência nas práticas sociais demandadas pela realidade do tempo histórico vivido. (2005, 46-47)

Thompson com sua perspectiva de *historiador militante* inspira a produção dessa pesquisa, e vale registrar que durante a década de 1980 quando esse brilhante historiador se engajou por completo na luta antinuclear, se encontrando em um ritmo de vida muito acelerado e turbulento, ele afirma que “*Hubiera sido más agradable tener una vida más sosegada. Pero no van a dejar que sea posible. ¿En qué terminará todo esto?*”, e JIMÉNEZ (2014, 161) destaca ainda que para Thompson, o pensar, a reflexão e a ação eram ações complementares, e que os intelectuais de esquerda deveriam ser “*los correos que deben portar el primer mensaje através de las fronteras de la ideología*”, tendo a responsabilidade de cultivar ações nesse sentido em âmbito internacional (JIMÉNEZ, 2014, 171).

É com essa perspectiva de historiador militante que essa pesquisa foi escrita e realizada simultaneamente ao engajamento do autor com diversas tarefas da construção do movimento sindical, interagindo assim as reflexões de diversos autores com as propostas por diversas/os militantes do movimento sindical, popular e estudantil. De modo que a realização e a escrita dessa pesquisa foi desenvolvida com diversas interrupções provenientes do envolvimento ativo em diversas atividades sindicais, participações em greves e paralisações, e em reflexões sobre diversos temas relativos a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores na conjuntura atual, tendo por sua vez uma relação muito próxima com o objeto dessa pesquisa.

A escolha desse tema e desse objeto para a realização dessa pesquisa está diretamente relacionada com essa perspectiva historiográfica acima fundamentada. É fato que, atualmente, há uma avalanche de pesquisas acadêmicas que se distanciam desse debate, o que indica a necessidade de reafirmarmos o compromisso de estudar os problemas da nossa temporalidade histórica. Considero esse tema relevante tanto do ponto de vista social quanto político, pois com as reflexões aqui contidas, espero contribuir de alguma forma para melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores na atualidade, na sua difícil tarefa de resistir às práticas de dominação e de buscar alternativas com vista à construção de outra forma de convívio social, o que pressupõe a superação dessa realidade caracterizada pela lógica capitalista, a qual, segundo BORON (2010)<sup>6</sup>, comporta a existência de 1,020 bilhão de desnutridos crônicos, 2 bilhões de pessoas sem acesso a medicamentos, de

---

<sup>6</sup> Boron, Atílio. Saiba o que é o capitalismo. Texto disponível em: <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/saiba-o-que-e-o-capitalismo-por-atilio-boron/>>

884 milhões de pessoas sem acesso à água potável, 924 milhões pessoas estão “sem teto” ou em precárias condições de moradia, 1,6 bilhão de pessoas que não convivem com a eletricidade, 2,5 bilhões que não têm sistemas de drenagens ou saneamento, 774 milhões de adultos analfabetos, 218 milhões de crianças, entre 5 e 17 anos, que trabalham precariamente em condições de escravidão e em tarefas perigosas ou humilhantes, como soldados, prostitutas, serventes, na agricultura, na construção ou indústria têxtil, e que possui o índice de 18 milhões de pessoas (sendo a maioria crianças menores de 5 anos) que morrem por ano devido à pobreza.

Nesse sentido, com a perspectiva de que “Escrever História” é também dialogar com a sociedade sobre os seus anseios, seus problemas e suas contradições e, com a perspectiva de que é necessário substituir esse sistema sócio-econômico vigente hoje no mundo gerador de uma imensa pobreza e uma imensa desigualdade social, é que se desenvolveu a breve pesquisa sintetizada nesse trabalho.

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro contém três tópicos com duas subdivisões internas. Nesse capítulo, fizemos uma rápida abordagem histórica tratando do movimento sindical no Brasil no decorrer do século XX, apontando os tensionamentos, as contradições e as adesões do movimento sindical a estrutura estatal. Foi focalizada a reflexão sobre a trajetória histórica da CUT de 1983 até o início do século XXI. Sobre essa questão, recorreu-se exaustivamente às reflexões produzidas por Teixeira (2013), por compreender e reconhecer que esse autor desenvolveu uma profunda reflexão sobre a trajetória da CUT, e por se ter acordo com a reflexão apresentada pelo autor. Buscou-se demonstrar as mutações que ocorreram com o movimento sindical cutista no decorrer das décadas de 1980 e 1990, expondo a sua transição do sindicalismo classista ao sindicalismo social-liberal (Teixeira, 2013).

Ainda nesse primeiro capítulo, buscamos uma reflexão crítica sobre a vigência hegemônica do capitalismo no Brasil em seu formato neoliberal, com as suas consequências políticas, sociais e culturais; e uma reflexão sobre modelo de prática sindical hegemônico no interior da CUT nos últimos 20 anos, baseada na busca de resultados imediatos e com uma estratégia, ao nosso entender, de conciliação entre capital e trabalho. Para o conjunto dessas reflexões, utilizam-se as fundamentações teóricas desenvolvidas por Alves (2006), França (2008) e Galvão (2006; 2007).

O segundo capítulo inicia uma reflexão sobre as intensas mudanças objetivas e subjetivas que ocorreram com o movimento sindical no Brasil diante da vitória de Lula e PT, quando milhares de sindicalistas passaram a ocupar importantes cargos públicos e quando a

estratégia política da CUT sofre modificações relevantes, aprofundando a perda de autonomia em relação ao Estado e renunciando não na teoria, mas na prática, a sua autonomia em relação ao Governo Lula; quebrando assim, um princípio histórico do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores que é a autonomia de suas organizações políticas em relação ao Estado e ao Governo. Existem poucos trabalhos realizados sobre essa questão, assim, essa pesquisa realiza o diálogo com os dados apresentados nos textos de Brandt e Tosta (2008) e Ladosky (2009), e utiliza as críticas sobre esse processo expressas em um texto elaborado por Marcelo Badaró utilizado como subsídio ao debate realizado na Assembleia Geral dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 16 de fevereiro de 2005.

O capítulo dois está dividido em cinco tópicos. Esse capítulo dá sequência à reflexão e aborda as insatisfações de alguns setores minoritários do movimento sindical brasileiro com os posicionamentos políticos da CUT e com a ausência de autonomia política dessa Central em relação ao Governo Lula. Esse tópico relaciona ainda essa situação com a reflexão referente ao contexto atual da organização sindical no país e no mundo, demonstrando que em vários países, inclusive no Brasil, houve uma queda na taxa de sindicalização, e ratificando que no país houve uma queda vertiginosa do número de greves e grevistas no decorrer dos últimos 30 anos, simbolizando esse período atual caracterizado não pela ausência, mas pelo refluxo das lutas sociais. Nesse aspecto, as contribuições de Mattos (2009) e Santos (2006), foram fundamentais para a realização de uma análise crítica sobre essas questões. Esses dois tópicos iniciais também aborda a apresentação sobre o surgimento da CONLUTAS em 2004, constituída como um espaço alternativo à CUT, e com a demonstração de sua trajetória até 2006, quando se transforma em uma Entidade Sindical e Popular durante a realização do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT).

O terceiro tópico desse capítulo contém uma discussão destinada ao debate sobre a realização do CONAT, dialogando sobre as deliberações relativas aos princípios e propostas de funcionamento da nova entidade que surgiu nesse congresso. Dedicou-se a esse tópico, também, uma apresentação sobre a composição política e social do CONAT, recorrendo às análises teóricas e aos dados sintetizados por Aguenta (2006), que demonstram a quantidade de representações sindicais, populares e estudantis, e as distintas organizações políticas que participaram desse congresso.

O quarto tópico apresenta algumas contradições que caracterizaram a realização do CONAT, demonstrando, por um lado, as práticas e as opções políticas presentes no congresso que foram inovadoras e que apresentaram perspectivas positivas para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores e, por outro, as limitações, os desafios e as contradições do

congresso, bem como os descontentamentos políticos existentes e expressos no decorrer do CONAT em relação à organização e à metodologia adotada pelos organizadores do congresso.

Na sequência desse capítulo, procuro realizar uma reflexão sobre a atuação cotidiana da CONLUTAS, evidenciando seus reflexos no cotidiano social, na reorganização das trabalhadoras, dos trabalhadores e suas lutas no Brasil. Esse tópico evidencia, também, as articulações políticas realizadas entre a CONLUTAS e outras organizações sindicais e populares, bem como as mobilizações políticas e sociais protagonizadas pela CONLUTAS, previstas em suas deliberações políticas no decorrer daquele período. A intenção dessa análise é, portanto, demonstrar criticamente que a CONLUTAS não se limitou à teoria e conseguiu construir uma organicidade que possibilitou, mesmo com várias dificuldades e limitações existentes, uma intervenção prática no cenário político e social do Brasil.

O terceiro capítulo procura refletir sobre as concepções, perspectivas e práticas da CONLUTAS levando em consideração o debate e os encaminhamentos realizados durante o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS. Nesse capítulo se buscou dialogar criticamente com o relatório desse congresso que apresentou os textos que subsidiaram os encaminhamentos aprovados, bem como especificou os encaminhamentos. Esse relatório se trata de um documento bruto, no sentido de que não foi identificada nenhuma outra pesquisa que se propôs a análise desse documento, o que possibilitou um vasto campo de reflexões, observações e hipóteses, colocando a análise desse trabalho para ratificações ou retificações por futuras pesquisas. Todavia, se trata um trecho especial da pesquisa, por inaugurar no campo da historiografia uma reflexão sobre esse material.

Esse capítulo é dividido por quatro tópicos e sete subtópicos, nos quais apresentam informações gerais sobre o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, princípios e concepções debatidos e deliberados, debate sobre estrutura sindical, burocratização dos sindicatos, práticas sindicais, conjuntura internacional e nacional, opressões, rupturas e reafirmações do projeto organizativo. Foi realizado um diálogo com o importante trabalho desenvolvido por GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA (2015), e além do relatório que trata das resoluções e encaminhamentos aprovados durante o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, utilizou-se também outros documentos e notas produzidas pela secretaria executiva da CONLUTAS e pelos setores que construía a central durante aquele período.

O quarto capítulo buscou refletir sobre algumas contradições entre a teoria e a prática da CONLUTAS, em especial no que se refere ao fato dessa iniciativa ter se proposto a se constituir como uma Central Sindical e Popular, agregando assim em sua estrutura setores sindicais, populares e estudantis, e ao mesmo tempo afirmar de forma determinista que o

principal setor que compunha a CONLUTAS era o setor sindical operário fabril, e que o mesmo necessariamente será dentro do processo de transformação social a vanguarda da revolução; e referente a afirmativa também com viés determinista de que os sindicatos se configuram hoje como o principal espaço organizativo da classe trabalhadora. Sobre esses aspectos, o capítulo faz uma análise crítica a respeito dessas premissas deterministas expressas em documentos e entrevistas por parte de dirigentes da CONLUTAS naquele período, pontuando a importância estrutural dos sindicatos para o processo de luta de classes sem hierarquizar esse e os demais instrumentos utilizados pelas trabalhadoras e trabalhadores nos últimos anos. A reflexão aponta ainda para a necessidade de observar conjuntamente cada situação do processo de luta de classes, pois a cada momento as trabalhadoras e os trabalhadores apontarão os meios mais adequados de acordo com o processo vigente. Nessa perspectiva, vale observar ainda qual foi a capacidade de inserção e organização das lutas populares, e mesmo corporativas, dos sindicatos nesses últimos períodos no Brasil, para que se possa compreender os limites e as potencialidades dos sindicatos, e as possíveis ações que possibilitem colocar novamente as entidades sindicais no protagonismo da organização das lutas sociais no país.

O texto desse capítulo quatro, refuta vertiginosamente a equivocada concepção de que o setor operário fabril constitui necessariamente o polo principal da classe trabalhadora. A concepção de classe trabalhadora que baliza a escrita dessa pesquisa, é no plural, podendo ser compreendida como “classe de trabalhadoras e trabalhadores” heterogênea, fragmentada, multifacetada que nada possuem a não ser a sua prole e a sua força de física de trabalho que colocam a venda, quase sempre em troca de um salário, para garantir a sua sobrevivência. É compreendida pela perspectiva da totalidade do trabalho, e conforme aponta Antunes (2009) é composta por jovens, idosos, brancos, negros, indígenas, estrangeiros ou não, estáveis, precários, qualificados e desqualificados. Essa é a concepção de classe trabalhadora para a pesquisa aqui desenvolvida e é essa a classe, na concepção dessa pesquisa, capaz de realizar o necessário processo de transformação social no país e no mundo. Vale destacar que nessa concepção, não compõe a classe trabalhadora os gestores que controlam e gerenciam o capital, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é proprietária (mesmo que em pequena escala) dos meios de produção, e todas e todos que vivem de juros e especulação (Antunes, 2009, 235-238).

Durante toda a escrita dessa pesquisa, o/a leitor/a perceberá a utilização da categoria “experiência”, para analisar diversos aspectos do processo de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil. E por noção de experiência entende-se que é:

[...] uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (Thompson, 1981, 15).

Outra categoria também utilizada por essa pesquisa se refere a “hegemonia” compreendida aqui pelas formulações complementares de Lênin e Gramsci. Essa categoria é utilizada nessa pesquisa com o sentido de refletir as disputas entre frações sociais no campo da política, da economia e da cultura e seus impactos na vida e na organização das trabalhadoras e dos trabalhadores. Assim, por hegemonia recorre-se a Lênin (1981), que no contexto da sociedade russa, afirmou que:

Se os representantes avançados da classe trabalhadora se apropriarem da ideia do socialismo científico, se eles se tornarem conscientes do papel histórico dos trabalhadores russos, se essas ideias alcançarem ampla divulgação, fundando os trabalhadores sólidas organizações e essas transformarem a luta econômica, atualmente fragmentada, em luta de classes conscientemente dirigida, então os trabalhadores russos irão se levantar, colocar-se na cabeça de todos os elementos democráticos, derrubar o absolutismo e o proletariado russo (ombro a ombro com o proletariado de todos os países) ingressará no caminho direto da luta política aberta pela revolução comunista vitoriosa.

Guardada as devidas ponderações referentes as diferenças conjunturais e tipificações das sociedades e o Estado entre aquele período e o mundo atual, resgata-se o núcleo central dessa compreensão para pensar em uma das formas de disputa de hegemonia no mundo hoje. E recorre-se a Gramsci que avançou na formulação desse conceito, pensando a realidade dos países ocidentais, articulando-o com reflexões sobre a caracterização do Estado contemporâneo nesses países e sua conexões com a sociedade civil, em que afirma que:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas

também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007, 48)<sup>7</sup>

Em síntese, o texto dessa pesquisa tem a CONLUTAS como objeto central de análise e procura refletir sobre o processo de reorganização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil diante da reestruturação toyotista e seus impactos na configuração da classe trabalhadora, debatendo a hegemonia da prática do sindicalismo cidadão no cenário sindical brasileiro a partir da metade da década de 1990, o atrelamento do movimento sindical ao Estado, as mudanças ocorridas nesse campo após a vitória de Lula e do PT nas eleições presidenciais de 2002, bem como os desafios frente a hegemonia da lógica neoliberal na política, na economia e na cultura, relacionando todos esses aspectos com futuros possíveis e necessários processos de transformações sociais.

---

<sup>7</sup> Agradeço a Mariana de Oliveira Lopes Barbosa pela contribuição teórica sobre o conceito de hegemonia em Gramsci.

## CAPÍTULO 1

### A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) E OS (DES)CAMINHOS DO MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES NO BRASIL

#### 1.1 – O Estado Contemporâneo e sua Relação com os Sindicatos

Para refletir sobre o movimento sindical no Brasil, é importante observar a histórica relação que existe entre os sindicatos e o Estado; entendendo que o Estado é um aparato necessário à reprodução capitalista, que possui a tarefa de assegurar a troca de mercadorias e os mecanismos de exploração da força de trabalho assalariada. Segundo Mascaró (2011, 19), deve-se entender o Estado:

[...] não como um aparato neutro à disposição da burguesia, para que, nele, ela exerça o poder. É preciso compreender na dinâmica das próprias relações capitalistas a razão de ser estrutural do Estado. Somente é possível a pulverização de sujeitos de direito com um aparato político, que lhes seja imediatamente estranho, garantindo e sustentando sua dinâmica. Por isso, o Estado não é um poder neutro e a princípio indiferente que foi acoplado por acaso à exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação. Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomados, é, ao mesmo tempo, elemento necessário de sua constituição e a reprodução de suas relações sociais.

O Estado deve ser entendido como um elemento importante que compõe o sistema do capital, responsável por articular os mecanismos necessários que garantam a expansão e a acumulação do sistema sócio-metabólico do capital (Mészáros, 2011). Para Ribeiro (2013, 11):

Seria a partir disso que Mészáros desenvolve a tese da existência do tripé capital-trabalho-Estado, em que atribui ao Estado político a função fundamental de restabelecimento da unidade sobre as estruturas fragmentadas, originadas das contradições estruturais sobre as quais se

estabelece o sistema sociometabólico do capital. Nesse papel, o Estado reforçaria a relação de alienação ao agir para manter a estrutura de dominação e exploração do trabalho e, com isso, para a continuidade do sistema.

Com essa análise teórica sobre a essência do Estado na sociedade contemporânea, caracterizada pelo modo de produção capitalista, deve se levar em consideração que o Estado não é um espaço neutro que permita dentro dessa lógica sistêmica, a posse por parte dos setores sociais que são expropriados pelo capital. Nesse atual período histórico de capitalismo monopolista com padrão de reprodução *dependente subalterna no Brasil*<sup>8</sup>, percebemos um aprofundamento do atrelamento do movimento sindical brasileiro ao Estado. Esse atrelamento na fase monopolista do capital, segundo Trotsky ([1940] 2008) é característico dos sindicatos, independente de sua orientação política, seja ela “neutra”, “socialdemocrata”, “anarquista” ou “socialista”. Para o autor:

Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. (Trotsky, [1940] 2008, 199).

O desenvolvimento desse processo histórico no Brasil se deu logo no início do século XX, ganhando uma envergadura maior após 1930, durante o regime varguista em que o Estado fortaleceu a sua intervenção sobre o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores<sup>9</sup>, criando além de uma legislação previdenciária, uma legislação trabalhista e

---

<sup>8</sup> Sobre o debate referente ao caráter dependente da economia brasileira, ver FRENANDES (1995). O acréscimo do termo “*subalterno*” é uma formulação própria, por considerar que dentro do desenvolvimento desigual e combinado do capital, ver TROTSKY ([1930] 2007), há relações de dependência, tanto dos países desenvolvidos (que dependem da exploração das economias periféricas para manter o curso de desenvolvimento) como dos países periféricos (que não conseguem se desenvolver economicamente e socialmente frente a dominação dos países desenvolvidos). Nesse sentido, o termo subalterno diferencia a condição de dependência de cada economia dentro da estrutura desigual e combinada de funcionamento do capital.

<sup>9</sup> Referimo-nos ao período de 1930 à 1945 como “regime varguista”, que compreende em sua grande parte um regime ditatorial, visto que de 1934 à 1937 uma Assembleia Constituinte elaborou uma constituição com características mais democráticas em relação à constituição vigente no período da República Velha. Mas durante todo esse período não houve eleições democráticas para cargos do

judiciária, uma legislação sindical que provocou um tutelamento de inúmeros sindicatos via Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)<sup>10</sup>; instituindo o monopólio da representação sindical com a proposta de sindicato único por categoria e região, bem como verticalizando a estrutura sindical por categorias sendo o sindicato para nível local, federações no âmbito regional e confederações de abrangência nacional<sup>11</sup>. Segundo COSTA (1986) a intervenção do Estado sobre o movimento sindical no Brasil se sistematizou de forma mais estrutural a partir da década de 1930, frente a promulgação de leis sindicais, nas quais destacamos o Decreto-Lei nº 19.770, de março de 1931 e o Decreto-Lei nº 1.402 de julho de 1939. As transformações no setor industrial com o desenvolvimento das indústrias de base e uma crescente urbanização que ocorreram durante o regime varguista, fortalecem os operários como classe e estimula uma organização urbana do movimento sindical por parte daqueles trabalhadores e trabalhadoras que estavam vinculados diretamente ao setor produtivo do capital. Nesse período, através dos sindicatos oficiais, o governo dissemina a proposta do pacto entre trabalhadoras, trabalhadores e o Estado, que nesse momento “concedia” as trabalhadoras e aos trabalhadores formais um conjunto de leis trabalhistas, que foi fundamentada em 1943 pelo Decreto-Lei Nº 5.452, CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Esse período deixou inúmeras heranças para a vida política, econômica e cultural do país, em especial no que se refere a organização cotidiana do movimento sindical. E segundo Matos (2009, 61):

[...] a mais importante entre elas foi, sem dúvida, a proposta, difundida nos discursos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como inventor da legislação social.

---

poder executivo e legislativo, e inúmeros cidadãos foram perseguidos politicamente, submetidos na maioria dos casos à prisão e torturas físicas. Nesse período antidemocrático, o então Partido Comunista do Brasil (PCB) atuou clandestinamente. Devido o histórico de mobilizações e greve das trabalhadoras e dos trabalhadores do final do século XIX e nos 30 primeiros anos do século XX, foram promulgadas nesse período inúmeras leis que garantiam legalmente direitos trabalhistas as trabalhadoras e aos trabalhadores formais que viviam nas cidades.

<sup>10</sup> MTIC era a denominação desse Ministério naquele período. Hoje esse Ministério é denominado como Ministério do Trabalho (MTE), e os setores da Indústria e Comércio estão inseridos em outro Ministério, denominado de Ministério da Indústria, Comércio, Exterior e Serviços (MDIC).

<sup>11</sup> Ver Matos (2003, 11-12). Ver também, Matos (2009, 61-67).

A construção dessa ideologia, foi expressa em diversas ações e discursos do Governo de Getúlio Vargas, como por exemplo percebe-se na afirmação do então ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, diante da publicação do Decreto 19.770 de 1931<sup>12</sup> que visa regular a sindicalização das classes patronais e operárias; quando disse que:

Os sindicatos ou associações de classe serão os para-choques dessas tendências antagônicas. Os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado (Matos, 2009)<sup>13</sup>.

Outra afirmação de Lindolfo Collor que demonstra essa concepção é a de que "Já é hora de substituir o velho e negativo conceito de luta de classes pelo conceito novo, construtivo e orgânico de colaboração de classes." (Apud ROSSI; GERAB, 2009, 38).

Após 5 anos da publicação do Decreto 19.770, que se configurou como um marco no fortalecimento da intervenção do Estado na organização política e sindical dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, cresceu em 2000% o número de sindicatos que receberam o reconhecimento formal do MTIC, uma vez que o Governo restringiu aos setores representados por sindicatos reconhecidos pelo Ministério, a concessão dos benefícios garantidos pela novas leis trabalhistas. Se em 1931, havia 32 sindicatos reconhecidos, já em 1936 havia um total de 682 sindicatos reconhecidos oficialmente pelo MTIC<sup>14</sup>. É importante destacar que a forte pressão exercida pelo Governo Vargas sobre os sindicatos, se deparou desde o início com a resistência de diversos setores do movimento sindical que contava com a participação de anarquistas, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), trotskistas e outros. O

---

<sup>12</sup> Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d19770.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm). Acesso em: 21/11/2014.

<sup>13</sup> Trecho extraído por Marcelo Badaró da Coleção de Leis do Trabalho, 1931-1932. Vol. 1, p. 284.

<sup>14</sup> Sobre esse dado referente ao crescimento de sindicatos que receberam o reconhecimento formal do MTIC, ver "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 5/9/1938; citado por Costa (1986, 23)". Para um debate mais detalhado sobre os aspectos do movimento sindical durante o regime varguista, ver: Costa (1986), Cãnedo (1997), Gianotti (2007), Matos (2009), Rossi e Gerab (2009).

manifesto da Federação Operária de São Paulo influenciada pela orientação anarquista em 1931 afirma que:

Considerando que a lei de sindicalização [...] visa a fascistização das organizações operárias [...]; Considerando que o Estado carece de autoridade para interpretar fielmente as necessidades dos trabalhadores e, por consequência, o espírito de luta existente entre os produtores e os detentores dos meios de produção, e que a sua ingerência neste caso, por parte do Estado, terá sempre um caráter de classe (A Burguesia); [...] A Federação Operária resolve: a) não tomar conhecimento da lei que regulamenta a vida das associações operárias; b) promover uma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências, etc., de crítica à lei; c) fazer mediante essa campanha de reação proletária, com que a lei de sindicalização seja derogada. (Munakata, 1981; apud Matos, 2009)

A orientação política trotskista, esboçada pelo jornal O Trabalhador Gráfico, órgão oficial da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, se manifestou a respeito desse Decreto, escrevendo:

O controle desejado das organizações operárias pelo Estado está expresso na famigerada Lei de Sindicalização, a única Lei na ‘república nova’, pode-se dizer, que não engana, que não nega seus fins. O objetivo do Decreto 19.770 é limitar a ação direta do proletariado nas suas reivindicações, isto é, cercear a nossa defesa nas lutas quotidianas contra o patronato pela interposição do aparelho burocrático do Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo que amortece o espírito de luta da massa operária, a lei de sindicalização organiza o controle do Estado sobre a vida das organizações sindicais. (“O Trabalhador Gráfico”, apud COSTA, 1986)

Como já afirmado anteriormente, da mesma forma que as orientações políticas anarquistas e trotskistas, as orientações políticas dos militantes sindicais, também filiados ao PCB, se opuseram as diretrizes do Decreto 19.770; e nesse confronto, esses setores do movimento sindical brasileiro não conseguiram naquele período derrotar o processo de aproximação do Estado sobre as organizações da classe trabalhadora; e todo esse processo apresentou (e apresenta) fortes impactos ao movimento sindical no Brasil, de modo que para RODRIGUES (1986) a estrutura sindical brasileira se portou como uma das instituições mais

estáveis da sociedade brasileira, uma vez que o Decreto-Lei nº 19.770 mesmo tendo sido substituído por outros mecanismos legais (Constituição Federal de 1937, Decreto 1402/1939, e outros), o mesmo lançou as bases que caracterizou a estrutura sindical brasileira no decorrer do século XX.

O rápido crescimento do número de sindicatos oficiais, durante os primeiros cinco anos da década de 1930, acompanhado com a alteração da tática de intervenção dos militantes sindicais vinculados ao PCB e a ala trotskista<sup>15</sup>, que passam a defender no decorrer desse período, em virtude da pressão exercida pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras de base, a necessidade de oficializar os sindicatos; ocorre após o regime varguista, editar e promulgar algumas leis que visavam avançar na regulamentação do trabalho<sup>16</sup>; como o estabelecimento da duração da jornada diária de 8 horas, e da jornada semanal em 48 horas, para trabalhadoras e trabalhadores empregados em estabelecimentos comerciais, de escritórios e indústrias, de forma que a cada seis dias de trabalho efetivo, teriam o direito de um dia de descanso obrigatório; e também na regulamentação das condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, determinando que todos os trabalhos de igual função, de igual valor, sem distinção de sexo, teriam salários iguais; bem como a proibição da contratação de mulheres para o trabalho noturno e para outras funções consideradas insalubres e perigosas; e garantindo uma licença de 30 dias antes e depois do parto, com a metade da remuneração mensal e a preservação do posto de trabalho<sup>17</sup>. A questão é que o regime varguista estendia esses direitos trabalhistas, apenas as trabalhadoras e trabalhadores,

---

<sup>15</sup> O termo trotskista refere-se a tendência política constituída por trabalhadores e trabalhadoras que possuíam referência as concepções políticas representadas por Leon Trotsky dentro da III Internacional Comunista (após a morte de Lênin em 1924) em oposição à política desenvolvida e liderada por Josef Stálin. Em 1927, Leon Trotsky é expulso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e em 1938 lidera a fundação da IV Internacional Comunista. Durante todo esse período, Leon Trotsky construiu uma oposição sistemática a política construída pelo partido comunista na URSS. As motivações para a realização dessa oposição à política efetivada pelo partido comunista

na URSS, sob a liderança de Stálin, é encontrada em diversas obras publicadas durante o seu exílio forçado até o fim de sua vida. Ver Trotsky [1929 (2010)], Trotsky ([1930] 2007), Trotsky ([1936] 2005), Trotsky ([1938] 2008), Trotsky [1929 (2010)].

<sup>16</sup> É importante destacar a compreensão de que o avanço formal da regulamentação das leis trabalhistas ocorreu durante o regime varguista, em virtude da pressão exercida pelo movimento sindical brasileiro durante as três primeiras décadas do século XX, combinado com o contexto internacional, em que as economias capitalistas iniciavam a adoção de políticas que ampliavam a inserção do papel do Estado na economia e na política, bem como possibilitavam a intervenção desses na formulação e aplicação de políticas que garantiam direitos sociais para a população.

<sup>17</sup> Para um debate mais detalhado sobre a promulgação dessas leis trabalhistas, ver COSTA (1986).

vinculados a Sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de forma que as trabalhadoras e trabalhadores filiados aos sindicatos que resistiam a oficialização estatal, não poderiam ter acesso a essas leis trabalhistas. Segundo COSTA (1986):

[...] qualquer lei trabalhista, cujo cumprimento fosse reivindicado pelos trabalhadores, só seria obedecida, de fato, se a reivindicação fosse feita por sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

E não menos importante, o Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932<sup>18</sup>, que instituiu as “Juntas de Conciliação e Julgamento” vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para mediar os conflitos trabalhistas entre trabalhadoras, trabalhadores e proprietárias, proprietários dos meios de produção/comércio; visava estruturar a aproximação e o atrelamento do Movimento Sindical ao Estado ampliando o poder do controle estatal sobre o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores, e contribuiu significativamente no avanço da oficialização das sindicalizações. Para COSTA (1986):

[...] na medida em que os trabalhadores desejassem reivindicar seus direitos, quando desrespeitados pelo patronato, só podiam fazê-lo mediante o sindicato oficial que, por sua vez, estava sob o controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em 1939, com a promulgação do Decreto nº 1.402<sup>19</sup> que institui a unicidade sindical regulando a associação em sindicato com diversas determinações no que se refere ao reconhecimento sindical, a normatização/padronização dos estatutos sindicais, a administração sindical, a escolha de dirigentes, gestão de finanças, e instituição de

<sup>18</sup> Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22132-25-novembro-1932-526777-publicacaooriginal-82731-pe.html>>. Acesso em: 10/02/2015.

<sup>19</sup> Decreto nº 1.402, de 5 de Julho de 1939, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm)>. Acesso em: 11/02/2015.

penalidades (multas financeiras, perda de carta sindical); somada ao Decreto-Lei nº 5452, de 1/5/1943<sup>20</sup> que institui a consolidação das leis trabalhistas; avançou ainda mais na subordinação da estrutura sindical ao Estado. E a criação do Imposto Sindical, via Decreto-Lei nº 2.377<sup>21</sup>, de 8/7/1940 em sintonia com esse movimento de aproximação por parte do Estado ao movimento sindical, se estabeleceu segundo ANTUNES (1983, 63), à revelia do movimento operário:

[...] através do pagamento compulsório de um dia de trabalho por ano de todos os assalariados, constituiu-se numa robusta fonte financeira para a manutenção dos dirigentes pelegos. Por não ser dinheiro sequer controlado pelos operários e não podendo ser utilizado nos momentos mais necessários, como durante as greves, o Imposto Sindical criou as condições financeiras necessárias para a transformação dos sindicatos, que de órgão de luta de classes tornaram-se organismos prestadores de um assistencialismo social, função esta que seria do Estado e não dos sindicatos operários. (Grifo Meu)

A proposta de implementação do imposto sindical nesse período, fortaleceu as condições para o desenvolvimento do sindicalismo oficial que na maioria dos casos arrecadavam uma grande contribuição financeira ao mesmo tempo que possuíam um pequeno número de trabalhadoras sindicalizadas e trabalhadores sindicalizados. Outros elementos que demonstram a aproximação do Estado com o movimento sindical, e portanto a imposição estatal nos espaços autônomos de organização da classe trabalhadora, pode ser visualizada pelo fato do Estado determinar as porcentagens do imposto sindical a serem repassadas para cada entidade sindical de representação profissional, pelo fato do Estado restringir e determinar a forma como esse dinheiro arrecadado via imposto sindical deveria ser utilizado, na qual na maioria das vezes o sindicato era induzido a empregar esse dinheiro para realizar ações sociais que deveriam ser operacionalizadas diretamente pelo Estado, e impedido de destinar os recursos para a construção de um fundo de greve.

O imposto sindical é um componente de toda uma estrutura jurídica instituída durante o regime varguista para aproximar o movimento sindical no Brasil ao Estado. Em grande

<sup>20</sup> Decreto-Lei nº 5452, de 1º de Maio de 1943, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 11/02/2015.

<sup>21</sup> Decreto-Lei nº 2.377, de 8 de Julho de 1940, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2377-8-julho-1940-412315-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11/02/2015.

medida, o imposto sindical favorece as entidades sindicais meramente “cartoriais”, sem qualquer trajetória de luta e pouco representativas, que se sustentem financeiramente independente de sua atuação política. O sindicalismo autônomo ao Estado tem como princípio e pressuposto lógico que os sindicatos devem manter-se financeiramente através da contribuição voluntárias de seus filiados.

Após o fim do regime ditatorial varguista em 1945, em um breve período de democracia que se estendeu até 1964, o movimento sindical brasileiro ampliou a sua organização em termos quantitativos, buscou avançar qualitativamente com ações de construção de um campo único de organização, mantendo a luta contra o atrelamento em diversos aspectos do movimento sindical ao Estado. Se até 1945 foram criados no Brasil 873 sindicatos com 474.943 trabalhadores e trabalhadoras sindicalizadas, esse número passou em 1946 para 939 sindicatos e com 797.691 trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados<sup>22</sup>. Em 1945, os trabalhadores e trabalhadoras vinculadas ao PCB, estimularam a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que tinha como objetivos o desenvolvimento de uma educação democrática do proletariado, a construção de uma luta pela liberdade sindical, o estímulo a sindicalização de todos os setores do mundo do trabalho, o apoio as reivindicações gerais da classe operária e compreender na prática as vantagens de se construir a unidade de classe trabalhadora<sup>23</sup>. Esse movimento desencadeou a convocação em 1946 do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, no qual aprovou a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que surgiu defendendo uma relativa autonomia sindical frente ao Ministério do Trabalho, a estabilidade, o direito de greve, participação nos lucros, segurança no trabalho, o seguro social e outras reivindicações<sup>24</sup>. Sobre a questão da liberdade e autonomia sindical, a CTB deliberou:

1º) que seja permitido às entidades sindicais o direito de elaborarem livremente seus estatutos, nos termos do artigo 510 §1º da CLT, cabendo aos associados estabelecerem as normas que lhe convenham de administração, eleições, perda de mandatos e substituição dos diretores, aplicação de rendas e outras atividades correlatas; 2º) fiscalização financeira do Estado apenas sobre o Imposto Sindical; 3º) que o poder público não possa interferir nas entidades salvo no que diz o estatuto; 4º) simplificação dos registros dos sindicatos; 5º) liberdade de sindicalização

---

<sup>22</sup> Ver Mattos (2009, 79).

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem.

de todos os assalariados; 6º) princípio de democracia interna nos sindicatos (MATTOS, 2009, 80)<sup>25</sup>

A CTB aprovou em seu congresso de fundação, uma perspectiva de embate com a estrutura sindical varguista vigente, mas sem romper completamente com as determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essa confederação teve, contudo, por pouco tempo, sua vida pública legalizada, uma vez que o Governo Dutra promoveu o fechamento do PCB em 1947, ação essa que refletiu na organização sindical. Destaca-se que na clandestinidade, mesmo com perda de representatividade, a CTB manteve ações no interior da organização da classe trabalhadora brasileira. Segundo os dados que Mattos (2009) extraiu do trabalho de Luciana Pereira (2004), a polícia política carioca durante o Governo Dutra produziu apenas em 1947, 56 mil fichas de suspeitos de envolvimento com o comunismo, efetuou 3 mil prisões e 15 mil ações de investigadores a sindicatos. O período do Governo Dutra foi, para setores da classe trabalhadora, bastante truculento; e é importante destacar que a Constituição Federal de 1946, como afirma Welmowicki (2004), não modificou essencialmente a legislação sindical, mantendo a estrutura corporativista e o ideário de colaboração e harmonia entre as classes sociais.

Na década de 1950, o projeto nacional desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (JK), que promoveu uma abertura maior da economia brasileira para o capital estrangeiro, destinou investimentos públicos na construção de rodovias e outras obras para facilitar a circulação de capital e assim atrair os interesses de grandes indústrias para se instalarem aqui no país, e fortaleceu também o setor industrial de bens de consumos. Na década de 1960 com o fortalecimento dos debates sobre programas políticos de governo no imaginário de inúmeros setores populares os movimentos organizados das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo e da cidade pressionaram o então presidente João Goulart a realizar as reformas de base. Nessa disputa de hegemonia, os setores conservadores da sociedade brasileira, naquele período representados por setores do empresariado e do exército brasileiro se radicalizaram e promoveram em 1964 um Golpe de Estado. Esse período, caracterizado por inúmeras mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, contribuem para que os movimentos sindicais e populares no Brasil vivenciem um constante processo de organização e reorganização aqui no país.

---

<sup>25</sup> Esse trecho está presente nas Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, p. 9.

Destaca-se nesse período a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, que teve a sua estrutura organizativa afetada com o Golpe de 1964, os movimentos sociais e as entidades sindicais sofreram uma intensa interferência do regime empresarial-militar, com uma brutal repressão física. Pela lógica e necessidade do período, as realizações de greves foram proibidas, consideradas como ameaças a segurança nacional e a segurança pública. Segundo Mattos (2009, 101):

Os instrumentos já estavam dados pela própria CLT, que facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. Assim, tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio.

Em 1968, com o Ato Institucional N° 5 (AI-5), o regime militar intensificou a intervenção, com perseguições, torturas e fechamentos de organizações políticas no país. Nesse momento, tanto a organização do movimento sindical e popular, como do movimento estudantil foram amplamente reprimidos, ocasionando a nomeação de interventores em sindicatos e o desaparecimento de sindicalistas, estudantes e militantes que se opunham ao regime militar. Esse quadro conjuntural influenciou vários setores da esquerda brasileira naquele período a optarem pela construção da luta armada no país, que especificamente no Brasil não conseguiu atingir o objetivo que era a tomada do poder e a substituição do regime social, político e econômico. E se por um lado a tática guerrilheira não conseguiu atingir os objetivos centrais, por outro se destaca a sua importância nesse período por ter se constituído concretamente como uma resistência à política do regime militar, e conseqüentemente ao capitalismo.

Pode-se afirmar que apesar da resistência política ao regime militar por parte de setores da sociedade brasileira, que foi esboçada em composições musicais, poesias, peças teatrais, pela luta armada e por outros meios que caracterizaram as ações desse período, a capacidade de organização política da classe trabalhadora foi diretamente afetada, implicando em uma visível redução de greves e atos políticos públicos na década de 1970. Nesse

contexto, o AI-5 proibia, inclusive, a aglomeração de habitantes em espaços públicos sem a permissão dos devidos setores governamentais.

Durante toda a ditadura empresarial-militar<sup>26</sup>, foram cassadas mais de 2780 diretorias sindicais, sendo substituídas por interventores vinculados politicamente ao regime vigente, que posteriormente constituiria toda uma geração de lideranças publicamente reconhecidas como “pelegas”. Se antes de 1964, as características da legislação corporativista moldaram as greves de forma que se tornassem toleráveis e legalizadas, durante a ditadura militar as ações do movimento sindical foram rapidamente eliminadas e, entre 1969 e 1978 não há registro de greves.

No final da década de 1970, com o desgaste político e econômico do regime militar, e com as tensões sociais acumuladas durante esse período, presencia-se uma ascensão das lutas sociais no país caracterizadas especialmente por greves em grandes empresas ligadas a metalurgia no ABC Paulista e em outras empresas produtoras de bens duráveis e de consumo; presencia-se também o processo de reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>27</sup>. As greves ocorridas no final dessa década desafiaram o conjunto de leis do regime empresarial-militar que restringia o direito de greve, e apresentavam um caráter classista com ampla identificação política entre as trabalhadoras e os trabalhadores, uma vez que a luta por reajuste salarial teve que necessariamente se aliar a luta contra o regime empresarial-militar.

Com esse conjunto de elementos políticos, econômicos e culturais, pode-se dizer que no Brasil, a classe trabalhadora vivencia uma reorganização, com o surgimento de um “novo movimento sindical”, do “novo sindicalismo” organizado com as lutas iniciais ocorridas no final da década de 1970. Além da reorganização da UNE, e do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no início da década de 1980, caracterizando o início da reorganização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, surgiu também

---

<sup>26</sup> Embora não seja o objetivo desse trabalho tratar do tema, avalia-se a necessidade de expressar que o termo “ditadura empresarial-militar” é utilizado, em virtude da compreensão que se tem de que o regime militar (1964-1985) imposto no Brasil durante o período de 1964 à 1985, teve do início ao fim desse período, o apoio de diversas frações do capital (diversos segmentos do empresariado brasileiro, latifundiários, industriais...), bem como esse regime retribuiu em termos políticos e financeiros para esses setores durante todo o período ditatorial. Sobre esse tema, ver tese de doutorado de Pedro Henrique Pedreira Campos, “*A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*.” 2012, Universidade Federal Fluminense.” disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>>. Acesso em: 21/06/2015.

<sup>27</sup> A UNE surgiu em 1937, e foi perseguida no início do regime militar de 1964, em especial após 1968 com o AI-5. O movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais também sofreu uma intensa repressão no início do regime militar com o extermínio físico das Ligas Camponesas.

naquele período as Pastorais Operárias vinculadas as Igrejas Católicas e o Partido dos Trabalhadores (PT) que veio a ser até final de 2002 o maior partido de esquerda no Brasil<sup>28</sup>. E, em 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que até ao início do século XXI foi reconhecida como uma das maiores centrais sindicais da América Latina.

## 1.2 – O Surgimento da CUT no Brasil

Os elementos estruturais presentes no processo que constituíram o surgimento da CUT no Brasil em 1983 está estreitamente relacionada ao movimento grevista que emergiu no Brasil no final da década de 1970, e esse processo foi caracterizado por avanços e recuos, insuficiências e contradições existentes na conjuntura daquele período (OLIVEIRA, 2005). A partir de 1978, após um longo período sem greves no Brasil, começam a ocorrer greves em diversas regiões do país, em especial na região do ABC paulista. Segundo Mattos (2009) somente nesse ano, ocorreram mais de 100 greves em todo o país, e em 1979 esse número mais que duplicou. Para Teixeira (2013) essas reivindicações apresentaram uma perspectiva política e econômica, uma vez que exigiam aumentos salariais para compensar todo o arrocho salarial provocado pela economia brasileira no decorrer da década de 1970, e reivindicava também o direito de organização no interior do local de trabalho, liberdade e autonomia sindical, direito de greve e o fim da ditadura empresarial-militar.

Essas greves ocorreram em um período que apresentava uma ausência de direitos políticos, como o direito de greve, de forma que ao passo que as mobilizações da classe trabalhadora se tornavam massivas, se deparavam com a reação das classes dominantes recorrendo a estrutura jurídica da ditadura empresarial-militar, provocando assim um intenso conflito (TEIXEIRA, 2013). Assim, esse processo de ascensão das lutas da classe trabalhadora no Brasil ao enfrentar os rumos da conjuntura política e econômica do país, supera nesse período a perspectiva corporativista e economicista que são características

---

<sup>28</sup> Ao afirmar que o PT veio a ser até final de 2002 o maior partido de esquerda no Brasil, leva-se em consideração o número de pessoas filiadas e todo o período das décadas de 1980 e 1990 quando o PT possuía efetivamente um papel de apoio e/ou de organizador das lutas sociais contra as políticas impostas pelos governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Leva-se em consideração que o PT sofreu no decorrer dessa década mudanças importantes que modificaram gradualmente a posição política do partido. Porém, destaca-se a mudança estrutural no partido após o início de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) é eleito, uma vez que se altera a prática e a localização do partido na conjuntura política brasileira.

estruturais do movimento sindical brasileiro. É importante destacar também que essas greves se iniciaram no setor privado e depois afetou a esfera pública:

[...] nos dois primeiros anos estouram várias e importantes greves concentradas no setor privado, cujo efeito de longo prazo será a definição desses traços comuns – nesse sentido, as greves desse ano têm um caráter inaugural; a segunda fase (1980 a 1982) é marcada pela retração do movimento grevista em função de particulares alterações políticas e econômicas: início do período recessivo, a instabilidade do processo de transição e o aumento das reações governamentais e empresariais às pressões sindicais; a terceira fase (1983 e 1984) caracteriza-se pela relativa retomada das greves do setor privado e, particularmente, pela extensão definitiva desse tipo de conflito para o setor público. (Noronha, 1991, apud Teixeira, 2013)

A organização desse movimento que ocorre a partir de 1978, conta com uma expressiva participação das Oposições Sindicais<sup>29</sup>, que praticaram uma política de confronto com a estrutura sindical vigente. Em 1979 é realizado o I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que deliberou por buscar a unificação das lutas em âmbito nacional, visando um acúmulo de forças para a construção de uma central sindical nacional para organizar as lutas da classe trabalhadora brasileira (Teixeira, 2013).

Em março de 1983 é realizada uma reunião preparatória para a realização da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Nessa reunião que contou com 183 entidades de 13 estados, foi lançada a convocatória “Aos Trabalhadores Brasileiros”, para o CONCLAT nos dias 21 a 23 de agosto de 1981, que conforme demonstra Teixeira (2013), foi um processo que teve uma abrangência nacional, com mobilização e debate nas entidades de base, que fundamentaram a estrutura ideológica e política na fundação da CUT. Segundo o autor:

Antes do CONCLAT, ocorreram Encontros Estaduais das Classes Trabalhadoras - Enclats, realizados em 16 Estados, mais o DF,

---

<sup>29</sup> As Oposições Sindicais eram compostas por trabalhadores e trabalhadoras que não atuavam nas direções dos sindicatos, e que se opunham às direções sindicais que eram aliadas ao regime militar e acríicas à estrutura sindical estatal. Eram influenciadas politicamente majoritariamente por setores políticos que posteriormente contribuíram para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da CUT.

envolvendo cerca de 3.500 participantes e 1.010 entidades. A Conferência Nacional ocorreu, em Praia Grande, no litoral de São Paulo, na data prevista, reunindo 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais de 22 Estados, mais o Distrito Federal. As divergências não eram apenas de cunho organizativo, mas de concepção político-programática. Desde o processo de formação da CUT, as diferenças em torno da política estratégica da Central tinham como questão fundamental a relação com o Estado. Não apenas o debate sobre a estrutura sindical definiu os princípios que nortearam a formação da CUT, mas também sobre de que maneira os trabalhadores deveriam relacionar-se com o sistema vigente. Só uma parte da Comissão Pró-CUT tocou de fato a primeira greve geral, puxada em julho de 1983, a qual teve a participação estimada em dois milhões de grevistas. Esta greve geral demarcou, de forma definitiva, as divergências existentes no interior do sindicalismo, tendo como consequência a fundação da Central Única dos Trabalhadores trinta e três dias depois, em agosto de 1983.

O 1º CONCLAT realizado em 1983, contou com a participação de 912 entidades sindicais com 5.059 delegados representando mais de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras (Teixeira, 2009, 22), e além de eleger uma Direção Nacional para a condução política da CUT, também aprovou um Plano de Lutas para o período (reivindicava estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, reajustes salariais trimestrais de acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE), reforma agrária e melhoria do atendimento médico e hospitalar para a população) e um Estatuto que tinha em seus objetivos e princípios a construção de *uma sociedade sem exploração e democrática* (Teixeira, 2009, 22). Além disso, deliberou-se que a CUT buscaria a *unidade de classe* de forma crítica ao método de conciliação de classes, de colaboração entre as classes que caracterizou diversos momentos e períodos da história do movimento sindical no Brasil, constituindo assim uma central sindical independente economicamente e politicamente (Teixeira, 2009, 22).

Cabe destacar que nesse processo, participaram tanto sindicatos vinculados à estrutura sindical oficial em vigor, quanto oposições sindicais e associações de trabalhadores e trabalhadoras que não estavam inseridos dentro da estrutura sindical oficial. Conforme afirma Teixeira (2013), a *CUT nascia com um pé fora e outro dentro da estrutura sindical oficial* (Teixeira, 2009, 23). Pode-se constatar essa análise, ao levarmos em consideração que ao passo que determinados setores políticos que participaram desse processo, denominados de Unidade Sindical, defendiam que a tática mais adequada para o período era a negociação

permanente em detrimento da tática de greves, do confronto direto, ao passo que outros setores defenderam e conseguiram organizar nacionalmente as ações de greves e paralisações.

Destaca-se que uma importante decisão aprovada durante o I CONCLAT foi referente a participação das entidades sindicais nos congressos estaduais e regionais, preparatórios para o I Congresso Nacional da CUT (I CONCUR), agendado para agosto de 1984, que segundo Teixeira (2013), o processo de construção desse Congresso se caracterizou por uma perspectiva “de baixo para cima”, contando com delegações representantes dos trabalhadores e trabalhadoras da área rural e urbana, do funcionalismo público, dos ramos da indústria e de serviços, de todos os Estados da Federação. O autor afirma que:

No processo de construção do I Congresso da CUT foi impulsionada a conformação de CUTs Estaduais e Regionais. Ou seja, ao invés de uma concepção “de cima pra baixo”, o I Congresso teve como pressuposto a consolidação de espaços organizativos mais próximos das bases sindicais. Até a Plenária Nacional, realizada em maio de 1984, foram criadas 20 CUTs Regionais, em 8 estados, e 5 CUTs Estaduais. Além disso, vários outros congressos regionais e estaduais estavam marcados naquele momento. (...) Em agosto de 1984 foi realizado o I Congresso Nacional da CUT, o I CONCUR, contando com 5.222 delegados, de 937 entidades diferentes, representando 11.288.655 trabalhadores. Dos Delegados, 65,9% eram provenientes da Base, e 34,1% das direções dos sindicatos (Teixeira, 2009, 24).

Além da crise econômica, o descontrole da inflação e do constante aumento do desemprego e da miséria social, a derrota da Emenda Dante Oliveira que propunha a eleição direta para presidente do país, se configurou como um importante elemento da conjuntura política nacional após o I CONCUR. Após o congresso, a CUT prosseguiu na luta pelas “Diretas Já”, tentou articular greves gerais, e buscou propondo o nome do Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), construir uma alternativa política que unificasse a classe trabalhadora nas reivindicadas eleições diretas para presidência do país.

Outro elemento que esteve presente no horizonte político do processo de formação da CUT, foi o aspecto do *internacionalismo*. Embora naquele momento a CUT não estivesse filiada a nenhuma organização internacional, a central nasceu com a perspectiva de se

solidarizar com as lutas de todos os movimentos da classe trabalhadora, e o artigo 9º do Estatuto da CUT expressa claramente esse anseio (Teixeira, 2009, 27).

### 1.2.1 – O I CONCUR e o Debate sobre a Estrutura Sindical no Brasil

O I CONCUR, debateu e deliberou políticas no que se refere a relação entre Estado e Movimento Sindical e no caderno de resoluções desse congresso<sup>30</sup>, expressava a avaliação política de que a estrutura sindical brasileira ainda em vigor, oriunda do regime varguista, tinha como princípios básicos:

- o corporativismo sindical (para dividir e enfraquecer os trabalhadores);
- o verticalismo sindical (para manter o controle dentro da própria organização sindical);
- a conciliação de classes (para harmonizar os conflitos entre patrões e trabalhadores);
- a submissão ao Estado (para garantir qualquer tipo de intervenção); o assistencialismo (para desviar a ação sindical);
- o imposto sindical (como forma paternalista de resolver o problema da sustentação financeira);
- o controle financeiro por parte do Estado (para evitar que os trabalhadores decidam investir nas lutas)
- o controle político (para o Estado decidir sobre quem pode dirigir um sindicato) - (Resoluções do I Congresso Nacional da CUT, 1984, 17)

E diante dessa avaliação, o congresso deliberou que a CUT elaboraria uma proposta alternativa para substituir a estrutura sindical em vigor que teria como princípio a *democracia*, permitindo a ampla liberdade de expressão das correntes internas; o *classismo*, combatendo a perspectiva de colaboração de classes e considerando que o movimento sindical está inserido em um contexto de luta de classes, portanto com interesses opostos e inconciliáveis; a ação sindical que visa o *combate a todas as formas de exploração* no campo e na cidade; a *liberdade e autonomia sindical*, contrapondo a intervenção no movimento por parte de governos, partidos políticos e qualquer outro tipo de instituição; a *organização dos*

---

<sup>30</sup> Ver Resoluções do I Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (I CONCUR - 24 a 26/08/1984). Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/114>>. (Acesso em: 08/04/2015).

*trabalhadores e trabalhadoras por ramo de atividade produtiva*; as eleições sindicais livres e diretas; uma política de finanças democraticamente construída em assembleias que garanta a *sustentação financeira* do movimento sindical; *uma política de sindicalização* visando ampliar o número de sindicalizações para fortalecer os sindicatos e possibilitar a autonomia financeira; e, por fim, o princípio *da unidade sindical* dos locais de trabalho até a central sindical.

Mas se na plataforma de lutas desse Congresso, constou a defesa da liberdade e autonomia sindical, cabe destacar a reivindicação do congresso *pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores brasileiros* (I CONCURT, 1984, 13), demonstrando que o movimento sindical protagonizado pela CUT propunha já em seu início um combate limitado com a intervenção do Estado no movimento dos trabalhadores e trabalhadoras. Seguindo essa linha de raciocínio, França (2007, 74-75) afirma que:

Dentre os pontos a serem privilegiados no plano de lutas aprovado estava novamente a defesa da “liberdade e autonomia sindical” acrescida das exigências do “reconhecimento do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical do Estado, com a revogação imediata do título V da CLT”; e ainda, que o Estado reconhecesse a CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores brasileiros, o que demonstrava que a briga com o Estado praticamente se restringia à liberdade sindical (1º CONCURT, 1984). As propostas feitas no final dos anos setenta, de forma ainda um tanto soltas, pelos dois principais grupos que deram corpo a CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, ganham pela primeira vez um esboço de projeto com matizes mais definidas a partir da fundação dessa Central, onde se destacam a crítica ao imposto sindical e ao assistencialismo, a defesa da autonomia e da organização por local de trabalho como unidade básica de uma organização mais complexa que teria como ápice a Central Única, além da defesa intransigente da democracia sindical. (...) No entanto, uma das reivindicações do “novo” sindicalismo: a “sindicalização de todos os trabalhadores”, incluindo os funcionários públicos, que pela legislação vigente até então não poderiam possuir sindicatos reconhecidos oficialmente, suscita opiniões divergentes quanto à existência ou não de contradição no fato dessa reivindicação vir ao lado da defesa de uma estrutura sindical desatrelada ao Estado.

Portanto, se por um lado a CUT pautava a necessidade de romper com determinados elementos da estrutura sindical vigente, por outro, essa experiência organizada pelo movimento sindical não propôs já em seu surgimento, a completa ruptura com a estrutura sindical.

### 1.2.2 – Perspectivas do II CONCURTO e III CONCURTO

Em agosto de 1986, foi realizado no Rio de Janeiro, o II Congresso Nacional da CUT, que contou com a participação de 5.564 delegados e delegadas, representando 1.014 entidades e 12.423.214 trabalhadores e trabalhadoras. A partir desse congresso, a corrente “Articulação Sindical” composta por diversos(as) militantes que também participavam da corrente política interna hegemônica do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>31</sup>, denominada de “Articulação”, passou a hegemonizar a CUT. Segundo Teixeira (2013, 38):

A partir do II Congresso, a CUT passa a ser hegemonizada pela Articulação Sindical, a qual concebia, através da relação entre os elementos de consenso de suas propostas e a força de sua maioria numérica, a direção intelectual e moral da Central. Não ocorria uma diferenciação global entre as minorias, representadas pela CUT pela Base e pela Convergência Socialista, e a maioria representada pela Articulação Sindical. Mesmo quando colocava uma proposta para votação, a Articulação Sindical mesclava, de forma subordinada, elementos das propostas da minoria, mantendo certo consenso no interior da Central que viabilizava sua direção intelectual e política. A crença de que todos na CUT eram classistas e socialistas, apesar das divergências, era o principal elemento de coesão e consenso. Se no plano interno, a CUT era hegemonizada pela Articulação Sindical, no plano externo, colocava-se claramente em oposição as classes dominantes e seu projeto de classe. A CUT mantinha-se classista e anticapitalista. A relação das classes dominantes com a CUT era baseada mais na coerção, seja econômica ou física, do que no consenso político-ideológico: uma relação de dominação, não de direção.

---

<sup>31</sup> O PT desde sua origem foi constituído por diversas correntes de pensamentos, por diversas concepções teóricas, sendo todas localizadas no campo do trabalho, no que se refere a polarização capital versus trabalho. A partir de 1987, dentro do PT se torna vitoriosa uma formulação baseada no programa democrático popular, que foi encampada por uma corrente denominada “Articulação” liderada por Luiz Inácio Lula da Silva e José Dirceu, que contava com o apoio de milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Tal formulação propunha como tática central a concentração de esforços políticos na agenda eleitoral e na disputa do aparelho do Estado. A partir desse período a “Articulação” se torna a corrente hegemônica dentro do PT. Outros setores que defendiam táticas opostas à essa que foi vitoriosa dentro do partido a partir de 1987 continuaram na convivência e na construção interna do partido, e no decorrer dos anos posteriores, alguns desses setores foram se retirando da construção política do PT. Para um debate mais amplo sobre o tema, ver Secco (2011).

TEIXEIRA (2013) afirma que após II CONCUR nos espaços nacionais a Articulação Sindical abandonou o método do consenso na construção interna da CUT, diante de todas as divergências políticas que existiam no interior da Central. Todavia, há outra versão na historiografia brasileira que contrapõe essa avaliação de Teixeira a respeito da prática do consenso por parte da Articulação Sindical, e afirmam que desde o início esse agrupamento já utilizava de sua força política majoritária para impor a sua política sem fazer sequer nenhuma concessão aos grupos minoritários. Na perspectiva do sindicalismo de base, o debate na direção nacional da CUT sempre foi pautado pelos resultados das Plenárias de base, em que a Articulação Sindical propunha e encaminhava suas proposições através do voto. Nessas plenárias locais, nas cidades, não se percebia uma disposição desse grupo em buscar consensos, o que por consequência não havia muito espaço para produzir consensos nos espaços nacionais da CUT.<sup>32</sup>

Nessa conjuntura, a CUT se posicionava ideologicamente contra a lógica sistêmica, e por isso a relação entre a central e as classes dominantes era de enfrentamento, e portanto de dominação de uma sobre a outra; e não de adesão ou capitulação por parte de um setor ao outro. O desenvolvimento político do movimento sindical cutista naquele período, bem como o fortalecimento da CUT no cenário nacional que atuou de forma unificada nos espaços políticos e sociais, de modo que a corrente Articulação Sindical teve a capacidade de se constituir como a direção intelectual e moral da CUT naquele período. E cabe destacar que foi no II CONCUR, que as posições políticas da esquerda socialista que se opunha à Articulação Sindical tiveram um destaque maior, no qual as chapas das correntes “Convergência Socialista” e “CUT pela Base” obtiveram juntas 40,02% dos votos dos delegados e delegadas presentes no congresso.

Nesse congresso, a CUT reforçou a perspectiva classista, de independência de classe e anticapitalista do movimento sindical construído naquele período, reafirmando que a alternativa política para a sociedade é o socialismo, e negando a perspectiva da colaboração de classes, ao não aceitar a realização de um “pacto social” proposto por setores do empresariado e pelo Governo Sarney<sup>33</sup>, e resistindo a adesão à estratégia do sindicalismo de

---

<sup>32</sup> Agradeço a Antônio de Almeida por apontar essa compreensão que difere da avaliação de Teixeira (2013).

<sup>33</sup> Ver Resoluções do II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (2º CONCUR – 31/07/1986 a 03/08/1986). Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/115>>. Acesso em: 21/04/2015. Ver também, Teixeira (2013), p. 31-32.

resultados<sup>34</sup>. Sobre a estrutura sindical, o II CONCUR manteve a avaliação política e histórica da estrutura sindical brasileira<sup>35</sup>, propondo a luta contra o imposto sindical e pelo fim das práticas do sindicalismo assistencialista. A resolução aprovada nesse congresso expressa as seguintes proposições:

- a) batalhar pela abolição do imposto sindical;
- b) batalhar pelo fim gradual do assistencialismo, exigindo que o Estado assumira este papel garantindo a saúde e assistência médica sob o controle dos trabalhadores.
- c) criar novas formas de arrecadação e ampliar as que já existem;
- d) criar novas formas de sustentação nacional, estadual e regional da CUT;
- e) elaborar projeto urgente que garanta o desconto em folha de pagamento de todas as contribuições decididas pelos sindicatos, através de seus órgãos de decisão. (Resoluções do II Congresso Nacional da CUT, 1986, 52)

A divergência que foi debatida no II CONCUR a respeito da política da CUT para a estrutura sindical, refere-se a concepção sobre a Organização por Local de Trabalho (OLT). A proposta da direção executiva nacional da CUT era de constituir um espaço de organização do sindicato próximo a base, ao passo que a delegação dos Metalúrgicos da capital paulista defendia a constituição de um espaço de auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras que tivesse referência no sindicato, mas independente formalmente de sua estrutura sindical<sup>36</sup>. A síntese desse debate, foi a deliberação de uma resolução que propunha a constituição de dois espaços diferenciados e que se complementam, sendo uma comissão

---

<sup>34</sup> A concepção referente a *sindicalismo de resultados* será abordada nas páginas posteriores desse capítulo. Em síntese, essa concepção sindical não avalia que a sociedade contemporânea é caracterizada pelo confronto inconciliável entre capital versus trabalho, e busca a execução de políticas que beneficiem e atendam de forma simultânea os interesses de dois polos sociais que caracterizam a sociedade capitalista, sendo aqueles que detêm os meios de produção (exploradores) e aqueles que detêm apenas a força de trabalho para sobreviver (explorados). Essa prática contrapõe a concepção do sindicalismo classista que esteve presente na origem da construção da CUT.

<sup>35</sup> Destaca-se que a estrutura sindical brasileira era naquele período, similar a estrutura sindical de diversos outros países da América Latina e da Europa. Sobre esse debate, ver Trotsky [1940 (2008)]. Mas o II CONCUR se deteve a refletir sobre a estrutura sindical brasileira, e por isso não refletiremos aqui sobre a estrutura sindical vigente naquele período em outros países.

<sup>36</sup> Ver Teixeira (2013, 33).

sindical de base formada por trabalhadores e trabalhadoras filiadas ao sindicato, e a construção de comissões de fábricas, de empresas, que manteriam a independência e autonomia em relação a estrutura burocrática do sindicato<sup>37</sup>.

As mudanças no estatuto da CUT aprovadas durante o II CONCUT, provocou uma diminuição na participação da base em relação a diretoria durante o III CONCUT, realizado em setembro de 1988, que contou com a participação de 6.244 delegados e delegadas representando 1.157 entidades sindicais. Nesse congresso, a atuação da CUT na constituinte brasileira foi debatida apresentando análises bem divergentes. Ao passo que setores vinculados a Articulação Sindical defendiam que foi correto posicionamento da CUT aprovado durante o II CONCUT, de opor a soberania popular à constituinte conservadora, se articulando com outras entidades e partidos apontando a organização e a luta como a saída para as conquistas dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, e denunciando o perfil conservador do congresso constituinte e de diversos parlamentares. Uma das teses apresentadas nesse congresso que defendiam essa concepção, a tese 10 denominada “pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base”, avaliou que embora o processo da constituinte não estivesse concluído, era possível avaliar que o caráter desse processo era “antipopular”. Essa tese afirmava que:

A CUT deverá aguardar o término dos trabalhos no Congresso Constituinte para definir um posicionamento final, precedido de amplas e democráticas discussões. Porém, apesar de algum grau de incerteza, neste momento, quanto aos desdobramentos futuros da Constituinte, é possível fazer uma avaliação. (...) As pequenas conquistas obtidas, graças à pressão exercida, são irrisórias diante das fragorosas derrotas, tais como, a manutenção da estrutura sindical e principalmente no caso da Reforma Agrária. A CUT deve denunciar amplamente o caráter antipopular da Constituinte, (...) deixando claro que a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos continuará avançando tendo a CUT como um dos seus principais instrumentos. (Teses ao III CONCUT, 1988, apud Teixeira, 2013, 42-43) – Grifos Meus<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Ibidem. p. 34.

<sup>38</sup> Se configura como um elemento importante para a análise histórica das trajetórias do movimento sindical no Brasil, o fato do processo constituinte na década de 1980 ter mantido a essência da estrutura sindical oriunda do regime varguista. Mesmo com uma intensa mobilização popular que ocorreu no decorrer da década de 1980, a estrutura sindical varguista manteve de pé, com sua essência política e organizativa.

Já a “CUT pela Base” registrou em sua tese ao III CONCURT críticas ao setor majoritário da direção nacional da CUT no que se refere a condução das lutas durante o processo constituinte, afirmando que:

Nossa direção não soube enfrentar os desafios colocados pela Constituinte. Esqueceu que a ferramenta fundamental dos trabalhadores é a sua luta direta e não os viciados meandros das negociações (mesmo combinadas com pressões) ao nível institucional. Orientou a intervenção da CUT no processo da Constituinte, privilegiando as reivindicações no campo trabalhista em detrimento das questões de ordenamento geral da sociedade, com o que permitiu os setores mais reacionários ao “conceder” migalhas trabalhistas ganhassem espaço para reivindicar legitimidade de uma ordem jurídica e institucional que mantém os mecanismos de repressão e controle, assim como a tutela militar sobre a sociedade. (Teses ao III CONCURT, 1988, apud Teixeira, 2013, 44)

Percebe-se que em termos gerais, a direção nacional da CUT não concedeu centralidade na luta pela alteração da estrutura jurídica brasileira, demonstrando que essa questão não era consenso entre as análises estratégicas e táticas dos setores políticos que construía a CUT naquele período. O III CONCURT ainda mantém a CUT dentro da perspectiva e estratégia classista para o movimento sindical, mas a Articulação Sindical impulsionou a aprovação da alteração no estatuto da CUT defendendo a necessidade de constituir uma estrutura organizativa “ágil” e “centralizada” capaz de implementar uma nova concepção sindical que para NETO, GIANNOTTI (1993) e TEIXERA (2013), se baseia em uma central de representação, de negociação sobrepondo a perspectiva de uma central de mobilização e organização política da classe trabalhadora, restrita aos trabalhadores sindicalizados e trabalhadoras sindicalizadas com vínculo formal, com carteira de trabalho, se aproximando assim do modelo sindical europeu que majoritariamente adota uma perspectiva e estratégia do “sindicalismo de resultados”, de negociação permanente. Essa deliberação influenciará os rumos da CUT no decorrer da década de 1990, que é justamente o período em que se detecta um avanço da política econômica de caráter neoliberal no país<sup>39</sup>. Outros dois

---

<sup>39</sup> Política essa executada pelos Governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso que foi caracterizada pela retirada de diversos direitos sociais e pelo empobrecimento da população. Refletiremos no decorrer desse capítulo sobre o processo de transformação da concepção e prática sindical da CUT durante a década de 1990.

elementos que influenciaram a caracterização do movimento sindical cutista após a realização desse congresso, foram: após a esquerda conseguir imprimir fortemente a sua marca durante o II CONCUR, começa a desaparecer durante o III CONCUR a busca pela construção de um consenso geral dentro da CUT, e o setor liderado pela articulação sindical começa a utilizar de forma mais recorrente sua força numérica para aprovar as orientações políticas nos espaços de deliberação da CUT e a limitação da participação de *trabalhadoras e trabalhadores com vínculo formal de trabalho* nos fóruns deliberativos da CUT, o que excluiu do processo organizativo do trabalho uma importante parcela da classe trabalhadora do país.

Essa mudança de método no interior da Direção Nacional da CUT, abandonando a disposição de um consenso limitado sempre que fosse possível, ocorre no momento que os setores não majoritários no interior da central começam a questionar e a denunciar as práticas e os posicionamentos políticos da direção majoritária da CUT com o objetivo de disputar a concepção e os rumos do movimento sindical no interior da central. Segundo Teixeira (2013, 45-49):

Era um momento, portanto, de transição: a Articulação Sindical, enquanto corrente política, ainda dirigia intelectual e politicamente a CUT, e mantinha-se no interior do sindicalismo combativo; entretanto, alguns de seus membros já iniciavam a adoção de práticas parecidas com o “sindicalismo de resultados”. Por outro lado, as correntes minoritárias iniciaram um debate de maior “denúncia” das práticas da direção majoritária, realizando uma disputa ideológica em relação à concepção de sindicalismo. Foi a maior ênfase nos debates sobre concepção de sindicalismo e a necessidade de uma maioria clara para a “Articulação Sindical” que impulsionaram as mudanças estatutárias ocorridas neste III CONCUR. Além disso, as propostas de uma nova estrutura da CUT também se casavam como uma visão de sindicalismo que dava prioridade a consolidação de um “aparelho burocrático”, mais centralizado e controlado politicamente por seus dirigentes. A estrutura burocrática da CUT enquanto aparelho organizativo ganhava cada vez mais peso, e a forma pela qual esta estrutura seria gerida tornou-se um dos temas centrais. (...) No III CONCUR várias escolhas foram feitas, defendidas com mão de ferro pela “Articulação Sindical” e combatidas pelos setores de oposição; dentre elas as de maior destaque são as que visavam restringir a participação e o poder das bases e garantir um peso muito maior às direções oficiais da CUT e as direções dos sindicatos. A criação de um “funil” para a eleição dos delegados foi peça chave para a nova estrutura da CUT.

É importante destacar que mesmo com essas deliberações, a CUT se manteve ainda durante aquele período na defesa da perspectiva classista e em luta contra o pacto social,

participando e impulsionando as mobilizações populares, que ocorreram em grande escala durante aquele período. É curioso constatar que as mudanças que ocorreram durante o III CONCURT, caminharam na contra mão do fluxo conjuntural da década de 1980, que na luta contra a política neoliberal, ocorreram 4 greves gerais e mais de 12300 greves em todo o país,<sup>40</sup> de modo que essas mudanças contribuíram para a desmobilização e descolamento da CUT nas mobilizações efetivas da classe trabalhadora, e com o início do processo de burocratização dessa central; uma vez que a partir desse período, trabalhadores e trabalhadoras com vínculo de trabalho formal ou não, passaram a ter menos espaço de intervenção dentro dos encontros e congressos da CUT, tendo assim menos espaço para influenciar nos rumos políticos da central. De modo natural, esse processo levou a um fortalecimento das decisões por parte da direção da CUT e em fóruns que não contava mais com a ampla participação da classe trabalhadora.<sup>41</sup>

### **1.3 – As Influências da Reestruturação Produtiva e do Neoliberalismo na Organização do Movimento Sindical Cutista**

Dentro de sua estrutura desigual e combinada, o sistema capitalista vivenciou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em diversas partes do mundo o início de uma crise de acumulação de capital, que provocou uma redução da taxa média de lucro. Destacam-se quatro pontos fundamentais que favoreceram o início desse período de crise sendo: a diminuição dos níveis de produtividade devido à ruptura do desenvolvimento expansivo e econômico do sistema taylorista/fordista que possibilitou inclusive o fortalecimento do movimento operário no início da década de 60, a diminuição da taxa de lucro gerada pela diminuição da rotatividade do capital e pelo aumento do capital fixo em relação ao capital circulante; a diminuição e o esgotamento da expansão do nível de consumo de bens duráveis que eram produzidos em larga escala não aumentando assim a taxa de lucro; e o desenvolvimento da esfera de circulação de capital sustentada pelo trabalho improdutivo via setores de serviços, financeiros e comerciais (SILVA, 2001, 30-31).

---

<sup>40</sup> Ver Teixeira (2013), p. 51-52.

<sup>41</sup> Ibidem. p. 53.

A conjuntura econômica da década de 1970 foi caracterizada pelo início de uma forte crise de acumulação de capital somada à derrota das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras que não conseguiram substituir a lógica de produção do capital (ANTUNES, 2000), favorecendo o surgimento de um novo modelo de organização do trabalho, pautado pela acumulação flexível, revisão quanto à estratégia de produção em larga escala optando por buscar o desenvolvimento tecnológico, um nível elevado de qualidade e personificação dos produtos que nesse momento se enquadram em grande quantidade no campo do consumo. Pinto (2007), afirma que um dos requisitos desse novo período é a busca pelo barateamento do produto final obtido pela flexibilidade produtiva estruturada em uma “fábrica mínima” caracterizada pela mínima ociosidade no que se refere a equipamentos, a estoques e ao efetivo de trabalhadores. A alta flexibilidade produtiva e a substituição da produção em larga escala se mostraram incompatíveis com o modelo de organização taylorista/fordista.

Diante desse processo de mudanças da estrutura organizacional do trabalho, que denominaremos de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2000; PINTO, 2007), destacamos o toyotismo desenvolvido no Japão desde os anos 1950 pela empresa Toyota Motor Company, que se consolidou em diversos países europeus nos anos 1960 e 1970 por se enquadrar às necessidades do capital relativas à manutenção da taxa de lucro, em um período caracterizado por uma crise global de acumulação de capital, como característica central da fase de reestruturação produtiva vivenciada pelo capitalismo na segunda metade do século XX, que se diferencia do fordismo (ANTUNES, 2000, 54-55) em alguns aspectos em que a produção se torna mais heterogênea vinculada à demanda do mercado consumidor, em detrimento da produção homogênea em série e de massa no qual o trabalho é realizado em equipe, em que o trabalhador possui múltiplas funções em substituição ao trabalho dividido e especializado, a produção se torna mais flexível aumentando o teor de exploração do trabalho, visto que dessa forma é possível que o trabalhador opere simultaneamente várias máquinas. Resgatamos a reflexão de Edmundo Fernandes Dias, sobre o processo de reestruturação produtiva, na qual defende:

[...] um conceito ampliado de reestruturação produtiva. Para o autor a gestão do processo produtivo nada mais é do que a forma condensada da política das classes dominantes. Condensada porque impõe, no processo de trabalho, a desigualdade real existente, mantendo os laços de subordinação/exploração. Nesse sentido, busca eliminar a possibilidade autônoma do trabalhador coletivo, pois ele mesmo pode propiciar a recusa ao capitalismo. A reestruturação produtiva, “contrariamente às

análises dominantes, não é um conjunto de técnicas de gestão e de produção mas, fundamentalmente, um modo de vida. Mais que propaganda ela é condição do domínio do capital, uma ideologia construidora do real”. É a fórmula privilegiada de resposta capitalista à sua crise, a qual necessita, conjuntamente, limitar cada vez mais os direitos sociais e os gastos estatais. De uma democracia que antes, na época “social-democrata”, incluía os trabalhadores relativamente, hoje é revelada a quase nula possibilidade de acesso real ao mundo da política e do bem-estar social, quando não abertamente à pura sobrevivência. (TEIXEIRA, 2013, 122)

E a lógica do modelo toyotista visa evitar o “desperdício de tempo” de produção via mecanismos de just in time e Kanban (que calcula pontualmente a quantidade necessária de produtos para a reposição no estoque), e inicia um processo de terceirização da produção ao não concentrar mais em apenas um estabelecimento, a um local, todo o processo produtivo.

No plano internacional o final da década de 1960 e os anos da década de 1970, foram caracterizados por inúmeras mobilizações dos trabalhadores em resistência às consequências negativas da estruturação taylorista/fordista na vida cotidiana pessoal e profissional dos trabalhadores<sup>42</sup>. Em alguns países, as mobilizações da classe trabalhadora abalaram a estrutura do sistema capitalista, paralisando a estrutura produtiva de determinadas regiões que afetaram a margem de lucro do capital industrial; porém é fato que as classes trabalhadoras organizadas não conseguiu naquele período substituir o modelo estrutural do capitalismo. Com essa conjuntura, o desenvolvimento do toyotismo além de intensificar o nível de exploração do trabalho, buscou simultaneamente resposta à crise econômica vivenciada pelos países naquele período, e uma reação às ações do movimento sindical que segundo Antunes (1994), constituíam um grande entrave à estruturação e implementação desse modelo.

---

<sup>42</sup> No Brasil, as mobilizações das trabalhadoras e dos trabalhadores foram reprimidas a partir do golpe militar de 1964. Com o Ato Institucional N° 5, em 1968, ocorreram poucas mobilizações operárias, populares e estudantis no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970; presenciando apenas no final dos anos da década de 1970 o ressurgimento das mobilizações sociais, tendo na década de 1980 um marco fundamental na História da reorganização social e sindical no Brasil. No final da década de 1970 a União Nacional dos Estudantes (UNE) se reorganiza, e no início da década de 1980, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A luta contra o regime militar e a luta contra o arrocho salarial vigente nesse período, simbolizaram os principais motivadores para as mobilizações sociais que ocorreram no país nesse período.

E para aprofundar o debate sobre a conjuntura política internacional nas décadas de 1960 e 1970, ver Alves (2000), Antunes (1994, 2000, 2005), Birh (1998) e Pinto (2007).

O modelo toyotista, se constituiu como uma resposta às intensas mobilizações dos trabalhadores, promovendo objetivamente e subjetivamente a construção do ideário do *sindicalismo de colaboração*, do *sindicalismo de empresa*, do *sindicalismo participacionista* em detrimento do sindicalismo classista e combativo. E o toyotismo, no decorrer de seu desenvolvimento, exigiu que a estrutura da organização do trabalho fosse caracterizada pela flexibilidade dos direitos trabalhistas e sociais. Houve uma consonância entre a nova estrutura toyotista com a proposta do novo liberalismo implementado por governos como o da Inglaterra, do Chile e dos Estados Unidos da América (EUA) a partir dos anos 70, e do Brasil no decorrer da década de 1980, se intensificando na década de 90. No caso brasileiro, segundo Teixeira (2013, 66):

[...] a principal peculiaridade da conformação inicial da reestruturação produtiva é que ela ocorre em cenário recessivo, impedindo que as empresas adotassem, com maior amplitude, novas estratégias de envolvimento dos trabalhadores, tais como bônus vinculados à lucratividade. A principal meta então, tornou-se o “enxugamento de pessoal” e a necessidade de reorganizar o processo de trabalho, deixando de lado a cooptação mais ampla, ou seja, a coerção econômica foi um traço ainda mais característico da reestruturação produtiva tardia no país.

Os impactos objetivos e subjetivos na vida dos trabalhadores diante a estruturação do modelo toyotista foram perceptíveis. Além de uma significativa reestruturação na esfera produtiva, o toyotismo se desenvolveu paralelamente a uma crise mundial de acumulação de capital e à implementação global do modelo econômico liberal. Essas confluências geraram uma enorme taxa de desemprego e miserabilidade nos países dependentes subalternos que adotaram o receituário neoliberal, constituindo no imaginário da classe trabalhadora o sentimento de medo de perder o emprego, incentivando os trabalhadores a aceitarem as condições de trabalho caracterizadas por uma intensa precarização diante, por exemplo, de uma ofensiva política de retirada de direitos sociais e trabalhistas, acompanhada de um ritmo de trabalho exaustivo e estressante.

É importante relacionarmos a reflexão sobre o refluxo organizativo dos trabalhadores inseridos ou não no movimento sindical e nos movimentos populares, com o neoliberalismo, que caracterizou a cultura, a economia e a política do capitalismo nos últimos 25 anos do século XX, provocando profundos impactos na vida dos trabalhadores na maior parte do mundo. Até final da década de 1980, o planeta estava dividido, no campo da cultura, da

economia e da política, entre dois modelos de organização social: de um lado, o capitalismo, tendo os EUA como o principal representante dessa ideologia; de outro o socialismo, tendo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como o seu principal representante<sup>43</sup>. Em 1989 cai o muro de Berlim, e em 1991 é extinta a URSS. Tal acontecimento fortaleceu os ideólogos do capitalismo, sendo que alguns chegaram a afirmar que o capitalismo havia vencido o socialismo e que vivíamos portanto naquele momento, “o fim da História”<sup>44</sup>. Tais acontecimentos provocaram impactos relevantes no imaginário da classe trabalhadora no Brasil e no mundo, fortalecendo o ideário neoliberal no decorrer dos anos 1990. Esse ideário, além do foco estar relacionado à superioridade do sistema capitalista, é caracterizado também pelo individualismo em detrimento dos projetos coletivos, pela ideia de conciliação entre patrão e trabalhador superando a ideia teórica da luta de classes, afetando o imaginário da classe trabalhadora com a ideia de que o ato de sindicalizar não é o melhor caminho, que os sindicatos e as greves não são os instrumentos capazes de conquistar melhores condições de vida para a classe trabalhadora; caracterizado pela criminalização quanto às lutas mais radicalizadas protagonizadas em sua maioria pelos novos movimentos sociais organizados (como os movimentos que lutam pela reforma agrária e pela reforma urbana), bem como esse ideário divulga a ideia de que as mazelas sociais existem por incompetência e desqualificação técnica/profissional dos trabalhadores.

Em suma, a derrocada da grande potência “socialista” do século XX, a Ex-URSS, somada ao ideário, mercadológico, individual, anti-coletivo do neoliberalismo, contribuiu

---

<sup>43</sup> O texto não se deterá as peculiaridades do regime político e econômico construído no decorrer do século XX na URSS até 1989. Destaca-se as críticas ao modelo “socialista” soviético, em que a falência daquele regime caracterizado pela burocratização do Estado, pela ausência de liberdades políticas acompanhada por uma forte repressão militar (Ver Rodrigues, 2008), pela manutenção da precarização do trabalho e pela não superação do movimento do capital, não quebrando, portanto as três dimensões fundamentais do sistema - Capital-Estado-Trabalho (Mészáros, 2011); não simboliza que o capitalismo é uma forma de organização econômica, política e social superior, à uma proposta de organização que se propõe a superar a alienação e a exploração do homem pelo homem. Esse estudo não reivindica o modelo “socialista” construído na URSS, na China e em Cuba, mas entende que o capitalismo já demonstrou sua incapacidade em atender as demandas sociais da população, bem como toda a sua capacidade de destruição da natureza e de gerador de guerras, miséria, fome e desigualdades. Por isso, é necessário buscar outras formas de organização para a estrutura econômica, política e social dos países.

<sup>44</sup> A pesquisa aqui desenvolvida se posiciona radicalmente contrária à concepção expressa pela teoria de que vivemos “o Fim da História”. Sobre essa teoria, equivocada na concepção dessa pesquisa, ver Francis Fukuiama (1992).

para o enfraquecimento da organização sindical orientada por uma concepção classista<sup>45</sup>, e essa combinação se constituiu como uma importante estratégia de disseminação dos valores morais característicos do neoliberalismo no seio da classe trabalhadora, refletindo-se nas suas entidades representativas.

Embora o neoliberalismo seja relacionado à tese do “enxugamento” do Estado, da redução da intervenção do Estado na dinâmica da economia de um país entendemos que há em detrimento de um enfraquecimento do Estado, uma reconfiguração de sua intervenção. Ao contrário do que foi elaborado por Locke no século XVII a respeito do liberalismo político, o neoliberalismo fortalece o poder executivo do Estado utilizando-se de portarias e decretos governamentais, recorrendo em muitos momentos às decisões judiciais, e enfraquecendo paralelamente o poder legislativo. Entendemos que diante dessa reconfiguração da intervenção estatal, o Estado se constitui como um elemento importante para o desenvolvimento do neoliberalismo em diversos países. Nesse sentido, percebe-se uma redução dos espaços democráticos na sociedade contemporânea, uma redução de espaços que permitam o debate coletivo, popular; principalmente quando se trata de questões referentes aos rumos da política econômica de Governo.

Para Galvão (2007), além de o neoliberalismo ser caracterizado pelas críticas à intervenção estatal, esse também é relacionado à idéia de “livre mercado”. Para a autora essas duas características abrem espaço para a burguesia buscar uma maior acumulação de capital. E esse espaço aberto pelo conjunto de medidas políticas e econômicas adotadas pelo neoliberalismo, se refere à privatização das empresas estatais, a desregulamentação do mercado de trabalho e do setor financeiro, e a transferência da função de prestação de serviços sociais como educação, previdência social e saúde (que são mencionados na constituição federal de 1988, como direitos sociais) do Estado para o setor privado.

No Brasil, a concepção neoliberal não recorreu às forças militares para implementar o seu programa, como ocorreu no Chile na década de 1970 com o golpe militar comandado por Pinochet em 1973.<sup>46</sup> Por aqui, a política neoliberal foi vitoriosa nas urnas no decorrer da

---

<sup>45</sup> O termo classista é utilizado nesse trabalho, para se referir à prática sindical que se opõe a concepção de conciliação de classes. O termo classista será utilizado para definir a prática sindical que se fundamenta na teoria de que a sociedade hoje é composta por classes sociais com interesses antagônicos. Entende-se ainda que a derrocada da URSS e o fortalecimento do neoliberalismo constituem uns dos fatores que contribuíram para o enfraquecimento da concepção sindical classista. Não há, portanto, uma relação de determinação exclusiva e isolada por parte desses fatores.

<sup>46</sup> Lembra-se que na segunda metade do século XX, o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a sofrer um golpe militar (1964-1985). Embora o regime militar no Brasil, contribuiu para a

década de 1990<sup>47</sup>, e nesse período o país aprofundou a política neoliberal, fortalecendo a política de abertura comercial, de desregulamentação do trabalho, de desindustrialização, de privatizações de grandes empresas estatais, e de sucessivos cortes nas despesas públicas das áreas sociais.<sup>48</sup>

A efetivação das políticas neoliberais no Brasil, no decorrer da década de 1990, trouxe conseqüências substanciais para o movimento sindical no país. O governo Collor apresentou uma série de medidas políticas que visavam a desregulamentação do comércio exterior e de reduções de alíquotas de importações, provocando assim mudanças estruturais na economia brasileira. Além da abertura comercial, as políticas do Governo Collor tiveram como conseqüências o desencadeamento de uma profunda recessão acompanhada por um processo de retirada de direitos trabalhistas e ampliação do desemprego. As políticas de abertura da economia ao capital transnacional, de desregulamentação e de privatizações constituíram os pilares da relação entre a reprodução do capital com a intervenção do Estado na economia brasileira dependente subalterna demonstrando que o neoliberalismo da política de Collor teve um caráter estratégico e não apenas conjuntural<sup>49</sup>. A ação objetiva do capital sobre o movimento sindical pode ser exemplificado, entre muitos exemplos, pela política de descentralização das negociações coletivas, restringido em muitos casos ao âmbito das empresas; de flexibilização da jornada de trabalho via “banco de horas”, e pelas medidas provisórias que institucionaliza os sindicatos na participação nos lucros/resultados das empresas (Alves, 2006).

O governo de Fernando Henrique Cardoso introduziu medidas que contribuíram para a fragmentação do processo de negociação coletiva do trabalho, como por exemplo a Lei n° 9.601, de 21/1/1998 que instituía a suspensão temporária do contrato de trabalho; bem como a Medida Provisória n° 1.726, de 3/11/1998 que regularizou a contratação por tempo

---

manutenção dos lucros do capital; não foi nesse período em que o receituário neoliberal foi estruturalmente implementado no país.

<sup>47</sup> No Brasil a política neoliberal é estruturalmente implementada a partir de 1990, com a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, seguido dos governos de Itamar Franco (que assumiu a presidência após o impeachment que Fernando Collor sofreu, seguido de 8 anos de gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002). Ao contrário do que ocorreu no Chile em que a política econômica neoliberal foi implementada durante um regime militar, aqui no Brasil tal política foi construída durante um período posterior ao processo de redemocratização que o país vivenciou no decorrer da década de 1980. De certa forma, esse projeto foi implementado com o status de ter ganho a autorização, a legitimação, via voto popular nos processos eleitorais.

<sup>48</sup> Ver Boito Jr. (1999).

<sup>49</sup> Parte dessa compreensão, está presente em Teixeira (2013, 65).

determinado (Alves, 2006). Essa política de FHC impôs a prática da negociação individual, em detrimento da negociação coletiva intermediada pelo sindicato colocando obstáculos para a organização coletiva e fortalecendo o ideário individual, propositivo e de conciliação de classes na vida cotidiana do movimento sindical.

Concorda-se com a hipótese de que a ofensiva neoliberal no campo da subjetividade e das expressões culturais afetou a concepção do sindicalismo defendido e praticado pelas direções nacional da CUT, já no início dessa década. Vale destacar, que diante da prática classista da CUT, referenciada por inúmeras mobilizações e greves unificadas no decorrer da década de 1980, os gestores do capital aqui no país<sup>50</sup> apoiaram a construção da Força Sindical (FS), uma Central Sindical que nasceu em 1991 com um discurso baseado na lógica do mercado, do capital; uma Central que em seu nascimento utilizava a concepção de “conciliação entre as classes” em detrimento do ideal de “luta de classes”. A FS com sua concepção neoliberal, surgiu para disputar o espaço e a consciência dos trabalhadores no campo do sindicalismo brasileiro. A questão, é que justamente nesse período a CUT, após a realização do seu IV Congresso Nacional, começa a mudar a sua prática e seu discurso sindical, aos moldes expressos pela FS. Segundo Galvão (2006):

Desde o início dos anos 1990 a direção da CUT vem operando mudanças em seu discurso e em sua prática. Essas mudanças ocorreram ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), em que a CUT começou a defender, junto com a Força Sindical, a proposta do sindicalismo-cidadão, que se caracteriza por oferecer ao trabalhador os serviços outrora mantidos pelo Estado” (Grifos meus).

O termo “sindicalismo-cidadão” começou a aparecer nos documentos internos elaborados pela corrente que compunha o campo majoritário da direção nacional da CUT, a Articulação Sindical, que eram destinados aos congressos estaduais e nacionais, plenárias e encontros da Central. Se durante o IV Congresso Nacional da CUT (IV CONCUR) realizado em 1991, o termo “sindicalismo-cidadão” apareceu de forma indireta e com pouca ênfase nas teses que compunham o campo político majoritário da central, a concepção dessa noção estratégica foi amplamente debatida, no ponto que se referiu a postura da CUT no “processo

---

<sup>50</sup> Com o termo “gestores do capital”, nos referimos às classes dominantes vinculadas ao capital industrial, agrícola, financeiro e os governantes, em especial o ex-presidente Fernando Collor de Melo que sofreu um Impeachment em 1992.

negocial” instituído pelo Governo Fernando Collor de Melo (Collor), que na essência se configurava como uma agenda de negociação permanente, que efetivamente durante um longo processo, propiciava a retirada de direitos trabalhistas da classe trabalhadora.

O IV Congresso da CUT foi caracterizado pelo avanço do processo de redução proporcional e aritmético do número de delegados de base, no qual duas chapas disputaram a direção da CUT, sendo a chapa liderada por Jair Meneguelli representando a Articulação Sindical e o campo político aliado, que obteve 52,16% dos votos; e uma segunda chapa encabeçada por Durval de Carvalho, representando o campo político “CUT pela Base” obtendo 47,84% dos votos. É revelador o fato de que após a vitória do campo da Articulação Sindical dentro desse Congresso, o Secretário-geral eleito avaliou que "*Em 1983, no Congresso de fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCUR nos livramos da esquerda*" (Teixeira, 2013, 86).

Essa afirmação demonstra que esse Congresso marcou o fim do consenso interno que caracterizava a CUT para o público externo, como uma central classista, de oposição ao sistema capitalista, e demonstra o momento em que o campo majoritário da CUT adota um discurso e uma estratégia política referente a adesão a lógica sistêmica. Teixeira (2013, 91) afirma que:

Devido a impossibilidade de consenso em torno de suas novas propostas, pois essas, segundo as correntes minoritárias, quebravam o “pacto” inicial de fundação da CUT (os princípios do classismo e da independência dos Governos e Patrões), a Articulação Sindical caminhou em direção à imposição pela força de novas resoluções, já que era majoritário no sindicalismo cutista a defesa de uma atuação classista e independente. Mesmo com a aplicação de “redutores” pela Articulação Sindical, a diminuição da atuação das bases através do funil, o não respeito à proporcionalidade, etc, a representação das correntes que se colocaram em contraposição ao novo rumo da Central chegou muito perto dos 50% na votação das chapas. A partir do IV CONCUR a “Articulação Sindical” iniciou seu processo de dominação da Central através de uma complexa relação entre a busca da “reescrita” da memória do sindicalismo brasileiro e da construção de um novo imaginário, baseando sua atuação pela força/coerção das fraudes e do cerceamento da democracia sindical como também pelo poder econômico dos sindicatos por ela controlados. É um momento de transição, no qual a “Articulação Sindical” deixa de dirigir intelectualmente e moralmente a CUT para se tornar a corrente dominante, passando a controlar quase que exclusivamente seus rumos, com um abrandamento dos pontos de consenso com os grupos minoritários. As mudanças realizadas pela CUT, portanto, tiveram relações com suas disputas internas, com a atuação prática de seus sindicatos - muitas vezes contraditórias com o projeto de sindicalismo

que defendia (demonstrada pela existência do assistencialismo e utilização do imposto sindical nos sindicatos cutistas), como também com a mudança de conjuntura na passagem da década de 1980 para 1990.

Nesse congresso, outro tema que merece destaque para o debate, se refere ao Imposto Sindical, considerando que até o III CONCUR, havia uma clara posição contrária ao recolhimento do Imposto Sindical, por entender que se configurava como vetor que empurrava o movimento sindical ao imobilismo político, à corrupção e a adesão à lógica sistêmica, já no IV CONCUR, alguns setores políticos já defendiam o recolhimento desse Imposto. Nesse congresso, segundo Teixeira (2013), 80% da delegação recolhia na prática o Imposto Sindical na entidade de base, e apenas 30,5% devolvia o dinheiro para os trabalhadores e trabalhadoras, e o autor resgatou uma entrevista de um dirigente da Articulação Sindical realizada naquele período, na qual afirma que:

Não devolvemos o imposto sindical, aplicamos. Entrou dinheiro, nós compramos subsedes, capitalizamos o sindicato. [...] Então o negócio tem um valor simbólico, mas tem também um valor demagógico. Porque se você pega isso e compra subsede, rotativa, carro de som, começa a dar pau tão grande no patrão que ele fala: como é que é... (Teixeira, 2013, 86).

Merece destaque a alteração da prática política de setores da CUT naquele período que promovem uma aplicação financeira do dinheiro recolhido de forma compulsória do Imposto Sindical, em detrimento da luta contra esse mecanismo oriundo da estrutura sindical varguista em vigência naquele período. A política da CUT a partir desse Congresso, levou a Central a adotar a estratégia de participar em fóruns tripartites<sup>51</sup> - órgão tripartite (composto por governo, trabalhadores representados por algumas centrais sindicais e empregadores) - fazendo com que a CUT iniciasse um lento e progressivo distanciamento das estratégias de enfrentamento e mobilizações, para aderir a lógica permanente de negociação, de conciliação de interesses entre empregadores e empregados, gerando assim divergências estruturais no interior da Central. As diferenças existentes no interior da Central transformaram-se gradativamente em estratégias de modo que a grande tensão que ocorreu no IV CONCUR

---

<sup>51</sup> Para um debate mais amplo sobre os Fóruns Tripartites, ver Galvão (2004, 2007)

não se restringiu as questões administrativas e de métodos, mas sim sobre os rumos políticos da Central e de que concepção de sindicalismo orientaria a prática cotidiana. O campo majoritário, liderado pela Articulação Sindical, que desde o processo fundacional dirigiu intelectualmente e moralmente o movimento cutista, mesclando em alguns momentos de forma subordinada nas deliberações, as proposições dos grupos minoritários; substituiu esse método pelo da “coerção” visando controlar politicamente e ideologicamente a Central. (TEIXEIRA, 2013)

Essas mudanças relativas a concepção de movimento, transitando da perspectiva classista, do enfrentamento direto, para a perspectiva do sindicalismo cidadão, da negociação permanente; e relativas ao método de organização interna da Central, ocorre (não em virtude, como decorrência direta de cima pra baixo, mas sim concomitantemente) em um período caracterizado pelo avanço do processo de reestruturação produtiva combinado com o avanço da lógica neoliberal na política, na economia (implementada pelo Governo Collor e consequentemente por Itamar Franco), e pelo avanço da cultura neoliberal no imaginário cotidiano da classe trabalhadora. No decorrer desse processo, é possível visualizar a queda do número de greves em todo o país. Conforme tabela a seguir, de 1989 à 1993, teve uma queda de 67,2% do número de greves protagonizadas pela classe trabalhadora em todo o país, e é possível identificar portanto, que mesmo a CUT mantendo críticas em espaços internos e externos à política neoliberal, a concepção sindical que a Central passou adotar a partir do IV CONCURT, estava em grande sintonia com o ritmo e com a lógica do neoliberalismo que avançava em todas as esferas da sociedade, bem como com um novo processo de reestruturação produtiva que ganhava fôlego na esfera produtiva do capital aqui no país.

Tabela 1

Número de GREVES de 1989 a 1993

<b>Ano</b>	<b>Número de GREVES</b>
1989	1962
1990	1773
1991	1041
1992	556
1993	644

Fonte: DIEESE - Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf> (Acesso realizado em 25/07/2016)

O IV CONCUT é um marco na história do sindicalismo cutista, pois é nesse congresso que o setor majoritário da CUT rompe abertamente com diversos princípios fundacionais da Central, em um período em que se se consolida uma fase de reestruturação produtiva no país aliada a efetivação de uma política neoliberal, que em conjunto modificou estruturalmente a vida da classe trabalhadora. Curiosamente, no período em que se exigia a consolidação de um sindicalismo autônomo, democrático e classista, a CUT avançou na caminhada em direção ao processo de burocratização da entidade e de adesão à lógica de buscar uma reforma ou uma “concertação” das regras do sistema, ao invés de sua superação; no período em que se exigia da classe trabalhadora a construção de um bloco histórico classista para resistir aos ataques do sistema, a direção majoritária da CUT apontou para o caminho de buscar a execução de políticas que agradassem os dois polos sociais da sociedade contemporânea, que são por natureza antagônicos, divergentes e inconciliáveis, proprietários dos meios de produção e proletariados.

Já no V Congresso Nacional da CUT (V CONCUT) realizado em 1994 e no VI Congresso Nacional da CUT (VI CONCUT) realizado em 1997, os documentos políticos apresentados pela Articulação Sindical<sup>52</sup>, defendia que, ao contrário da conjuntura política brasileira do final da década de 1970<sup>53</sup>, a década de 1990 era caracterizada pelo início de um regime democrático,<sup>54</sup> não apresentando espaço para o confronto direto, mas sim para o diálogo e para a negociação, devido esse momento possibilitar a prática dessa estratégia. Luis Marinho, antes de ser eleito presidente da CUT em 2003, sindicalista vinculado à Articulação Sindical e membro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, em uma entrevista à Revista Veja em 1998, afirmou que:

---

<sup>52</sup> Ver Resoluções do 5º Congresso da CUT, 1994; Resoluções do 6º Congresso da CUT, 1997. Sobre a mudança da prática sindical da CUT, ver também análise de França (2008).

<sup>53</sup> Essa década foi caracterizada pela ausência de liberdade política de expressão, de organização e por um intenso arrocho salarial, em que foram realizadas importantes greves e mobilizações de trabalhadoras e trabalhadores que possibilitaram além da reorganização do movimento sindical brasileiro, o fortalecimento da luta pelo fim do regime militar no país.

<sup>54</sup> Não realizaremos nesse momento, o debate sobre a essência da democracia construída nos marcos do capitalismo em países centrais desenvolvidos e em países periféricos que estão ou não em desenvolvimento. Julgamos importante expressar brevemente que enxergamos limitações na democracia burguesa, porque na relação entre capital e trabalho em que o último é submetido ao primeiro para possibilitar a sua aquisição do lucro, torna-se inviável a implementação simultânea de todo o conjunto de leis que garantiriam a criação de um Estado democrático por inteiro. Um país não pode ser considerado democrático, quando existe a fome, a miséria, o desemprego, a violência, a ausência de saneamento básico, e do oferecimento de uma educação e saúde gratuitas para todas e todos.

[...] os movimentos do final dos anos 70 e da década passada contribuíram para um processo de democratização da sociedade brasileira e das relações trabalhistas dentro das fábricas. Trinta anos atrás, o sindicato não tinha com quem negociar, nem que quisesse. Por isso fazia greves.<sup>55</sup> (Grifos meus).

Conforme afirma Galvão (2006), o sindicalismo cidadão<sup>56</sup> é caracterizado pelo fornecimento ao trabalhador de serviços que deveriam ser mantidos gratuitamente pelo Estado, nesse sentido esboçamos uma lista expressa no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo, com os convênios que esse sindicato realizou com diversos setores do comércio dessa região. Nessa lista<sup>57</sup>, o sindicato expressa a necessidade de o trabalhador apresentar a “carteirinha do sindicato” para desfrutar das “conquistas” obtidas por essa entidade sindical. E encontra-se convênios com clínicas e consultórios médicos e dentários, instituições de ensino, óticas.

<sup>55</sup> Revista Veja. 25/03/1998. p. 35. Citado por Teones França (2008) Op. Cit. P. 88; apud José Welmowicki. Op. Cit. p. 114.

<sup>56</sup> Para um debate mais amplo sobre o significado e a prática do Sindicalismo Cidadão, ver também Welmowicki (2004), Corrêa (2014) e Tropicia (2009).

<sup>57</sup> Não utilizamos esse exemplo com a intenção de vincular esse sindicato, com as práticas da corrente Articulação Sindical, que possui uma maioria de membros na Direção Nacional da CUT. No site desse sindicato, não encontramos nenhuma menção quanto a filiação desse sindicato à CUT ou a qualquer outra central. A intenção é demonstrar que os sindicatos que defendem a orientação metodológica do “sindicalismo cidadão” adotam como uma das estratégias principais o oferecimento de prestação de serviços aos sindicalizados. E entendemos também, que nem todos os sindicatos que oferecem benefícios e serviços aos sindicalizados, necessariamente adotam um método e uma análise política similar aos sindicatos vinculados à prática do “sindicalismo cidadão”. Não é objetivo desse trabalho, debater sobre a prática específica desse sindicato citado ou de qualquer outro sindicato in loco. Para acessar a lista de convênios que esse sindicato oferece para as trabalhadoras e os trabalhadores sindicalizados, acessar: <<http://www.sindijornalistases.org.br/servicos/convenios/>>. Acesso realizado em 20/09/2015. Ainda sobre essa questão, pode-se recorrer a outros exemplos de sindicatos que fornecem convênios para as trabalhadoras e trabalhadores sindicalizadas/os, como por exemplo: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Ferroviário e Metroviário dos Estados da Bahia e do Sergipe (SINDIFERRO) <<http://www.sindiferro.org.br/categoria/convenios/>>, Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região <[http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1057\\_guia2016.pdf](http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1057_guia2016.pdf)>, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Joinville <<http://metalurgicosjile.com.br/index.php/convenios>>. Os acessos a esses endereços eletrônicos ocorreram em 21/09/2015. Nesses endereços, é possível visualizar as listas de convênios de cada sindicato, o que possibilita uma compreensão mais plural sobre esse tema.

A prática do sindicalismo cidadão, ao ignorar que a sociedade é dividida por classes sociais com interesses políticos e econômicos antagônicos, nivela todas as pessoas construindo um discurso no qual, supostamente, as soluções são de interesse de todas as classes sociais, de todos os cidadãos, adotando para isso uma postura política que evita mobilizações dos trabalhadores caracterizadas por ações mais radicalizadas como greves, paralisações e piquetes. Assim, a concepção do confronto direto perde espaço para a ideia da conciliação, da negociação, do pacto social, em um processo de negociação permanente. Esse projeto de cidadania, ao buscar universalizar direitos e conquistas sociais, não apenas desconsidera a estrutura e a lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital, caracterizadas por sucessivos momentos de crises econômicas, mas, também, negligencia uma questão fundamental, qual seja, a de que uma efetiva universalização dos direitos e conquistas sociais só se torna viável com a construção de uma sociedade que modifique a lógica de organização prevista pelo próprio capitalismo.

Segundo França (2008), ao aderir às teses do sindicalismo cidadão, no decorrer da década de 1990, a CUT, procurou buscar a ampliação da democracia no Estado e na sociedade civil, pela via da democratização do sistema financeiro e do regime judiciário, utilizando para isso os caminhos institucionais, regulamentados nas leis do Estado, sobretudo, na Constituição Federal. Agüena (2006) afirma que, a partir de 1994, a CUT, coerente com essa prática cidadã, começou a participar de programas que visava à qualificação profissional do trabalhador, que eram mantidos com recursos oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que visava à geração de emprego e renda. Além dessa opção da CUT ser coerente com a concepção do sindicalismo-cidadão, essa prática submete a Central à ofensiva neoliberal propagada pelo empresariado brasileiro de que os trabalhadores estão desempregados devido a sua má formação profissional, ou a sua “desqualificação”.

Dentro dessa lógica de buscar a inclusão da classe trabalhadora ao sistema econômico vigente, ao invés de apostar na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras visando a substituição dessa lógica sistêmica por outra que apresente um formato diferente de funcionamento e estruturação, a CUT em seu VI Congresso, ignorando a natureza da dependência econômica subalterna da economia brasileira frente as diversas outras economias capitalistas desenvolvidas, propõe resoluções calcadas na aposta da concertação do sistema via um processo desenvolvimentista, em um possível desenvolvimento econômico humano e inclusivo, como:

A elevação da produtividade industrial deve resultar em benefício social e não em demissão em massa de trabalhadores e crescente precarização e informalização do mercado de trabalho. Essas políticas devem estar subordinadas aos objetivos de geração de empregos, distribuição de renda e fortalecimento da estrutura produtiva e a preservação do meio ambiente.<sup>58</sup>

E sobre a abertura da economia brasileira aos capitais externos, o congresso deliberou que:

A abertura externa, para cumprir um papel positivo para o país e contribuir para a modernização e reestruturação com justiça social, deve ser realizada de forma gradual, seletiva, e vir acompanhada por políticas de desenvolvimento (industrial, agrícola, tecnológica e de capacitação profissional) que sejam capazes de modernizar os setores, antes de concluir--se pela sua franca exposição à concorrência internacional. A política de abertura deve orientar-se pela escolha do perfil produtivo desejável e possível para o futuro, contando com o envolvimento de toda a sociedade.<sup>59</sup>

Além de ignorar a lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que coloca limitadores para o desenvolvimento econômico das economias dependentes subalternas, como é o caso da brasileira, e além de defender uma lógica inclusiva dentro de um sistema que é estruturalmente excludente; segundo Teixeira (2013) a CUT nesse momento ignora o caráter de classe do processo de reestruturação produtiva baseado na elevação da produtividade do trabalho frente ao desenvolvimento tecnológico, da subordinação das trabalhadoras e dos trabalhadores a esse processo, do aumento do desemprego, e adota um perfil político-estratégico conciliador e social-liberal, disputando por dentro os rumos da política neoliberal, avaliando que era um equívoco se posicionar contrária ao processo como um todo, de modo que o caminho mais adequado seria o do movimento sindical propor soluções e possíveis caminhos alternativos no interior da sua margem de manobra.<sup>60</sup> Nesse momento, mesmo mantendo um discurso crítico aos efeitos econômicos e sociais provocados

---

<sup>58</sup> Ver Resoluções do VI Congresso Nacional da CUT (VI CONCUR), realizado em São Paulo entre os dias 13 a 17 de agosto de 1997. p. 25.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> Ver Teixeira (2013), p. 153 e 154.

pelo neoliberalismo, a CUT avança mais um passo em direção a um sindicalismo de concertação, abandonando a perspectiva do sindicalismo classista e de superação da ordem capitalista vigente.

Assim, a CUT cumpre um papel assistencialista em detrimento de uma postura voltada para a organização e mobilização dos trabalhadores com reivindicação de superação do modelo social, político e econômico capitalista, que é o verdadeiro responsável pela estabilização de um desemprego estrutural no interior da sociedade atual. Além da prática sindical cutista estar em sintonia com a ofensiva neoliberal, a CUT avança também nesse período em direção a um atrelamento ao Estado, inclusive no que diz respeito à sua independência financeira. Segundo Agüena (2006), a CUT recebeu do Estado, só em 1999, via recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT),<sup>61</sup> mais de R\$ 21 milhões de reais. No final do século XX e início do século XXI, a direção majoritária dessa Central expressava em documentos internos destinados às Plenárias e Congressos, a idéia de que no interior da sociedade capitalista, mesmo caracterizada por constantes crises e instabilidades econômicas, é “possível que toda a população tenha acesso ao emprego, além da realização do processo de reforma agrária e urbana; e a busca desses objetivos deveria ser a motivação para a organização e para a luta social no país. Percebemos, portanto, que o discurso e a estratégia da CUT não contemplavam, em sua essência, o debate sobre a necessidade de superar a lógica organizacional do capitalismo. Com a adesão acrítica a essa lógica, deixa de ser prioritário o questionamento da concentração de terras, a necessidade de criação de mais empregos, a denúncia do trabalho precarizado, enfim, a busca de uma plena cidadania. Assim, no final da década de 1990 e no início do século XXI, a Articulação Sindical, como força hegemônica da CUT, dava a essa Central um perfil teórico e prático oposto ao da luta classista, se distanciando da imagem que a CUT apresentou para a sociedade brasileira na sua criação e no decorrer dos anos 80.

Contudo, cabe destacar que existe uma relação de influência ou de múltiplas determinações (e não de uma única determinação) entre a vigência da prática do sindicalismo cidadão no movimento sindical brasileiro na década de 1990 e o aprofundamento da relação desse movimento com a estrutura estatal, com os efeitos da tardia reestruturação produtiva, o

---

<sup>61</sup> O FAT foi criado pela Lei nº 7.998/1990 e é mantido pela arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) vinculado a Caixa Econômica Federal, e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) vinculado ao Banco do Brasil. Ver Galvão (2007). O texto da lei que institui o FAT está disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm)>. Acesso em: 21/09/2015.

fortalecimento da política neoliberal aqui no Brasil e com os fatores globais relacionados às conseqüências da queda do muro de Berlim. Nesse sentido, destaca-se que esses não são os únicos fatores que influenciaram a vigência da prática do sindicalismo cidadão no Brasil, a partir do início da década de 1990, e apesar de o texto contar a com a ausência do debate mais amplo sobre esses e outros elementos, é necessário considerarmos os fatores objetivos e concretos inerentes às próprias classes trabalhadoras que também contribuíram para que essas aderissem e legitimassem a predominância dessa prática sindical aqui no Brasil durante os últimos 20 anos. E esses fatores que propiciam uma identificação com a busca por resultados práticos e imediatos e que retiram do horizonte imediato a necessidade de realizar ações que visam transformar estruturalmente a sociedade capitalista, não são irrelevantes para a reflexão sobre as condições e o cotidiano do movimento dos trabalhadores no Brasil no decorrer da década de 1990.<sup>62</sup>

A CUT, em seu VII CONCURTO, realizado na cidade de Serra Negra, em SP, de 15 a 19 de agosto de 2000, trazia as marcas das divergências históricas. Segundo Teixeira (2013), a disputa interna na CUT se aprofundou uma vez que as ações encaminhadas pela direção majoritária eram baseadas, em grande medida, em uma concepção de sindicalismo social-

---

<sup>62</sup> No século XXI a implementação da política neoliberal no país se encontra em outro patamar, pois como houve uma radicalização na implementação do programa neoliberal no país no decorrer da década de 1990, com a venda de inúmeras e importantes empresas estatais; no século XXI presenciaram-se não mais a venda das estruturas físicas das poucas empresas estatais que restaram, mas sim a venda das ações dessas empresas e reservas naturais, como a realização de leilões para a venda das bacias petrolíferas da Petrobrás nos últimos anos aqui no país. Além disso, decretos, portarias governamentais, projetos de lei, desempenham nesse momento a função de destinar verbas públicas para o setor privado, e a tarefa de organizar o processo de privatização dos espaços públicos, privatizando setores da administração interna ao invés de realizar a venda do espaço físico do aparato estatal. Assim, é privatizado, é retirado da lista do controle estatal, somente aquilo que interessa para o setor privado. É muito comum encontrar, portanto, nos diversos setores de prestação de serviços sociais e nos diversos setores responsáveis para a manutenção da estrutura física do país, as parcerias público-privadas (PPP's), que, em última instância, representam a utilização da verba pública pelas empresas privadas que vencem às licitações, para a reforma e construção da estrutura física do espaço, como ocorre no setor rodoviário por exemplo, quando o governo libera verba pública para reformar determinado trecho de uma rodovia cuja administração e manutenção fica sob a responsabilidade de uma empresa privada. Nesse sentido, às PPP's significam uma excelente estratégia para a dinâmica do capital, visto que essas representam um caminho mais seguro para as empresas no que se diz respeito à manutenção dos lucros mensais. A lei que institui normas gerais pra licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, se encontra disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm)>. Acesso em: 22/09/2015

liberal. Porém, atuações cotidianas da CUT ainda traziam contigo lutas contra o governo de FHC e o ajuste neoliberal (Teixeira, 2013, 195). O autor afirma ainda que:

Este CONCUR trazia consigo também a marca das contra-reformas neoliberais, as quais conseguiram avançar na diminuição dos direitos e na flexibilização da legislação trabalhista. Como exemplos dessas medidas tivemos a instituição do trabalho por tempo determinado pela lei 9.601/1998, a quebra do regime jurídico único dos servidores públicos pela Emenda Constitucional 19/1998, a legalização do banco de horas e do trabalho por tempo parcial pela Medida Provisória 1.709/1998, a suspensão do contrato individual de trabalho permitida através da Medida Provisória 1726/1998, dentre outras. A Central, em sua deliberação sobre conjuntura nacional avaliava o Governo FHC como expressão de uma nova aliança das elites conservadoras tradicionais, que há décadas controlam as decisões, a renda, a propriedade e as instituições no país (Teixeira, 2013, 196).

Em que pese o fato do discurso político da CUT se manter ainda nesse período bastante crítico em relação a política neoliberal, e ter aprovado o chamado “Fora FHC!” durante esse VII CONCUR, a central sofre influências objetivas e subjetivas da avalanche neoliberal que caracterizava a política, a economia, e as relações sociais naquele período, e sofre o impacto de diversas medidas governamentais que avança na desestruturação da legislação trabalhista brasileira, o que conseqüentemente provoca impactos em diversos aspectos na organização cotidiana da CUT que se restringia a representação de trabalhadores com contrato de trabalho formal na iniciativa privada e no serviço público. E nesse congresso a CUT consolida a perspectiva sindical assistencialista e conciliadora, uma vez que a Economia Solidária foi aceita pela direção majoritária da CUT como um caminho para superar os problemas causados pela política neoliberal de FHC. Uma das resoluções desse tema aprovada no VII CONCUR afirma que:

Diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão na qual a última relação que tem com os trabalhadores desempregados é a homologação da rescisão do contrato de trabalho. A economia solidária tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas (Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT, 2000, 19)

A direção majoritária da CUT nesse congresso defendeu como estratégia política para a ação sindical cutista, a atuação para a “construção de um novo cooperativismo popular, como alternativa ao falso cooperativismo e à precarização do trabalho.”<sup>63</sup> Assim, consta na resolução desse congresso a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que teria como objetivos:

[...] a geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; o fomento aos valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias.

A política de crédito da ADS deve ser um instrumento de apoio aos empreendimentos solidários, conciliando aumento de produção e produtividade com ampliação do trabalho, adequado manejo do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida. Deve alavancar potenciais de desenvolvimento local, priorizando áreas menos desenvolvidas e com menor capacidade de autofinanciamento. A organização de um sistema nacional de crédito cooperativo e solidário é fundamental para a viabilização de uma política de crédito democrática e sob o controle dos trabalhadores.

Essa resolução, acompanhada com a definição de que a proposta de que as iniciativas de espaços públicos não estatais devem ter ação complementar com a execução das políticas estatais de empregos dos municípios e dos governos estaduais, de modo que o Estado participe da execução de todas as iniciativas e divida a responsabilidade com os atores organizados da sociedade, especialmente os sindicatos dos trabalhadores, e que a Central Única dos Trabalhadores se tornasse protagonista dessa agenda, formalizando ações e programas articulados de políticas de emprego e resgatando a importância de se construir o Sistema Público de Emprego<sup>64</sup>; se configuram como aspectos que demonstram que naquele período a CUT já não adotava a estratégia do enfrentamento como uma prática central, e

---

<sup>63</sup> Ibidem, 20

<sup>64</sup> Ibidem, 30

demonstra também que a CUT se limitava a prática de propor alternativas políticas visando a concertação social dentro dos marcos do sistema político e econômico vigente. Segundo Teixeira (2013), a CUT se dispõe a executar políticas públicas em conjunto com o Estado, ou seja:

[...] a CUT propunha-se não mais a reivindicar demandas ao Estado, mas ajudá-lo, enquanto parceira, na execução das políticas públicas. A Central tinha como estratégia de atuação a convivência com o neoliberalismo, disputando o tempo, a forma e a intensidade de sua aplicação dentro das margens de manobra possíveis.

O autor afirma ainda que foi a partir do VII CONCUR que a CUT passou a se autodenominar como “CUT cidadã”, assumindo a tarefa de consolidar uma nova agenda para o movimento sindical no Brasil, que na essência tinha uma perspectiva social-liberal, de colaboração com o Estado, em detrimento do enfrentamento por parte do movimento com o capital e o Estado visando a construção de um novo modelo político, econômico e social. Em menos de 20 anos, diante do processo de reestruturação produtiva, da ofensiva do neoliberalismo na esfera da política, da cultura e da economia, do caminho da CUT em direção ao atrelamento ao Estado, a Central se deslocou de uma perspectiva classista para uma perspectiva social-liberal.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> No que se refere a CUT, a proposta do capítulo é analisar alguns aspectos presentes nos sete primeiros congressos nacionais da CUT. Não será analisado aqui as especificidades dos últimos congressos da CUT. Mas, considerando as resoluções aprovadas no VIII, IX e X CONCURs, é possível perceber que não houve uma inflexão por parte do campo majoritário da CUT, em direção a uma perspectiva classista para a prática sindical.

## CAPÍTULO 2

### O SURGIMENTO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS SOCIAIS (CONLUTAS) COMO UMA NOVA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO PARA A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

#### 2.1 – A Ascensão de Sindicalistas ao Governo Federal e o Atrelamento Acrítico da CUT ao Governo Lula

A implementação da política neoliberal<sup>66</sup> no Brasil, durante a primeira década do século XXI apresenta diferenças com a política neoliberal difundida no Brasil no decorrer da década de 1990. Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), foi eleito após 20 anos de um processo de lutas políticas contrárias à agenda neoliberal, que contou com a participação do Partido dos Trabalhadores (PT), de movimentos populares, entidades sindicais e estudantis. Porém, logo no primeiro ano de mandato do Governo Lula, os movimentos sociais se depararam com a manutenção de algumas políticas adotadas no decorrer da década de 1990 no país como a destinação de bilhões de reais para o pagamento dos juros da “dívida financeira” que o país “possuía”<sup>67</sup> com os credores internacionais, bem como se aprovou uma reforma no setor previdenciário, nos moldes neoliberais, aumentando a idade para a aposentadoria dos servidores públicos, instituindo a necessidade de contribuição financeira mensal após o início da aposentadoria e transpondo para o setor privado (em especial para bancos e demais instituições financeiras) parte da tarefa de oferecer à população a prestação de serviço relacionado à previdência.

A conjuntura política brasileira no início do século XXI foi caracterizada pela eleição de um candidato oriundo do movimento dos trabalhadores, das classes subalternas e exploradas no interior do capitalismo dependente brasileiro. Foi a primeira vez na História do

---

<sup>66</sup> Adianta-se a avaliação dessa pesquisa é de que a natureza da política implementada pelos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva, foram de caráter neoliberal. Porém, essa questão, não será abordada nesse trabalho com toda a amplitude científica necessária.

<sup>67</sup> Utiliza-se o termo “possuía” porque o Governo Federal divulgou em 22 de fevereiro de 2008, a informação que o Brasil não possuía mais débito externo, e que a dívida externa foi paga. Entende-se, porém, que o pagamento dos juros da dívida externa foi substituído pelo pagamento dos juros da dívida interna.

Brasil, que um trabalhador e líder sindical<sup>68</sup>, assumiu o poder executivo no país que historicamente foi representado por integrantes das diferentes frações das classes dominantes. A vitória da candidatura do Lula, ocorreu após uma construção popular cotidiana no decorrer dos últimos 20 últimos anos do século XX, que envolveu setores organizados da sociedade civil (sindicatos, movimentos populares do campo e da cidade, e o movimento estudantil) que contribuíram na construção hegemônica do projeto político do PT nos diversos espaços da sociedade, e que tinham como um dos objetivos táticos e estratégicos o alcance da vitória no processo eleitoral para presidência da república. Destaca-se que nesse processo, setores não-organizados da sociedade civil vinculados à classe popular e média, após o desgaste da política econômica implementada pelo ex-presidente FHC que aumentou significativamente o índice de desemprego e sucateou os serviços públicos oferecidos pelo Estado, apoiaram devido ao descontentamento, a candidatura de Lula.

A vitória de Lula e PT nas eleições presidenciais em 2002 foi, em parte, resultado da aproximação de diversos setores populares ao longo das décadas de 1980 e 1990, que gerou forte sentimento de pertencimento e experiências entre setores da classe trabalhadora com o PT e Lula. Mesmo diante desse processo histórico construído desde o início de 1980, o Governo Lula aplicou desde o início de seu mandato, sem encontrar amplas resistências dos setores populares organizados, políticas que atenderam as demandas de diversas frações do capital (industrial, agrário e fictício) em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, que para serem atendidos demandavam a realização de reformas estruturais na política e na economia brasileira. E apesar da unidade entre o PT e diversos movimentos sindicais e populares durante as duas últimas décadas do século XX, ter sido construída com um programa e um discurso anti-neoliberal; foi difícil para inúmeros setores sociais se posicionarem contra as medidas governamentais, pois além do sentimento desses diversos setores populares de pertencimento com o Governo, havia também o receio de desestabilizar e fragilizar o governo mediante os diversos setores conservadores da política brasileira. As direções majoritárias dos movimentos populares e sindicais, vinculadas ao PT, não se convenceram naquele período de que para fortalecer o Governo Lula em seu primeiro mandato, era necessário fazer o contraponto aos setores conservadores da política brasileira, através de resistências com greves e manifestações públicas por exemplo, de modo que essas ações poderiam sustentar possíveis ações do Governo Lula em direção ao contraponto à lógica

---

<sup>68</sup> Referimo-nos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) eleito pela primeira vez no final do ano de 2002, e consecutivamente reeleito no final do ano de 2006.

neoliberal, e conseqüentemente em direção ao início de reformas estruturais, como a Reforma Agrária, Urbana, Tributária e outras.

O propósito da política de desregulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil no decorrer da década de 1990, somada a busca pela limitação legal e jurídica do direito de greve, não foi ignorada durante os oito anos do governo Lula. As contrarreformas<sup>69</sup> trabalhistas e sindicais foram apresentadas pelo Governo Lula à sociedade brasileira de forma fragmentada, como por exemplo, a aprovação da Lei Complementar 123/2006<sup>70</sup> (o chamado “Super Simples”) em 2006, que no parágrafo primeiro do artigo 55, amplia a margem para as micros e pequenas empresas desrespeitarem regras trabalhistas como o pagamento de salários em dia, décimo terceiro e férias remuneradas, bem como não garantir as trabalhadoras e trabalhadores condições de trabalho que preservem a sua saúde. Pois esse trecho da lei afirma que:

Art. 55. A **fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista**, metrológico, sanitário, ambiental, **de segurança** e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte **deverá ter natureza prioritariamente orientadora**, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização. (Grifos meus)

Nesse sentido, o empresário que for flagrado cometendo qualquer descumprimento com as obrigações trabalhistas receberá apenas uma orientação e não a necessária punição em

<sup>69</sup> Opta-se por utilizar o termo “contrarreforma”, porque o termo “Reforma”, sugere melhorias para algo. Porém, as chamadas Reformas Trabalhistas, Sindical, Previdenciárias, que nomearam diversas ações dos governos no decorrer das décadas de 1990 e 2000 nessas áreas, propuseram a retirada de alguns direitos conquistados pela classe trabalhadora no decorrer do século XX, como o direito a realização de greve, 13º salário, seguro desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), licença maternidade e paternidade. Além disso, afetam também a estrutura sindical no Brasil ao fortalecer a superestrutura do movimento sindical (no caso as centrais sindicais) em detrimento aos sindicatos de base. Portanto nesse texto, refere-se à essas reformas, utilizando o termo “Contrarreforma”

<sup>70</sup> Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em : 01/10/2015.

virtude do desrespeito com a legislação trabalhista. E nos artigos 51 e 52 dessa Lei, as micros e pequenas empresas ficam dispensadas a cumprir alguns procedimentos como:

Art. 51. As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

- I - da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;
- II - da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- III - de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;
- IV - da posse do livro intitulado “Inspeção do Trabalho”; e
- V - de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 52. O disposto no [art. 51 desta Lei Complementar](#) não dispensa as microempresas e as empresas de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

- I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- II - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;
- III - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP;
- IV - apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Parágrafo único. (VETADO)

Assim, essas micros e pequenas empresas que podem ser criadas por qualquer empresário ficam isentas de pagarem a contribuição previdenciária de seus trabalhadores, afetando negativamente a estrutura da previdência pública no Brasil. O “Super Simples” é parte do conjunto do Projeto de Reforma Trabalhista, que está em consonância com o projeto neoliberal para o Estado; estando interligado com as demais políticas que retiram direitos sociais (como por exemplo a Contrarreforma da Previdência realizada em 2003 via Emenda Constitucional 41/2003<sup>71</sup>), em sintonia com as necessidades da economia de mercado, atendendo, portanto, os interesses de diferentes frações da classe dominante. Para entendermos essa conexão, lembramos, por exemplo, que o “Super Simples” prevê na prática a redução da alíquota do FGTS fragilizando conseqüentemente a arrecadação previdenciária.

<sup>71</sup> Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm)> Acesso em : 01/10/2015.

A contrarreforma sindical realizada durante os dois mandatos do Governo Lula compreende um conjunto de decretos e leis que visaram a realização de ajustes na estrutura sindical no Brasil. Com esse projeto, manteve-se intacto o núcleo central da estrutura sindical varguista, legalizando a existência das centrais sindicais (que necessitam atingir os requisitos determinados pela Lei Nº 11.648, de 31 de março de 2008)<sup>72</sup>, e estipulando o recebimento em média de 10% da contribuição sindical que os sindicatos filiados a central recebem dos trabalhadores sindicalizados. Além disso, com essa lei, as centrais sindicais possuem o poder de negociar em nome dos trabalhadores, possuindo legalmente a representação geral dos trabalhadores, fortalecendo assim os espaços da superestrutura do movimento sindical, e enfraquecendo formalmente o poder das deliberações coletivas realizadas por cada categoria. Além disso, essa reforma legaliza a transferência da verba pública do governo federal, via o mecanismo do “Imposto Sindical”<sup>73</sup>, que desconta de forma compulsória do salário do trabalhador, um dia de trabalho por ano; sendo que essa verba será destinada às Centrais Sindicais legalizadas por essa contrarreforma sindical.

Apesar do Governo Lula não ter realizado durante os seus dois mandatos (2003 – 2010) as necessárias reformas estruturais (Agrária, Urbana, Tributária, e outras) que possibilitariam fazer com que o país tivesse melhores condições de enfrentar e superar a sua condição histórica de dependência subalterna dentro do sistema capitalista mundial; é necessário destacar que durante os dois mandatos do Governo Lula, foram construídos novos programas assistenciais com a destinação de maiores volumes de investimentos financeiros por parte do Estado, que objetivamente melhoraram as condições socioeconômicas e de vida

---

<sup>72</sup> A Lei Nº 11.648, de 31 de março de 2008, constitui-se como parte do conjunto de políticas que caracteriza o projeto de Reforma Sindical, proposta nesse momento pelo governo federal. Sobre essa Lei, ver em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm)>. Acesso em: 27/02/ 2010.

<sup>73</sup> O “Imposto Sindical” pode ser entendido como uma contribuição sindical que está prevista nos artigos 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que é recolhida compulsoriamente pelas empregadoras, pelos empregadores, pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores uma vez por mês a cada ano. Esse recolhimento anual é feito de todas as trabalhadoras e os trabalhadores formais e autônomas/os, independentemente de serem associadas/os a um sindicato ou não. O recolhimento dessa contribuição é distribuído, mediante as regras da lei, aos sindicatos, federações, confederações e à “Conta Especial Emprego e Salário”, administrada pelo Ministério do Trabalho (MTE). Assim, a legalização das centrais sindicais, via Lei Nº 11.648, regulamenta a prática da contribuição sindical prevista pela CLT. Inúmeros grupos sindicais realizam uma interpretação crítica à essa estrutura sindical por entenderem que esses mecanismos ferem a autonomia política dos sindicatos. Informações sobre a regulamentação da Contribuição Sindical no Brasil e a legislação vigente, acessar: <[http://www.mte.gov.br/cont\\_sindical/default.asp](http://www.mte.gov.br/cont_sindical/default.asp)>. Acesso em: 02/03/2010.

de milhões de pessoas que viviam há anos em estado de miséria. Foi criado o Programa Bolsa Família que de 2003 à 2008 beneficiou 11 milhões de famílias carentes, o Programa Luz para Todos que no mesmo período atingiu 7,2 milhões de pessoas, o Programa Territórios da Cidadania que só em 2004 alcançou mais de 24 milhões de pessoas em mais de 900 municípios<sup>74</sup>.

Todavia, nesse período, o Governo Lula priorizou o desenvolvimento de programas sociais que atendeu parcelas miseráveis da população brasileira ao invés de realizar reformas estruturais capazes de contemplar a ampla maioria da sociedade, tornando muito tímida a iniciativa de distribuição de renda produzida no país. Para se ter clareza sobre o teor da política econômica implementada durante todo o período do governo Lula, segundo Decat (2008)<sup>75</sup>, o valor que o governo gastou de janeiro a novembro de 2007 com o pagamento dos juros da dívida pública interna e externa, equivalente a R\$113,4 bilhões de reais, foi superior em doze vezes ao valor destinado, durante o mesmo período, ao principal programa social do governo, o “Bolsa Família”; ou, ao montante investido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na erradicação da fome no país. Um elemento relevante da conjuntura política do país nesse período foi o fato do presidente Lula ter obtido um elevado índice de aprovação por parte da população brasileira.<sup>76</sup> Ou seja, diante de todos os problemas explícitos de seu governo e do caráter neoliberal implícito em seus dois mandatos, a elevada aprovação do governo do presidente Lula ficou praticamente sem alteração.

Todas essas políticas sociais e econômicas, somada a disseminação da ideologia que estabelece a concepção individualista e mercadológica para a vida social, atendeu as perspectivas gerais das classes dominantes<sup>77</sup>, e teve a capacidade de conquistar em até certo

<sup>74</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/governo-lula/>> Acesso em: 05/10/2015

<sup>75</sup> Para outros dados sobre a política econômica do governo Lula, ver site do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/janeiro/juros-da-divida-consumiram-22-cpmfs-em-cinco-anos/>>. Acesso em: 01/10/2015.

<sup>76</sup> Em março de 2010, a nove meses de o presidente Lula encerrar o seu segundo mandato, ou seja, após quase oito anos de governo; ao contrário do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que vivenciou um grande desgaste político no final do seu segundo mandato, o presidente Lula hoje possuía quase 80% de aprovação por parte da população brasileira. Ver em: <[http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod\\_canal=1&cod\\_publicacao=23366](http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod_canal=1&cod_publicacao=23366)> ou em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1296108-5601,00-POPULARIDADE+DE+LULA+CAI+PARA+DIZ+PESQUISA+CNTSENSUS.html>>. Acesso em: 01/10/2015.

<sup>77</sup> Entendemos ser um equívoco acreditar que a política-econômica do neoliberalismo atendeu de forma harmônica e momentânea os interesses de todos os setores sociais dominantes no país

ponto a aceitação de setores da classe trabalhadora, fazendo com que tal política fosse implementada com o consentimento de amplos setores da sociedade civil, não necessitando recorrer ao poder coercitivo do aparelho do Estado para garantir a efetivação dessa política econômica e social (Galvão, 2007)

Inúmeros dirigentes sindicais, que protagonizaram várias greves nos 20 anos anteriores à vitória do PT nas urnas em 2002, receberam convites para ocupar cargos administrativos no governo recém eleito, de modo que em 2004, cerca de 300 dirigentes sindicais já ocupavam cargos no governo federal<sup>78</sup>, com remuneração média no valor de R\$ 7 mil. Além disso, Luiz Marinho, que foi presidente da CUT em 2003, assumiu primeiramente o Ministério do Trabalho em 2005 e, em 2007, assume o cargo de Ministro da Previdência Social; o ex-sindicalista da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros assumiu em 2007 o cargo de Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. LADOSKY (2009), apud BRANDT E TOSTA (2008), afirmam que:

Em janeiro de 2003, dirigentes sindicais ligados à CUT assumiram cargos de destaque na administração pública. Além do próprio presidente, um dos fundadores da CUT, sete ex-dirigentes sindicais assumiram cargos de ministro. Vários sindicalistas ocuparam cargos de alto escalão em ministérios e órgãos federais. Além desses, ex-dirigentes sindicais assumiram postos de comando em conselhos de estatais e fundos de pensão, como na Previ, Petros, Sebrae, Sesi e Itaipu.

Esses autores, baseados em uma pesquisa desenvolvida por Maria Celina D' Araújo, afirmam que em 2010, 45% dos cargos de alto comando dentro do governo estavam nas mãos de ex-sindicalistas. Além disso, durante os Governos de Lula, destaca-se que Jaques Wagner assumiu o Ministério do Trabalho, Ricardo Berzoini assumiu o Ministério da Previdência, Miguel Rossetto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Olívio Dutra o Ministério das Cidades, Luis Gushiken assumiu a Secretaria de Comunicação e Luiz Dulci a Secretaria Geral

---

(industrial, agronegócio/agrário, financeiro). Já às políticas mais centrais desse modelo, como a desregulamentação do mercado de trabalho e a transferência da função de prestação de serviços do Estado para o setor privado; unificou esses setores da classe dominante na defesa dessas medidas, porque essas interessavam a todas as frações dominantes. Elementos para essa reflexão, ver Boito Jr. (1999) e Galvão (2007).

<sup>78</sup> Esse dado é um número aproximado, visto que foi informado pelos próprios sindicalistas que nesse momento ocupavam cargos na estrutura política e administrativa do governo federal. Ver no site: <<http://www.eagora.org.br/arquivo/Paraso-dos-sindicalistas/>>. Acesso em: 10/03/2010.

da Presidência da República. (LADOSKY, 2009, 60). Todos esses, foram dirigentes sindicais vinculados à CUT<sup>79</sup>.

No decorrer dos dois mandatos do Governo Lula o quadro conjuntural da equipe de governo não foi alterado, pois inúmeros ex-dirigentes sindicais vinculados principalmente à CUT, permaneceram ocupando cargos do 1º ao 3º escalão do Governo. Em que pese o fato de que no caderno de Resoluções do 8º Congresso da CUT<sup>80</sup> realizado em 2003, afirmar que:

[...] a CUT, fazendo parte do mesmo campo político que as forças que lideram o governo, está comprometida com a vitória do projeto, mas a partir de uma posição específica: a que coloca sua autonomia e sua *independência* frente aos partidos e ao governo. Com esta compreensão, o sindicalismo cutista rejeita qualquer tentativa de ingerência do governo na CUT e qualquer postura de passividade e cooptação da direção da Central. O caminho da institucionalização da Central seria trágico para a luta dos trabalhadores e também não traria nenhuma vantagem para o governo Lula. Diante da pressão das elites, que farão de tudo para enquadrar os novos ocupantes do Planalto, cabe à CUT apostar na mobilização ativa dos trabalhadores, na luta pela conquista de uma sociedade soberana, democrática e mais justa – compromisso do projeto democrático e popular personificado pelo presidente Lula. (Resolução do 8º Congresso Nacional da CUT. 2003, 2-3. Grifos Meus)

---

<sup>79</sup> **Jaques Wagner** foi diretor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica da Bahia (Sindiquímica-BA).

**Ricardo Berzoini** é bancário, concursado no Banco do Brasil, e foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

**Miguel Rosseto** foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo – RS, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Polo Petroquímico de Triunfo, de 1986 a 1992, e ainda foi integrante da executiva estadual da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul e da CUT Nacional.

**Olívio Dutra** é concursado no Banrisul (banco do Estado do Rio Grande do Sul) e foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre-RS. **Luiz Gushiken** foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo de 1984 à 1986, e foi da direção nacional da CUT. **Luiz Dulci** ajudou a fundar a CUT e foi da Direção dos Sindicatos dos Professores dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

<sup>80</sup> O VIII Congresso da CUT foi realizado entre os dias 3 e 7 de Junho de 2003, no Palácio de Convenções do Anhembi (São Paulo – SP), que contou com a participação de 2712 delegados e delegadas, representando 1721 entidades sindicais, 18 oposições sindicais acompanhadas pelas Estaduais da CUT e 6 entidades nacionais.

Entende-se que após a consolidação do “sindicalismo-cidadão” no espaço majoritário do interior da CUT, bem como a aproximação realizada entre a Central e o Estado no decorrer da década de 1990 com o recebimento de verbas oriundas do FAT; a CUT aprofundou o seu atrelamento após a eleição do Governo Lula, afetando estruturalmente a sua autonomia perante o Governo Federal. Para subsidiar essa análise é possível recorrer ao processo político de aprovação da Reforma da Previdência, no ano de 2003, quando inúmeros setores sindicais do serviço público avaliavam que o teor da proposta do governo federal para a reforma da previdência se configurava como uma “contrareforma previdenciária” por aprofundar o processo de mercantilização nesse setor bem como retirar direitos dos trabalhadores do serviço público federal. Sobre essa questão resgata-se a avaliação de Paulo César de Souza, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS)<sup>81</sup>, onde afirma que a CUT, que no decorrer da década de 1990 se posicionou contra medidas governamentais que retiravam direitos dos trabalhadores ou que diminuía o caráter social e público da previdência, em 2003 teve outro posicionamento, pois se manteve acrítica em relação a proposta do Governo Lula para a Reforma da Previdência, mesmo contendo, nessa proposta, medidas que aumentaram o teor privatizante do sistema previdenciário e que retiraram direitos sociais dos trabalhadores. Paulo César declarou que no decorrer do processo de aprovação da Reforma da Previdência:

[...] a CUT não apoiou a greve dos servidores, - que já passa dos 18 dias e paralisou 70% do serviço público federal – omitiu-se na reforma, seu presidente tem sido vaiado em todas as manifestações, públicas e privadas e levou o movimento dos servidores a um racha de desastrosas conseqüências para o próprio PT.<sup>82</sup>

Em que pese o fato de não constar nas resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT, que ocorreu entre os dias 3 a 7 de Junho de 2003, nenhuma menção sobre a proposta do Governo Lula expressa pela Proposta de Emenda Constitucional 40 (que após analisada pelo

---

## 81

“ANASPS denuncia que cut esta querendo vetar presença de entidades não filiadas na audiência com o presidente lula sobre a reforma da previdência” Notícia disponível em: <[http://www.anasps.org.br/mostra\\_materia.php?id=464](http://www.anasps.org.br/mostra_materia.php?id=464)>. (Acesso em: 01/10/2015).

<sup>82</sup> Ibidem.

Senado se tornou 41), referente a reforma da previdência, é importante destacar que essa postura política da CUT de não apoio a greve dos servidores públicos federais contra essa política do Governo Lula, contrariou a deliberação de seu 8º Congresso Nacional que orientava pela "Defesa da Previdência pública e solidária com a realização de auditorias e relatórios financeiros das contas da Previdência e das receitas tributárias do período anterior ao governo Lula."<sup>83</sup>

No início do ano de 2005, a assembleia geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical (ADUFF-SSind), discutiu um texto elaborado por Marcelo Badaró no mesmo ano, com o objetivo de aprovar encaminhamentos para serem defendidos pelas delegadas e delegados eleitos naquela assembleia, para atuarem junto ao 24º Congresso Nacional da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), que ocorreu em Curitiba-PR, no período de 24 de Fevereiro a 1 de março de 2005. Ao analisar a propostas de desfiliação do ANDES-SN à CUT, uma das justificativas do autor é a de que houve uma mudança estrutural no interior da CUT. Segundo Badaró (2005):<sup>84</sup>

O que mudou de 2003 para cá e que faz com que estejamos discutindo a desfiliação é que, de um lado, não há mais possibilidade de disputa de rumos na central e, de outro, o caminho que ela vinha tomando ao longo dos anos se acentuou muitíssimo com a chegada do Lula ao governo. As duas coisas estão conectadas. Com a chegada do Lula ao governo, a maioria da direção da central se tornou uma maioria muito mais expressiva. No Congresso de 1991 da CUT, o setor majoritário (articulação sindical) só se manteve majoritário porque fraudou o credenciamento de delegados, porque inverteu votações que tinham sido perdidas e foram retomadas para que seus resultados fossem mudados. Então havia uma disputa e nem tudo o que a articulação tentava passar ela conseguia. Já no congresso de 2003, o que vimos é que a chamada esquerda da CUT estava reduzida a cerca de 30% do congresso. A aglutinação em torno da idéia de que a CUT tinha de sustentar a governabilidade do governo Lula tinha levado setores que antes se colocavam à esquerda para o lado da maioria na direção da CUT. Isso nos deixou diante de uma dificuldade muito grande. Não tem influência possível. Tudo passa de rodo, conforme a vontade da direção da CUT.

---

<sup>83</sup> Ver Resoluções do VIII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (8º CONCURT – 03/06/2003 a 07/06/2003). Disponível em: < <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/121> > Acesso em: 02/10/2015

<sup>84</sup> Trechos do texto disponível em: < [http://www.aduff.org.br/boletim/2005a\\_02m\\_18d.htm](http://www.aduff.org.br/boletim/2005a_02m_18d.htm) >. Acesso em: 01/10/2015.

E o autor considera ainda que a mudança ocorrida na estrutura organizacional da CUT não era momentânea nem superficial, pois, segundo ele:

Os rumos que a CUT tem tomado não são apenas de continuidade daquelas mudanças que já começavam na década de 90. São de completa subserviência para transformar a CUT em um braço sindical das propostas do governo. E que propostas são essas? São propostas justamente de continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais na linha de subordinação da política econômica brasileira aos organismos financeiros internacionais. E, se com alguma disputa interna, alguma coisa de bom havia surgido nos anos 90, era a chamada luta contra as reformas. Participamos de várias resistências nessa época em que a CUT teve papel destacado, junto com outros movimentos sociais, o MST, diversos parlamentares do PT e conseguimos impor limites nas reformas que FHC implementava. O que vemos agora é que a CUT não apenas não está disposta a colocar limites mas é um instrumento de apoio para as reformas neoliberais. Isso vimos bem explicitamente em 2003 quando a CUT se coloca contra o movimento dos servidores e a favor da reforma neoliberal da Previdência.<sup>85</sup>

Além disso, Marcelo Badaró afirma que nesse período a CUT expressa apoio à “reforma” universitária, que aprofunda o teor mercadológico da educação superior do país ao invés de barrar ou reverter o processo de privatização da educação superior, em curso no país no decorrer da década de 1990. Segundo o autor, a CUT expressa também o seu apoio às reformas sindical e trabalhista, as quais representam a perda de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora no decorrer do século XX. Para elucidar essa reflexão, Marcelo declara que:

Nós das Universidades vemos isso mais diretamente e com muita tristeza cada vez que abrimos as listas de apoio à Reforma Universitária de Tarso Genro e de Lula. Na lista de apoio está o nome da CUT que, ao apoiar esta reforma neoliberal, apóia a concessão de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino abrirem vagas, o que ficou conhecido como PROUNI. Mas os sindicatos cutistas da área de educação não apóiam. Ou seja, a CUT encaminha uma decisão que não tem nada a ver com sua base. Pior ainda, a CUT assina o relatório do Fórum Nacional do Trabalho e encaminha proposta de reforma sindical que abre espaço para reforma trabalhista do governo Lula. Por essa proposta, as centrais sindicais que cumprirem os requisitos que estão colocados (hoje só a CUT cumpriria) passam a ter representação das bases a

<sup>85</sup> Ibidem. Trecho do texto disponível em: [http://www.aduff.org.br/boletim/2005a\\_02m\\_18d.htm](http://www.aduff.org.br/boletim/2005a_02m_18d.htm). Acesso em: 01/10/2015.

elas filiadas para assinaturas de acordos coletivos. Isso significa a perda de autonomia das entidades de base para a direção nacional das centrais sindicais as quais elas estejam filiadas. Outros direitos como o direito de greve também passam a ser limitados.

É visível a ocorrência de mudanças estruturais na organização do movimento sindical no Brasil após a vitória de Lula nas eleições em 2002, devido ao impacto causado com a vitória de uma candidatura que foi construída cotidianamente no decorrer de um período de 20 anos pelos trabalhadores da base e da direção da CUT, bem como a ascensão de ex-sindicalistas aos cargos de 1º ao 3º escalão do governo federal para contribuir na construção do projeto de governo. Entende-se que é plausível a nomeação aos cargos no governo federal, de dirigentes sindicais que participaram no decorrer das décadas de 1980 e 1990 na construção das campanhas, do partido e do projeto de governo no interior da sociedade, mas é visível que grande maioria dos ex-dirigentes sindicais bem como os atuais dirigentes sindicais da CUT não souberam preservar a autonomia da central em relação ao governo, visto que durante os dois mandatos do Governo Lula, a CUT modificou o seu discurso e sua postura política ao nível de defender ou se posicionar de forma não crítica às políticas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores além de reduzir o papel do Estado quanto à manutenção de uma educação, previdência e saúde pública. É sintomático observar que, no decorrer da década de 1990, essa mesma central sindical apresentou um posicionamento crítico e de oposição quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tentou impor reformas com os mesmos objetivos dessas apresentadas por Lula em seus mandatos.

Por isso, nesse debate sobre a proposta de ação sindical defendida pela CUT, cabe avaliar essa mudança de trajetória, que migra de um sindicalismo classista para um sindicalismo social-liberal, caracterizado por parâmetros conciliatórios, de concertação social. A partir do segundo semestre de 2003, com a aprovação da reforma da previdência e diante da manutenção de uma política econômica conservadora por parte do governo Lula (que se manteve nos marcos da política econômica efetivada nos governos anteriores, Collor, Itamar Franco e FHC); o debate no interior do movimento sindical brasileiro transita sobre a questão da autonomia do movimento sindical em relação aos partidos políticos, ao Estado e a qualquer governo. A CUT, ao não se opor as políticas governamentais citadas acima, bem como ao não acompanhar as mobilizações dos trabalhadores na luta contra as medidas políticas dos governos petistas que retiraram e retiram direitos sociais da população, expressou o nível de atrelamento dessa central com o governo federal, e a consequente perda de sua autonomia.

Na análise sobre o processo político e organizativo que o movimento sindical, no Brasil, vivenciou no decorrer da década de 1990 e na primeira década do século XXI, percebemos uma ofensiva objetiva e subjetiva do neoliberalismo, respectivamente, na política e na hegemonia do pensamento social. Isso tem propiciado um refluxo organizativo do movimento sindical e popular do país, bem como a difusão da ideia de conciliação, em detrimento da oposição de classes, por parte das direções das organizações políticas, em especial a CUT. Nos últimos 25 anos, as lutas organizadas pelos trabalhadores se basearam na busca pela manutenção dos direitos sociais, ameaçados pelas “contra-reformas” na área da previdência, da saúde, da educação, do transporte, da comunicação, bem como na área trabalhista, e pelas privatizações de empresas estatais e da área administrativa de outros espaços, as quais, por ora, estavam ou ainda estão sob a responsabilidade do Estado. Até mesmo as trabalhadoras e os trabalhadores rurais organizados nos movimentos de luta pela reforma agrária, em especial o MST, que são movimentos com um alto nível de organização e inserção na sociedade brasileira e que reivindicam a realização de uma reforma estrutural, que é a reforma agrária, não conseguiram diante de toda a pressão política realizada através de ocupações de terra, marchas, paralisações de rodovias, efetivarem uma política ampla para a realização da reforma agrária no Brasil. Sem dúvida, o pouco que avançou no processo de reforma agrária no país, ocorreu em virtude da pressão política realizada por esses movimentos, porém, percebe-se que além da criminalização que esses sofreram e sofrem nos últimos 30 anos, os movimentos de luta pela terra não conseguiram avançar no processo de distribuição de terras, e durante todo esse período, os governos de Lula e de seus antecessores, optaram politicamente por estruturar o plantio de monoculturas de cana-de-açúcar, soja e outros produtos ao longo do território brasileiro. Portanto, nesses últimos 25 anos, o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil atuou defensivamente, buscando a manutenção dos direitos conquistados em outros períodos históricos.

## **2.2 – O Surgimento da CONLUTAS Diante das Insatisfações com as Práticas Majoritárias no Sindicalismo Brasileiro**

Diante da nova conjuntura que o movimento sindical se depara após a eleição do governo Lula, setores minoritários do movimento sindical iniciam o debate sobre o rompimento político com a CUT no decorrer do segundo semestre de 2003, e conclamam os

setores da classe trabalhadora organizadas no interior CUT a participarem desse debate com o objetivo de construir um novo instrumento de luta e de organização para as trabalhadoras e os trabalhadores. A primeira iniciativa ocorreu em 2004, quando a corrente Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), orientada pela política do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)<sup>86</sup>, chamou a construção da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), sendo essa fundada em maio de 2006<sup>87</sup>. A concepção dos militantes do MTS, é que naquele momento a CUT tornara-se um instrumento morto para a organização da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores. Analisavam que o governo Lula não estava implementando mudanças que modificassem positivamente a qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, e que nesse contexto a classe trabalhadora encontrava a CUT apoiando as reformas políticas do governo que retiravam direitos sociais da população, como a reforma da previdência, por exemplo.<sup>88</sup>

Porém, nesse momento nem todos os setores políticos que participaram desse movimento minoritário no interior do movimento sindical do país, debatendo a problemática referente ao posicionamento político e à ausência de autonomia da CUT perante o governo Lula, se integraram organicamente na construção da CONLUTAS, porque avaliaram que era necessário construir um processo de ruptura com a CUT envolvendo outros setores do movimento sindical que ainda não estavam convencidos quanto a necessidade ou a viabilidade de romper com essa central naquele período. Assim, surgiram outras movimentações conjuntas visando aglutinar setores sindicais que dispunham a romper com a CUT naquele período e setores que não estavam convencidos sobre a necessidade do

---

<sup>86</sup> O PSTU foi fundado em 1994, por militantes que participavam de uma corrente interna do PT, a Convergência Socialista (CS), e que foram expulsos do PT em 1992. Destaca-se primeiramente que, no decorrer dos anos 1980, os textos públicos da CS já expressavam desacordo com a prática sindical da corrente Articulação Sindical, no interior da CUT. E mesmo com essas divergências e com a expulsão da CS da estrutura organizativa do PT, a CS continuou participando e construindo os espaços da CUT até 2003.

<sup>87</sup> Ver Mattos (2009). Nesse momento, além do MTS, setores sindicais, estudantis e populares vinculados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), como o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) participavam da construção da CONLUTAS. Grupos ultra-minoritários, como a Liga Bolchevique Internacionalista (LBI) e outros com viés anarquista também compunham esses espaços políticos. E é sobre essa experiência que realizaremos uma reflexão nesse capítulo.

<sup>88</sup> Ver LADOSKY (2009). Em sua tese, Mário Ladosky destaca trechos de um artigo publicado em 2004, no jornal o Globo, por José Maria de Almeida, presidente nacional do PSTU e antigo membro da Diretoria Executiva da CUT, que expõe o motivo pela opção do MTS em romper com a CUT naquele período.

rompimento, mas que estavam publicamente descontentes com a ausência de autonomia da Central diante do governo federal, e que também se apresentavam como oposição às reformas que retiram direitos sociais das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Em Maio de 2006, setores sindicais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao PSOL, e uma corrente sindical organizada no interior da CUT, a Alternativa Sindical Socialista (ASS), que é uma corrente sindical que conta com a participação de militantes vinculados ao PT e ao PSOL, fundaram a INTERSINDICAL. No 9º Congresso da CUT (9º CONCURT), realizado em junho de 2006, esses setores apresentaram uma chapa compondo um “Bloco político” denominado de Frente de Esquerda Sindical (FES), que obteve 6,40% dos votos dos delegados presentes nesse congresso. Esse percentual, não possibilitou que essa chapa tivesse sequer um representante na Direção Nacional da CUT, no período de 2006 a 2009, visto que não atingiu o mínimo de votos necessários para participar da composição da direção nacional, que é de 20% dos votos dos delegados (LADOSKY, 2009).

Esses setores sindicais que a partir de 2006 fundaram a INTERSINDICAL, que constituía anteriormente a FES no interior do espaço político da CUT, entendiam que a crise que a CUT vivia naquele período se iniciou no decorrer da década de 1990, sendo essa desencadeada pela conjunção de dois fatores: as mudanças objetivas e subjetivas na configuração da classe trabalhadora, diante da atual ofensiva do capital, acompanhada por uma intensificação da precarização das condições de trabalho e de salário, por um lado, e o processo de burocratização da direção majoritária da CUT, contribuindo para a aproximação dessa central com à política de conciliação de classes, por outro. A consequência dessas questões acima colocadas, foi o atrelamento da CUT ao governo Lula, o que explica a falta de apoio dessa central a luta do funcionalismo público contra a “reforma da previdência” de caráter neoliberal<sup>89</sup>.

A INTERSINDICAL, apesar de naquele período não se constituir como uma Central Sindical formalizada no Ministério do Trabalho do Governo Federal, constituiu-se, nos anos posteriores, como um espaço organizativo composto apenas por sindicatos (sem contar com a presença formal de outras formas de organização da classe trabalhadora). Alguns setores que participaram dessa experiência assumiram uma postura de autonomia para participarem de outros espaços de organização sindical, o que explica porque alguns setores da INTERSINDICAL continuaram participando de espaços organizados pela CUT e outros

---

<sup>89</sup> Ver Manifesto da INTERSINDICAL, lançado em 2006, após o Encontro Nacional que ocorreu na cidade de Campinas (SP), em que surgiu a INTERSINDICAL. O Manifesto está disponível no sítio: <<http://metalurgicosbs.org.br/imagens/upload/documento16.pdf>>. Acesso em: 02/10/2015

optaram por construir atividades em conjunto com a CONLUTAS. Em ambos os casos, os grupos que se organizam em torno da INTERSINDICAL defenderam a orientação política debatida no interior dessa nova experiência. No manifesto da INTERSINDICAL<sup>90</sup>, está expresso que:

Nesse momento, é tarefa fundamental reconstruirmos a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras contra o neoliberalismo. Para uma ação coordenada do movimento sindical combativo, acreditamos que a forma mais eficaz e abrangente é o Instrumento da Intersindical.

O que, em nosso ponto de vista, pode se dar independentemente de qualquer divergência organizativa que tenhamos no momento. Pois a crise atual do movimento sindical, que é de concepção mas também reflete a situação objetiva de defensiva da nossa classe, não será resolvida por ações na superestrutura, pela criação deste ou daquele “novo” aparelho ou estrutura sindical. A resolução desta crise depende, isto sim, de nossa capacidade em colocar realmente em prática uma ação sindical democrática, plural, autônoma, socialista e baseada na independência de classe. O que exigirá, em primeiro lugar, uma postura autocrítica e generosa de nossa parte, oposta a qualquer tipo de sectarismo ou autoprocamação.

Destacamos, portanto, a ocorrência de duas experiências minoritárias que visaram organizar a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores por fora dos espaços organizativos da CUT, contra as reformas neoliberais implementadas pelo governo Lula<sup>91</sup>. Entendemos, que entre as duas experiências, a CONLUTAS foi a que obteve maior expressão social e maior dinâmica organizativa e apesar de significar uma composição minoritária dentro do movimento sindical que iniciou um processo de ruptura com a CUT, é possível visualizar a

---

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Nesse trabalho, não abordaremos de forma específica o surgimento de outras centrais sindicais, como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) que surgiu em dezembro de 2007, constituída por militantes vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizados pela Corrente Sindical Classista (CSC), que rompeu com a CUT em 2007, mesmo não apresentando nenhuma divergência fundamental na análise de conjuntura política do país com a maioria dos agrupamentos políticos que ainda permanecem organizados na CUT. Nos últimos quatro anos, surgiram inúmeras centrais sindicais, motivadas pelo incentivo da política de Contribuição Sindical formalizada pela Lei N° 11.648 em 31 de março de 2008, que legaliza as Centrais Sindicais. Assim, pretende-se no decorrer desse trabalho aprofundar a análise sobre o processo de construção da CONLUTAS, e citamos nesse capítulo o surgimento da INTERSINDICAL, devido estas serem dissidências que expressam um desacordo político, organizativo, teórico e metodológico com a CUT.

ocorrência de uma nova fase, ou seja, o início de um novo período na história da organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil.

Cabe reconhecer que a CONLUTAS e outros setores que romperam com a CUT adotaram esse procedimento em um período caracterizado pelo refluxo das lutas protagonizadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores no país, posto que, nos últimos anos, os movimentos populares e sindicais, longe de avançar em novas conquistas se limitaram às lutas pela manutenção dos direitos sociais anteriormente alcançadas, e, normalmente, restritas às especificidades de cada categoria de trabalho. Com relação a este último aspecto, a maioria dos sindicatos não teve capacidade de interagir com as trabalhadoras e os trabalhadores informais, terceirizadas/os e desempregadas/os, os quais, normalmente, não possuem vínculo formal ou prático com as instâncias organizativas. Assim mesmo, essas novas iniciativas não criaram condições e espaços propícios para a reorganização do movimento de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores capazes de incluir esses segmentos vitimadas/os pelo crescente processo de dominação e exclusão social, propiciado pelo capital em sua nova configuração, caracterizada pelo que se convencionou chamar de neoliberalismo e mundialização do capital.

Mais do que isso, é importante levarmos em consideração, também, que em nível internacional, o movimento sindical vive uma profunda crise, caracterizada pela

[...] redução nas taxas de sindicalização; o refluxo das greves e do volume de jornadas perdidas anualmente; as dificuldades crescentes de obtenção de ganhos salariais significativos e outros benefícios sociais diante do capital e de seu organismo de classe, o Estado; enfim, as limitações, igualmente crescentes, para manutenção de antigas conquistas sociais e coletivas unidas à dificuldade crescente de mobilização da base de trabalhadores (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, o autor apresenta dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, demonstrando que o nível da taxa de sindicalização apresenta variações consideráveis de região para região. No leste europeu, com o fim da URSS a sindicalização não é mais obrigatória, e em alguns desses países o índice de sindicalização sofreu uma queda acentuada:

Tabela 2  
Variação do índice da taxa de sindicalização em alguns países do Leste Europeu

<b>Países</b>	<b>Taxa de Sindicalização</b>
Estônia	- 71,2%
República Tcheca	- 50,6%
Polônia	- 45,7%
Eslováquia	- 40,1%
Hungria	- 38%
Alemanha	- 20,3%

Fonte: Santos (2006)  
OIT (1998)

Já na Europa Ocidental e em outros continentes, diversos países apresentam realidades distintas. Em alguns países percebe-se uma redução considerável na taxa de sindicalização, e em outros países os dados demonstram outra situação, caracterizada pelo crescimento da taxa de sindicalização, como pode ser notado na tabela abaixo:

Tabela 3  
Variação do índice da taxa de sindicalização em alguns países do Oeste Europeu, da África, Ásia e Oceania

<b>Países</b>	<b>Taxa de Sindicalização</b>
Israel	- 75,7%
Nova Zelândia	- 46,7%
Portugal	- 44,2%
Uganda	- 38,3%
Venezuela	- 32,2%
França	- 31,2%
Reino Unido	- 25,2%
África do Sul	+ 126,7%
Espanha	+ 92,3%
Chile	+ 89,6 %
Tailândia	+ 77,3%
Filipinas	+ 69,4%
Bangladesh	+ 57,8%
Zimbábue	+ 54,4%
Taiwan	+ 49,8%
China	+ 49,8%
Egito	+ 21,8%
Holanda	+ 19,3%

Fonte: Santos (2006)  
OIT (1998)

As realidades sociais, econômicas, políticas e culturais dos países citados na Tabela 3, são distintas daquela dos países citados na Tabela 2. Segundo Santos (2006), não podemos relacionar automaticamente o índice da taxa de sindicalização com o resultado efetivo das lutas sindicais realizadas nesses países. Ou seja, o elevado índice de sindicalização não se traduz na realidade em um movimento sindical mais combativo que tenha capacidade de mobilizar permanentemente as trabalhadoras e os trabalhadores na busca por novas conquistas sociais. Nesse sentido, o autor afirma que:

Assim é que as altas taxas de sindicalização verificadas nos sindicatos dos países da Europa do norte não tem contribuído para evitar uma posição defensiva por parte das mesmas organizações. De igual modo, as taxas de sindicalização se elevaram em alguns países, sem contudo produzirem uma nova ofensiva reivindicativa do trabalho. (Santos, 2006, 448)

A realidade brasileira não é diferente em relação à queda na taxa de sindicalização de diversos países. Uma pesquisa realizada pelo economista Marcio Pochmann, demonstra que no período de 1992 à 2007 a taxa de sindicalização no Brasil caiu 17,8%<sup>92</sup>. Além disso, segundo Alves (2006), o movimento sindical no Brasil enfrentou nos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI, dificuldades na mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores diante da recente reestruturação produtiva que intensificou a precarização do trabalho e provocou mudanças objetivas e subjetivas para o conjunto da classe trabalhadora, além de demonstrar uma dificuldade em reagir à ofensiva do capital nesse momento conjuntural. O autor demonstra, a partir dos dados do Dieese de 2002, que houve um decréscimo na quantidade de greves, grevistas e da média de grevistas por greve, como demonstram as tabelas e o gráfico a seguir:

---

<sup>92</sup> Ver em: <[http://www.conjur.com.br/2007-ago-10/sindicalizacao\\_volta\\_crescer\\_terceirizados](http://www.conjur.com.br/2007-ago-10/sindicalizacao_volta_crescer_terceirizados)>. (Acesso em: 19/07/2010). Ver também em: <[http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=763896&path=/suasfinancas/carreira\\_s/direitos/](http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=763896&path=/suasfinancas/carreira_s/direitos/)>. (Acesso em: 02/10/2015).

Tabela 4

Decréscimo na quantidade de greves, grevistas e da média de grevistas por greve no Brasil

<b>Anos</b>	<b>Greves</b>	<b>Grevistas</b>	<b>Média de Grevistas por Greve</b>
1990	1956	9.084.672	4644
1991	1128	7.527.732	6674
1992	624	2.819.412	4518
1993	732	5.194.020	7096
1994	1128	3.266.076	2896
1995	1128	2.654.628	2353
1996	1332	2.694.180	2023
1997	684	896.172	1310
1998	600	1.714.692	2858
1999	552	1.378.668	2496

Fonte: Alves (2006)

No início da década de 2000, o Dieese não realizou pesquisas sobre a quantidade de greves no Brasil, e retomou o levantamento de dados sobre essa questão apenas em 2004. Para Mattos (2009, 28):

Do ponto de vista das mobilizações da classe trabalhadora, há uma evidência pouco discutível de recuo. Tomando as greves como indicadores, observamos que das quase 4.000 greves de 1989, ano de pico das mobilizações grevistas na década de 1980, passamos a patamares médios de cerca de 700 greves anuais nos anos 1990. O fenômeno passou a ser tão secundário que o DIEESE, que sempre manteve pesquisas sobre greves, interrompeu-as no fim da década de 1990. Retomando tais pesquisas em 2004, o Departamento encontrou perto de 300 greves em média nos anos seguintes (até 2007).

Na primeira década do século XXI, não se percebe uma transformação no quadro conjuntural da organização do movimento sindical no Brasil, e sim uma avanço no processo de refluxo na organização do movimento sindical como indicam os dados<sup>93</sup> na tabela a seguir:

**Tabela 5**  
Quantidade de greves que ocorreram no Brasil,  
durante o Governo Lula, no período de 2004 a 2010

<b>Ano</b>	<b>Greves</b>
2004	302
2005	299
2006	320
2007	316
2008	411
2009	517
2010	445

Fonte: Dieese (2009, 2012)

Acrescenta-se a esses dados a tabela abaixo com a relação entre o número total de trabalhadoras e trabalhadores empregadas/os formalmente, com a quantidade de trabalhadoras e trabalhadores sindicalizadas/os e não-sindicalizadas/os; que demonstram um crescimento tímido do número de sindicalizadas/os no período de 2003 a 2006; de 0,9%, mas que revelam ainda que quase 82% das trabalhadoras e dos trabalhadores ocupadas/os no Brasil não são sindicalizadas/os e não vivem, portanto, o cotidiano do movimento sindical. Esses dados revelam que a CONLUTAS surge em um período bastante desfavorável para a organização da classe trabalhadora no movimento sindical, em um contexto bastante diferente daquele no qual surgiu a CUT. A CONLUTAS nasce sob os efeitos de uma fase do processo de reestruturação produtiva que se estruturou no país no decorrer da década de 1990.

<sup>93</sup> Embora não esteja dentro do período histórico no qual o objeto dessa pesquisa é analisado, é importante destacar que esse decréscimo do número de greves não foi e não é um elemento estático, imutável e definitivo. Nos anos de 2012 e 2013 houve uma retomada do número de mobilizações e greves, atingindo patamares superiores aos detectados em 2009 e 2010.

Tabela 6

Relação entre o número total de trabalhadoras empregadas e trabalhadores empregados formalmente, com a quantidade de trabalhadoras/es sindicalizadas/os e não-sindicalizadas/os, no Brasil, no período de 2003 a 2006

	Nº de Trabalhadoras/es Ocupadas/os	Nº de Sindicalizadas/os	Nº de Sindicalizadas/os em %	Nº de Não-Sindicalizadas/os
<b>2003</b>	79.250.627	14.011.123	17,67%	65.237.695
<b>2004</b>	84.595.910	15.200.906	17,96%	69.395.004
<b>2005</b>	87.089.976	15.983.590	18,35%	71.106.386
<b>2006</b>	89.317.241	16.594.477	18,57%	72.722.764

Fonte: Dieese (2010)

É nesse cenário caracterizado por um decréscimo na quantidade de greves, de grevistas e da média de grevistas por greve, e, também, pela ausência de autonomia política da CUT em relação ao governo Lula, que surge a CONLUTAS com concepções políticas e propostas organizativas alternativas àquelas hegemônicas naquele contexto do movimento sindical brasileiro.

Na concepção dos fundadores da CONLUTAS, essa organização nasce devido à:

[...] necessidade de se organizar uma alternativa de luta para os trabalhadores brasileiros, com independência de classe e socialista. Isto ocorre após a eleição do governo Lula, sua opção por governar de acordo com o modelo econômico neoliberal e a adaptação da CUT às políticas governamentais, como o apoio à reforma da Previdência que instituiu a idade mínima.<sup>94</sup>

Atnágoras Lopes, membro da Secretaria Executiva Nacional (SEN) da CONLUTAS e membro do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém – PA, destaca duas características nesse processo que motivou o surgimento da CONLUTAS: a experiência das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros com o governo Lula e a perda de identidade de classe e estratégia socialista por parte de vários segmentos do movimento sindical brasileiro. Segundo esse sindicalista:

<sup>94</sup> Esse trecho compõe um texto que apresenta uma breve História da CONLUTAS, e está disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/historia.asp>>. Acesso em: 25/07/2010.

Há um elemento mais especial que é a experiência de classe com o governo de frente popular, com o governo Lula, mas isso por si só não é a origem do debate que já ocorria no interior da CUT, e que boa parte do movimento sindical brasileiro que atuava dentro da CUT já o fazia, que é o problema da perda de identidade com a estratégia de socialismo que a própria CUT já havia se distanciando. Isso se expressava na implementação de uma concepção sindical que se materializa em alguns conceitos, tipo cidadania, parceria, sindicalismo de resultados. E a resultante disso foi a implementação da participação em câmaras setoriais, que significa buscar alternativas em câmaras que juntam empresários, governos e sindicatos (nos casos as centrais), e isso se dava desde o governo Fernando Henrique já; e uma parte da militância da CUT questionava todo esse processo como um distanciamento estratégico da defesa do socialismo e na prática abrindo mão do caminho do sindicato independente, combativo. Havia um outro processo, uma outra expressão dessa perda de concepção classista que foi a utilização cada vez maior, mais aprofundada e até exagerada dos recursos públicos através de convênios firmados com o Ministério do Trabalho, com a utilização de recursos do FAT e de qualquer outra fonte do governo com os Ministérios do Trabalho, da Saúde, seja lá do que for; o que levou que a Central passasse a quadruplicar, em algum momento até quintuplicar a sua receita mensal e anual, o que para nós é a expressão mais cabal da perda da independência frente ao governo, aos patrões, porque tem um velho ditado “que quem paga a banda escolhe a música”, então é assim também na luta de classes; quem paga manda, e quem tem que financiar a luta da classe é a própria classe, e esse atrelamento foi uma outra expressão.<sup>95</sup>

Dando sequência à sua argumentação, Lopes relaciona essa problemática da perda da concepção sindical classista por parte de setores do movimento sindical brasileiro com o período do governo Lula (desde 2003), afirmando que:

Isso foi um período, e com o advento do governo Lula, isso não só se aprofundou, como passou para além dos Ministérios, passou para as empresas públicas como a caixa econômica, como Banco do Brasil, como a Petrobrás, financiando as ações do movimento, os convênios, os cursos e essas coisas como um todo, e também a perda da identidade política, ou seja, uma confusão completa em defesa do governo em detrimento da retirada de direitos, e aí vieram os primeiros enfrentamentos dos setores

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada por mim, no dia 19/08/2009, na sede nacional da CONLUTAS, São Paulo - SP. Além de sindicalista, participando como membro da Direção Nacional da CONLUTAS e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém - PA, Atnágoras Lopes é militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

do funcionalismo com a primeira reforma da previdência, e aí na luta foi se materializando a necessidade de criar uma alternativa de direção para o movimento brasileiro.<sup>96</sup>

O surgimento da CONLUTAS nesse processo bastante adverso, ocorre no momento em que as classes trabalhadoras brasileiras se deparam com a experiência de um Governo composto por setores da classe trabalhadora e por setores do empresariado, representando a ideologia da conciliação de classes, da conciliação entre trabalho e capital. Esse processo simbolizou uma experiência nova para as organizações da classe trabalhadora e suas lutas. Essa primeira experiência da classe trabalhadora com um governo com essa matriz, trouxe reflexos profundos para o cotidiano, a consciência e o imaginário da classe trabalhadora e suas lutas, e trouxe consequências diretas para a organização política dos trabalhadores e trabalhadoras. E vale ressaltar ainda que a concepção classista do movimento sindical, há tempos já não era hegemônica dentro do movimento sindical brasileiro.

Nos dias 13 e 14 de março de 2004, 1800 ativistas de 279 entidades sindicais do país (sendo direções e oposições sindicais) realizaram em Luziânia - GO o Encontro Sindical Nacional e fundaram a CONLUTAS, com um formato inicial de coordenação/fórum com o objetivo de organizar as lutas sociais contra os projetos de Reforma Sindical e Trabalhista apresentadas pelo governo federal naquele período<sup>97</sup>. Ou seja, inicialmente a CONLUTAS não surgiu com uma estrutura organizativa similar a de uma central sindical, mas sim como um pólo de aglutinação de entidades sindicais e movimentos sociais/populares que atuavam naquele momento nas construções das lutas cotidianas contra as reformas. Após esse encontro em Luziânia - GO, foram realizados, durante o mês de abril, Encontros Estaduais para organizar as atividades públicas contra as reformas em vários Estados no Brasil, e para constituir assim as coordenações estaduais da CONLUTAS<sup>98</sup>.

Na primeira reunião que ocorreu em Brasília no dia 19 de março de 2004, entre algumas das entidades sindicais participantes do Encontro Sindical Nacional de Luziânia - GO, foi deliberada a realização de uma jornada de lutas contra as políticas neoliberais, em especial contra as reformas sindical e trabalhista. E em uma dessas atividades, a CONLUTAS

---

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Dados disponíveis na carta de divulgação sobre a constituição da CONLUTAS.

<sup>98</sup> Desde o seu início a CONLUTAS teve representação nas cinco regiões brasileiras, porém não obteve representação em todos os Estados da Federação.

organizou uma manifestação nacional em Brasília no mês de junho desse respectivo ano<sup>99</sup>. Essa manifestação contou com a participação de estudantes, servidores públicos, metalúrgicos, trabalhadoras e trabalhadores do setor privado, sem-terra e sem-teto<sup>100</sup>. Embora não haja precisão das fontes em relação à dimensão dessa atividade, segundo a Polícia Militar a manifestação contou com a participação de cinco mil manifestantes; já para a CONLUTAS e alguns de seus sindicatos filiados, a manifestação contou com a participação de 20 mil manifestantes<sup>101</sup>. Por sua vez, o Observatório Social da América Latina (OSAL), informa que 15 mil pessoas participaram dessa manifestação,<sup>102</sup>. Independentemente das divergências quanto a aferição do número de participantes, cabe reconhecer que uma quantidade considerável de pessoas se dispuseram a participar dessa atividade, apesar da conjuntura, caracterizada pelo refluxo organizativo das trabalhadoras e dos trabalhadores, e da ausência da CUT enquanto entidade, reconhecida como uma das maiores centrais sindicais da América Latina. A CONLUTAS organizou essa manifestação<sup>103</sup>, com milhares de ativistas do movimento sindical, do movimento popular e estudantil; já indicando naquele momento uma capacidade de articular esses setores em um único espaço organizativo. Registre-se,

<sup>99</sup> Ver em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/historia.asp>>. Acesso em: 25/07/2010

<sup>100</sup> Ver em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=1413>>. Acesso em: 30/07/2010

<sup>101</sup> Ibidem. E ver em: <[http://www.sindsef-sp.org.br/sindsef\\_conlutas.jsp](http://www.sindsef-sp.org.br/sindsef_conlutas.jsp)>. Acesso em: 30/07/2010, e no site: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Coordena%C3%A7%C3%A3o\\_Nacional\\_de\\_Lutas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Coordena%C3%A7%C3%A3o_Nacional_de_Lutas)>. Acesso realizado em: 30/07/2010.

<sup>102</sup> Sobre os dados do OSAL, ver em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal14/CRS14Brasil.pdf>> Acesso em: 30/07/2010.

<sup>103</sup> Nessa manifestação a CONLUTAS realizou uma crítica específica ao Fórum Nacional do Trabalho (FNT) criado pelo Ministério do Trabalho (MTE) do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº. 4.796, de 30 de julho de 2003. Segundo o MTE, a proposta do FNT é criar um espaço de diálogo entre as representações das trabalhadoras e dos trabalhadores, das empregadoras e empregadores e do governo federal, para negociar a implementação da reforma sindical e trabalhista no Brasil. Para a CONLUTAS, o FNT foi instituído com o único propósito de implementar uma reforma sindical e trabalhista que retire os direitos sindicais e trabalhistas do conjunto da população brasileira, e diante essa leitura política sobre o FNT e com o princípio de que o movimento sindical não negocia a retirada de direitos; a CONLUTAS e os sindicatos que compunham a coordenação naquele período optaram por não participar desse Fórum para não legitimar a ação governamental em retirar direitos da classe trabalhadora e optaram por denunciar publicamente o caráter e a intenção do FNT. Destaca-se que as demais centrais sindicais, inclusive a CUT, defenderam e defendem a participação do movimento sindical nesse Fórum. Sobre outros detalhes do FNT, ver em: <[http://www3.mte.gov.br/fnt/Regimento\\_Interno\\_do\\_Forum\\_Nacional\\_do\\_Trabalho.pdf](http://www3.mte.gov.br/fnt/Regimento_Interno_do_Forum_Nacional_do_Trabalho.pdf)> Acesso em: 02/10/2015.

entretanto, que a CONLUTAS naquela oportunidade era uma coordenação apenas, e não uma central, e várias entidades presentes na manifestação não aderiram ainda naquele momento ao embrionário projeto organizativo da CONLUTAS. Cabe destacar que participaram desse ato, alguns setores orgânicos da esquerda da CUT que faziam oposição interna à tendência majoritária daquela central, “Articulação”. A CONLUTAS era constituída nesse momento, por entidades sindicais nacionais e locais, oposições e minorias sindicais, e por movimentos populares. Nas atividades da CONLUTAS participavam também alguns setores do movimento estudantil<sup>104</sup>.

Ainda em 2004, a CONLUTAS, o ANDES-SN, a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE) e outras entidades realizaram no mês de novembro uma Marcha em Brasília com o slogan “*25 de novembro: TODOS A BRASÍLIA! Contra as Reformas Universitária e Sindical/Trabalhista de Lula/FMI, Patrões e CUT*”. Nessa manifestação, a CONLUTAS se posicionou de forma clara como oposição ao governo Lula e suas propostas políticas para a Educação Superior no país e para o campo das relações sindicais/trabalhistas. No dia 11 de novembro (dias antes da Marcha para Brasília), a CONLUTAS apoiou a paralisação nacional que ocorreu em várias Universidades Públicas, organizada pelos docentes vinculados ao ANDES-SN e suas respectivas Seções Sindicais, e pelos discentes organizados em Diretórios Centrais e Acadêmicos em cada Universidade, visto que a UNE ao apoiar as políticas do governo federal para a educação, não aderiu à construção e à realização dessa paralisação<sup>105</sup>.

No dia 30 de janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu aqui no Brasil, em Porto Alegre-RS, entre os dias 26 a 31 de janeiro, a CONLUTAS realizou o seu primeiro Encontro Nacional, que contou com a participação de 1.553 delegados credenciados, representando mais de 250 Sindicatos/Federações, 30 entidades estudantis e alguns movimentos sociais<sup>106</sup>. Nesse encontro, inicia-se o debate sobre a transformação dessa

---

<sup>104</sup> Cabe ressaltar que uma parte significativa do setor estudantil que participava organicamente nas atividades da CONLUTAS estava vinculada à Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE). A CONLUTE surgiu em maio de 2004, no Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária no Rio de Janeiro, após o rompimento de algumas entidades estudantis (Diretórios Centrais dos Estudantes, Diretórios e Centros Acadêmicos) com a UNE. Essas poucas entidades que romperam com a UNE em 2004, contavam com a participação de militantes do PSTU.

<sup>105</sup> Estudantes vinculados à CONLUTE e a Frente de Oposição de Esquerda da UNE (FOE-UNE), ajudaram a construir a mobilização para a realização dessa paralisação.

<sup>106</sup> Dados disponíveis no Boletim do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE), Ano VII - Nº 279 – 03 de fevereiro de 2005.

coordenação em uma futura entidade nacional. Ali, foram aprovadas algumas deliberações<sup>107</sup>, como:

- Iniciar as discussões nas bases dos sindicatos e demais movimentos sociais para a construção de uma nova alternativa de organização para a classe trabalhadora brasileira;
- Construir o II Encontro Nacional da CONLUTAS para o início do 2º semestre de 2005, onde um dos pontos centrais do encontro seria definir a estruturação e realização de um congresso de fundação dessa nova alternativa de organização, a ser realizado no ano de 2006;
- Organizar Marcha a Brasília contra as Reformas Neoliberais do governo Lula, junto ao II Encontro Nacional da CONLUTAS, no início do 2º semestre;
- Estruturar a CONLUTAS:
  1. Trabalhar junto às Entidades da Coordenação para que essas iniciem o mais breve possível a sua contribuição mensal para a CONLUTAS;
  2. Criação de uma Secretaria Executiva para a CONLUTAS, na 1ª reunião (próxima) que ocorrerá após o I Encontro Nacional da CONLUTAS, para dar encaminhamento às tarefas da Coordenação Nacional;
  3. Dar continuidade à criação e à organização das CONLUTAS Estaduais para fortalecer o trabalho que vem sendo realizado em nível nacional.<sup>108</sup>

Destaca-se que nesse 1º Encontro Nacional da CONLUTAS realizado em 2005, o debate inicial realizado sobre a transformação dessa coordenação em uma entidade nacional, já apontava para a construção de uma nova central sindical e popular; e não apenas a criação de uma nova central que se dispusesse a organizar apenas os setores sindicais. Após esse encontro, essa coordenação de lutas organizou de forma sincronizada atividades e manifestações em várias cidades do país, no dia 8 de março, sendo esse um dia típico para o movimento popular e sindical que há mais de 80 anos realizam em vários países, atividades públicas em homenagem à luta pela emancipação da mulher e pela superação da opressão machista presente na sociedade. Por ser uma organização nova, não verticalizada, e pelo tema ter diálogo direto com o cotidiano da classe trabalhadora, esse e outros temas que tratam das opressões tiveram condições de ganharem importância na agenda da CONLUTAS durante o período de existência (2006 -2010). Essas foram as primeiras atividades em que a

---

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> Ibidem.

CONLUTAS se apresentou com logomarca e panfletos específicos sobre a temática feminista, em nome da coordenação.

Figura 1 – Logomarca da CONLUTAS



Fonte: Logomarca estava disponível no site [www.conlutas.org.br](http://www.conlutas.org.br) (Acesso realizado em 10/08/2010)<sup>109</sup>

A reportagem publicada em um site partidário<sup>110</sup> a respeito da participação da CONLUTAS na manifestação realizada em São Paulo, afirma que:

Em São Paulo, a marcha das mulheres reuniu cerca de 15 mil pessoas, que se concentraram no vão livre do Masp, na Avenida Paulista, às 14h desta terça-feira. (...) A manifestação protestava contra a violência às mulheres e reivindicava melhores condições de trabalho e direito ao aborto. A caminhada reuniu várias organizações, sendo que a maioria, lamentavelmente, segue com uma postura de defesa do governo nas questões da mulher trabalhadora. Destoando da maioria das organizações governistas, a coluna da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e da Coordenação de Luta dos Estudantes (Conlute), reuniu cerca de 1.500 pessoas. A coluna foi a mais animada da marcha e contou com delegações de Bauru e de São José dos Campos – inclusive lutadoras da ocupação do Pinheirinho – entre outras cidades paulistas. Foram elas que garantiram os protestos contra a política

<sup>109</sup> Essa logomarca da CONLUTAS ainda pode ser acessada pelo site: [http://www.aduneb.com.br/noticias.php?news\\_not\\_pk=1041](http://www.aduneb.com.br/noticias.php?news_not_pk=1041) (Acesso realizado em 10/11/2015)

<sup>110</sup> Site do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Ver reportagem completa em: [http://www.pstu.org.br/opressao\\_materia.asp?id=3161&ida=2](http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=3161&ida=2). Acesso realizado em 01/08/2010.

econômica do governo Lula e suas reformas neoliberais. À frente da coluna foi exibida uma faixa “Contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária de Lula e do FMI”. Logo atrás, dezenas de bandeiras, cartazes e mais faixas exigiam a retirada das tropas brasileiras do Haiti e contra a ocupação criminosa de Bush no Iraque. As ativistas entoavam palavras-de-ordem como “mulheres na rua contra a opressão, abaixo as reformas de Lula e do patrão” e “Ô Lula, eu quero ver, legalizar o aborto pra valer”, respondendo a demagogia do governo na questão do aborto, que sequer foi capaz de legalizá-lo para os casos de fetos anencéfalos.

A CONLUTAS apoiou as mobilizações locais que ocorreram em algumas cidades no ano de 2005 contra o aumento da tarifa do transporte público, bem como participou de greves organizadas pelos sindicatos municipais. Algumas greves nacionais, como a organizada pelo ANDES-SN, por exemplo, também contaram com o apoio público da CONLUTAS e com a participação de seus militantes.

Em 2005 o governo Lula vivenciou uma forte crise política com a denúncia de compra de votos de deputados federais dentro do congresso nacional, que ficou popularmente conhecido como “Mensalão”. Diante dessa crise, a CONLUTAS realizou no dia 17 de agosto, um ato nacional contra a reforma sindical e contra a corrupção, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, com a participação em média de 12 mil manifestantes<sup>111</sup>, entre trabalhadoras e trabalhadores organizados em sindicatos e em movimentos populares, bem como setores do movimento estudantil vinculados à CONLUTE. Cabe destacar que esse ato foi maior do que a manifestação realizada pela UNE e pela CUT no dia 16 de agosto, em Brasília, expressando apoio ao governo Lula com o discurso de que havia um perigo de “golpe” a ser encampado pelos setores conservadores do país, e que as denúncias de corrupção por parte de setores do governo federal divulgados pela mídia televisiva e pela mídia impressa, estavam sendo alimentadas por esses setores conservadores.

No dia 18 de agosto de 2005, um dia após a manifestação organizada pela CONLUTAS em Brasília contra a reforma sindical e contra a corrupção, foi realizado também na mesma cidade o 2º Encontro Nacional da CONLUTAS que reuniu 1700 participantes.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> A referência quanto ao número de participantes, encontra-se no *Boletim elaborado conjuntamente pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD) / Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (SINDSEF-SP) – março de 2006, filiados à CONLUTAS.*

<sup>112</sup> Dados numéricos disponíveis no Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul (SINDPPD-RS). Nº 9. Março e Abril de 2010. Disponível em: <<http://www.sindppd-rs.org.br/files/jornal/jornal9.pdf>>. Acesso em: 02/10/2015.

Nesse Encontro Nacional, além de aprovar a continuidade na organização das lutas em cada Estado contra as reformas neoliberais propostas pelo governo federal, deliberou-se também pela realização de um Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) para o 1º semestre de 2006, nos dias 5, 6 e 7 de maio, em Sumaré (SP), com o objetivo em transformar a CONLUTAS em uma nova organização das trabalhadoras e dos trabalhadores. O debate realizado nesse Encontro sobre o CONAT, continuou e aprofundou o debate iniciado no 1º Encontro Nacional da CONLUTAS, indicando a ideia e a possibilidade em transformar a CONLUTAS em uma Central Sindical e Popular; superando o modelo hegemônico presente no campo do movimento sindical no Brasil, caracterizado pelo predomínio de centrais que organizam exclusivamente setores sindicais.

Em 2006, a CONLUTAS mais uma vez participou organicamente das manifestações que ocorreram em várias cidades do país no dia 8 de março; e além das manifestações e de algumas greves protagonizadas por alguns sindicatos vinculados à CONLUTAS, a realização do CONAT que deliberou pela transformação formal dessa Coordenação em uma Entidade Nacional representativa, se constituiu como o grande marco para a CONLUTAS nesse período.

## 2.3 – CONAT: CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES Realizado em 2006

**Figura 2:** Logomarca do Congresso Nacional de Trabalhadores realizado em Sumaré-SP, no qual formalizou a constituição da CONLUTAS na condição de Central Sindical e Popular



Fonte: Caderno de Resoluções do Congresso Nacional de Trabalhadores realizado em Maio de 2006, em Sumaré-SP.

A CONLUTAS embora não formalizada como uma entidade nacional no período de março de 2004 a maio de 2006, tornou-se diante da experiência cotidiana, nesse período, um pequeno pólo aglutinador para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores e das manifestações sociais contra as reformas neoliberais propostas pelo governo federal. E, apesar de se configurar como um pólo minoritário no cenário sindical e social do país, conseguiu obter uma visibilidade e uma pequena expressão no campo do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores, visto que a CUT adotou um posicionamento político ora acrítico, com raras críticas pontuais à política econômica do governo, ora, se posicionando claramente em defesa das políticas governamentais deixando conseqüentemente livre um espaço a ser ocupado pelos setores que defendem a autonomia e a independência política e econômica do movimento sindical em relação ao Estado, ao governo federal e à qualquer partido político.

Durante esses dois anos, como já expresso em parágrafos anteriores, setores sindicais, populares e estudantis participaram de variados espaços e eventos organizados pela CONLUTAS (reuniões, encontros e manifestações). Essa experiência contribuiu para a ocorrência de uma importante deliberação no CONAT que foi a transformação da CONLUTAS em uma entidade que agrupe em seu interior todos os setores explorados da sociedade, principalmente aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a partir do CONAT participaram formalmente dessa nova entidade nacional com direito a voz e voto, sindicatos, oposições sindicais, minorias de direções de sindicatos,

movimentos populares do campo e da cidade, e organizações estudantis. O CONAT deliberou pela “(...) *Aprovação de uma entidade que reúna os movimentos sindical, social, popular e de juventude, do campo e das cidades.*” (Caderno de Resoluções do Congresso Nacional dos Trabalhadores, 2006, 20).<sup>113</sup> Além disso, sem abrir mão de uma concepção classista de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, foi aprovado no CONAT que o estatuto da CONLUTAS permitiria a filiação individual à entidade nacional, possibilitando ao indivíduo filiado o direito a voz e voto nas reuniões e nos encontros nacionais, estaduais e regionais dessa nova entidade. Essa iniciativa abriu espaço para que ativistas e militantes dos movimentos populares e partidários que não possuíam uma representação coletiva, tivesse a oportunidade de construir organicamente a CONLUTAS. O parágrafo primeiro do capítulo 2º do Estatuto da CONLUTAS aprovado no CONAT afirma que:

A CONLUTAS busca agrupar em seu interior os trabalhadores organizados no sindicatos, os desempregados, os aposentados, os trabalhadores que se organizam nos diferentes movimentos populares e sociais da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda forma de discriminação e opressão, as organizações estudantis, as da juventude e outras afins, que decidirem participar das lutas da classe trabalhadora. (p. 24 – *Grifo Meu*)<sup>114</sup>

[...]

A cada reunião da Coordenação Nacional as entidades e movimentos indicarão seus representantes para compô-la, podendo, a seu critério, manter os mesmos representantes para todas as reuniões ou substituí-los sempre que julgarem adequado. [...] Poderá ser indicado 1 representante dos filiados individuais com direito a voto, por Estado ou por Região, para participar das reuniões da Coordenação Nacional. Este representante será eleito em Assembleia estadual/regional de todos os filiados, convocada e organizada pela respectiva Coordenação estadual/regional. (p. 28 – *Grifo Meu*)<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> Nesse caso, no campo da juventude, participaram majoritariamente as organizações estudantis vinculadas à CONLUTE.

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> Ibidem.

Essa resolução que permitia a participação individual em fóruns de deliberação da entidade, que até o momento se configura como inédita na história do movimento sindical no Brasil foi efetivada com o decorrer dessa experiência, mas, descartada dois anos após o CONAT, durante o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS que não manteve essa resolução. Cabe ressaltar que nesse período, não havia no Brasil nenhuma organização política da classe trabalhadora que se propunham a reunir entidades do movimento popular, do movimento sindical e a representação individual (desempregados, aposentados, trabalhadoras e trabalhadores autônomos). Nesse sentido, sem levar em consideração as dificuldades de se constituir uma organização nacional com essa perspectiva ampla de organização e representação, é possível afirmar que o CONAT apontou, mesmo que de forma temporária, uma perspectiva inovadora para o processo de organização da classe trabalhadora.

Durante o CONAT, realizou-se o debate sobre a concepção, os princípios e o programa da CONLUTAS. Uma das resoluções, fruto desse debate, foi a transformação da CONLUTAS em uma entidade nacional das trabalhadoras e dos trabalhadores, com princípios, concepção, programa e estatutos. Diante da conjuntura caracterizada por essa experiência inicial, em termos de reflexão e prática política, o CONAT deliberou ao 1º Congresso da CONLUTAS a tarefa de revisar e aprimorar seus princípios de funcionamento e estatuto. E, apesar da resolução delegar ao 1º Congresso da CONLUTAS a função de revisar e aprimorar essas questões, durante o CONAT aprovou-se que a nova Central Sindical e Popular adotaria como princípios básicos a *Autonomia* em relação aos governos, ao Estado e aos partidos políticos; a *Democracia* (sendo que esse princípio logo se referenciaria no termo *Democracia Operária*) em que as trabalhadoras e os trabalhadores debatem e aprovam os encaminhamentos políticos; e o *Internacionalismo e o Socialismo*, entendendo que a nova Central Sindical e Popular seria um instrumento para a luta em construção do socialismo. Partia-se do suposto de que, como as mazelas sociais existem devido à vigência da lógica capitalista e de que, devido o caráter internacional desse sistema que está presente em quase todos os países, as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores necessitam ser articuladas internacionalmente, também<sup>116</sup>.

A resolução referente ao princípio da *Autonomia* da CONLUTAS sobre a sua independência política e financeira em relação ao Estado, ao governo, aos patrões e às instituições religiosas, afirma que:

---

<sup>116</sup> Ibidem.

Vivemos numa sociedade capitalista, dividida em classes. Historicamente os capitalistas têm usado vários meios para perpetuar sua dominação sobre a classe trabalhadora. Um deles é a cooptação, ou seja, a domesticação de dirigentes e organizações, buscando desarticular as lutas e desmoralizar os trabalhadores. É o que acontece em nosso país com o PT e a CUT. Essa cooptação é garantida por compromissos políticos e também pela obtenção de vantagens materiais por dirigentes e organizações. A CONLUTAS, consciente da experiência já vivida pela nossa classe, deverá basear sua existência no princípio da independência de classe. Deve ser política e administrativamente independente do Estado, de governos, dos patrões e das instituições religiosas. Também no aspecto econômico isso é fundamental, pois não há dependência financeira sem dependência política. A CONLUTAS deve ser financiada pelas organizações que dela fizerem parte e por contribuições voluntárias dos trabalhadores.

Ainda sobre o princípio da *Autonomia* da CONLUTAS em relação aos partidos políticos, o CONAT define que:

A CONLUTAS não pertence, nem será dependente de nenhum partido político. Ela recebe de braços abertos e valoriza a militância dos partidos do campo da classe trabalhadora que atuam nas entidades e movimentos, da mesma forma que valoriza os que não têm nenhuma filiação partidária. (...) A autonomia da CONLUTAS frente aos partidos se concretizará principalmente em duas questões: 1) As decisões da CONLUTAS serão tomadas em seus espaços de deliberação, de forma soberana; 2) O caráter da CONLUTAS é sindical e popular, não partidário.<sup>117</sup>

Essas resoluções acima citadas demonstram que a CONLUTAS nasceu com uma proposta antagônica à prática, então, adotada pela CUT caracterizada pela ausência de autonomia política frente ao governo e ao partido, no caso governo Lula e PT, e pela ausência de uma autonomia financeira em relação ao Estado visto que a CUT recebe anualmente uma verba financeira enorme originada do FAT. Em relação ao princípio da *Democracia Operária*<sup>118</sup>, apesar desse termo não estar presente no caderno de resoluções, constando apenas o termo “Democracia”, o CONAT deliberou que:

---

<sup>117</sup> Ibidem.

<sup>118</sup> Apesar do termo não constar no caderno de resoluções do CONAT, logo após o Congresso, a CONLUTAS expressa no sítio eletrônico e em seus documentos políticos, o termo “Democracia

Todo funcionamento da CONLUTAS será baseado num rico e saudável debate interno, dos trabalhadores, da juventude e dos camponeses. Com plena participação das bases, em processos que garantam a democracia, o respeito à diversidade e à expressão das minorias. Os processos de decisão de suas políticas devem se basear em ampla participação das entidades e da base. Rejeitamos os métodos burocráticos que marcaram a CUT e seguem presentes nas organizações sindicais e populares.

Essa resolução indica que a CONLUTAS se propôs a construir uma nova forma de organização interna, no que se refere às deliberações políticas da entidade. O princípio da “Democracia” debatido durante o CONAT simbolizou, na prática, a tentativa em criar uma estrutura interna dessa nova central em que as entidades de base tenham o controle político da Direção e dos rumos políticos da central, evitando assim a ocorrência do fenômeno da burocratização do movimento sindical. Ao expor a experiência protagonizada pela CONLUTAS na construção de um novo movimento sindical no Brasil; experiência essa que é atenta à tendência existente nesse período histórico referente à burocratização do movimento sindical, Almeida (2007) afirma que:

A existência, por outro lado, de um processo permanente e democrático de discussão e deliberação internas, de forma a possibilitar um efetivo controle pela base sobre as decisões tomadas na organização, é fundamental e ajuda enormemente a evitar que a entidade fuja de seus princípios e se degenere, para assegurar que a direção estará sob o controle das bases.

Portanto, é importante destacar que além da “Democracia Operária”<sup>119</sup> ser um princípio da CONLUTAS, essa proposta era percebida como um método organizativo. A CONLUTAS, com esse princípio e método, experimentou uma prática alternativa no campo do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores em relação ao que se encontrava em outras centrais sindicais, porque a dinâmica de funcionamento da CONLUTAS era

---

Operária”. Destaca-se que esse termo não esteve ausente nas intervenções públicas, no sítio eletrônico e demais documentos impressos pela CONLUTAS.

<sup>119</sup> Ibidem.

estruturada de forma que as entidades sindicais, populares e estudantis<sup>120</sup>, reunidas a cada dois meses debatiam e deliberavam coletivamente as ações a serem implementadas. Com essa dinâmica, em que a CONLUTAS se organizou em forma de coordenação, foi maior a possibilidade das trabalhadoras e dos trabalhadores e das entidades de base possuir o controle político da Direção Nacional, e contribuiu com a tentativa de evitar que às práticas burocráticas não predominassem e hegemonizassem sua estrutura organizativa, seu imaginário e seus trabalhos cotidianos. Com essa estratégia, as entidades de base compuseram, na prática, a direção política da CONLUTAS. Vale ressaltar ainda que o CONAT deliberou pela constituição de seis Grupos de Trabalho, sendo: Políticas Sindicais; Políticas Estudantis; Lutas Populares e Sociais; Comunicação e Formação; Estruturação Material e Secretaria; de modo que esses Grupos de Trabalho, em especial a Secretaria, funcionaram na prática como representação executiva da CONLUTAS que tinha como tarefa efetivar as deliberações aprovadas nas reuniões bimestrais da Coordenação Nacional da CONLUTAS.

Os princípios do “*Internacionalismo*” e do “*Socialismo*”, além de colocarem em pauta a preocupação em organizar a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores internacionalmente, criando vínculos e unidade com as organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores de outros países, colocam em evidência a clareza de que para superar os problemas sociais é necessário construir a luta em prol de uma sociedade socialista. Retoma, também, a concepção e prática de um sindicalismo classista, que há anos estão ausentes nas estratégias cotidianas da CUT, da Força Sindical e de outras centrais que adotaram, no decorrer da década de 1990, a prática do sindicalismo cidadão, do sindicalismo de resultados, do sindicalismo propositivo. Nesse sentido, o CONAT aprovou a seguinte resolução:

A luta dos trabalhadores brasileiros e a construção da CONLUTAS se inserem no marco das lutas dos demais trabalhadores da América

---

<sup>120</sup> A participação das entidades estudantis nas reuniões bimestrais da CONLUTAS era minoritária, sendo bastante inferior ao número das entidades populares e sindicais presentes. Isso ocorre por inúmeros motivos, em especial pelo fato das entidades estudantis de bases priorizarem a participação nos espaços da CONLUTE e pela precariedade financeira dessas visto que para a participação nas reuniões bimestrais da CONLUTAS, as entidades de base participantes custeavam as despesas com alojamento e alimentação. A questão é que nas reuniões bimestrais da CONLUTAS permitia-se a participação de entidades estudantis; se configurando assim como uma experiência nova na história da organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil.

Latina e do mundo, que resistem às políticas neoliberais e às agressões do imperialismo, defendem sua autodeterminação e lutam por uma vida digna. A CONLUTAS nasce consciente de que a solidariedade internacional e a unidade dos trabalhadores de todas as regiões do planeta é um valor a ser perseguido e alcançado. A libertação da classe trabalhadora da exploração é uma tarefa que não se limita a um país – deve ser levada em nível internacional, única forma de criar uma sociedade socialista.

Esses princípios citados acima possuem uma centralidade para os que construíam a CONLUTAS desde a sua fundação, porém; somados a esses se destacam mais dois princípios que foram debatidos e deliberados durante o CONAT. O primeiro refere-se a opção pela ação direta (greves, manifestações, piquetes...) e o segundo trata da busca da unidade na luta das trabalhadoras e dos trabalhadores nessa conjuntura complexa que se encontra o movimento sindical no Brasil, dividido em diversas centrais sindicais.

Sobre o princípio da ação direta referente à organização de greves, piquetes, ocupações e manifestações públicas que afetem a esfera produtiva e de circulação do capital, as entidades e movimentos participantes da CONLUTAS entendem ser essa a principal estratégia a ser adotada, ao passo que apesar de não ignorar outros espaços de atuação política como o Congresso Nacional e o Setor Judiciário do país; os consideram como espaços com inúmeras limitações. A deliberação do CONAT sobre esse princípio afirma que:

A CONLUTAS surge apoiada na luta que viemos desenvolvendo contra a reforma sindical e trabalhista, nas marchas a Brasília, nas mobilizações nos estados. Já nasce, portanto, nas lutas, única forma de construirmos uma organização sólida (...) É assim que precisamos avançar, fazendo com que esta alternativa esteja presente, apoiando e participando em cada luta dos trabalhadores, sejam greves, piquetes, ocupações ou manifestações públicas. A CONLUTAS defende a ação direta dos trabalhadores como forma privilegiada de luta. O que não significa desprezar a importância de outras formas de luta, como a atuação no parlamento ou na Justiça. Também não significa deixar de utilizar as negociações e acordos, sempre que necessários. No entanto, como o Congresso Nacional e o Judiciário são instituições dominadas pelo poder econômico, não podemos confiar em que venham a defender nossos interesses apenas porque nossos argumentos são justos. Todas as demais formas de atuação dos trabalhadores devem estar a serviço de sua ação coletiva, de sua mobilização, pois esta é a principal garantia de vitória.

Porém é importante apresentar uma ponderação referente a essa deliberação congressual que indica o surgimento da CONLUTAS apoiado às lutas desenvolvidas contra a reforma sindical e trabalhista. Trata-se do fato que o país vivenciava nesse período um refluxo das lutas sociais, que se diferencia do início dos anos de 1980 caracterizados por intensas mobilizações das trabalhadoras e dos trabalhadores que reivindicavam o retorno da democracia no Brasil, bem como melhorias no campo social, trabalhista e salarial. A CONLUTAS portanto, nasce em um período extremamente desfavorável para a construção de uma entidade nacional que organize as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores, e para a construção de uma referência política para as trabalhadoras e os trabalhadores, como foi construída a referência no PT, na CUT e no MST nas décadas de 1980 e 1990.

E sobre a perspectiva do princípio da unidade entre as trabalhadoras e os trabalhadores, o CONAT deliberou que:

A CONLUTAS defenderá e atuará pela unidade dos trabalhadores na luta por seus direitos e interesses. A unidade é um meio fundamental para fortalecer os trabalhadores em suas mobilizações. A CONLUTAS não aceita a utilização da defesa da unidade como forma de abrir mão da independência de classe dos trabalhadores e paralisar suas lutas – isso, ao invés de aproximar, afasta os trabalhadores de seus objetivos imediatos e históricos.

Esse princípio aprovado no CONAT demonstra que os delegados presentes no Congresso entenderam que a representação da CONLUTAS na base sindical e popular era minoritária e que para alcançar os objetivos nas lutas em defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora era necessária a constituição de uma unidade entre as trabalhadoras e os trabalhadores. Entendia-se nesse sentido, que as trabalhadoras e os trabalhadores filiados à CONLUTAS com os seus discursos, princípios, métodos e estratégias, devido ao isolamento estariam mais distantes das vitórias nas lutas cotidianas. A construção da unidade na luta construída pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores em uma conjuntura social tão fragmentada diante a existência de inúmeras centrais sindicais, se configurava como uma tarefa necessária para esse período.

### 2.3.1 – A Composição Social e Política do CONAT

O CONAT contou com a participação de 2.794 delegados, 226 observadores e 212 convidados, totalizando 3.232 participantes. Além disso, entre todos os delegados eleitos nas entidades de base pelo país, 794 não foram credenciados<sup>121</sup>, por debilidades organizativas e financeiras<sup>122</sup>. Conforme demonstram a tabela e o gráfico abaixo, 581 delegações estiveram presentes no CONAT, sendo 205 (36%) entidades sindicais (pela maioria da diretoria); 18 (3%) entidades sindicais (pela minoria da diretoria); 118 Oposições Sindicais (20%); 8 Federações Sindicais (1%); 58 delegações (10%) do movimento popular e 174 delegações (30%) do movimento estudantil/juventude<sup>123</sup>.

Tabela 7

Composição social representativa do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, em Sumaré – SP

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Entidades Sindicais (pela maioria da diretoria)	205
Entidades Sindicais (pela minoria da diretoria)	18
Oposições Sindicais	118
Delegações do Movimento Popular	58
Delegações do Movimento Estudantil / Juventude.	174
Federações Sindicais	8

Fonte: Agüena (2006c)

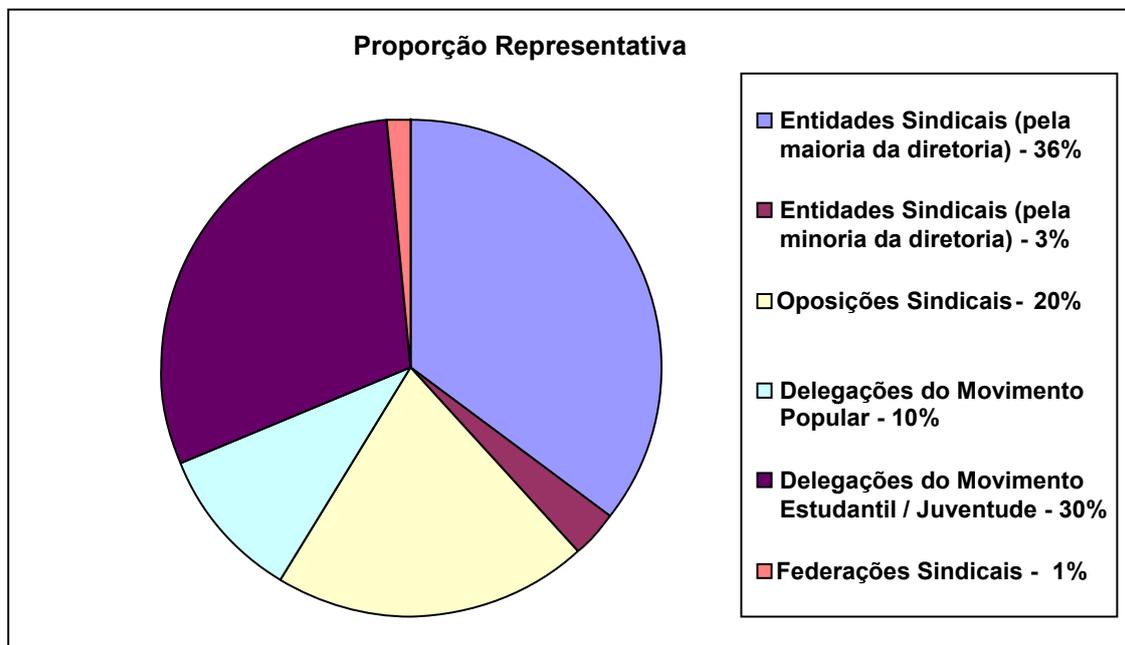
<sup>121</sup> Os motivos pelos quais 794 delegados e delegadas não tiveram o credenciamento realizado, não foram explicitados nas fontes utilizadas para sustentar a escrita desse trabalho. Não teve indícios de problemas políticos no credenciamento dessas delegadas e desses delegados, o que levar a deduzir que problemas financeiros e materiais foram elementos impeditivos para viabilizar o transporte até ao CONAT, e conseqüentemente o credenciamento de diversos delegados e delegadas para esse congresso.

<sup>122</sup> Ver Agüena (2006c), p. 78.

<sup>123</sup> Ibidem.

Gráfico 1

Composição social representativa presente no Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, em Sumaré – SP



Fonte: Aguenta (2006c, 79-80). Esse gráfico é de elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pelo autor.

Ao analisar a composição do CONAT, percebe-se que o setor sindical representou a maior força dentro do congresso totalizando 349 delegações, simbolizando 60% dos participantes do congresso. Aguenta (2006c) destaca que entre as entidades sindicais participantes do CONAT, o funcionalismo público se configurou como o maior setor, com 174 delegações, sendo 45 entidades municipais, 35 entidades estaduais e 92 entidades federais. O autor afirma ainda que, devido ao fato desse setor da classe trabalhadora ter sofrido perdas concretas e imediatas com a política do governo federal, como a Reforma da Previdência, por exemplo, e ter vivenciado uma polarização mais nítida com as posições defendidas pelos sindicatos e sindicalistas vinculados à CUT; esse setor possui, portanto, um peso relevante no interior do Congresso e da CONLUTAS.

Segundo os dados apresentados por Aguenta (2006c), o congresso contou com a participação de 43 delegações do setor da educação, demonstrando a relação avançada que os sindicatos vinculados à esse setor em várias partes do país, vivenciam com a CUT e com o processo de reorganização sindical no Brasil. O setor industrial esteve presente com 42 delegações, representando 12% do setor sindical e 7,2% das delegações presentes nesse

Congresso, demonstrando a frágil inserção da CONLUTAS nesse campo sindical que é vinculado ao setor produtivo/privado da economia brasileira. Os sindicatos das empresas estatais estiveram presentes com 32 delegações, o setor bancário com 18 delegações, a representação dos setores do transporte público e privado contou com 10 delegações, os sindicatos dos trabalhadores rurais e o setor do comércio estiveram presentes com 5 delegações cada.

Mediante esses dados, o autor demonstra primeiramente que a CONLUTAS esteve inserida em quase todos os setores mais importantes da economia brasileira, e destaca a presença das Oposições Sindicais no interior da CONLUTAS, que representaram 1/3 da representação sindical presente no CONAT, e conclui que

[...] o setor sindical da CONLUTAS já é representado majoritariamente por entidades sindicais, mas as Oposições, que refletem o trabalho por fora da estrutura oficial, têm bastante peso, são um componente bastante importante no processo de reorganização sindical.<sup>124</sup>

Ou seja, nesse processo de reorganização sindical no Brasil, os militantes e ativistas sindicais que não participavam da Direção do Sindicato representando a sua respectiva categoria de trabalho, desenvolveu fora do aparato sindical uma tarefa fundamental que é a construção da CONLUTAS na base, disputando não somente a direção como disputando também a hegemonia e a consciência das trabalhadoras e dos trabalhadores. Essa estratégia também foi utilizada pela CUT em seu surgimento, no início da década de 1980, em que as oposições sindicais participavam com direito a voz e voto em seus encontros, congressos nacionais e estaduais. Com o crescimento e fortalecimento da CUT no final da década de 1980 e início de 1990, apenas sindicatos constituídos continuaram com o direito a voz e voto nos fóruns internos dessa Central.<sup>125</sup> Todavia, em que pese o autor afirmar que a maioria dos militantes que construíam a CONLUTAS naquele período se localizassem dentro de Diretorias, dentro dos aparatos sindicais, e não nas oposições; cabe ressaltar que a

---

<sup>124</sup> Ibidem p. 80.

<sup>125</sup> Ao contrário da CONLUTAS, no decorrer da década de 1990 e durante a primeira década do século XXI, as oposições sindicais e minorias de direção não participaram com o direito a voz e voto nos fóruns internos da CUT.

CONLUTAS possuía um peso pequeno na representação sindical da classe trabalhadora naquele período.

O setor estudantil, com 174 delegações no CONAT, representou a segunda maior força no interior do Congresso. Estiveram presentes 132 entidades universitárias e 42 entidades secundaristas<sup>126</sup>. Essas entidades, como já expressei, eram vinculadas à CONLUTE e essa expressiva participação estudantil, nesse Congresso, demonstra uma tentativa em realizar uma unidade orgânica nesse período entre trabalhadoras, trabalhadores e estudantes. O Movimento Popular esteve presente com 25 delegações do campo, 23 delegações urbanas, 7 delegações culturais, 1 delegação de raça e 2 delegações de gênero, totalizando 58 delegações. A composição orgânica dos setores populares organizados no CONAT se configura como mais uma prática nova no campo da organização do movimento sindical brasileiro; que no decorrer do século XX foi constituído somente por entidades sindicais<sup>127</sup>.

Sobre esses dados, Agüena (2006c, 81) informa também que as delegações presentes no CONAT, representaram além do Distrito Federal, 22 estados da Federação; e destaca os números referentes às delegações de alguns estados, sendo:

[...] São Paulo com 107 delegações e 835 delegados; Minas Gerais com 99 delegações e 459 delegados; Rio de Janeiro com 60 delegações e 456 delegados; Rio Grande do Sul, 67 delegações e 261 delegados; Santa Catarina, 38 delegações e 170 delegados; Rio Grande do Norte, 16 delegações e 114 delegados; Ceará, 24 delegações e 73 delegados; Pernambuco, 25 delegações e 65 delegados e Sergipe, com 11 delegações e 47 delegados. Cabe destaque para o Amapá que, apesar da distância, teve uma boa participação com 8 delegações e 28 delegados, o que reflete o peso da Conlutas nesse estado.

E o autor demonstra ainda que a região Sudeste representa 46,3% das entidades presentes no CONAT e 62,9% dos delegados credenciados. E segue com índices de participação: as regiões Sul e Nordeste, seguidas das regiões Norte e Centro-Oeste. Esse processo de construção da CONLUTAS possuiu, portanto, uma abrangência nacional, e nesse sentido Agüena (2006c), afirma que:

---

<sup>126</sup> Ver Agüena (2006c, 80).

<sup>127</sup> Exceto a CUT, pois como já expressei acima, em seu surgimento possibilitava a participação em seus fóruns internos, de oposições sindicais e minorias de direção.

[...] se pode concluir que apesar das desigualdades o processo de ruptura com a CUT e de construção da Conlutas tem abrangência nacional. Outra conclusão é que a região Sudeste – com São Paulo à frente – é onde a Conlutas tem mais peso, o que demonstra a importante implantação nos estados economicamente mais fortes. No entanto, ainda não se pode concluir que o processo de reorganização nessa região é mais amplo que nas demais, porque seria necessário relativizar o fato de que aí também se concentra o maior número de entidades sindicais do país. De qualquer forma essa hipótese precisa ser estudada.<sup>128</sup>

Conforme o autor afirma, certamente essa hipótese precisa ser estudada; pois é um risco afirmar que a construção da CONLUTAS teve abrangência nacional. Embora não seja uma questão central, a ausência da construção da CONLUTAS em alguns Estados da Federação reforça a análise de que essa experiência é minoritária no interior da representação sindical das trabalhadoras e dos trabalhadores no país. Além de ser minoritária, apresentou limitações e dificuldades para contrapor a conjuntura hegemônica politicamente e economicamente pelo neoliberalismo. Porém, em meio às dificuldades, a desvantagens e a indeterminação frente à realidade do início desse século, caracterizada por um refluxo na organização/mobilização social a CONLUTAS apresentou um potencial relevante que se refere ao esforço em reunir em seu interior o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores informais e desempregadas/os, superando a prática do sindicalismo das demais centrais sindicais que se limitaram (e se limitam ainda) à organizar apenas as trabalhadoras sindicalizadas e os trabalhadores sindicalizados, vinculadas/os diretamente ao campo das relações formais de trabalho. Esse esforço em organizar o conjunto da classe trabalhadora no Brasil que estavam no campo da formalidade, da informalidade e do desemprego, com a intenção de construir conjuntamente as lutas contra as políticas neoliberais e em última instância às lutas que questionava a lógica do capitalismo, pode representar no futuro um importante fator na luta de classes aqui no Brasil. Nesse sentido, em virtude da trajetória histórica e dos elementos inéditos refletidos nesse texto que caracterizam o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil a partir de 2003, não é absurda a afirmação de

---

<sup>128</sup>

P. 81.

Aguena (2006b)<sup>129</sup> de que esse período simbolizou um novo ciclo e representou um novo contexto na história da (re) organização desse movimento no país.

Politicamente o CONAT contou com a participação majoritária dos militantes filiados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), com a participação de militantes vinculados ou não às correntes políticas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sendo essas a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Poder Popular; contou, também, com a participação de militantes vinculados ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Participaram também agrupamentos políticos com uma expressão social ainda menor do que os grupos políticos acima citados. Entre esses, com menor expressão, destaca-se a Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), o Partido Operário Marxista (POM), União Popular Anarquista (UNIPA), o Movimento Emancipação Popular (MEP), União Comunista, sendo que esses apresentam indícios de trabalho político realizado no Estado do Rio de Janeiro, o coletivo político Espaço Socialista de São Paulo, Centro de Estudos e Debates Socialistas do Rio Grande do Sul, e o Coletivo Pensamento Radical (CRP)<sup>130</sup>.

#### **2.4 – Avanços e Desafios na Organização das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Brasil com a Ocorrência do CONAT**

Diante de todas as dificuldades conjunturais apresentadas para o movimento da classe trabalhadora aqui no Brasil, o CONAT simbolizou um marco na conjuntura de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no país naquele período. Não foi um marco que definiu ou influenciou drasticamente a conjuntura política brasileira posterior à ocorrência desse congresso. Mas o CONAT representa a ação caracterizada por concepções, propostas e métodos que destoam do conjunto majoritário do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil. Primeiramente, além de sua ampla composição (trabalhadoras e trabalhadores formais, informais, estudantes, desempregadas/os), destaca-se que o congresso foi financiado pelo dinheiro das próprias trabalhadoras e dos próprios trabalhadores

---

<sup>129</sup> P. 74.

<sup>130</sup> Até ao atual estágio dessa pesquisa, não foram encontradas fontes que demonstrem a existência e a localização de ações políticas protagonizadas pela CRP.

participantes, indicando a ação em se organizar independentemente do dinheiro do Estado e do Governo através de programas como o FAT, por exemplo.

E além das deliberações referentes à concepção, princípios e programa da nova organização, o CONAT deliberou também pela realização de um “Encontro Nacional sobre a Questão Racial” com o objetivo de elaborar e divulgar para as entidades e movimentos filiados à CONLUTAS um programa específico sobre a questão racial e pela realização de um “Seminário sobre a Questão Agrária” para definir a “[...] concepção, pressupostos básicos, articulação externa e metodologia de mobilização pela reforma agrária e dos excluídos das grandes cidades”.<sup>131</sup>

Essas deliberações demonstram que durante o CONAT, conforme indicava a sua intenção política e composição social, os debates não se resumiram às questões vinculadas à realidade do movimento sindical, contemplando, portanto, outros atores sociais que não estavam inseridos nas relações formais de trabalho. Nessa linha, ocorreu durante o CONAT, uma reunião com os militantes presentes dispostos a realizar o debate sobre o racismo no Brasil, em que se criou uma “Comissão de Negros e Negras”<sup>132</sup> com o propósito de construir Encontros Estaduais e Regionais sobre a Questão Racial, servindo como preparação para a construção do “Encontro Nacional sobre a Questão Racial” citado anteriormente. Houve também, debates referentes às diversas formas de opressões historicamente existentes na sociedade brasileira.

Embora no caderno de resoluções do CONAT não esteja presente deliberações concretas referentes às lutas contra as opressões de gênero, como se encontra sobre a questão racial, o CONAT deliberou que é necessário:

[...] apoiar e impulsionar a luta contra a discriminação racial e a violência que afeta o povo pobre, principalmente negros e negras; apoiar e impulsionar a luta contra todo tipo de opressão e discriminação sexista ou homofóbica; etc. Ou seja, trata-se de uma necessidade dos trabalhadores, de uma alternativa para organizar e impulsionar suas lutas frente à traição e ao abandono da CUT.

---

<sup>131</sup> Ver Caderno de Resoluções do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), publicado em 2006.

<sup>132</sup> A Comissão de Negros e Negras se transformou após o CONAT em um Grupo de Trabalho (GT) de Negros e Negras, no interior da CONLUTAS.

Além dessa deliberação, foi realizada durante o CONAT uma Plenária que aprofundou o debate na Coordenação, sobre a opressão que mulheres, gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros sofrem no cotidiano da sociedade capitalista<sup>133</sup>. Nesse debate, a perspectiva de que a CONLUTAS deveria ser uma nova organização diretamente vinculada aos setores oprimidos da sociedade com um programa que refletisse as demandas desses setores foi fortalecida, apontando inclusive a necessidade de criar-se no interior da estrutura política e organizativa da CONLUTAS um Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres e Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT). Embora a criação do GT de Mulheres e GLBT não tenha ocorrido durante o CONAT, o apontamento dessa Plenária possibilitou a constituição desse GT no interior da CONLUTAS, no período que sucedeu esse Congresso.

A criação de GTs no período inicial em que a CONLUTAS se transformou em uma entidade nacional, para debater especificamente as demandas políticas das mulheres e do Movimento GLBT<sup>134</sup> e para debater a questão do racismo existente hoje na sociedade brasileira, pode ser considerada um avanço para a formação política do movimento da classe trabalhadora no Brasil, visto que os debates sobre opressões, preconceitos e racismo estiveram presentes de forma mais qualificada e organizada no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores a partir de 2007, nos boletins, nas assembleias gerais, nos encontros estaduais e nacionais, contribuindo assim para o fortalecimento da luta contra a homofobia, o racismo e o machismo, presentes hoje na realidade social brasileira. Mesmo se configurando como um movimento minoritário no campo da organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no país, a criação desses GTs na estrutura interna da CONLUTAS caminhou na busca da constituição de uma referência política sobre essas questões, com uma formulação política que contribuiu para a reflexão e para o debate cotidiano das organizações e das lutas da classe trabalhadora. Além disso, destaca-se que o debate realizado por esses GTs no interior da CONLUTAS procurou associar essas questões à concepção classista; fazendo assim com que

---

<sup>133</sup>

Ver em:

<<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos de Trabalho&subC=Mulheres e GLBT>>. Acesso em: 21 /10/2010.

<sup>134</sup>

Em 2006, GLBT era a sigla utilizada pelo movimento organizado aqui no Brasil que luta contra a homofobia. Hoje, essa sigla foi substituída pela sigla LGBT ou LGBTTTs, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes. Embora refira apenas seis, é utilizado para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento. A alteração do termo GLBT em favor de LGBT foi aprovada na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília no período de 5 e 8 de junho de 2008. Portanto, como o período abordado nesse texto não refere-se ao ano de 2008, utiliza-se a sigla GLBT. Ver em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>>. Acesso em: 21/10/2010.

o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores organizados ou não na CONLUTAS naquele período, tivessem acesso ao debate de que a luta contra o racismo, contra a homofobia e o machismo, está associada à luta contra o capitalismo, contra a manutenção dessa ordem baseada na divisão de classes sociais, da exploração do homem pelo homem e da existência da propriedade privada.

Nesse sentido que o texto de apresentação do GT de Mulheres e GLBT<sup>135</sup> afirma que:

Para as organizadoras e organizadores do grupo, é urgente a superação da situação atual de opressão, com uma luta conseqüente contra o capitalismo, contra a burguesia e, também, contra seus governos. E para tanto, a Conlutas é o espaço privilegiado para a construção de uma alternativa feminista de classe e contra todas as formas de opressão.

Cabe ressaltar ainda que a CUT, fundada em 1983, criou após 20 anos de existência durante o seu 8º Congresso Nacional, realizado de 4 a 7 de junho de 2003, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, uma “Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora”<sup>136</sup>. Essa deliberação do 8º CONLUTAS ocorreu no período em que a prática sindical da CUT já era baseada no sindicalismo cidadão, no sindicalismo de resultados, que não vincula o debate conjuntural e suas práticas cotidianas à uma estratégia classista. E a CONLUTAS que optou por se organizar em forma de GTs ao invés de secretarias, formalizou em 2007 a existência do GT de Mulheres e GLBT e do GT de Negros e Negras. A criação de um espaço dentro de uma organização nacional da classe trabalhadora que realiza o debate sobre a opressão sexual é inédita na História do Movimento das trabalhadoras e dos Trabalhadores no Brasil, e se configurou portanto como um avanço na organização das trabalhadoras e dos trabalhadores aqui no Brasil.

Destaca-se que esse avanço foi possível em grande medida, devido ao amadurecimento que os grupos políticos que participavam da CONLUTAS acumularam no

---

<sup>135</sup> Ver em:

<<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos de Trabalho&subC=Mulheres e GLBT>>. Acesso em: 21/10/2010.

<sup>136</sup> Reflexões e informações sobre a criação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora na estrutura interna da CUT, Ver em:

<[http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/00014914EmRevista5.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/00014914EmRevista5.pdf)>. Acesso em: 21/10/2010.

processo histórico constituído a partir da década de 1981, e devido à inexistência de uma grande polarização de ideias no interior da CONLUTAS, no que se refere à concepção de prática sindical, que poderia inviabilizar a constituição logo de início de um GT com tais propósitos. E o fato de que a conjuntura política no Brasil referente ao período em que surgiu a CONLUTAS se diferenciar muito da conjuntura política brasileira da década de 1980, quando surgiu a CUT, também é um elemento fundamental que possibilitou à CONLUTAS já nos primeiros anos de existência a constituição desses GTs.

Esse debate sempre encontrou resistência dentro das organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, e a criação de um GT que reflita sobre a necessidade de lutar contra a homofobia e o machismo não ocorreu também devido inexistência de concepções homofóbicas ou machistas por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores vinculados à CONLUTAS, mas o GT de Mulheres e GLBT, além de associar o debate de opressão e preconceito à perspectiva classista, se constituiu também com o propósito de realizar o debate com esse conjunto de trabalhadoras e trabalhadores vinculados à CONLUTAS, com a perspectiva de superar o preconceito existente hoje dentro do imaginário social das próprias classes trabalhadoras brasileira e seus setores organizados, por entender ser esse um passo fundamental para fortalecer a luta contra a homofobia e o racismo dentro da sociedade brasileira como um todo.

A deliberação referente ao princípio internacionalista também representou um avanço com a ocorrência do CONAT, visto que essa parcela da classe trabalhadora vinculada à CONLUTAS nesse período possuía então um debate e a intenção concreta em participar de fóruns internacionais de trabalhadoras e trabalhadores; com a clareza de que a organização da luta da classe trabalhadora articulada simultaneamente em vários países, é uma condição para alcançar conquistas em suas lutas e reivindicações aqui no Brasil, bem como para superar a ordem capitalista e construir um novo modelo de sociedade. No estatuto aprovado durante o CONAT encontra-se a seguinte afirmação:

A solidariedade internacional, a unidade dos trabalhadores e organizações da classe trabalhadora de todas as regiões do planeta em defesa dos seus direitos e interesses, é um objetivo permanente a ser buscado pela CONLUTAS. A libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração que ela sofre no mundo em que vivemos, é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país e, sim, deve ser elevada em nível internacional.

Essa concepção expressa um acúmulo do longo debate realizado pela esquerda durante todo o século XX após o desenvolvimento do Estado Soviético constituído em 1922, polarizado pela concepção da revolução permanente e pela concepção do desenvolvimento do socialismo em um só país, entendendo o isolamento da URSS como um dos fatores que contribuíram para a derrocada do regime soviético no final da década de 1980 e início da década de 1990.

O CONAT deliberou que a direção da nova central funcionaria como uma coordenação aberta e constituída pelos representantes das entidades, e não funcionaria em forma de diretoria vertical (como funcionam as demais centrais sindicais), procurando evitar assim a ocorrência da burocratização dessa nova organização, e buscando a incorporação de outros setores políticos e sociais organizados que até esse período não havia aderido à CONLUTAS. Partia-se da compreensão de que esse funcionamento possibilitaria a integração natural à direção de qualquer entidade sindical ou movimento popular que poderia se integrar a essa nova central (AGUENA, 2006, 88-90). Assim, a diretoria da CONLUTAS configurada em forma de coordenação, continuaria se reunindo no intervalo de dois em dois meses, em que o conjunto das entidades sindicais, estudantis, populares, oposições sindicais, minorias de direção vinculadas à central, debateriam e deliberariam a política para o período seguinte.

E diante de todos os posicionamentos políticos debatidos e aprovados durante o CONAT, o congresso deliberou pela realização de uma atividade nacional, em 2007, com o seguinte objetivo:

[...] decisão de se realizar um Encontro Nacional, no início do ano que vem, com outros setores que estiverem a favor de construir um plano de lutas unificado contra as reformas que serão encaminhadas pelo novo governo. Essa decisão demonstra a importância do papel que a Conlutas pode cumprir como um pólo unificador das próximas lutas.<sup>137</sup>

Essa deliberação surtiu efeitos para a organização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no ano seguinte, pois mesmo diante de uma grande fragmentação da organização desse movimento aqui no Brasil, a CONLUTAS e outros setores políticos conseguiram realizar atividades unitárias, com pautas unificadas.

---

<sup>137</sup>

Ver Agüena (2006d), p. 90.

Embora os destaques nos parágrafos anteriores referem-se aos pontos positivos vinculados às deliberações e aos debates do CONAT, existem também nesse processo inúmeras limitações no campo da prática política. É difícil pensar a construção de uma nova organização para as trabalhadoras e os trabalhadores, desvinculada totalmente das experiências positivas e negativas vivenciadas nas décadas anteriores. Certamente houve durante o congresso, inúmeros descontentamentos com a política, com a concepção, com a metodologia e com a organização do espaço. E durante o CONAT foi lançada uma “carta aberta aos companheiros delegados, observadores e convidados ao CONAT”,<sup>138</sup> pontuando críticas aos setores políticos que compunham a organização do Congresso. Essa carta foi escrita e assinada por setores que compunham o campo minoritário dentro do congresso, na qual afirmam que:

[...] desde o início do processo de construção nas regionais, as discussões mostram-se insuficientes, pois o temário do congresso, que orienta a elaboração das teses, não foi devidamente divulgado, prejudicando os debates. Mesmo os encontros estaduais realizados não garantiram o aprofundamento das discussões. No decorrer do Conat, equívocos sucessivos estão prejudicando seu desenvolvimento: o caderno de teses fragmentou as contribuições enviadas pelas bases, os painéis extensos reduziram os debates nos grupos de trabalho, houve ausência de espaço para defesa de teses e problemas graves aconteceram na sistematização dos relatórios, acarretando a supressão de pontos aprovados segundo as regras do regimento. Sabemos por exemplo, que uma proposta só pode ser considerada aprovada pelo Conat se for submetida à plenária. No entanto, a relatoria informou a plenária que mais de 200 propostas já estavam previamente aprovadas porque foram consensuais nos grupos. Ora, isso não quer dizer que seriam consensuais na plenária, mas a mesa acatou o método da relatoria e, na prática “aprovou” essas propostas sem submetê-las à plenária. Entendemos a grande dificuldade de organizar um encontro desta magnitude, mas o conjunto destes erros prejudicou a

---

<sup>138</sup> Essa carta está presente na página 71 do Caderno de Resoluções do CONAT. Assinam esse documento: Oposição do SINDSER-DF (Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal), Tendência Estudantil Resistência Popular do Estado de São Paulo, Frente de Oposição Socialista (FOS) do Estado de São Paulo, Participação e Luta – (Oposição APEOESP – SP), Centro de Estudos e Debates Socialistas (CEDS) – RS, Minoria do Sindicato dos Funcionários Efetivos e Estáveis da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (SINFEEAL – RS), Associação dos Servidores Grupo Hospitalar Conceição – RS (ASERGH), Espaço Socialista – SP, Além do Mito (Oposição ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Alagoas) – AL, Coletivo Pensamento Radical (CPR), Minoria do SINDICAL – DF, SINDÁGUA – DF, União Popular Anarquista (UNIPA) – RJ, Movimento Emancipação Popular (MEP) – RJ, União Comunista – RJ, Militantes da Ocupação Sem Teto Zachia – Passo Fundo – RS, Militantes da Ocupação Vila Natal – Santa Maria – RS, Militantes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais – PUC/SP.

democracia interna, a qualidade dos debates, comprometeu o andamento dos trabalhos e provocou tensões desnecessárias no plenário, gerando divisionismos que prejudicam a unidade da classe trabalhadora.

Essa carta aberta demonstrava a inexistência de um total consenso político no CONAT e conseqüentemente nos espaços internos da CONLUTAS, mesmo que essa se configure como uma organização minoritária no movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores aqui no Brasil e mesmo que esses grupos políticos que escreveram essa carta, não possuam representatividade expressiva no interior da CONLUTAS ou perante os setores populares no Brasil.

Em que pesem esses percalços, parece ser apropriado concluir que a realização do CONAT em 2006, por tudo que já foi expresso nesse texto, representou um importante acontecimento na recente História do movimento sindical no Brasil. Da mesma forma, mesmo em um cenário desfavorável para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras, é possível encontrar elementos, em suas propostas e ações, que contribuem positivamente para a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, e de suas lutas, apostando nas ações coletivas e nas lutas sociais como caminhos para a defesa de seus direitos sociais e para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

## **2.5 – A CONLUTAS e seus Reflexos na Organização das Lutas Sociais no Brasil**

Após a realização do CONAT, é possível afirmar que a CONLUTAS aperfeiçoou a sua organização interna, se constituindo formalmente como uma organização nacional dos trabalhadores e das trabalhadoras, embora, se configurasse ainda como uma expressão/representação minoritária dentro da classe trabalhadora brasileira. Essa situação objetiva, somada a outros elementos conjunturais já debatidos no decorrer desse texto, contribuiu para que a CONLUTAS não protagonizasse sozinha, dentro do cenário político e social brasileiro, grandes lutas e vitórias, à semelhança do que acontecera com a CUT na década de 1980. Após o CONAT, no segundo semestre de 2006, a conjuntura política brasileira foi caracterizada pelo processo eleitoral para a presidência do Brasil em que o

presidente Lula foi reeleito<sup>139</sup>. Nesse período não houve por parte da CONLUTAS a organização de atividades em âmbito nacional com resultados expressivos.

Em 2007 a CONLUTAS e suas entidades filiadas também não protagonizaram de forma exclusiva nenhuma ação política expressiva, caracterizada por vitórias políticas para a classe trabalhadora. Certamente, as movimentações/manifestações/greves organizadas unicamente pelas entidades filiadas à CONLUTAS, caracterizaram de alguma forma os municípios ou os estados; mas não é possível relatar aqui as possíveis conquistas, derrotas e lições obtidas durante essas lutas.

Porém, em 2006 após o CONAT, a CONLUTAS iniciou a articulação política visando o encaminhamento na prática da deliberação do CONAT referente a realização de um Encontro Nacional com outras organizações sindicais e populares, em busca da construção de um plano de lutas unificados contra o conjunto de reformas propostas pelo governo que visavam a retirada de direitos sociais da população brasileira. Nesse sentido a CONLUTAS protagonizou a articulação desse Encontro Nacional que influenciou concretamente a conjuntura política do Brasil em 2007, bem como influenciou o cenário da organização fragmentada da classe trabalhadora no Brasil.

No dia 25 de Março de 2007, no Ginásio Mauro Pinheiro, em São Paulo – SP; a CONLUTAS em conjunto com o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), a INTERSINDICAL, o MTL, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) / Pastorais Sociais de São Paulo, o ANDES-SN, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística (ASSIBGE), a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF)<sup>140</sup>, a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência

---

<sup>139</sup> Apesar da sua importância, esse trabalho não apresentará reflexões sobre o caráter político do Governo Lula, no que se refere à sua composição política interna, no que se refere à política externa realizada por esse governo durante os seus dois mandatos (não demonstrando por exemplo a insatisfação e a oposição da CONLUTAS e de demais setores do Movimento Sindical, Popular e Estudantil no Brasil com a ocupação militar no Haiti ordenada pela Organização das Nações Unidas – ONU, que é organizada/liderada pelas tropas do Exército Brasileiro desde 2004, e que conta com a participação de tropas de outros países da América Latina, como: Peru, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Uruguai), bem como não demonstraremos os dados precisos referentes ao investimento nas áreas sociais em relação à verba destinada ao pagamento dos serviços da dívida pública.

<sup>140</sup> É importante destacar que essa entidade era filiada a CUT em 2007 e ainda continua filiada a essa Central.

Social (FENASPS), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO); realizaram o *Encontro Nacional Contra as Reformas* que contou com a participação de 626 representações de entidades e oposições sindicais, de movimentos populares e estudantis, de 201 cidades e 19 estados<sup>141</sup>. Uma média de seis mil pessoas esteve presente nesse encontro, que contou também com a representação política do MST, da CSC, do PSTU, do PSOL e do PCB; e com representações políticas internacionais, com destaque para Didier Dominique, militante do grupo Batalha Operária do Haiti, e Ramiro Condore, sindicalista da Central Operária Boliviana (COB).

Foto 1 - Foto do Encontro Nacional Contra as Reformas, que ocorreu no dia 25 de Março de 2007, realizado no Ginásio Mauro Pinheiro, em São Paulo – SP.



Fonte: [http://socialismosempre.blogspot.com/2007\\_03\\_01\\_archive.html](http://socialismosempre.blogspot.com/2007_03_01_archive.html)

O Encontro realizado nesse dia foi avaliado positivamente pelos ativistas políticos e pelos dirigentes sindicais e populares. A construção e a busca pela unidade política dos diferentes segmentos sociais, em oposição às políticas do governo que propunham a retirada de direitos sociais e trabalhistas da população brasileira, se configurou como o debate central desse Encontro. Com esse encontro criou-se um **Fórum Nacional de Mobilização** com a participação de todos os setores políticos presentes, estando esse aberto a novas adesões. As intervenções políticas demonstraram primeiramente um ânimo com a ocorrência desse encontro e uma perspectiva positiva com os possíveis desdobramentos dessa atividade

<sup>141</sup> Ver COSTA, R.; LEHER, R.; LIMA, J. A. B.; TRINDADE, A. C. (2010). Texto disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal28/05Leher.pdf>>. Acesso em: 31 agosto de 2016.

unificada, bem como o entendimento de que a unidade na luta é uma necessidade para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores organizados em diversas entidades e movimentos, os quais, isolados encontram nessa atual conjuntura dificuldades para conquistar vitórias em suas lutas.

Entre as falas das entidades e organizações políticas que construíram ou que foram convidadas para o Encontro, Valério Arcary do PSTU afirmou que a ocorrência desse Encontro contrariou inúmeras análises políticas realizadas em 2004, baseadas na idéia de que o rompimento com CUT se configurava como um erro político e estratégico por partes dos setores proponentes. Para Arcary,

É possível lutar. É preciso vencer... há quatro anos, muitas pessoas diziam que não seria possível reagrupar a esquerda; que sair da CUT seria um suicídio, que os socialistas não poderiam se reorganizar. E hoje, aqui, demonstramos não só que é possível reorganizar a esquerda, como também é possível lutar e vencer.<sup>142</sup>

Percebe-se, portanto, a sensação, o sentimento presente no trecho dessa fala de que naquele dia, todas e todos presentes no Encontro protagonizavam um importante evento da recente história do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, e que não estavam fadados ao isolamento social devido o rompimento com a CUT, como acreditavam vários grupos políticos que permaneceram naquela central durante esse período. Ainda nessa perspectiva, Mané Melato, representando a INTERSINDICAL, destacou as dificuldades estruturais para a realização do Encontro e defendeu a necessidade de debater e superar as diferenças existentes entre as organizações presentes, para assim construir a mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores, afirmando que

[...] o esforço de unidade que foi feito para garantir esse encontro, é daquelas organizações que aceitaram o desafio de que apesar das diferenças, nós temos que construir uma grande mobilização em nosso país para enfrentar as reformas que estão vindo aí.<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> Vídeo Documentário: História da Reorganização do Movimento Sindical Popular. Editado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

A exaltação da necessidade de construir a unidade nas lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores, para organizar ações efetivas contra as medidas políticas que retiram direitos sociais, esteve presente na fala de Waldemar Rossi, que representou as Pastorais Operárias de São Paulo. Para Rossi,

[...] se eles nos impõe uma derrota agora, o governo Lula e a burguesia, portanto a serviço da burguesia, nós não teremos chance de impor a nossa.

Plínio Arruda Sampaio expressou o sentimento de que havia necessidade e possibilidade de mudar a correlação de forças no interior da sociedade brasileira diante das lutas que poderiam e deveriam ser protagonizadas a partir daquele momento pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores aqui no país. Deixou clara a sua convicção de que aquele Encontro se configuraria, anos depois, em um marco ou fato histórico importante, na História política e social do Brasil. Nesse sentido, Plínio afirmou:

[...] o grande sentido dessa assembléia, o sentido histórico dessa assembléia, é que ela chega no ponto que diz: Basta! Agora nós vamos avançar, agora nós vamos para cima, agora nós vamos levantar a classe operária deste país... Isto é o que fará algum historiador, daqui a alguns anos, dizer que o dia 25 de março de 2007 marcou a volta da classe operária à ofensiva.

Se transcorridos quase dez anos, ainda não é possível afirmar que o dia 25 de março de 2007 marcou a volta do proletariado à ofensiva no Brasil, se ainda hoje o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores se encontra fragmentado e com inúmeras dificuldades para realizar mobilizações massivas, e, conseqüente encontra e encontrará inúmeros desafios na conjuntura política atual, por outro lado, é possível dizer que o Encontro Nacional contra as Reformas realizado nesse dia influenciou a conjuntura política e social brasileira no decorrer de 2007. Ou seja, em termos de mobilizações nacionais da classe trabalhadora esse ano

simbolizou um avanço qualitativo na organização das lutas nacionais, constituindo o Fórum Nacional de Mobilização que contribui e desenvolveu nos anos seguintes os debates referentes à possibilidade e a necessidade de constituir uma unidade orgânica de todos esses setores em uma nova organização nacional que se configure como uma referência unitária para as trabalhadoras e os trabalhadores, que se configure como uma alternativa concreta à CUT no que se refere à organização das lutas da classe trabalhadora no Brasil. Ainda no ano de 2007, após esse encontro, as entidades e organizações políticas presentes no evento protagonizaram conjuntamente manifestações unificadas no dia 1º de Maio, com protestos políticos em várias cidades e Estados do Brasil, e realizaram também duas manifestações nacionais, sendo a primeira no dia 23 de maio de 2007 que ocorreu de forma descentralizada com manifestações em várias cidades e Estados do Brasil, e a segunda no dia 14 de outubro desse mesmo ano, que foi planejada de forma centralizada com uma grande manifestação em Brasília.

No dia 1º de maio de 2007, ocorreram em diversas cidades no Brasil, duas formas de atividades públicas simultâneas organizadas pelas entidades sindicais e populares. Uma foi organizada pela CUT e pela Força Sindical e a outra pelas organizações políticas que construíram o Encontro do Dia 25 de março, incluindo as organizações que participaram como observadores do Encontro e outras organizações políticas que aderiram a essa proposta de realização de manifestações unificadas. Esses atos unificados receberam o nome de: **“1º de Maio Classista e de Luta”**. Segundo a CONLUTAS<sup>144</sup>, as manifestações realizadas pelas entidades que compõe o Fórum Nacional de Mobilização em conjunto com outras organizações políticas e populares, se configuraram como:

[...] uma contraposição ao 1º de Maio da CUT e Força Sindical, que fizeram atos de apoio ao governo federal, bancados pelos patrões e pelas estatais. Enquanto as festas das centrais pelegas e chapas-brancas foram mais governistas que nunca, com temáticas ainda mais despolitizadas, shows e sorteios, as entidades de luta de todo o país fizeram ecoar a luta contra as reformas neoliberais do governo. E este 1º de maio foi apenas um dos passos de um calendário de lutas contra as reformas, que deve se espalhar por todo o país e colocar o governo na parede. O próximo passo do plano de Lutas votado no Encontro do dia 25 de março é a construção do dia 23 de maio.

---

<sup>144</sup> Ver texto publicado no site da CONLUTAS sobre as manifestações realizadas durante o dia 1º de Maio de 2007, no Anexo I e disponível no sítio: <http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=258>>. Acesso em: 27/10/2010.

Vamos realizar um dia nacional de luta, com manifestações, paralisações, bloqueios de estradas, ocupações etc.

Ocorreram então em várias cidades Estados brasileiros, tais como, Ceará, São Paulo, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Pará e Distrito Federal, manifestações protagonizadas pelas organizações políticas que atuavam no Fórum Nacional de Mobilização em conjunto com outras organizações que não participavam organicamente desse Fórum. E como o trecho citado acima demonstra, um dos propósitos desses atos unificados baseia-se na construção das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores, contra as reformas do governo, pelas reivindicações por moradia, por reforma agrária. Com esse perfil, esses setores buscaram o fortalecimento de uma concepção sindical classista, autônoma e independente, contrapondo-se à estratégia e à prática do sindicalismo cidadão, do sindicalismo de resultados, que realizou nesse mesmo 1º de maio atividades voltadas para shows, festas e sorteios de prêmios, em detrimento de atividades radicalizadas na busca do fortalecimento das lutas populares e do desenvolvimento da consciência política do conjunto da classe trabalhadora. Quanto às atividades públicas realizadas pelas entidades vinculadas ao Fórum Nacional de Mobilização, ocorridas, também, nesse 1º de maio de 2007, nota-se um contraponto político em relação àquelas promovidas pela CUT, Força Sindical e outras centrais que são caracterizadas pela ausência de uma autonomia política e financeira das organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores em relação ao Estado, ao Governo e aos Partidos Políticos. As manifestações realizadas pelas entidades vinculadas ao Fórum Nacional de Mobilização foram financiadas em sua totalidade, pelas organizações sindicais que não contavam com o financiamento do Estado e pelas contribuições financeiras das próprias trabalhadoras e dos próprios trabalhadores.

As manifestações do dia 23 de maio de 2007, denominadas como “*Jornada de Lutas do dia 23 de Maio*”, demonstraram uma capacidade em influenciar o conjunto do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, bem como influenciar o cotidiano da população brasileira nesse dia. No que se refere à influência exercida no campo do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores, se deve à participação da CUT nessa Jornada, que originalmente foi proposta com um caráter anti-governista, de oposição às políticas do governo Lula<sup>145</sup>, e encaminhada durante o Encontro Nacional Contra as Reformas que ocorreu em março naquele ano. Isso demonstra que a ocorrência do Encontro e suas

---

<sup>145</sup>

Ver Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio de 2007, no Anexo II.

deliberações causaram impactos políticos no campo da classe trabalhadora organizada, o que condicionaram a CUT a participar do diálogo com setores políticos que estão fora dessa Central e assinar a Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio. Aliás, desde 2004 não havia o estabelecimento de um diálogo visando uma ação unificada entre os setores políticos que estavam dentro da CUT com os setores políticos que vivenciaram o rompimento com essa Central naquele ou nos anos seguintes.

No que se refere às repercussões políticas e sociais, essa Jornada reuniu em todo o Brasil segundo as estimativas de algumas organizações políticas vinculadas ao Fórum Nacional de Mobilização, 1,5 milhão de pessoas que participaram de paralisações, manifestações, fechamentos de ruas, estradas, ocupações de terra e de áreas urbanas<sup>146</sup>, construindo as atividades dessa Jornada nesse dia 23 de maio.

Foto 2 - Foto da Manifestação realizada no dia 23 de Maio de 2007, em São Paulo – SP.



Fonte: [http://socialismosempre.blogspot.com/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://socialismosempre.blogspot.com/2007_05_01_archive.html)

---

<sup>146</sup> Ver Quadro das Mobilizações do dia 23 de maio de 2007 no Anexo III; que também está disponível em: <[http://www.pstu.org.br/movimento\\_materia.asp?id=6716&ida=0](http://www.pstu.org.br/movimento_materia.asp?id=6716&ida=0)>. (Acesso em: 28 out. 2010); <<http://psol50.org.br/blog/2007/05/23/15-milhao-de-trabalhadores-mobilizam-se-em-dia-de-protesto-contra-as-reformas-neoliberais-de-lula/>>. (Acesso em: 28 out. 2010)

Foto 3 - Foto da Manifestação realizada no dia 23 de Maio de 2007, na Avenida Paulista em São Paulo – SP



Fonte: <http://www.sinsprev.org.br/documentos/Jornais/jornal242.pdf>

Conforme o quadro de mobilizações em anexo demonstra, houve a realização de atividades públicas referentes a essa Jornada em 16 Estados do Brasil, além do Distrito Federal, quais sejam: Pará, Bahia, Sergipe, Alagoas, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. Isso demonstra que o Fórum Nacional de Mobilização conseguiu articular nacionalmente ações públicas e coletivas contra as reformas neoliberais.

Sobre essas atividades, cabe destacar duas questões relevantes. A primeira é que essa Jornada de Lutas do dia 23 de maio contou com a participação do MST, que esteve presente apenas como observador no Encontro Nacional Contra as Reformas. Ou seja, mesmo com a não adesão do MST ao Fórum Nacional de Mobilização, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sem terra participaram dessa Jornada de Lutas que convocou a população brasileira a lutar:

[...] contra a reforma da previdência, contra toda reforma que retire direitos (não à emenda 3), por emprego, salário digno, reforma agrária e moradia, contra a política econômica e o pagamento das dívidas interna/externa, em defesa do direito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais.<sup>147</sup>

<sup>147</sup>

Trecho do texto da Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio.

Cabem, aqui, algumas considerações sobre a postura da CUT que, ainda que instigada por parte dos seus integrantes se viu forçada a participar das atividades da Jornada de Lutas no dia 23 de maio, diante do respaldo social obtido pelo Fórum Nacional de Mobilização, quando diversos setores organizados da classe trabalhadora estiveram dispostos à construir as atividades nesse dia. Pois, apesar do compromisso da CUT em participar e construir essa Jornada de Lutas, verifica-se que no decorrer do processo, às vésperas do dia 23 de maio, a CUT modificou o seu posicionamento político em relação à unidade construída em torno das reivindicações presentes na convocatória dessa Jornada. Se no primeiro momento, a CUT e a demais organizações políticas e sociais assinaram a convocatória da Jornada de Lutas convocando a população brasileira a lutar contra as reformas políticas que retiram direitos sociais; posteriormente a CUT modificou a sua postura política alinhada à unidade política de diversas organizações que assinaram a Convocatória; e passou a se defender politicamente, justificando que as manifestações do dia 23 de maio serviriam para continuar a luta em apoio ao governo Lula pelo veto à Emenda 3 da Lei 11.457/07.<sup>148</sup>

Dias antes da realização das manifestações da Jornada, a CUT procurou construir a idéia de que as ações / manifestações a serem realizadas no dia 23 de maio teriam como reivindicação central a manutenção presidencial do veto à Emenda 3. Nesse sentido a CUT não pontuou as reivindicações políticas que confrontavam diretamente com o Governo Federal, como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, por exemplo. No dia 23 de maio, em algumas cidades que foram palcos de manifestações, como São Paulo-SP; na tentativa de imprimir a dinâmica de que as manifestações nesse dia eram centralmente pela manutenção do veto presidencial à Emenda 3, a CUT realizou atividades públicas isoladas, com a ausência do conjunto de organizações políticas que convocaram a Jornada de Lutas nesse dia<sup>149</sup>. Sobre esse posicionamento da CUT, que indiretamente se configura como uma

---

<sup>148</sup> Se a Emenda 3 da Lei 11.457/07 fosse aprovada, impediria que os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, punissem as empresas que não garantam os direitos trabalhistas das trabalhadoras e dos trabalhadores, como: a não assinatura da carteira de trabalho, a existência de uma relação entre a empresa e as/os trabalhadoras/es em que esses se configuram como pessoas jurídicas (e não pessoas físicas que possuem direitos trabalhistas como o 13º, FGTS, férias remuneradas, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e aposentadoria). Com a Emenda 3, os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego estariam impedidos de autuar as empresas que mantêm relações fraudulentas de trabalho, e caberia somente a Justiça do Trabalho a análise da situação dessas empresas.

<sup>149</sup> Em São Paulo, a CUT realizou um ato no período da manhã, em frente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na Avenida Paulista. As demais organizações políticas

estratégia de realizar uma defesa do governo federal, a CONLUTAS lançou uma nota crítica afirmando que:

A luta contra a emenda 3 é comum a todos nós, faz parte da plataforma unitária que definimos, mas ela se enquadra dentro do contexto da defesa de todos os direitos que estão ameaçados, inclusive os que são ameaçados pelo próprio governo. Reduzir a luta em defesa dos direitos apenas à defesa do veto do presidente Lula à emenda 3 é mentir descaradamente aos trabalhadores para proteger o governo!<sup>150</sup>

A postura da CUT durante a construção dessa Jornada de Lutas indica que, primeiramente, a construção da unidade orgânica entre as trabalhadoras e os trabalhadores ou até a construção pontual nas lutas, não é uma tarefa fácil e apresentou inúmeros desafios para a classe trabalhadora nos últimos anos no Brasil. Segundo, é possível perceber que o atrelamento financeiro da CUT ao Estado e o atrelamento político dessa central ao governo, leva seus representantes a considerarem de forma equivocada o governo Lula como um governo “em disputa pelos trabalhadores” e que esse governo se posiciona contra os interesses das inúmeras frações da classe dominante. Esses são fatores que impedem a CUT de se posicionar criticamente contra o governo Lula e contra suas políticas que retiram direitos sociais da população. Nesse sentido, a CUT teve dificuldades em aderir politicamente e organicamente aos pontos centrais que questionam a política do governo Lula, contidos na pauta de reivindicações da Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de Maio.

Em 24 de Outubro de 2007, as organizações políticas pertencentes ao Fórum Nacional de Mobilização construíram a maior marcha a Brasília-DF contra as reformas neoliberais, durante o período do governo Lula. Segundo os organizadores da marcha, em média 16 mil manifestantes, oriundos de 26 Estados brasileiros e do próprio Distrito Federal, estiveram

---

realizaram conjuntamente uma manifestação no período da tarde, no MASP que também se localiza na Avenida Paulista. Cabe ressaltar que no ato realizado durante o período da manhã, entre as entidades que assinaram a Convocatória da Jornada de Lutas para o dia 23 de maio, somente a CUT esteve presente. Já na manifestação realizada no período da tarde, todas as entidades que assinaram a Convocatória (inclusive a CUT) estiveram presentes na atividade.

<sup>150</sup>

A nota da CONLUTAS está disponível em:

<<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=280>>. Acesso em: 29/10/2010.

presentes nessa manifestação em Brasília<sup>151</sup>. Havia anos que não se realizava uma manifestação em Brasília com a presença significativa de ativistas políticos vinculados ao movimento sindical, popular e estudantil, em luta contra as reformas neoliberais do governo Lula que retiram direitos sociais da população.

Foto 4 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de Outubro de 2007.



Fonte: [http://www.quimicosunificados.com.br/noticia\\_interna.php?id=513&id\\_secao=6&busca=](http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=)

---

151

Ver em:

<[http://www.quimicosunificados.com.br/noticia\\_interna.php?id=513&id\\_secao=6&busca=](http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=)>. Acesso em: 29/10/2010); <[http://www.pstu.org.br/jornal\\_materia.asp?id=7546&ida=0](http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7546&ida=0)>. Acesso em: 29/10/2010.

Foto 5 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007.



Fonte: [http://www.quimicosunificados.com.br/noticia\\_interna.php?id=513&id\\_secao=6&busca=](http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=)

Foto 6 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007.



Fonte: <http://intersindical.inf.br/index.php?id=fotos>

Foto 7 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007.



Fonte: <http://intersindical.inf.br/index.php?id=fotos>

A pauta de reivindicações dessa Marcha à Brasília no dia 24 de outubro abrangia as lutas contra a transposição do Rio São Francisco, contra as reformas neoliberais apresentadas pelo governo federal (trabalhista, sindical, previdenciária, tributária e universitária), contra a corrupção ainda vigente no período do governo Lula e a luta pela conquista da moradia. O tema central da marcha foi a luta contra a reforma da previdência, que estava prevista para ser debatida no Congresso Nacional ainda naquele ano. Apesar de expressiva, essa manifestação em Brasília não contou com o financiamento do Estado ou do Governo, mas sim com a contribuição financeira das organizações políticas/sindicais da classe trabalhadora, e com a contribuição financeira das próprias trabalhadoras e dos próprios trabalhadores que realizaram campanhas populares como rifas e doações.

Além de sua forma, houve uma diferença substancial entre as manifestações realizadas de forma descentralizada no dia 23 de maio de 2007 em relação a essa manifestação centralizada em Brasília no dia 24 de outubro desse mesmo ano. Ao contrário do que ocorreu no dia 23 de maio, a marcha em Brasília, embora se configure como a maior manifestação realizada contra as reformas neoliberais e contra o governo Lula, nos últimos oito anos; não contou com a adesão e a participação do MST. É considerável a ausência desse Movimento, visto a sua representatividade social e importância no campo da esquerda brasileira e na organização social das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil.

Contudo, essa marcha em Brasília que encerrou o calendário de lutas em 2007 aprovadas no Encontro Nacional Contra as Reformas no dia 25 de março, apresentou grandes

dimensões e exerceu de certa forma, uma influência para que o projeto da reforma da previdência não fosse encaminhado para o debate e reflexão no Congresso Nacional em Brasília. Nesse sentido, levando em consideração a dimensão política e social dessa marcha, mesmo com a ausência do MST, cuja participação fortaleceria politicamente e socialmente a manifestação, os organizadores dessa marcha avaliaram de forma positiva as consequências de sua realização para a classe trabalhadora e suas organizações.

## CAPÍTULO 3

### ALGUNS ASPECTOS DA CONLUTAS: TEORIAS, PERSPECTIVAS E PRÁTICAS

#### 3.1 – 1º Congresso Nacional da CONLUTAS: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será.”

Ocorreu em Betim, Minas Gerais, nos dias 3, 4, 5 e 6 de Julho de 2008 o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS que, segundo o boletim impresso de divulgação desse congresso, o objetivo era:

[...] reunir neste Congresso milhares de delegados que representem sindicatos, oposições sindicais, movimentos populares e sociais do campo e da cidade e a juventude. Queremos reunir todos aqueles que estão na luta cotidiana em nosso país. Os que lutam contra as reformas neoliberais do governo Lula, como a da Previdência e a Universitária. Os que lutam pela manutenção dos direitos sindicais e trabalhistas. Os que lutam pela reforma agrária e por moradias populares urbanas. Os que defendem a luta das mulheres, dos negros e negras e do movimento GLBT. O Congresso pretende debater as nossas mobilizações e a nossa organização cotidiana. Mais do que isso. Também vai discutir a organização independente e autônoma dos trabalhadores diante às bandeiras estratégicas do movimento contra o capitalismo e pela construção do socialismo. Vamos debater ainda a organização da Conlutas diante desse processo de reorganização dos trabalhadores no Brasil.<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> Boletim da Coordenação Nacional de Lutas. “Faça parte desta história! Vem aí o 1º Congresso da CONLUTAS.” P. 1. Cópia digitalizada desse documento disponível no ANEXO III.

O 1º Congresso Nacional da CONLUTAS contou com a inscrição de 3.566 pessoas, representando 810 entidades sindicais e populares de todas as regiões do país.<sup>153</sup> Mas desse total, estiveram presentes 2805 delegados e delegadas representando 583 entidades de todas as regiões do país (Galvão, A.; Marcelino, P.; Trópia, P. V. 2015)<sup>154</sup>. No universo de participantes nesse Congresso 65,3% representaram entidades sindicais (compreendendo a participação na direção, ou minoria da direção ou mesmo oposição à direção) e 34,7% representaram movimentos sociais (populares, sociais e estudantis). A tabela a seguir permite uma visualização da composição desse congresso:

Tabela 8

Participação de Setores no 1º Congresso Nacional da CONLUTAS

<b>MOVIMENTO SINDICAL</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>% TOTAL</b>
Sindicatos	142	61,8%	40,3%
Minorias de Diretoria / Oposição Sindical	84	36,5%	23,9%
Federação e Sindicatos Nacionais	4	1,7%	1,1%
Subtotal	<b>230</b>	100%	65,3%
<b>MOVIMENTO SOCIAL</b>			
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>% TOTAL</b>
Movimento Estudantil	75	61,5%	21,6%
Movimento Popular Urbano	20	16,4%	5,7%
Movimento Popular do Campo	19	15,6%	5,4%
Organização Cultural, de Mulheres, GLBT, Antirracismo	8	6,6%	2,3%
Subtotal	<b>122</b>	100%	34,7%
<b>TOTAL</b>	<b>352</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte e confecção da tabela: (Galvão, A.; Marcelino, P.; Trópia, P. V.; 2015, 63)

<sup>153</sup> O objetivo desse tópico nesse capítulo é apresentar a realização do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS e um quadro geral em relação a composição social presente no evento, verificando o peso político via participação dos setores sindicais, populares e estudantis, bem como compreender o perfil da delegação, para assim ter uma noção da inserção da CONLUTAS na organização do mundo do trabalho.

<sup>154</sup> Galvão, A.; Marcelino, P.; Trópia, P. V., realizaram uma minuciosa pesquisa durante o 1º Congresso da CONLUTAS, e em 2015 publicaram os resultados dessa pesquisa em livro “As Bases Sociais das Novas Centrais Sindicais Brasileiras”. Esse trabalho facilitou e contribuiu com a confecção do tópico desse capítulo.

Essa tabela revela o retrato interno da CONLUTAS, em que destaca-se a predominância de setores da esfera sindical de modo que mais de 41% das entidades que compunham a CONLUTAS naquele momento era constituída por entidades sindicais (somando às oposições sindicais, a porcentagem é de 65,3%), 21,6% era a parcela de entidades estudantis e apenas 13,4% das representações eram oriundas dos movimentos populares e sociais, que estão mais próximos da classe trabalhadora mais precarizadas que atuam na informalidade e sobrevivem em situações de vida mais degradantes.

Foto 8 – 1º Congresso Nacional da CONLUTAS realizado nos dias 3, 4, 5 e 6 de Julho de 2008



Fonte: [http://cahelhistoria.blogspot.com.br/2008\\_07\\_01\\_archive.html](http://cahelhistoria.blogspot.com.br/2008_07_01_archive.html)

Segundo os dados apresentados por GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA, (2015); a delegação do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS era composta por 64,6% de homens<sup>155</sup>. As autoras destacam ainda que a presença do público feminino nesse Congresso foi relativamente superior, se compararmos com o 1º Congresso da Força Sindical em 1991, em

---

<sup>155</sup> As autoras aplicaram um extenso e completo questionário durante o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, e a análise dos resultados desse questionário, levam em consideração as respostas apresentadas por 250 delegadas e delegados. Foram excluídos as/os aposentadas/os, as/os desempregadas/os e as/os que não responderam.

que a delegação era composta por 24,6% de mulheres, ou se compararmos com os 3º e 4º Congressos da CUT em que a participação de mulheres correspondeu respectivamente a 24,1% e 18,4%. Cabe ainda registrar que a delegação do 10º Congresso da CUT era composta por 26,3% de mulheres. Portanto, a participação de mulheres no 1º Congresso da CONLUTAS é pequena, se comparada com a participação de homens; e o fato da presença de mulheres nesse congresso ter sido relativamente maior do que o registrado nos Congressos da Força Sindical e da CUT se deve certamente pela importância que os organizadores e as organizadoras da CONLUTAS concedeu à organização das mulheres dentro do GT de Mulheres constituído no CONAT em 2006, que trabalhou cotidianamente com as entidades filiadas durante esse período a necessidade de avançar nas condições estruturais e políticas que viabilizassem a participação de mulheres. As autoras GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA (2015); apresentam outra hipótese para avaliar essa questão, na qual compreende-se como complementar a hipótese mencionada anteriormente nesse parágrafo, e afirmam que:

A maior incidência de mulheres no Congresso da Conlutas pode estar relacionada a duas ordens de fatores: primeiramente, à participação de movimentos sociais, e de mulheres em particular, na entidade e à presença de sindicatos cujo força de trabalho é basicamente feminina, como professores, ou em que as mulheres têm grande inserção, como serviço público. Em segundo lugar, para enfrentar tanto as mudanças no perfil da força de trabalho quanto a redução de quadros, os sindicatos passam a incluir em suas pautas de negociação algumas reivindicações das mulheres (tais como mecanismos de prevenção às LER e garantias às lesionadas; instrumentos para combater as discriminações salariais e acesso a treinamentos e postos de trabalho, ampliação da licença-maternidade), reivindicações que podem tê-las traídos para o sindicalismo.

Outro aspecto importante a se destacar a respeito da delegação desse Congresso é a característica do perfil socioeconômico, de modo que GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA, (2015); demonstram que 49,7% do congresso é composto por delegados com a faixa etária entre 31 e 50 anos, e apontam que a CONLUTAS, em que pese propor ser uma nova central sindical e popular, com uma prática diferente do que era praticado pela CUT, Força Sindical e diversas outras centrais sindicais, manteve a característica tradicional do movimento sindical

no Brasil que é o de “agregar mais homens que mulheres e em uma faixa de idade que vai dos 31 aos 50 anos de vida”.

Na composição social presente nesse Congresso da CONLUTAS, no que se refere a localização no mercado de trabalho, ficou caracterizada que 68,5% das delegadas e dos delegados presentes estavam empregadas/os, 4,1% faziam bicos, 6,8% estavam desempregadas/os, 6,8% eram aposentadas/os e 14,1% eram estudantes<sup>156</sup>. Entre as delegadas e os delegados que se encontravam empregadas/os formalmente, 62,3% eram servidoras/es públicos, o que demonstra pouca inserção da CONLUTAS na organização das trabalhadoras e trabalhadores na iniciativa privada. No que se refere à profissão das delegadas e dos delegados, GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA (2015) demonstram que o Congresso era composto por:

[...] 27,3% eram profissionais de nível médio, 23,8% trabalhadores do serviço público cuja profissão não foi identificada, 9,7% trabalhadores do comércio e serviços, 7,8% são profissionais de nível superior e 7,2% trabalhadores industriais qualificados e semiquualificados. Note-se que há uma predominância de profissionais e trabalhadores não-manuais em detrimento dos trabalhadores manuais urbanos e rurais. Se agruparmos, por sua vez, as profissões predominantemente não manuais, encontramos quase 2/3 do total dos delegados (65,2%), em contraste com 14,7% que eram trabalhadores manuais da indústria e 2,5% rurais. Podemos afirmar que, em sua maioria, os delegados da Conlutas são homens, negros, com idade entre 30 e 50 anos, estão concentrados em ocupações do setor público e em profissões não-manuais. (...) 8,35% dos delegados estão inseridos no setor de educação e cultura, 16,1% no setor de serviços, 15% no setor industrial, 7,1% no de seguridade social (assistência social e saúde) e 5,5% no financeiro. (...) enquanto delegados do movimento sindical estão concentrados no setor da educação e cultura, serviços e indústria, os delegados do movimento social estão concentrados nos setores educação e cultura, agricultura, comércio e serviços.<sup>157</sup>

<sup>156</sup> Dados disponíveis em: GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA (2015).

<sup>157</sup> Galvão, Marcelino, Trópia (2015) alerta que o baixo quantitativo de delegadas e delegados do setor agrícola se deve ao fato do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) ter rompido com a CONLUTAS semanas antes da realização da do Congresso.

Cruzando os diversos dados coletados com a pesquisa realizada durante o 1º Congresso da CONLUTAS, relativos a profissão das delegadas e dos delegados com o setor econômico no qual estão inseridas/os, as autoras GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA (2015), concluíram que as frações centrais que caracterizam o perfil da delegação desse congresso são *“trabalhadores não manuais que ocupam predominantemente cargos ou funções de nível de escolaridade superior e média hierárquica.”*

Outro aspecto a ser destacado para avaliar o perfil da delegação do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS se refere a relação de trabalho da delegação com a legislação trabalhista já reestruturada com a política neoliberal praticada no país no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Nesse Congresso, segundo GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA (2015); 71,4% das delegadas e dos delegados eram vinculadas/os a contratos de trabalho com prazo indeterminado, 7,5% por a contratos de trabalho com prazo determinado, 1,4% possuíam contrato de trabalho por pessoa jurídica, 0,4% possuíam contrato em tempo parcial, 1,2% com contrato de safra e 17,8% possuíam outros tipos de contrato de trabalho. Para as autoras:

Do total dos delegados, 58% tinham carteira assinada. Embora 42% deles tenham afirmado não possuir carteira, esse dado não deve ser entendido como indicador de alta informalidade, pois o regime de trabalho predominante no setor público ainda é o Regime Jurídico Único, que confere aos servidores estatuto próprio e diferente da CLT.

Registra-se ainda que a pesquisa realizada por GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA (2015), buscou identificar a composição étnica-racial da delegação do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, aplicando um questionário que pedia a auto-identificação da/o entrevistada/o, e chegou a seguinte identificação: de que o Congresso foi composto por 22,7% de negras e negros e pelo menos de 46,7% de não brancas/os.

## 3.2 – Deliberações do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS

### 3.2.1 – Princípios e concepções

O 1º Congresso Nacional da CONLUTAS teve a tarefa de aprimorar as questões referentes aos princípios e concepções sindicais aprovados durante o CONAT em 2006. Na essência, o congresso reafirmou a CONLUTAS como uma central de natureza sindical, popular (possibilitando a participação limitada de estudantes de 10% referente ao número de delegadas e delegados em reuniões deliberativas), que:

[...] organiza entidades sindicais, oposições sindicais, movimentos populares, movimentos sociais e organizações da juventude. A primeira razão de ser, portanto, da nossa organização é o impulsionamento das lutas em defesa das demandas concretas de cada um destes segmentos da classe trabalhadora que estão organizados e representados pela Conlutas. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 18).<sup>158</sup>

---

<sup>158</sup> Esse documento que consta as Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, foi disponibilizado via email para as entidades que compunham a CONLUTAS, nos dias 21 e 22 de Julho. O documento é composto por 72 páginas, contendo resoluções acompanhadas dos textos analíticos sobre os temas que tiveram encaminhamentos. É um documento que careceu de uma redação final mais aprimorada, em virtude de diversas partes indicar fusões, junções de um texto com outro, de uma resolução com outra. Contudo, o documento expressa de forma objetiva todas as resoluções, flexões e encaminhamentos do Congresso. Esse documento não foi disponibilizado publicamente em material exposto ou virtualmente nos sites da CONLUTAS e de suas entidades filiadas. O documento foi compartilhado pela Secretaria Executiva Nacional da CONLUTAS por email apenas, na qual foi possível ter acesso em virtude de nos anos de 2006 à 2008 acompanhar, na condição de estudante e membro de entidade estudantil representativa, as mobilizações propostas pela CONLUTAS e por consequência participar do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS. Assim, o documento chegou diretamente ao meu email. Esse documento será disponibilizado na íntegra nos arquivos do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS, vinculado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, para permitir o acesso ao mesmo e assim possibilitar inúmeras outras reflexões sobre o conteúdo desse documento. Não foi encontrado até o momento nenhum outro trabalho que tenha se proposto a analisar esse documento, com as resoluções e encaminhamentos aprovados pelo 1º Congresso Nacional da CONLUTAS.

O 1º Congresso Nacional da CONLUTAS reafirmou também os princípios estabelecidos no CONAT, referentes a **Autonomia** em relação aos governos, ao Estado e aos partidos políticos; a **Democracia Operária** compreendendo como uma estratégia educativa de modo que as trabalhadoras e os trabalhadores deveriam debater e aprovar os encaminhamentos políticos, construindo democraticamente a Central já como um ensaio para a tarefa futura da classe trabalhadora de assumir o controle político do país; o **Socialismo** por entender que todas as lutas econômicas e sociais reivindicatórias só terão uma solução definitiva com o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade sem classes e por compreender que se trata de uma estratégia não exclusiva aos partidos políticos, mas também de organizações sindicais e populares que se pretendem organizar milhares de trabalhadoras e trabalhadores; e o **Internacionalismo** entendendo que na luta pela construção do socialismo contra a lógica do capital que possui uma caráter internacional, as lutas da classe trabalhadora não devem se restringir às fronteiras do Brasil (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 19-23).

Outro aspecto a ser destacado é a concepção aprovada que indicava às entidades sindicais filiadas à CONLUTAS que o Sindicato deveria atuar em unidade na luta com todas/os exploradas/os e oprimidas/os, em defesa de direitos e pautas coletivas. Partindo da compreensão de que, para resolver os problemas sociais e econômicos a tarefa é lutar contra o sistema capitalista que é organizado internacionalmente e que, portanto não é tarefa exclusiva de um único segmento, o congresso apontou a necessidade de se fazer com que cada segmento de modo individual lute contra a lógica do capital, constituindo uma luta comum do conjunto das trabalhadoras e trabalhadores de diversas categorias e segmentos. Nesse processo:

Os sindicatos, como organização mais forte da classe trabalhadora e compreendendo esta realidade, precisam estar ao lado de todas as lutas de todos os explorados e oprimidos, pois a sua luta fortalece a luta dos sindicatos, e a vitória de qualquer destes setores facilitará a vitória dos sindicatos em defesa de suas reivindicações. Além disso os sindicatos, pela responsabilidade que têm, devido ao seu peso político na sociedade, precisam ser os campeões da defesa da unidade de todos os explorados na luta contra o capital. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 22)

Em um aspecto, esse encaminhamento apontou para a superação do desafio histórico já apontado por Trotsky [1938 (2008)] quando afirmava que os sindicatos (até os mais poderosos) não congregavam mais do que 25% da classe operária, e que em momentos de ascenso do movimento era necessário constituir espaços organizativos que congregassem toda a massa de trabalhadoras e trabalhadores em luta. Nesse sentido a resolução do Congresso indicava a necessidade dos sindicatos combaterem o corporativismo, participando e coordenando em unidade as suas lutas com as dos demais setores explorados e oprimidos. A resolução ressaltou ainda que:

Isso não significa substituir todas as outras formas de organização dos explorados pela luta sindical, e tampouco abdicar da luta sindical, confundindo-a com outras formas de organização. O combate ao capitalismo exige diversas formas de luta, do qual a luta sindical é mais uma e que deve ter preservada a sua autonomia em relação a outras formas de organização e de luta. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 22)

Mas vale destacar que apesar da resolução orientar as entidades filiadas à CONLUTAS construir ações unitárias com os demais setores da classe trabalhadora não organizadas em sindicatos, a resolução não é explícita quanto a possibilidade e a necessidade dessas entidades sindicais constituírem na prática espaços organizativos mais amplos e orgânicos, capazes de envolver as trabalhadoras e trabalhadores que não se organizam em sindicatos a construírem coletivamente a luta em defesa dos direitos sociais, em busca de novos direitos, e em defesa da superação da lógica do capital.

### **3.2.2 – O debate sobre a prática e estrutura sindical**

O 1º Congresso Nacional da CONLUTAS pautou o debate sobre a relação da CONLUTAS com o Estado, e nesse quesito esse congresso deliberou a necessidade de buscar a legalização da CONLUTAS. De um certo modo, é possível avaliar que nesse início da

construção da CONLUTAS existe uma concepção hegemônica similar ao que se tinha durante os primeiros congressos da CUT, no que se refere a possuir um pé dentro do Estado e outro fora. Esse congresso ratificou uma resolução que já havia sido aprovada durante a reunião da Coordenação Nacional da CONLUTAS que ocorreu no final de fevereiro e início de março de 2008, que define:

1 – A Conlutas mantém posição já externada, contrária à Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais, recentemente aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da república. Esta lei é parte da política deste governo, de integrar as entidades sindicais ao aparelho de Estado, para uma política de colaboração com o Estado e os patrões, em troca de vantagens econômicas. Antes era o FAT e os “convênios” com ministérios e bancos públicos. Agora, além disso tem o dinheiro do Imposto Sindical. Além disso a Lei fere a independência das entidades sindicais ao estabelecer condições de representatividade para que uma Central possa obter pleno reconhecimento. É uma clara ingerência do Estado na organização dos trabalhadores. Cabe aos trabalhadores e seus sindicatos e movimentos atribuir ou não representatividade à suas Centrais.

2 – A Conlutas mantém sua posição, já anunciada publicamente, contrária ao Imposto Sindical, e a decisão de não receber o que lhe caberia pela lei aprovada no Congresso Nacional.

3 – A Conlutas mantém também, sua posição favorável ao reconhecimento das Centrais Sindicais. Trata-se de um direito dos trabalhadores terem suas organizações reconhecidas e legalizadas.

4 – A Conlutas lutará pela sua legalização e vai reivindicar do Estado seu pleno reconhecimento e legalização como Central Sindical e Popular que é, assim como fazemos em cada um dos nossos sindicatos. Obviamente, a Conlutas deve fazer isso sem admitir que este reconhecimento e legalização imponham qualquer tipo de restrição à sua independência e autonomia frente ao Estado e aos patrões. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 71)

Com essa resolução, a CONLUTAS se constituiu no campo de resistência à política do Imposto Sindical, porém a resolução aprovada no congresso aponta para os limites da intervenção política de construir um movimento sindical completamente independente do Estado. Tais limites se devem a incapacidade que a Central possuiu naquele período de construir efetivamente uma luta que garantisse hegemonia e legitimidade política, via mobilização de base por parte dos sindicatos e movimentos populares filiados, em defesa de uma postura de não reconhecimento da intervenção do Estado na organização da classe

trabalhadora. Cabe ressaltar que tais limitações oriundas da conjuntura política do período afetava o conjunto das organizações das trabalhadoras e trabalhadores que se dispunham a lutar por um movimento sindical autônomo e independente ao Estado, e não afetava apenas a CONLUTAS.

Nesse debate, o Congresso da CONLUTAS se posicionou contra a Unicidade Sindical e em defesa da unidade sindical, que se traduziu ao mesmo tempo na defesa da existência de um único sindicato por base. A resolução do Congresso fez os seguintes apontamentos:

Liberdade de organização sindical – fim da unicidade, defesa da unidade sindical. É preciso retomar, de forma sistemática, a luta pela liberdade de organização sindical, entendida como a defesa do direito dos trabalhadores de decidirem como deve ser sua organização sindical e contra a ingerência do Estado na organização dos trabalhadores.

Defender a liberdade de organização não significa a defesa da pluralidade. Defendemos o sindicato único na base, que avance inclusive na superação da fragmentação existente hoje, e avançando na construção de sindicatos unitários com a base o mais ampla quer for possível. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 20)

O fato da resolução afirmar que a defesa da liberdade de organização não significa a defesa da pluralidade aponta que, no debate com a classe trabalhadora, a CONLUTAS se posicionaria contra a Unicidade Sindical, mas dentro dos fóruns sindicais defenderia a necessidade de cada categoria se agrupar em um único sindicato, visando fortalecer a organização das lutas e a superação da fragmentação.

Nos aspectos que envolve a relação dos sindicatos filiados à CONLUTAS com as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, o congresso se posicionou contra a tendência da reestruturação produtiva do capital em imprimir a terceirização da força de trabalho, apontando a necessidade de lutar contra essa política, e ressaltou que essa luta não era traduzida por posicionamentos contrários às trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, ou seja, a CONLUTAS se posicionava contra a terceirização mas não contra as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados. A resolução do Congresso afirma que:

Somos contra a terceirização e a precarização e devemos lutar permanentemente contra estas práticas patronais. Mas não somos contra os trabalhadores terceirizados e precarizados. Estes são nossos irmãos, e os mais explorados no processo de trabalho. Precisamos lutar para organizar estes trabalhadores dentro dos sindicatos que representam os trabalhadores das “empresas mãe”, unindo a todos na luta em defesa de seus direitos e interesses. Os sindicatos devem acolher, democraticamente, em seu interior, todos os setores da categoria, todos os segmentos de trabalhadores que trabalham no interior das empresas preponderantes da categoria. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 20)

O Congresso também apontou o posicionamento contrário à política do Imposto Sindical, orientando as entidades sindicais filiadas a não receberem esses recursos que são garantidos pela Lei. A deliberação do congresso apontou ainda o posicionamento contrário a existência de todas as taxas, contribuições compulsórias e qualquer tipo de repasse de verbas por parte do Estado para os sindicatos (FAT e demais convênios), mas reconhecendo simultaneamente os limites políticos e organizativos das entidades filiadas à Central, e registrou a seguinte ponderação:

Precisamos também retomar este debate nos nossos sindicatos, pois a grande maioria tem no imposto sindical uma fonte importante de seus recursos. Precisamos encarar a tarefa de buscar outras fontes de financiamento, definidas democraticamente pelos trabalhadores, que permita livrar os sindicatos desta dependência e dar coerência a nossa luta pelo fim desta contribuição compulsória. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 20)

Ou seja, o Congresso reconheceu o descompasso entre a resolução aprovada e a realidade política das entidades sindicais filiadas, mantendo a resolução referente a essa questão política como uma orientação e perspectiva política que em sua plenitude seria alcançada posteriormente.

Ainda envolvendo o debate sobre a relação entre Estado e Movimento Sindical, o Congresso da CONLUTAS pautou o debate sobre a “Judicialização” dos conflitos

trabalhistas; defendendo o fim da interferência da Justiça do Trabalho sobre as decisões do movimento sindical, bem como orientando ideologicamente as entidades filiadas à não confiarem na via judicial para resolver as injustiças e as pendências trabalhistas. Nesse sentido, a resolução aponta que:

Trata-se de uma modalidade de interferência do Estado nas lutas e nas organizações dos trabalhadores. São os julgamentos de greves como abusivas, os interditos proibitórios, as multas impostas aos sindicatos, etc. Isto precisa acabar. (...) É preciso enfrentar também um outro problema, este causado pelas próprias entidades que, frente à dificuldade de mobilização de sua base, busca sempre o recurso ao judiciário para resolver as pendências nas relações de trabalho. Obviamente não se deve deixar de reclamar, inclusive na justiça, o respeito aos direitos dos trabalhadores. O problema é quando este caminho se transforma em quase único na ação sindical da entidade, gerando expectativas e ilusões entre os trabalhadores. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 20)

A resolução reitera ainda que essa deliberação não implica compreender que a CONLUTAS abre mão de recorrer à esfera jurídica para defender os direitos individuais dos trabalhadores e das trabalhadoras que não são garantidos no dia a dia, e faz uma orientação ideológica dialogando com as entidades filiadas sobre o caráter do Estado capitalista, de suas instituições jurídicas, e a quem efetivamente representam, mas não descarta a ação jurídica como mais uma frente de luta, uma frente auxiliar, à luta política em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, a resolução expressa que:

O que está dito acima não significa que abrimos mão de recorrer à justiça para defender os direitos individuais dos trabalhadores, quando estes são desrespeitados pelos patrões. A Justiça do Trabalho, como é normal em uma instituição do Estado capitalista, é extremamente falha e ineficiente na defesa dos direitos dos trabalhadores, não pode ser nosso instrumento principal de luta para defender os direitos dos trabalhadores. Mas como instrumento para defender os direitos individuais dos trabalhadores, coibir o

desrespeito à legislação trabalhista, pode e deve ser usado pelos sindicatos. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 21)

Outro aspecto importante que consta nas resoluções do Congresso, se refere a dualidade caracterizada pelo debate não antagônico entre mobilização política e intervenção em processos de mesas de negociação. Nesse debate, o Congresso deliberou que as entidades sindicais filiadas CONLUTAS não deveriam adotar como concepção sindical a prática de centralizar a luta em defesa dos interesses das trabalhadoras e trabalhadores em mesas de negociação, desprovida de intensa mobilização política que se configure como um elemento de pressão sobre os governos e patrões. O Congresso deliberou como princípio de ação sindical da CONLUTAS a ação direta,<sup>159</sup> coletiva e a mobilização permanente das trabalhadoras e trabalhadores em seus locais de trabalho. A resolução afirma que:

A ação direta, a ação coletiva dos trabalhadores é o meio privilegiado, dentro da concepção que defendemos, da ação sindical. As ações institucionais, necessárias muitas vezes, devem ser sempre acessórias à mobilização e estar a serviço desta. Este critério é fundamental não só porque esta é a única forma eficaz de defender os direitos e interesses dos trabalhadores na sociedade em que vivemos. Mas também porque se trata de educar os trabalhadores para as lutas futuras que terá que travar para acabar com o capitalismo e construir uma sociedade socialista. Isto se aplica também aos processos de negociação e contratação coletiva realizados pelos sindicatos. Trata-se de processos necessários, são tarefas importantes dos sindicatos, mas é preciso cuidado para que não substituamos o princípio da mobilização permanente dos trabalhadores pelo princípio da negociação permanente, deixando a

---

<sup>159</sup> O termo “ação direta” tem um peso histórico, por fazer parte do imaginário e da concepção sindical construída pelas trabalhadoras e trabalhadores que reivindicavam a estratégia anarquista no final do século XIX e início do século XX. Os setores sindicais que hoje são influenciados pela perspectiva anarquista, ainda utilizam esse termo. Nesse texto, o esse termo é utilizado uma vez que o mesmo faz parte do caderno de resoluções do 1º Congresso da CONLUTAS. Ressalta-se que essa pesquisa não apresenta uma reflexão sobre o significado desse termo, porém é importante fazer esse destaque e ressaltar que nas fontes analisadas para a escrita dessa pesquisa, não se encontra uma referência a sua trajetória histórica.

mobilização apenas para quando a negociação não levar a um resultado minimamente aceitável. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 21)

Em síntese, se por um lado a CONLUTAS não ignorava a necessidade de participar de determinadas mesas de negociações com governos e patrões, por outro lado apontava que essa atuação, apesar de não ser ignorada pela Central, deveria necessariamente contar com uma forte mobilização e ação política por parte das trabalhadoras e trabalhadores, como elemento essencial para buscar qualquer conquista nos processos de negociações com os representantes dos governos e dos patrões; e em determinados momentos deveriam servir inclusive como incentivo aos processos políticos de mobilizações da classe trabalhadora.

### **3.2.3 – Reafirmação e organização da CONLUTAS como alternativa**

Em que pese o Congresso reafirmar a CONLUTAS como uma proposta alternativa para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, outra resolução importante aprovada nesse Congresso se refere a busca não somente de uma unidade na construção cotidiana das lutas em conjunto com os setores sociais da INTERSINDICAL, como também a disposição de construir um processo de unificação, tendo como síntese a construção de uma nova central sindical e popular como consequência dessa unificação. A resolução aprovada no congresso afirma que:

A defesa da unidade de todos os que lutam não é retórica. Trata-se de uma necessidade da nossa classe já que, mesmo todos juntos, somos muito poucos para o tamanho dos desafios que a luta de classes nos coloca no Brasil. É esta a base que nos levou a aprovar na Coordenação Nacional o chamado à Intersindical, para que unificássemos nossas forças e avançássemos na construção que uma alternativa única. Esta seria, sem dúvida, muito mais forte, quantitativa e qualitativamente que a Conlutas ou a Intersindical separadamente.

O desafio que deve ser assumido por este Congresso, então, é o de, em primeiro lugar, seguir fortalecendo a Conlutas. Fortalecê-la para que possamos dar respostas às lutas dos trabalhadores que estão colocadas no contexto atual do país, sempre buscando fazê-lo a partir da maior unidade de ação possível, com todos os setores que queiram lutar. E fortalecê-la também para que possamos dar continuidade ao esforço para promover a

unificação da nossa organização com a Intersindical e outros setores que estejam na luta dos trabalhadores.

É importante esta compreensão. Ela parte do pressuposto de que o processo de reorganização dos trabalhadores não está fechado. Pelo contrário, segue aberto, e seguirá assim, mesmo se conseguirmos avançar na unificação com a Intersindical. Ainda assim seremos poucos e deveremos manter aberta a perspectiva de nos unirmos, no futuro, a outros setores que se desloquem e se aproximem do projeto que estamos construindo. Mas significa também que a Conlutas, como pólo para organizar e impulsionar as lutas e como ponto de apoio para o esforço pela unidade, precisa ser fortalecido, neste momento. Ela só deixará de cumprir este papel quando nós tivermos construído efetivamente a unificação com a intersindical e outros setores, numa organização mais forte que a nossa. E isso ainda não está feito. Infelizmente, e não por opção nossa, deveremos iniciar as discussões neste sentido com estes setores. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 66)

É possível perceber que, apesar do congresso apontar a construção de um processo de unificação entre a CONLUTAS e a INTERSINDICAL, havia a predominância de uma avaliação de que naquele momento o projeto da CONLUTAS deveria ser fortalecido, de modo que é possível avaliar que a primeira tarefa não era buscar a construção de uma unidade com outros setores sociais visando a construção de um novo projeto mais amplo; mas sim de se fortalecer para participar desse processo. Isso demonstra que apesar da janela aberta no processo de reorganização da classe trabalhadora naquele período, o PSTU, setor político hegemônico que constituía a CONLUTAS, tinha receios com a dinâmica do futuro processo de reorganização em curso. Cabe destacar ainda a compreensão desse setor, por hora contraditória, compreendia que o processo de unificação com a INTERSINDICAL não havia avançado naquele período não por culpa da CONLUTAS; mas sim da INTERSINDICAL e de outros setores que participaram organicamente da construção de diversas lutas no decorrer do ano de 2007 e 2008. Vale ressaltar portanto que, entre os naturais limites de todo processo de reorganização das lutas sociais, estava marcado nesse processo a influência da perspectiva baseada no controle da máquina sindical e conseqüentemente da direção do movimento. Quais outros motivos podem explicar essa necessidade de fortalecer a CONLUTAS primeiramente em detrimento de apostar na construção coletiva em conjunto com outros setores, se não for o medo de perder o controle político do processo de reorganização das lutas das trabalhadoras e trabalhadores e, conseqüentemente, o controle da direção nacional do movimento?

Com base na avaliação desse processo aprovada no Congresso da CONLUTAS, a maioria das delegadas e delegados presentes aprovaram as seguintes ações:

1 – *Avançar no fortalecimento da Conlutas:* a) através do trabalho das oposições sindicais; b) *seguir com o esforço para trazer para a Conlutas* (filiação e contribuição financeira) novas entidades e movimentos.

2 – Seguir com o esforço para organizar e impulsionar as lutas dos trabalhadores que estejam colocadas no contexto atual. Que parte importante deste esforço deve seguir sendo a busca pela construção da unidade de ação com a Intersindical e todos os outros setores que quiserem somar-se ao processo de lutas da nossa classe.

3 – Referendar a proposta de discussão apresentada pela Coordenação Nacional da Conlutas aos companheiros da Intersindical, visando construir as condições para a unificação das duas organizações. Com base no debate de seu programa, contra a conciliação de classes e através da unidade efetiva nas lutas.

4 – Apresentar aos companheiros da Intersindical, como nossa contribuição a esta discussão, as propostas e posicionamentos aprovados em nosso 1º Congresso (sem prejuízo da autonomia das entidades e movimentos que fazem parte da Conlutas).

5 – Que, caso avance estas discussões, criando as condições para a unificação das duas organizações, a Coordenação Nacional da Conlutas deverá convocar, previamente ao Congresso da Unificação, um Congresso Nacional da Conlutas que tomará essa decisão pela nossa organização. (*Grifos Meus* - Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 67)

Na perspectiva de fortalecer o projeto da CONLUTAS, o congresso faz um balanço a respeito da construção interna cotidiana da CONLUTAS, avalia que os métodos de organização da Central estão na perspectiva democrática, e aponta a necessidade de aprimorar as práticas organizativas. A resolução aprovada no Congresso, apresentada pelo setor majoritário, afirma que:

[...] é necessário introduzirmos mudanças no funcionamento atual, para corrigir problemas existentes e para aprimorá-lo. Mas busca preservar o que é essencial do sistema de direção estabelecido no CONAT, entendendo que este sistema é o melhor que podemos ter na atual situação da luta de classes e no estágio atual da construção da Conlutas. Desde já é preciso registrar que não conseguimos ainda fazer um estudo mais profundo, teórico inclusive, acerca desta questão, que nos permitisse estabelecer uma proposta mais definitiva de sistema de direção para a organização que estamos construindo. (...) Até o próximo Congresso, e à luz de nossa experiência concreta, precisaremos avançar mais nesta questão. (...) As propostas apresentadas aqui partem de um pressuposto

que é a defesa da manutenção da forma de direção nacional que adotamos até agora – coordenação de entidades e movimentos. Esta forma que adotamos no CONAT tem respondido bem, no que diz respeito à necessidade de centralização e coordenação nacional das nossas atividades (os planos nacionais de mobilização que impulsionamos são mostra disso). E tem servido, também, como ponto de apoio importante para a atuação de nossa organização nos diversos conflitos específicos onde esteve presente. (...) Além dessa função, esta forma de direção tem outras características importantes que queremos preservar. A primeira, e mais importante, é que ela permite uma maior permeabilidade entre o que se passa na base e o que a direção nacional discute e decide, pois a cada reunião as organizações de base podem enviar seu representante com orientação específica, ajudando a evitar um distanciamento entre a direção e a base. Isso é muito importante para assegurar um funcionamento democrático da entidade. A segunda é o fato de ela ser aberta, permitir a integração imediata das entidades e movimentos que se acerquem da Conlutas. Esta característica é particularmente importante se considerarmos o esforço que continuamos a fazer para construir a unificação com outros setores do movimento sindical e popular. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 67-68)

Essa estrutura de organização da CONLUTAS era peculiar naquele período, e de fato é uma prática que se propunha a superar o processo de burocratização do movimento sindical, do descolamento entre direção e base, aproximando constantemente a direção do movimento a uma estrutura mais democrática e com maior possibilidade de controle social. Nesse período, nenhuma outra central sindical adotou um modelo de organização parecida com essa estrutura. Com essa estrutura, a resolução aponta quatro ajustes no mecanismo de organização da CONLUTAS, sendo: Funcionamento cotidiano da Direção da CONLUTAS, forma de eleição da Secretaria Executiva, peso da representatividade das entidades e relação entre base e coordenação nacional.

Sobre a questão do funcionamento cotidiano da Direção da CONLUTAS, foi constituída após o CONAT o GT Secretaria composto por entidades sindicais de base e movimentos que dispuseram a liberação de representantes para atuarem na condução das demandas cotidianas da CONLUTAS e na execução do que era aprovado nas reuniões da Coordenação Nacional que ocorriam de 60 em 60 dias. Porém, poucas entidades e movimentos tiveram condições de liberar militantes das respectivas direções para colaborar com as demandas nacionais da CONLUTAS, o que implicou na centralização das tarefas em representante de uma ou duas entidades. Segundo o texto da resolução, “*as tarefas deste GT*

*ficaram concentradas praticamente nas mãos de um ou dois companheiros* (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 68)”. A resolução ainda afirma que:

Isso obviamente gera um problema democrático, pois condução cotidiana (mesmo que estritamente voltada para a implementação das decisões da Coordenação Nacional) implica em decisões políticas que são tomadas cotidianamente. Não é democrático que isto esteja concentrado em uma ou duas pessoas. E gera também um problema de eficácia, pois com tão poucas pessoas disponíveis para o trabalho não se consegue encaminhar a contento todas as tarefas que se desdobram das decisões da Coordenação. Nem responder às demandas que são colocadas cotidianamente pela situação política e pela luta dos trabalhadores. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 68)

Esse foi mais um limite do processo de construção da CONLUTAS que foi assumido pelo próprio setor majoritário da CONLUTAS. Esse limite indica os possíveis equívocos e a margem de alcance da política da CONLUTAS durante esse período inicial de constituição. Assim, para superar esse limite na organização administrativa e sindical, o congresso deliberou por:

- a) Eleger uma Secretaria Executiva da Coordenação da Conlutas, que assumira todas as tarefas que hoje são do GT de Secretaria. Esta Secretaria será composta por 21 membros que deverão ter disponibilidade de tempo para assumir as tarefas que lhe couberem. A base de constituição desta Secretaria devem ser as entidades e movimentos. Não se trata de constituir uma federação de tendências políticas.
- b) Além das tarefas do GT de Secretaria, a Secretaria Executiva da Coordenação Nacional absorveria também as atribuições dos GTs de Estrutura Material (finanças e administração) e de Comunicação.
- c) O mandato da Secretaria Executiva será de dois anos, podendo ser revogado (no todo ou parcialmente) pela Coordenação Nacional quando a esta parecer necessário.
- d) Caso haja mais de uma proposta para composição da Secretaria, será utilizado o critério da proporcionalidade direta e qualificada para sua escolha.
- e) Deverão ser asseguradas - nos limites das possibilidades da Conlutas - condições financeiras e de estrutura e funcionamento da sede nacional para que os(as) membros desta Secretaria possam assumir o mais

plenamente possível as suas tarefas. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 68).

No que se refere a forma de eleição da Secretaria, a proposta apresentada pela resolução aprovada no Congresso é de que a eleição das representações da Secretaria deveriam ocorrer em reunião da Coordenação Nacional e não no Congresso Nacional. Tal proposta parece desconectada com a perspectiva da ampla democracia e representação das trabalhadoras e trabalhadores, e com a conexão direta entre direção e base que constitui a base programática da CONLUTAS, se considerarmos que é mais legítimo e mais democrático uma direção nacional ser eleita mediante a participação de mais de 3500 trabalhadoras e trabalhadores do que em uma reunião que conte com a participação de 100 ou 150 trabalhadoras e trabalhadores.

Em primeiro lugar porque a eleição da Secretaria Executiva no Congresso geraria uma contradição evidente. A instância que deverá funcionar subordinada à Coordenação Nacional seria eleita em um fórum mais representativo, de maior força política que a própria Coordenação. De fato indicaria, sem dizê-lo claramente, para a adoção de uma outra concepção de direção – eleita em Congresso e não em forma de Coordenação de Entidades e Movimentos.

Em segundo lugar, mas decorrência deste mesmo raciocínio, porque delega menos poder à Secretaria Executiva e reforça sua subordinação à Coordenação Nacional que, com todas as deficiências de seu funcionamento atual, é o mais próximo de controle da base que temos.

Em terceiro lugar porque facilita todas as movimentações que podem ser necessárias na composição da Secretaria Executiva em função dos possíveis avanços na unificação ou vinda de outros setores para a Conlutas. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 69).

É no mínimo curioso o primeiro argumento expressar que a eleição da Secretaria Executiva no Congresso da CONLUTAS geraria contradições, pois esse não é um argumento válido, uma vez que não é razoável pensar na possibilidade de um processo que não seja constituído por contradições, e é bastante questionável a sequência da argumentação que assume a defesa de um fórum menos representativo para eleger a secretaria executiva da Central, tendo como pressuposto que essa secretaria executiva estaria subordinada a um

Fórum menor, não tão amplo quanto um congresso. Afinal, nada impedia a secretaria executiva ser eleita dentro de um Congresso que contava com a participação de mais de 3500 trabalhadoras e trabalhadores, de modo que tal secretaria se subordinaria e executaria as deliberações que seriam aprovadas nos fóruns da coordenação nacional da CONLUTAS no período seguinte. Qual o problema de uma secretaria executiva eleita em um Congresso Nacional executar as deliberações que serão aprovadas nas reuniões nacionais da Coordenação Nacional?

O segundo argumento de que uma secretaria executiva eleita em um Congresso Nacional delegaria mais poder (ou ficaria menos subordinada à Coordenação Nacional) do que se a mesma fosse eleita em uma reunião da Coordenação Nacional, e de que isso poderia afetar também o controle da base, também parece insustentável e equivocado. Se a central sindical tem um estatuto no qual afirma que a Secretaria Executiva tem a simples tarefa de executar a política que é debatida e aprovada nas reuniões das Coordenações Nacionais que ocorrem a cada 60 dias, e de que essa Secretaria Executiva não tem a tarefa de formular política diferente dos eixos que são aprovados pelo conjunto das entidades sindicais, estudantis e populares nessas reuniões da Coordenação Nacional; não importa então, para isso, o momento no qual essa secretaria executiva seria eleita, pois necessariamente ela estaria inserida em uma estrutura de funcionamento da CONLUTAS determinado em um Estatuto Social da Central.

Já o terceiro e último argumento ilustra bem as contradições do setor majoritário da CONLUTAS na tentativa de construir uma Central com métodos organizativos totalmente opostos e peculiares se comparado com os métodos de todas as outras centrais sindicais. A defesa de se realizar a eleição para a composição da Secretaria Executiva da CONLUTAS se sustenta na *facilidade* para a realização de *todas as movimentações que podem ser necessárias para a composição da Secretaria Executiva*, e ainda tentar justificar que é em virtude *dos possíveis avanços na unificação ou vinda de outros setores para a CONLUTAS*, indica a incômoda hipótese de que o setor majoritário da CONLUTAS, possuía receios de perder o controle político da Central por não ter condições de realizar dentro de um Congresso as articulações necessárias para garantir a hegemonia política dentro da secretaria executiva, no que se refere as entidades componentes que teriam apenas a tarefa de executar as políticas que seriam aprovadas posteriormente pela Coordenação Nacional em um intervalo de 60 em 60 dias. É possível avaliar que o setor majoritário da CONLUTAS tinha a intenção de controlar até quais seriam a maioria das entidades que assumiriam o mero papel executor?

Essa hipótese pode se confundir com outro questionamento referente a rotina da secretaria executiva da CONLUTAS, pois considerando que a proposta era que a secretaria executiva apenas executasse os encaminhamentos, havia então o medo de que durante os intervalos entre as reuniões da Coordenação Nacional, surgissem demandas extraordinárias e demandas administrativas que ficariam a cargo das entidades da secretaria executiva deliberarem, e portanto o interesse de também ser hegemônico nesse espaço interno da CONLUTAS? E por fim, outro questionamento importante a se fazer é que se considerar que *na teoria* a maioria das trabalhadoras e trabalhadores presentes no Congresso Nacional da CONLUTAS possuíam vinculação e influência direta ou indireta ao PSTU, que garantia portanto uma localização hegemônica dentro do Congresso; qual o problema de enfrentar as contradições e construir de fato um processo democrático para a escolha das entidades que iriam compor a Secretaria Executiva da CONLUTAS, já que eram enormes as chances do setor majoritário exercer também naquele momento uma influência maior na escolha das entidades?

Sobre o tema referente a estrutura e organização sindical, o congresso pautou ainda o debate sobre a força de representatividade de cada entidade que constrói cotidianamente a CONLUTAS. A resolução aprovada expõe que:

Hoje, cada entidade ou movimento que participa da Conlutas tem direito a enviar um representante com direito a voto nas reuniões da Coordenação Nacional, além de quantos observadores queiram. Isto nos leva a tratar de forma igual a organizações e movimentos que não são iguais em termos de representação. Uma pequena organização social, ou um Centro Acadêmico acaba tendo o mesmo peso nas decisões da Conlutas, que o ANDES/SN (que tem quase cem mil associados) ou a Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais. Isto gera uma distorção de representatividade.

Não é fácil corrigir integralmente esta distorção, pois elevaria demais o número de presentes nas reuniões de Coordenação, ameaçando inviabilizar o seu funcionamento. Mas, sim, é possível pelo menos diminuir os efeitos desta distorção, estabelecendo uma tabela e condições de representação das entidades e movimentos nas reuniões da Coordenação. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 69).

Essa problemática é oriunda da estrutura de composição da CONLUTAS, que agregava desde trabalhadora e trabalhador de uma Indústria Metalúrgica representando mais de 10000 trabalhadoras e trabalhadores, ao discente matriculada ou matriculado a um curso de graduação pertencente ao campo de oposição a um Diretório Acadêmico que representa um

conjunto de 500 discentes por exemplo. Nesses dois exemplos, ambas representações possuíam em diversos momentos o mesmo peso de decisão nas deliberações da CONLUTAS. Isso foi possível de 2004 à 2008, considerando que foi um período inicial de construção e afirmação da CONLUTAS; mas pensando na perspectiva de avançar na organização da CONLUTAS, a direção da central avaliou a necessidade de regulamentar a representação. Assim, o congresso aprovou a regulamentação descrita na tabela a seguir:

Tabela 9

## Representação e Quantidade de Votos

<b>Tamanho da Representação</b>	<b>Quantidade de Votos</b>
Sindicatos com até 5 mil trabalhadoras/es na base; oposições sindicais que já participaram de eleições e representarem até 5 mil trabalhadoras/es (pelos critérios estabelecidos para eleger delegados ao Congresso da Conlutas); movimentos populares ou sociais sem base definida ou com até 10 mil participantes; entidades estudantis ou da juventude	<b>1 Voto</b>
Sindicatos que tem entre 5 e 20 mil trabalhadoras/es na base; oposições que representem entre 5 e 20 mil trabalhadoras/es (critério Congresso da Conlutas); e movimentos populares ou sociais que tem entre 10 e 40 mil participantes	<b>2 Votos</b>
Sindicatos que tem entre 20 e 40 mil trabalhadoras/es na base; oposições que representem entre 20 e 80 mil trabalhadoras/es (critério Congresso da Conlutas); movimentos populares ou sociais que tenham entre 40 e 80 mil participantes	<b>3 Votos</b>
Sindicatos que tenham entre 40 e 80 mil trabalhadoras/es na base; oposições que representam entre 40 e 80 mil trabalhadoras/es (critério Congresso da Conlutas); movimentos populares ou sociais que tenham entre 80 e 160 mil participantes	<b>4 Votos</b>

Sindicatos que tenham mais de 80 mil trabalhadoras/es na base; oposições sindicais que representam mais de 80 mil trabalhadoras/es (critério congresso da Conlutas), movimentos populares ou socais que tenham mais de 160 mil participantes	<b>5 Votos</b>
--	----------------

Elaboração Própria. Dados extraídos das Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 69.

Outra regulamentação aprovada no Congresso se referiu a participação de estudantes no processo de deliberação da CONLUTAS, mas sem se pautar no questionamento sobre a viabilidade de se construir uma central sindical que teria a tarefa de reunir trabalhadoras, trabalhadores, estudantes que possuem vínculos formais e informais de trabalho e estudantes que não possuem vínculos informais e formais de trabalho; bem como qual a forma de sintetizar demandas e interesses que em determinados momentos podem ser antagônicas entre esses setores. A regulamentação se referiu ao peso das estudantes e dos estudantes nos processos deliberativos da CONLUTAS. E nesse sentido, a regulamentação aprovada no Congresso definiu que:

Os votos das entidades estudantis na Coordenação Nacional não poderão exceder a 10% do total de votos na reunião. Caso isso ocorra as entidades estudantis presentes deverão definir quais delas manterão direito a voto na reunião respeitando o limite de 10%. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 69).

Sem a pretensão de buscar respostas e considerando que a construção de uma unidade na luta entre as classes trabalhadoras e os setores estudantis, potencializa a possibilidade de vitórias políticas; vale destacar alguns questionamentos a respeito dessa deliberação. Qual o papel político das estudantes e dos estudantes dentro da estrutura deliberativa da CONLUTAS? Por que manter os setores estudantis com um peso mínimo de 10% dentro dos espaços deliberativos da CONLUTAS, ao invés de constituir uma Central sem a participação efetiva das estudantes e dos estudantes, mas sim um Fórum permanente para além da central que pudesse agrupar as representações estudantis e as representações da classe trabalhadora com o objetivo de debater política e articular a construção de lutas e mobilizações? A

presença de setores estudantis dentro da Central não distorceu a representatividade das forças políticas revolucionárias, ou seja, da classe trabalhadora, daquelas e daqueles que cotidianamente vivem apenas de seu trabalho? Diante de todos os questionamentos, esse trabalho afirma a hipótese de ser razoável a construção de uma organização exclusiva da classe trabalhadora, com a proposta de criação de Fóruns permanentes de interações e articulações de lutas e mobilizações entre as trabalhadoras e trabalhadores com os setores estudantis.

### 3.2.4 – Debate sobre a Burocratização dos Sindicatos

O debate sobre a burocratização do movimento sindical, se pautou pelo referencial da tendência objetiva do processo sistêmico de atuar sobre os sindicatos, apontadas por Trotsky [1940 (2008)] e Mandel (2005) em suas formulações no decorrer do século XX. O Congresso da CONLUTAS, por meio de seu caderno de resoluções, sintetizou esse debate de modo que se trata *de uma tendência objetiva que atinge todos os sindicatos devido à ação do Estado, da burguesia, dos governos.*<sup>160</sup> A reflexão apontou ainda a necessidade de se fazer um combate permanente a esse processo de burocratização, que deveria se pautar em quatro elementos centrais, sendo: *A relação da luta econômica com a estratégia socialista, a democracia operária e o controle pela base, o combate aos privilégios indevidos dos dirigentes sindicais e a formação sindical e política dos dirigentes e ativistas.*<sup>161</sup>

No que se refere ao primeiro elemento, a resolução do Congresso expressou que as entidades sindicais filiadas à CONLUTAS não devem se prender a pauta econômica, que é prática estratégica aliar a luta econômica com a luta política. Essa concepção pauta a necessidade do movimento não se iludir com qualquer ideia referente a possibilidade de concertação, reforma ou humanização do capitalismo; e que as reivindicações mais imediatas do movimento só será concretizada em sua plenitude com a necessária superação da lógica do sistema capitalista. Sobre esse tema, a resolução afirma que:

---

<sup>160</sup> Ver Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, p. 24.

<sup>161</sup> *Ibidem*, pp. 24-26.

A luta econômica é fundamental na ação sindical. Sem ela, a defesa das reivindicações básicas dos trabalhadores, não há ação sindical. No entanto, a luta econômica por si só não liberta os trabalhadores da exploração, nem sequer é capaz de assegurar atendimento das reivindicações econômicas da classe. A luta econômica e a luta política contra o capital são, na verdade, uma só luta. Trata-se da luta pelo poder político, para que os trabalhadores assumam o poder político na sociedade, realizem a abolição da propriedade privada e iniciem assim a transição ao socialismo. O abandono desta perspectiva, a despolitização da ação sindical, é o primeiro sintoma e consequência do processo de burocratização, que leva muitas vezes a dirigentes combativos e honestos a um processo de adaptação e acomodamento, onde o horizonte de sua ação sindical não consegue ir além dos limites da sociedade capitalista. Outro sintoma deste processo é a prevalência da negociação permanente ao invés da mobilização permanente dos trabalhadores, como foco da ação sindical. E em acordos rebaixados, ou que reduzem direitos dos trabalhadores. Sabemos que a vontade política dos dirigentes não substitui a realidade e muitas vezes não é suficiente para produzir o processo de mobilização, nem garantir vitórias no enfrentamento com a patronal. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 24)

A democracia operária e o controle pela base foi outro aspecto minuciosamente sugerida para a prática das entidades sindicais filiadas à CONLUTAS. Esse método foi considerado pelo Congresso como um ponto fundamental para lutar contra a burocratização das entidades sindicais e das/dos dirigentes, uma vez que essa proposta pressupõe a realização constante de assembleias resolutivas, de reuniões de diretoria abertas, da criação de comitês de delegadas e delegados com mandato das bases. Esse método propõe:

[...] deslocar o centro de poder das entidades para baixo, diminuir o poder das diretorias da entidade e aumentar o poder e o controle pela base das decisões e encaminhamentos adotados pelo sindicato. A partir do controle pela base, evitar os processo de usurpação de representação que é feita pelos dirigentes e entidades quando deixam de defender os interesses dos trabalhadores ou de respeitar suas decisões. (...) a democracia operária é fundamental para assegurar a vigência da pluralidade, o respeito à diversidade política na categoria e na própria direção das entidades. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 24)

Entre as outras ações sugeridas pela resolução, destaca a realização de congressos anuais com delegadas eleitas e delegados eleitos nos locais de trabalho, visando a construção de espaços coletivos para se debater a política com profundidade, a implantação de conselhos deliberativos compostos por ativistas de base de modo que esses conselhos possuam poderes superiores às das diretorias dos sindicatos, a instituição de diretorias colegiadas e horizontais com rodízios nas coordenações, a prestação de contas à categoria, com a maior regularidade possível, no que diz respeito aos gastos promovidos pela Diretoria finanças, a constante luta contra qualquer prática de intolerância, preconceito, discriminação, assédio, de agressão dentro do movimento; e a proporcionalidade direta e qualificada da direção da entidade sindical permitindo a pluralidade no debate e na reflexão, com a participação de todas as representações de pensamentos que existem no âmbito da categoria.

O terceiro aspecto referente ao combate aos privilégios indevidos por parte da direção sindical, o Congresso avaliou que é uma situação muito comum aos sindicatos (inclusive aos filiados à CONLUTAS) e que era necessário a adoção de medidas permanentes capazes de combater e controlar esse processo, nas quais foram traduzidas com as seguintes propostas aprovadas pela resolução:

- a) A primeira medida é dar consciência aos trabalhadores da base, acerca deste problema, criar massa crítica na categoria contra os privilégios dos dirigentes e estabelecer, a partir daí, mecanismos de controle por onde a base possa controlar os dirigentes;
- b) Fim das “ajudas de custo” e qualquer sobre salário aos dirigentes sindicais. O dirigente só deve receber da entidade a reposição de gastos que teve a serviço da entidade;
- c) Nenhum diretor do sindicato poderá usar o carro ou qualquer outro aparato do sindicato para seu uso pessoal. Quando ele quiser fazer uso para atividades políticas, não relacionadas diretamente ao sindicato, (carro, telefone, gráfica, etc.) deve ser discutido claramente nas instâncias do sindicato;
- d) O diretor liberado que recebe da entidade e faltar sem justificativa terá seu dia descontado. Se estiver trabalhando não poderá ter seu dia ressarcido pelo sindicato;
- e) Quando houver greve na categoria ou em uma fábrica, e os dias dos grevistas forem descontados, os dias referentes a paralisação serão descontados também da diretoria (no caso de greve da categoria) ou do diretor vinculado a fábrica que parou;
- f) A indenização de diretores ganhas na justiça burguesa deverão em primeiro lugar ser usadas para repor ao sindicato os salários pagos a este diretor enquanto ele permaneceu sem receber os vencimentos da empresa e o sindicato o recompensou;
- g) As diretorias dos sindicatos devem estabelecer relações respeitadas, democráticas e de co-responsabilidade com os funcionários do sindicato. Deve ser estabelecido um critério claro para a discussão dos conflitos que surgirem com os funcionários sindicais: a decisão destes conflitos deve sempre, em última instância ficar a cargo das assembleias das categorias;
- h) Devemos organizar o

rodízio de diretores afastados, sempre buscando manter a máxima quantidade de dirigentes sindicais dentro das fábricas; i) O salário do dirigente sindical que recebe pelo sindicato deve ser o mesmo que ele ganhava na fábrica, na função que ele exercia; os seus aumentos devem ser iguais aos conquistados pela categoria; j) Revogabilidade de mandato de todos os diretores que a base decida que não estão cumprindo seus deveres para com a categoria; k) No início da gestão deve ser realizada assembleia geral da categoria que decida as condições de trabalho dos direitos da entidade, inclusive liberação (por quanto tempo e com que atribuições). E deve haver prestação de contas dos dirigentes, particularmente em relação ao uso da estrutura e recursos das entidades. (...); l) Deve-se limitar o número de mandatos consecutivos dos dirigentes das entidades em, no máximo dois mandatos ou a limitação do número de mandatos consecutivos deve ser decisão a cargo da assembleia de base do sindicato, à luz da realidade de cada entidade e categoria; m) Deve-se limitar a duração do mandato sindical a, no máximo 2 anos de duração. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 25-26)

O quarto elemento sugerido pelo Congresso para debate junto as entidades sindicais filiadas se refere a formação sindical e política das direções sindicais, que pressupõe a *apreensão de bases teóricas, programáticas e políticas, uma formação marxista, que lhes permitam desempenhar bem a sua função à frente dos trabalhadores.*<sup>162</sup> Para cumprir esse propósito, a resolução aprovada propõe:

a) Estabelecer um plano de formação permanente para os dirigentes sindicais; b) Estabelecer um plano de formação permanente para os ativistas de base, adequados às condições (inclusive de tempo) destes companheiros. c) Desenvolver atividades de formação para toda a categoria, através da imprensa sindical, palestras, etc; d) A formação a partir da prática é fundamental. Neste sentido a integração dos ativistas e dos trabalhadores de base na organização (e na condução) das lutas da categoria é fundamental – papel dos comandos de mobilização e de greve; e) Precisamos discutir na Conlutas se não construímos uma escola permanente de formação, que possa prestar serviço a todas as entidades. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 26)

O conjunto de propostas apresentadas acima localizadas dentro de cada um dos quatro elementos citados nesse debate contra o processo de burocratização constituíram de fato um programa prático e referencial para movimento das trabalhadoras e trabalhadores perseguirem cotidianamente. Vale destacar o aspecto positivo referente a capacidade que o Congresso da

---

<sup>162</sup>

Ibdem, pp. 26.

CONLUTAS teve em realizar a autocrítica necessária, compreendendo que o fenômeno da burocratização afeta estruturalmente um conjunto de entidades sindicais filiadas a essa Central, bem como ressaltar a disposição do Congresso em elaborar propostas que visam a necessária superação desse quadro que há tempos caracteriza o movimento sindical no Brasil e no mundo. É possível considerar que essa compreensão crítica de si mesma, em detrimento de um narcisismo ou sentimento purista de que a CONLUTAS e suas entidades filiadas não estariam vinculadas e praticando ações no campo da burocratização; foi positiva para pensar a construção de uma organização alternativa para as lutas da classe trabalhadora.

### **3.2.5 – Conjuntura Internacional e Nacional**

No debate sobre conjuntura internacional, o Congresso avaliou que o quadro internacional, dentro do capitalismo mundial que vivenciava uma crise, estava caracterizado pela ofensiva imperialista para atender os interesses das grandes transnacionais. O texto da resolução aprovada pelo Congresso afirma:

Há um quadro de polarização da luta de classes em todo mundo, que deve se intensificar no próximo período, com o início de mais uma crise mundial da economia capitalista. Num pólo, encontra-se a ofensiva imperialista, o aumento da exploração e o ataque generalizado às condições de vida dos trabalhadores e dos povos oprimidos; o saque das riquezas e recursos naturais dos países periféricos, o uso da força militar para impor os interesses das grandes transnacionais. No outro pólo, há uma resistência crescente das massas. Lutas, rebeliões, insurreições, em todos os continentes. A crise da economia mundial e o aumento da fome e da exploração devem ampliar e intensificar esse quadro. Hoje, apesar do aparato militar utilizado pelos EUA e aliados no Oriente Médio, os imperialistas foram derrotados no Líbano, não conseguem controlar a situação na Palestina e estão frente a uma eventual derrota no Iraque. Isto é expressão desta polarização e demonstra que o imperialismo pode muito, mas não pode tudo. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 1)

Essa resolução mais geral sobre a conjuntura internacional, pautada no debate sobre a crise internacional do capitalismo que se manifestava naquele momento nos Estados Unidos da América, contou com um amplo consenso dentro do Congresso. As avaliações destacavam o fato de que a crise naquele período, afetava uma forte potência imperialista o que a tornava

mais séria e grave. A compreensão comum é que os efeitos dessa crise recaiam nas classes trabalhadoras afetando a suas condições de vida. O texto da resolução afirma que:

Os governos dos países imperialistas já gastaram mais de U\$ 600 bilhões para tentar frear a crise financeira mundial aberta com o fim da "bolha especulativa" no mercado imobiliário dos EUA e outros países. Eles estão dispostos a fazer tudo para salvar os bancos e as corporações envolvidas nesta especulação, mas não para resolver a fome no mundo. Pelo contrario, o aumento dos preços dos alimentos e demais matérias primas é uma das formas com que as burguesias tentam livrar-se das conseqüências dessa crise, fazendo com que os trabalhadores paguem os seus custos, rebaixando salários na forma de aumento dos preços. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 1)

A polêmica no debate sobre conjuntura internacional, se residiu na análise da conjuntura política da América Latina, em especial levando em consideração, a caracterização sobre os governos na Bolívia, Venezuela e no Equador. O Congresso optou por:

[...] não votar um posicionamento enquanto entidade a favor ou contra os governos Hugo Chavez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), na medida em que há diferenças sobre esse tema e ainda não há amadurecimento suficiente desse debate na Conlutas. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 6)

Houve uma compreensão no Congresso de que após a execução na década de 1990 de uma política que intensificou a precarização das condições de trabalho e de vida da população nos países da América Latina, e que intensificou a condição econômica dependente subalterna desses países, se constituiu um cenário de ampliação das lutas sociais e levantes populares, que teve como consequência a derrota de candidaturas relacionadas diretamente com o projetos neoliberais. O que não foi consenso se referiu a qual caracterização poderia se fazer dos Governos de Hugo Chaves na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador. Seriam esses, governos anticapitalistas e anti-imperialistas, ou seriam governos “nacionalistas burgueses”, de colaboração de classes? Esses governos chegaram a promover rupturas parciais com o capitalismo e com suas tendências imperialistas ou não? As teses apresentadas ao Congresso da CONLUTAS não se aprofundaram muito na caracterização

política desses governos, vale destacar que a tese majoritária caracterizava esses governos como “burgueses e de conciliação de classes”<sup>163</sup>, mas além do Congresso não deliberar nenhum posicionamento da CONLUTAS a respeito desse tema, o Congresso encaminhou que:

[...] a Conlutas deve praticar um internacionalismo proletário ativo, realizar campanhas e desenvolver a solidariedade ativa às lutas, como temos feito pela retirada das tropas estrangeiras do Haiti; (...) reafirmar o princípio de independência e não atrelamento a nenhum governo; (...) ampliar o debate interno sobre a natureza desses governos. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 6)

Esses encaminhamentos possibilitaram manter um processo de unidade dentro da Central entre os diversos setores que possuíam avaliações divergentes sobre a caracterização desses governos na América Latina, mantendo a sua perspectiva de autonomia a qualquer governo, e indicando a necessidade da Central avançar nesse debate. Com essa perspectiva o Congresso reafirmou as bandeiras de sua convocatória, que contemplava:

- Pela nacionalização sem indenização, e sob controle dos trabalhadores, dos recursos naturais na América Latina e no Caribe (hidrocarbonetos, metais preciosos, ferro, água, biodiversidade e outros); - Por emprego e salário digno para todos; - Contra a criminalização dos movimentos sociais; Abaixo a repressão às lutas e organizações dos trabalhadores; - Contra as reformas neoliberais; - Contra as privatizações dos serviços públicos e empresas estatais; - Não pagamento das dívidas externas e internas; - Contra os TLCs (tratados de livre-comércio) na América

---

<sup>163</sup> Esse trabalho não realizará um debate sobre a caracterização de nenhum dos governos da América Latina, em especial os governos da Venezuela, Bolívia e Equador. Porém cabe ressaltar que a avaliação da tese majoritária no Congresso da CONLUTAS a respeito dos governos dos países citados acima, é de que os mesmos não haviam avançado estruturalmente a favor dos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores, e que a resistência às políticas impostas pelo capitalismo global eram apenas *no campo do discurso* (sic). Registra-se a discordância do autor com essa avaliação e destaca-se que o complexo, contraditório e vigoroso processo político na Venezuela, Bolívia e Equador nesses últimos 15 anos, que tiveram avanços e limitações, merecem uma análise profunda da historiografia latino-americana. Para o debate sobre as polêmicas a respeito das caracterizações desses governos, ver AZZELLINI (2012), CARUSO (2015), CAPUTO, GALARCE (2015), CHÁVEZ FRIAS (2013), DENIS (2001), ELLNER (2014), FERREIRA (2011, 2012), LOPES (2013), LOPEZ-MAYA (2010), MARINGONI (2009), MENON (2012), MÉSZÁROS (2006), ROCHA (2015), ROSA (2013), SALGADO (2015), SEABRA (2012) e TAVARES (2015).

Latina e Caribe; - Fora as tropas estrangeiras do Haiti; - Fora o imperialismo da América Latina e Caribe. Por uma verdadeira independência dos povos de nossa região; - Abaixo todas as formas de exploração e opressão do capitalismo contra os trabalhadores; - Viva o internacionalismo proletário! (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 6)

Sobre a conjuntura nacional, o Congresso da CONLUTAS pautou o debate sobre a dívida externa e interna do país, apresentando severas críticas ao fato do Governo Lula ter informado nos grandes veículos de comunicações, que havia pagado a dívida externa do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com uma conotação de avanço na superação da condição de dependência subalterna da economia brasileira. O movimento social Auditoria Cidadã da Dívida, avaliou que na realidade, *a parte da dívida externa que foi paga corresponde somente à que devíamos ao FMI*, e a economista Maria Lúcia Fattorelli afirmou em entrevista que:

Em 2005, a dívida externa pública excedeu os 200 mil milhões de dólares e somente 15,5 mil milhões de dólares foram pagos antecipadamente ao FMI. É evidente, portanto, que toda a dívida não foi reembolsada. Ademais, este pagamento foi muito desfavorável em termos financeiros, dado que a dívida com o FMI era relativamente barata, com taxas de juros de 4% por ano. Para saldar esta dívida, o Brasil emitiu de maneira acelerada: títulos da dívida externa a taxas de juros bem mais elevadas, de 7,5 a 12% ao ano, e títulos da dívida interna, remunerada a taxas muito altas de 19% ou mais à época. Ocorreu, portanto, uma grande contradição, que qualificamos de inexplicável: pagamos antecipadamente, e sem qualquer benefício ou redução, uma dívida a 4% de taxa de juros e a substituímos por uma dívida muito mais onerosa (com taxas de 7,5% no mínimo para a dívida externa e mais de 19% para a dívida interna). Resumidamente, a dívida tem simplesmente mudado de mãos. Paramos de dever ao FMI para dever àqueles que adquiriram os títulos da dívida interna e externa. E como se não fosse o suficiente substituir uma dívida barata por uma dívida mais cara, não estamos livres dos ditames do FMI, tal como a obrigatoriedade de produzir um superávit primário (que não visa outra coisa que a reserva de recursos para o pagamento dos juros da dívida), as privatizações, a manutenção da liberdade de circulação dos capitais, entre outros.<sup>164</sup>

---

## 164

Ver entrevista realizada por Stéphanie Jacquemont, com a economista Maria Lúcia Fattorelli, “O problema da dívida do Brasil não foi resolvido: no governo Lula agravou-se ainda mais” disponível em: [http://resistir.info/brasil/fattorelli\\_08fev11.html#notas](http://resistir.info/brasil/fattorelli_08fev11.html#notas) (Acesso realizado em 1/11/2016)

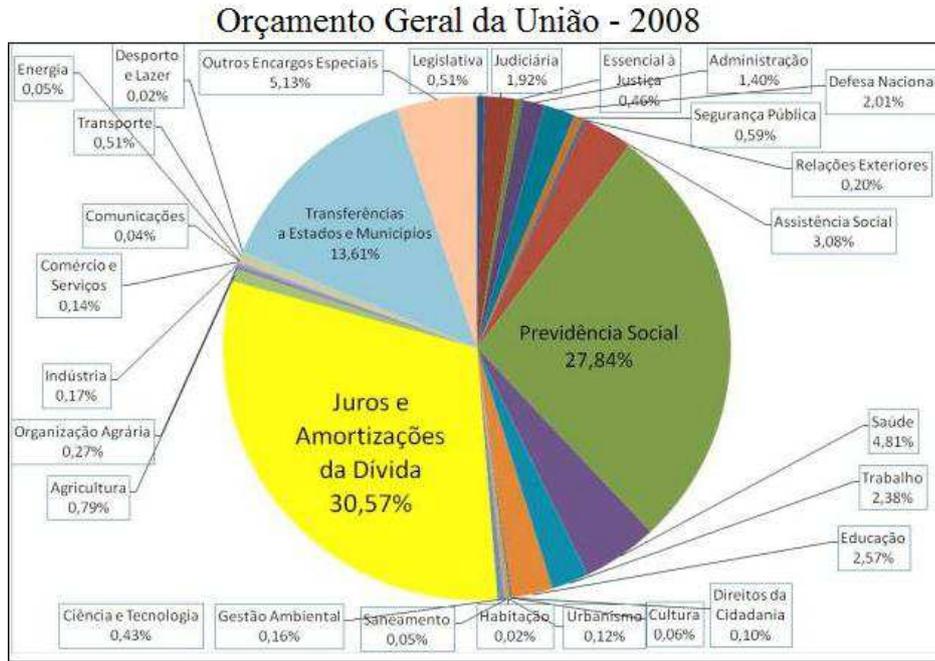
É possível compreender que houve uma espécie de conversão do formato de dívida externa para o de dívida pública e não de pagamento total do montante da dívida externa. Essa compreensão implica avaliar que a economia brasileira durante o segundo mandato do Governo Lula continuou destinando um considerável montante de recursos públicos para o pagamento de juros e serviços da dívida pública aos bancos nacionais e transnacionais. O texto da resolução do Congresso da CONLUTAS considerou que:

[...] hoje os títulos da dívida pública interna do país garantem aos banqueiros e investidores a maior remuneração do mundo, que é assegurada por uma das maiores taxas de juros praticadas no mercado internacional, sendo que esses lucros são ainda mais assegurados porque aos investidores é garantido uma vergonhosa isenção de pagamento de imposto de renda; Que segundo dados do próprio governo, nos primeiros três meses de 2008, o superávit primário (incluindo União, Estados e Municípios) foi de R\$ 43 bilhões, enquanto o governo federal gastou apenas R\$ 7,3 bilhões em saúde, R\$ 3,1 bilhões em educação e somente R\$ 109 milhões em reforma agrária. Que o “mágico momento” a que se referiu o governo Lula na ocasião, na verdade é mágico para banqueiros e fundos de pensão “que nunca antes nesse país” lucraram tanto. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 8).

Os dados que demonstram os gastos do Orçamento Geral da União nos anos de 2008, 2009 e 2010, demonstram que a política econômica brasileira não se alterou, e que não houve a superação de gastos de dívidas com bancos. Conforme demonstra o gráfico 1, em 2008 o governo Lula destinou 30,57% dos recursos do Orçamento com o pagamento dos serviços e juros da dívida, que equivaleu a R\$ 282 Bilhões de reais. O Gráfico 2 aponta que 35,57% dos recursos do Orçamento da União, foi comprometido com o pagamento dos serviços e juros da dívida (excluindo o refinanciamento da dívida) e equivalendo a R\$ 1,068 trilhão de reais. E o Gráfico 3 demonstra que 44,93% dos recursos do Orçamento de 2010 foram destinados para o pagamento dos serviços e juros da dívida pública, equivalendo R\$1,414 trilhão de reais.

**Gráfico 2**

Orçamento Geral da União- 2008

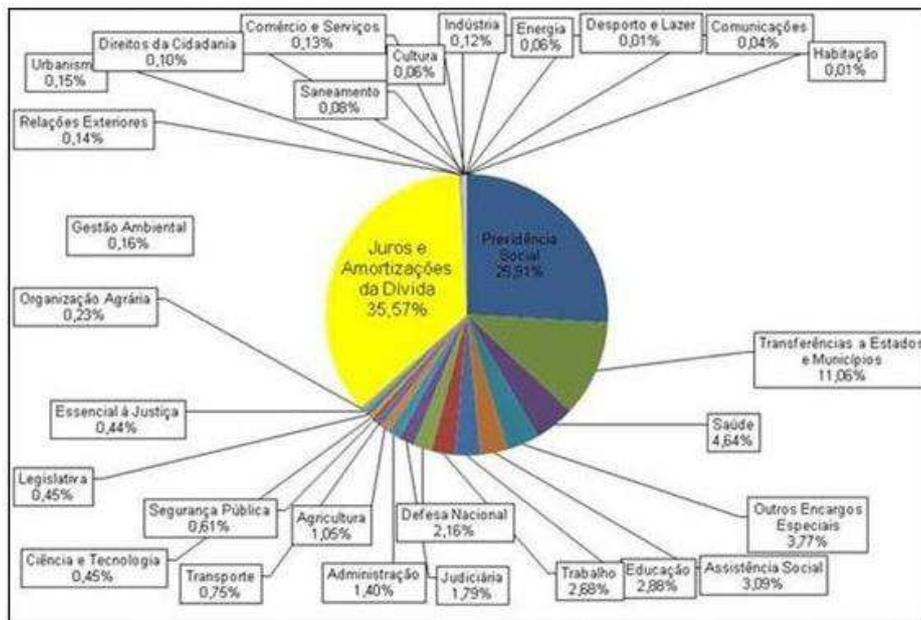


Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access para download (Execução do Orçamento da União) - Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>.  
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

**Gráfico 3**

Orçamento Geral da União - 2009

Orçamento Geral da União - 2009 (Total = R\$ 1,068 trilhão)



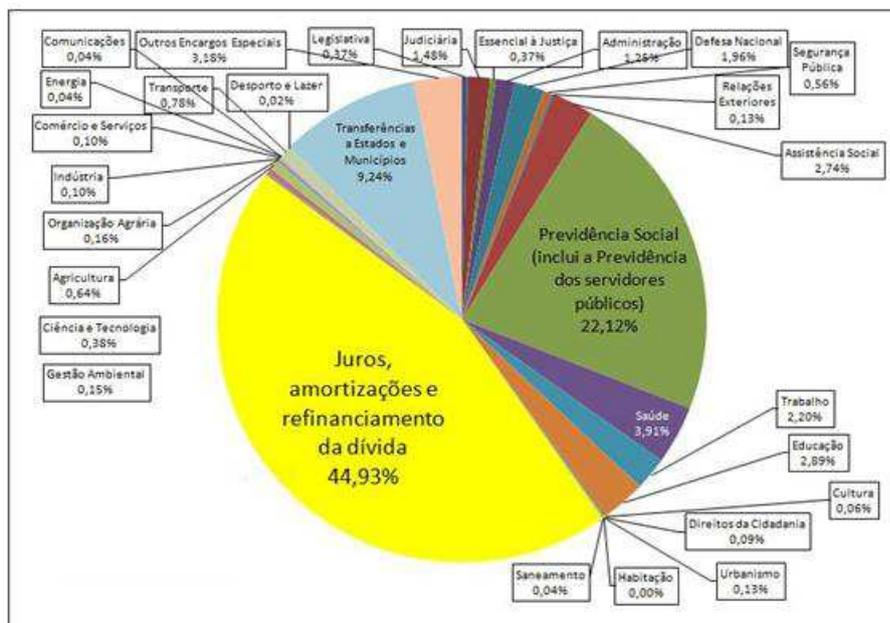
Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access para download (Execução do Orçamento da União) - Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>.  
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Observação: O Gráfico não considera o pagamento de amortizações da dívida por meio da emissão de novos títulos.

## Gráfico 4

Orçamento Geral da União – 2010

### Orçamento Geral da União - 2010 - Total: R\$ 1,414



Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access para download (Execução do Orçamento da União) - Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>.

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Observação: O Gráfico não considera o pagamento de amortizações da dívida por meio da emissão de novos títulos.

Os gráficos acima demonstram que, ao contrário do que foi afirmando pelo Governo Lula de que o Brasil havia superado a sua política econômica de dependência externa caracterizada pela destinação de recursos do Orçamento Geral da União para o pagamento da dívida externa, o que ocorreu de fato foi uma conversão da dívida externa em dívida pública, ampliando significativamente de 2008 à 2010, a quantia de recursos destinados ao pagamento dos serviços e juros da dívida pública, que atendeu as demandas e os interesses das frações do capital fictício no país. Nesse sentido, o Congresso da CONLUTAS deliberou por:

Fazer campanha nacional, com cartilhas, cartazes, etc. pelo não pagamento da dívida externa e interna; Orientar a todos os sindicatos filiados ou que estão ajudando a construir a Conlutas, oposições e movimentos sociais, a desenvolverem em suas frentes de atuação referida campanha; Organizar seminário internacional no Fórum Social Mundial,

a ser realizado em Belém-PA em Janeiro de 2009, para debater referido tema e organizar campanha continental contra a dívida. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 8).

O Congresso da CONLUTAS avaliou que o Governo Lula/PT foi eleito diante de um intenso desgaste político contra os anos de neoliberalismo do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que retiraram direitos sociais do conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores. A caracterização desse processo político foi de que a população elegeu Lula buscando por mudanças políticas e sociais, mas que após assumir o Governo, *Lula manteve a política econômica de FHC e do imperialismo*.<sup>165</sup> O Congresso avaliou que:

[...] favorecido por um ciclo de crescimento econômico mundial e aplicando medidas sociais compensatórias, o governo Lula pode manter uma razoável popularidade, que tem sido utilizada para atacar os trabalhadores, seus direitos e a soberania do país. Lula governa para a burguesia e o imperialismo contra os trabalhadores. Mesmo no quesito corrupção, seu governo não fica atrás das experiências burguesas. Não é, portanto, um governo dos trabalhadores e nem está em disputa, como muitos defenderam e defendem. O governo Lula, o PT e seus aliados, como o PCdoB, acusam os que lhes fazem oposição pela esquerda, de “fazerem o jogo da direita”. Mas quem faz jogo da direita é este governo e seus defensores, quando aplicam no país o receituário da burguesia e do imperialismo. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 9).

A reflexão pautou ainda sobre a ofensiva por retirada de direitos, mediante a intenção do Governo em aprovar as contra-reformas sindical, trabalhista e previdenciária (com o veto ao projeto que derruba o Fator Previdenciário) visando atender os interesses das frações do capital, bem como a corrosão salarial provocada pela inflação e a adoção de mecanismos por parte do empresariado e dos governos municipais, estaduais e federal no sentido de criminalizar e perseguir ativistas e organizações da classe trabalhadora.<sup>166</sup> Que na essência, o primeiro mandato Lula construiu estruturalmente uma relação amistosa com as frações do capital, e que no segundo mandato se aprofundou a política de subserviência aprofundando o famigerado projeto neoliberal, mantendo uma política de valorização da dívida interna que

<sup>165</sup> Ver Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, p. 9

<sup>166</sup> Ver Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, p. 10

naquele período chegou a mais de 1 trilhão de reais, de modo que apenas com o pagamento de juros e amortizações das dívidas interna e externa no ano de 2007 retirou do Orçamento Geral da União o montante de R\$ 237 bilhões, ao passo que o investimento na saúde foi de R\$ 40 bilhões (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 11). Portanto, o Congresso avaliou que:

[...] na conjuntura atual está colocada a necessidade de um segundo semestre de lutas e de lutas unificadas em defesa dos salários e dos direitos. A ação direta é a ação prioritária que os trabalhadores têm para defender seu salário, seus direitos e para mudar o país. É necessário enfrentar o governo e os patrões para não sermos nós trabalhadores a arcarmos com os custos da crise, tendo como horizonte a ruptura do Brasil com o imperialismo, a derrota da burguesia e da exploração, a conquista de uma segunda independência nacional, na via da construção do poder dos trabalhadores e do socialismo. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 10).

Assim, o Congresso reafirmou que a CONLUTAS se configurava como uma Central de oposição de esquerda aos governos municipais, estaduais e federal, com a necessária tarefa de *organizar a luta para derrotar o projeto comum que os une* (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 10). Com essa perspectiva, o Congresso deliberou por:

Reafirmar que somos oposição de esquerda intransigente ao projeto neoliberal implementado pela coalizão do PT e PMDB, representado por Lula e que também somos oposição à “falsa oposição de direita” encabeçada pelo PSDB e DEM; Envidar esforços no sentido de, junto com as outras entidades e organizações como a Intersindical e o MST, buscar a mais ampla unidade na luta, impulsionando o chamado para que o povo se mobilize para derrotar o projeto neoliberal de fome e miséria de Lula e do FMI; Apoiar as mobilizações da juventude, dos trabalhadores sem-teto, sem terra, do campo e da cidade, seja por mais verbas para educação, contra as Fundações Privadas, contra a reforma universitária, por moradia, por Reforma Agrária, por reajuste salarial e por melhores condições de trabalho. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 12).

E para a organização das lutas, o Congresso aprovou a busca da unidade e construção em conjunto com a Intersindical e demais centrais sindicais um plano de ações comuns, visando construir campanhas salariais unificadas já no segundo semestre daquele ano e ações de mobilização das trabalhadoras e trabalhadores em luta na defesa dos direitos sociais. E para isso, destaca-se algumas premissas que a CONLUTAS deliberou por apresentar para a Intersindical e demais centrais sindicais, visando construir essa plataforma comum de mobilizações e lutas:

- Por aumento geral dos Salários e das Aposentadorias!
- Gatilho – reajuste automático dos salários de acordo com a inflação!
- Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário e sem retirada de direitos!
- Pelo fim do banco de horas
- Pelo fim do Fator Previdenciário!
- Legalização da organização de base. Direito e regulamentação dos delegados sindicais em todas as empresas
- Não à criminalização dos movimentos sociais. Pleno direito de greve!
- Contra o REUNI e as reformas neoliberais de LULA/FMI!
- Em defesa dos servidores e do serviço público; Mais verbas para a saúde e educação!
- Por um plano público de construção de moradia popular e redução da tarifa de energia!
- Reforma agrária, sob o controle dos trabalhadores!
- Não à transposição do rio São Francisco.
- Contra a opressão e discriminação das Mulheres, Negros e GLBTTs; incorporar suas demandas às reivindicações gerais
- contra o pagamento das dívidas externa e interna
- Estatização, sem indenização, do sistema financeiro
- Pela imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti !
- Exigir do governo a redução e o congelamento dos alimentos da cesta básica.
- Construir um movimento nas periferias urbanas contra a carestia e o aumento do custo de vida.
- Não a construção de hidrelétricas no Rio Madeira;
- Não a privatização das florestas publicas brasileiras;
- Contra qualquer tipo de terceirização nos setores públicos e privados que retiram direitos.
- Luta pela realização de concursos públicos para acabar com a terceirização no setor publico.
- Que a Conlutas se engaje na luta dos servidores públicos uma campanha contra a PLP 92 (Fundação Estatal de Direito Privado) com ênfase nos hospitais Federais de Ensino, retirando leitos da população carente para a iniciativa privada. Pela revogação da portaria 04/2008.
- Fora as tropas brasileiras do Haiti. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 10-15).

Para além de propor a construção de processos de lutas e mobilizações em conjunto com a Intersindical e outras centrais sindicais, o Congresso da CONLUTAS pautou a necessidade de que esses processos promovam sínteses, de modo que se avance para uma unificação orgânica rumo a construção de uma nova Central, de um novo instrumento de luta e organização das trabalhadoras e trabalhadores, democrática, autônoma aos governos, e classista; tendo como protagonistas a Intersindical e outros setores do movimento sindical e popular.

Sobre as eleições municipais agendadas para Outubro de 2008, o Congresso da CONLUTAS reiterou a perspectiva estratégica de que os processos eleitorais não são os instrumentos centrais que devem guiar a agenda das trabalhadoras e trabalhadores, mas sim a ação direta e organização na base, como ações prioritárias. Com essa perspectiva, a avaliação é de que qualquer ação institucional deve estar subordinada aos interesses da ação direta e ser auxiliar dela. O Congresso considerou que:

E este é um princípio fundamental para aqueles que visam realmente uma transformação social do país e do mundo e não apenas reformas nos marcos desse sistema capitalista. É também uma das principais lições a ser extraída do processo de degeneração do PT e da CUT. Sendo a ação institucional e a participação nas eleições uma ação que deve se subordinar à ação direta, à mobilização, não quer dizer que não seja importante. É importante e é dever das organizações dos trabalhadores responderem também neste terreno. Enquanto os trabalhadores massivamente participarem das eleições burguesas é dever das organizações dos trabalhadores se posicionarem perante as mesmas para fazer com que a classe trabalhadora e a maioria do povo pobre e oprimido avance em consciência de classe, luta e organização. Por isso, posturas de neutralidade ou de negação de tais processos, quando as massas ainda participam deles, longe de ajudarem na ruptura delas com a burguesia e o regime de dominação, o reforça, isolando, isso sim, as organizações classistas das massas. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 13).

O encaminhamento do Congresso ao passo que reitera que os processos eleitorais não se configuram como o melhor instrumento de transformação social a ser adotado pela agenda política das trabalhadoras e dos trabalhadores, também não ignora esses processos e/ou não negam, compreendendo portanto a importância da participação de ativistas e militantes que defendem os interesses da classe trabalhadora nesse processo. O Congresso não deliberou por apoiar algum partido em específico, mas sim ressaltar a necessidade de orientar as

trabalhadoras e trabalhadores a não se iludirem com candidaturas que se aliam com setores do capital e que não pautam explicitamente a estratégia socialista. Assim, diante da conjuntura política polarizada pelo campo construído nacionalmente pelo PT, Partido Republicano Brasileiro (PRB), PCdoB e Partido Liberal (PL) de um lado, e por outro campo construído nacionalmente pelos setores tradicionais da direita brasileira liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Popular Socialista (PPS), tendo um terceiro campo com pouca inserção social, constituído por PSOL, PSTU e PCB, que não estava articulado de norte a sul do país para disputar as eleições municipais daquele ano, o Congresso avaliou que:

Para os trabalhadores, nas eleições, o melhor seria poder contar com um pólo de classe, uma frente classista (entre os partidos da classe trabalhadora, que estão em oposição ao governo de coligação com a burguesia, do PT, e também contra a oposição de direita). Nesse sentido, o correto seria a Conlutas se posicionar pela reedição da Frente de Esquerda (PSTU-PSOL-PCB), que disputou as eleições passadas e também debater um programa classista junto a esta frente. No mesmo sentido, essa Frente e Partidos deveria ceder democraticamente suas legendas aos ativistas e lutadores do movimento, que não são de nenhum destes partidos legalizados, se quisessem concorrer. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 13).

E o Congresso deliberou por:

- Não votar neste Congresso um posicionamento da entidade em defesa da Frente de Esquerda por não haver um acúmulo de debate entre todos e haver diferenças;
- Mas indicar que os trabalhadores nas eleições façam uma opção de classe e votem nos candidatos dos Partidos da classe que sejam oposição ao governo;
- E oferecer aos candidatos da classe o programa e plataforma de reivindicações e luta que a Conlutas defende;
- Por uma política que expresse a independência de classe frente às eleições do Estado burguês: Nenhum apoio aos partidos burgueses, nem aos partidos de “esquerda” que praticam a conciliação de classe.
- Que a Conlutas se posicione por uma política de independência de classe nas eleições! (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 13-14).

Diante da conjuntura em que os dois principais campos políticos não simbolizavam projetos de rupturas sistêmicas ou rupturas com a ortodoxia econômica neoliberal, a resolução aprovada pelo Congresso, apontou para o diálogo da CONLUTAS no processo eleitoral dentro do campo de oposição de esquerda ao Governo Lula; demonstrando que os reflexos do processo de reorganização sindical proposto pela CONLUTAS que se opunha aos projetos do PT e do PCdoB nesse campo de atuação, teve também consequências no plano eleitoral e institucional.

### 3.2.6 – Opressões

O Congresso da CONLUTAS, seguindo a perspectiva política que caracterizou o movimento desde o seu surgimento em 2004, debateu e aprovou resoluções que tratam da luta contra o machismo. O Congresso considerou o acúmulo de debate realizado durante o 1º Encontro Nacional de Mulheres da CONLUTAS, realizado nos dias 19, 20 e 21 de abril de 2008, que contou com a participação de 821 delegadas e 211 observadoras, dirigentes de entidades e trabalhadoras da base, de diversos Estados do país representando 228 sindicatos, 378 oposições, 147 movimentos e 261 jovens<sup>167</sup>, e que este encontro contou com uma perspectiva classista e aprovou resoluções no sentido de fazer avançar a luta das mulheres trabalhadoras, o Congresso da CONLUTAS ratificou as resoluções votadas durante o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres da CONLUTAS. As resoluções contemplam temas relacionados a mulher no trabalho, nos movimentos sociais e sindicais, a mulher camponesa, a descriminalização e legalização do aborto, a violência contra a mulher, a mercantilização do corpo da mulher, a formação cultural e ideológica das mulheres na sociedade capitalista, a mulher lésbica, a mulher jovem, a mulher negra e a política de cotas nas diretorias dos sindicatos e entidades estudantis proporcionais ao número de mulheres na base.

Nas resoluções do Congresso consta a criação de Secretaria de mulheres em todos os sindicatos e entidades vinculadas à CONLUTAS, ou departamentos, comissões que tenham a tarefa de mobilizar a parcela feminina da base sindical, popular e estudantil, sendo que:

---

<sup>167</sup> Ibidem. p. 43.

[...] suas decisões devem ser discutidas e implementadas por toda a diretoria (homens e mulheres) e pelos ativistas (homens e mulheres) de vanguarda e estendida para toda a base; (...) que a principal tarefa das Secretarias de Mulheres é traçar uma política de discussão, formação e mobilização para as mulheres da categoria, da base, conversando com as mesmas, levantando palavras de ordem que reflitam seus principais problemas. Para isso é fundamental a organização de reuniões onde as companheiras de base possam expor o que pensam. Além dos problemas comuns a todas as trabalhadoras – desigualdade salarial entre os sexos, falta de oportunidades profissionais, desrespeito das garantias trabalhistas proporcionadas às mulheres, ausência de creche, assédio sexual e moral, etc. -, cada categoria tem suas demandas específicas, que devem ser avaliadas. (...) que para politizar a luta das mulheres, debates e palestras devem ser organizados com frequência. Artigos periódicos devem ser reproduzidos nos jornais sindicais, sempre refletindo a necessidade da base. As bandeiras mais gerais do movimento de mulheres devem ser levantadas no momento e as denúncias trazidas pelas companheiras. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 42-43).

A resolução aprovada no Congresso da CONLUTAS prevê ainda a construção de um movimento classista e socialista de mulheres trabalhadoras para se constituir como uma alternativa às organizações governistas e de conciliação de classes, para avançar na organização da luta das mulheres no combate a exploração e opressão.

Sobre a luta contra o racismo, o congresso da CONLUTAS resgatou a resolução do 1º Encontro Nacional de Negros e Negras da CONLUTAS realizado nos dias 2/11/2007 à 4/11/2007<sup>168</sup>, pautando a necessidade de promoção de políticas públicas por parte do Estado que promova as reparações, com cotas e políticas afirmativas, com a implantação de cotas no mercado de trabalho e na educação, com a alteração do modelo de segurança pública visando superar a violência policial. A resolução contempla a necessidade de construir com o movimento negro:

[...] um projeto de reparações à população negra, combinada com a luta pelo não pagamento da dívida externa e a mobilização rumo ao socialismo. É importante reconhecer que o Estado brasileiro tem uma dívida com o povo negro, não só em função da escravidão, mas também em função do período pós-abolição. (...) Neste projeto, é importante denunciar as políticas compensatórias de FHC e, particularmente, de

---

<sup>168</sup> Participaram do 1º Encontro Nacional de Negros e Negras da CONLUTAS, 469 delegados credenciados, 86 convidados e 33 observadores representando 11 estados do país mais o Distrito Federal.

Lula, como o Bolsa Família, a Bolsa Escola e outros projetos que o movimento negro governista quer “vender” como projeto de reparações, quando na verdade, são um amontoado de políticas assistencialistas e clientelistas, que, contudo, estão na base do apoio que Lula tem entre negros e negras, majoritário entre os mais pobres e dependentes destas migalhas.

É possível avaliar que parte do texto dessa resolução ficou restrito, ao afirmar simplesmente que o Bolsa Família, o Bolsa Escola e outros projetos adotados pelo então Governo Lula, se configuravam apenas como “um amontoado de políticas assistencialistas e clientelistas”, e não considerar dois aspectos importantes que são: 1) Esses projetos foram importantes para garantir a sobrevivência de milhares de pessoas, 2) O grande problema político e econômico do país, não se centrava nesses importantes projetos, mas sim na política econômica do Governo que destinava em média naquele período, 35% do Orçamento Geral da União para o pagamento dos serviços e juros da dívida pública, beneficiando as frações do capital fictício que atuavam (e atuam ainda) dentro do país. Esses dois aspectos, devem estar articulados com a crítica de que os programas assistenciais devem ter caráter progressivos, provisórios e combinados com outras políticas de reforma agrária, reforma urbana, distribuição de renda, de emprego e taxação das grandes fortunas, para que se possa desenvolver plenamente o país, nos aspectos políticos, sociais e econômicos.

A resolução aprovada no Congresso prevê também:

- Que nos próximos eventos da Conlutas tenha espaço para discutir religião, cultura e consciência negra;
- Que o GT de Negros e Negras Nacional da Conlutas faça cursos para discutir religião e cultura afro;
- Buscar divulgar o GT da Conlutas junto a grupos culturais afro, como grupos de dança, música, terreiros de candomblé, teatro, etc;
- Que a Conlutas reivindique que a dança afro seja reconhecida como patrimônio histórico de contribuição para a sobrevivência da dança capoeira; que o Sindicato da dança volte a fazer provas para formar bailarinos afros, pois segundo o próprio sindicato não há bailarinos para se formarem;
- Imprensa sindical a serviço e que atenta as denúncias de abusos, violência policial, patronal, assassinatos que atinjam os trabalhadores e negros;
- Estabelecer cotas raciais nas empresas. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 50).

E sobre as intenções do Governo Lula em realizar reformas mais estruturais na política e na economia brasileira, a resolução afirma que:

Contra as Reformas neoliberais do governo Lula e por uma política de ações afirmativas, para que os quilombolas e as populações das cidades e do campo possam viver dignamente - saúde, educação, moradia, terra e trabalho; (...) É preciso envolver o movimento negro na luta contra as reformas, pois são os trabalhadores negros que sofrem com a implementação delas. A idéia mentirosa de que a Previdência é deficitária, serve para impor um arrocho maior na Previdência, para garantir o pagamento dos juros da dívida pública. Assim, trabalhadores negros que recebem aposentadorias menores tenderão a sofrer mais arrocho principalmente com a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo. O aumento da idade mínima da aposentadoria na prática corre o risco de recolocar os negros na situação da escravidão; A reforma Trabalhista é mais uma reforma que serve para enriquecer os ricos às custas do aumento da exploração dos mais pobres. Tirar férias, 13º, licença-maternidade das mulheres é um absurdo. Os trabalhadores negros que recebem em média metade do salário dos brancos sem esses direitos terão mais perdas. (...) Fim do trabalho escravo. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 50).

A importância dessa resolução reside na avaliação de que a população negra seria a mais afetada diante de políticas que retiram direitos sociais; bem como na proposição da CONLUTAS em realizar um trabalho de mobilização e conscientização com essa fração da classes trabalhadora, para avançar na luta contra o conjunto de propostas que visam a retirada de direitos sociais.

No debate sobre a luta contra a homofobia,<sup>169</sup> o Congresso da CONLUTAS resgatou o debate acumulado pelo GT GLBT em suas últimas plenárias nacionais do GT que ocorreram em Março e Maio de 2008. O Congresso aprovou a Manutenção e fortalecimento do GT GLBT da CONLUTAS como pólo de aglutinação, organização e elaboração de pautas dos trabalhadores e

---

<sup>169</sup> Em 2008, até um mês antes da realização do Congresso Nacional da CONLUTAS o movimento nacional de luta contra a homofobia e a transfobia utilizava a sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) como identificação. A sigla utilizada pela CONLUTAS no relatório das resoluções de seu 1º Congresso é a “GLBT”. A partir de Junho de 2008, o movimento nacional de luta contra a homofobia e a transfobia passou a utilizar a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Assim, será utilizada nesse tópico, a sigla desatualizada GLBT, uma vez que é dessa forma que consta no relatório do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS disponibilizado pela SEN da CONLUTAS. Vale ressaltar que em 2009, já encontra materiais da CONLUTAS utilizando a sigla LGBT.

trabalhadoras GLBTs, bem como aprovou a realização do Primeiro Encontro Nacional GLBT da Conlutas no ano de 2009, para a discussão e aprovação de um programa e plano de lutas<sup>170</sup>.

A resolução do Congresso da CONLUTAS afirmou categoricamente que *gays e lésbicas da classe trabalhadora seguem sofrendo com o preconceito, a violência, a exploração e perseguição nos locais de trabalho e estudo e nas periferias*,<sup>171</sup> e avaliou que é necessário:

[...] construir um movimento que resgate o caráter de luta do que foi o movimento homossexual há décadas atrás, bem como que rompa com o isolamento dos demais movimentos sociais, buscando o diálogo e a unidade com as entidades e movimentos do conjunto dos explorados e oprimidos do país. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 50).

O Congresso reafirmou também que a CONLUTAS era única entidade capaz de agregar os mais diversos setores na *luta contra as mazelas da atual sociedade, a exploração, o preconceito e a discriminação dos quais tanto se beneficiam as classes dominantes*, bem como expressou a compreensão de que *as ideologias racistas, machistas e, particularmente, homofóbicas estão disseminadas no conjunto do proletariado*, e que caberia a CONLUTAS a tarefa de combater tais ideologias discriminatórias, e de construir cotidianamente uma nova cultura no movimento sindical e popular, articulando as pautas gerais e específicas do movimento GLBTs, unificando assim o conjunto da classe trabalhadora na luta contra a exploração capitalista, contra o machismo e principalmente contra a homofobia. O texto da resolução afirma ainda que:

Temos orgulho de afirmar que somos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, que somos trabalhadores, que somos conscientes de nosso papel transformador junto à nossa classe, e que, por isso, somos os portadores do futuro. Estamos espalhados pelo país inteiro, e demos um passo decisivo em nossa organização, a partir da estruturação do GT nacional e dos GTs estaduais. Com isso, pretendemos disputar a consciência dos demais GLBTs trabalhadores que hoje estão sob a influência dos setores atrelados ao governo e à Indústria da opressão, construindo um verdadeiro campo classista, independente e combativo no movimento homossexual brasileiro. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 50).

---

<sup>170</sup> Ver Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 50.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

Alguns encaminhamentos aprovados no Congresso que já serviriam como orientação para a ação das entidades filiadas à CONLUTAS, foram:

- União civil já!
- Extensão de todos os direitos dos casais heterossexuais aos casais homossexuais (direitos previdenciários, de herança, crédito conjunto e todos os demais direitos)
- Pelo direito de adoção por casais homossexuais!
- Pela criminalização da homofobia!
- Contra a opressão e o assédio moral nos locais de trabalho, estudo e no ambiente familiar!
- Contra a violência sexual!
- Por uma educação com orientação sexual baseada no combate à homofobia, no respeito à diversidade e voltada para a prevenção das DSTs.
- Contra toda forma de homofobia institucional oriunda do Estado (no alistamento militar, nos bancos de doação de sangue, etc).
- Contra as reformas neoliberais do governo.
- Pela construção de um campo classista, independente e combativo no movimento homossexual brasileiro.
- Pela retomada do caráter combativo do “Dia de Orgulho Gay e Lésbico”, 28 de junho.
- Pela democracia no movimento GLBT nacional, contra a monopolização e privatização das lutas.
- Elaborar campanha contra homofobia nos Sindicatos e Escolas.
- Divulgar nacionalmente as principais reivindicações desse movimento social.
- Exigir dos poderes públicos e da sociedade, divulgação dos crimes de ódio e discriminação por orientação sexual, bem como punir os responsáveis por tais crimes.
- Incluir no calendário cultural nacional os Dias do Orgulho GLBT, 28 de junho e Dia da Visibilidade Lésbica, 29 de agosto; Dia da Visibilidade Travesti, 29 de janeiro, como datas comemorativas oficiais;
- Apoio à elaboração de uma agenda comum entre o movimento negro e movimento GLBT e a realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre a temática do racismo, lesbofobia, transfobia e homofobia;
- Incluir nos estatutos da CONLUTAS o combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia;
- Defender juntamente com as trabalhadoras do sexo mulheres e homens (michês) o direito à organização sindical por meio da Formalização e Regulamentação das Atividades de Natureza Sexual;
- Lutar para que a prostituição não seja o único meio de sobrevivência da maioria das transexuais e travestis neste país.
- Exigir dos poderes públicos a tipificação dos crimes de ódio e discriminação por orientação sexual;
- Que os sindicatos apóiem a Criação da Comissão dos Direitos Humanos em todas as Cidades.
- Que os sindicatos apóiem a luta regional e nacional, para se colocar na Lei Orgânica das Cidades e na constituição do país, como crime de ódio e discriminação por orientação sexual, das pessoas que em lugar público, forem discriminadas por mostrarem suas relações de afeto!

- Lutar para incluir no MEC e Conselho Nacional da Educação, dentro dos PCNs, a temática “Livre Orientação Sexual” respeitando os Homossexuais!
- Lutar pela inclusão das Travestis nas: Fábricas e Escolas Públicas, garantia de uso dos banheiros femininos!
- Lutar para que sejam respeitados os relacionamentos homoafetivos, com ou sem contratos de convivência, em seu direito de bens ou herança e adoção. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 54-55).

E as representações dessas reivindicações no Congresso Nacional estavam traduzidas nos seguintes projetos:

- Pela aprovação do PL 1151/95 que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
- Pela aprovação do PL 5003/2001 / PLC 122/2006 que criminaliza a homofobia. O projeto visa coibir manifestações discriminatórias, ofensivas ou de desprezo que estimulam a violência contra a população GLBTT;
- Pela Aprovação do PL 6655/2006 / PLC 72/2007, que trata do direito de alterar o primeiro nome de pessoas transexuais, mesmo que ainda não tenham se submetido – ou não pretendam se submeter – à cirurgia de readequação genital;
- Pela aprovação da (PEC) 66/2003 que pretende dar nova redação ao inciso IV da Constituição Federal incluindo a proibição de discriminação por orientação sexual;
- Pela aprovação do PL 2383/2003 que proíbe que planos e seguros privados de assistência à saúde discriminem parceiros do mesmo sexo;
- Pela aprovação do PL 674/2007 trata de união estável entre duas pessoas capazes e instituição do divórcio de fato;
- Pela aprovação do PL 508/2007 para alterar os dispositivos do Código Civil, que fala da igualdade de direitos sucessórios entre cônjuges e companheiros de união estável;
- Pela aprovação do PL 1756/2003 que permite a adoção de crianças por casais homoafetivos;
- Pela aprovação do PL 6297/05 para incluir na situação jurídica de dependente, para fins previdenciários, o companheiro homossexual do segurado e a companheira homossexual da segurada do INSS e o companheiro homossexual do servidor e a companheira homossexual da servidora pública civil da União. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 55).

O Congresso da CONLUTAS constituiu, portanto, uma plataforma para que as entidades tivessem condições de construir e avançar nas lutas contra as variadas formas de opressão. Tal iniciativa estava conectada com o propósito fundacional da Central e seu recém

histórico caracterizado pela inserção no debate e nas mobilizações de lutas contra o machismo, homofobia e racismo.

### **3.2.7 – Movimentos Populares do Campo e da Cidade**

O Congresso da CONLUTAS aprovou o relatório do Seminário Agrário da CONLUTAS, que avaliou a situação cada vez mais desfavorável das trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra diante da política do Governo Federal em incentivo a expansão da política de monoculturas. Segundo a avaliação realizada:

A partir do apoio de Lula o crescimento avassalador do latifúndio via política de incentivo a monoculturas destinadas à produção de Etanol e Bio-diesel, somando um brutal processo de criminalização dos movimentos sociais, manutenção da impunidade e a inexistência de uma política de Reforma Agrária. Essa análise está combinada com a postura captuladora das direções do movimento (CUT-CONTAG-FETAGRI e até direções do MST), além do sucateamento dos órgãos como Incra e empresas públicas de assistência técnica como EMATES (...) Expressou-se, ainda, nesta análise que havemos de lutar contra todo o latifúndio (improdutivo e produtivo) e fortalecer ações de massas combinadas com a estruturação, organização e articulação dos movimentos camponeses que hoje constroem a Conlutas além de insistir numa política que permita a unidade de ação entre todos que se proponham a lutar contra o governo (Lula), o latifúndio e seus agentes estaduais e municipais e que vise unir-se aos trabalhadores urbanos, juventude e todas as camadas exploradas de nosso país. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 30).

Em que pese naquele período nenhum movimento de luta pela terra ter praticado a proposta de ocupar terras produtivas, a resolução apontava o esgotamento da tática de reivindicar ao Governo Federal apenas a desapropriação de terras improdutivas, diante do avanço de empresas monocultoras sob o solo brasileiro e a indisposição do Governo Lula de realizar a Reforma Agrária, bem como pautava a difícil conjuntura no campo caracterizada por uma forte criminalização das lutas pela reforma agrária. Em 2008 a CONLUTAS já tinha um acúmulo político no acompanhamento direto da organização de movimentos de luta pela reforma agrária. Diversos acampamentos e assentamentos localizados nos Estados de Minas

Gerais e Goiás, já participavam dos fóruns internos da CONLUTAS, construindo políticas para o movimento geral e construindo apoios às lutas no campo. A síntese dos encaminhamentos aprovados no Congresso foram:

- Levantar a bandeira da Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores rumo à construção do socialismo;
- Unificar os movimentos sociais do campo numa perspectiva anti-capitalista, anti-imperialista, contra o Agro-negócio e as reformas neoliberais de Lula (como a Reforma da Previdência);
- Disputar a direção do movimento de massas, no campo, denunciando as direções traidoras, organizando oposições às diretorias dos STR's para atuarem antes, durante e após as eleições sindicais.
- Massificar a Conlutas no campo, visando sua afirmação como alternativa de direção do movimento sindical, popular e estudantil. Incentivar a produtividade diversificada de alimentos (individual e coletiva);
- Organizar a produção desenvolvendo mecanismos de produção coletiva como parte da educação militante e visando a auto-sustentação das organizações e da luta cotidiana;
- Aprimorar o aproveitamento das linhas de créditos e financiamentos com controle e decisão pelas bases – pois são conquistas de nossas lutas. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 30-31).

A organização do movimento popular da cidade também foi pautada no Congresso da CONLUTAS com o enfoque na proposta que já havia dois anos de debate referente a construção de uma Frente Nacional de Movimentos Populares Urbanos. O debate ressaltou a importância da organização da Jornada de Lutas de 28 de março de 2008, construída por movimentos populares vinculados ou não a CONLUTAS, que ocorreu em sete estados,<sup>172</sup> uma vez que há anos não se observava uma ação nacional urbana coordenada, com *ações de enfrentamento direto e desobediência civil, entre ocupações de terrenos, ações em órgãos públicos e bloqueio de rodovias*. Em que pese a importância dessa articulação, o Congresso avaliou também que o impacto político nacional foi pequeno, não conseguindo mobilizar o Governo Federal e a grande mídia nacional.

Essa Frente Nacional de Movimentos Populares Urbanos se configurava como uma articulação mais ampla que a CONLUTAS, mas ainda estava construção e sem organicidade. Assim, o debate realizado no Congresso apontou a importância de se constituir uma Frente com esse perfil amplo, e apresentou quatro premissas para contribuir no processo de

---

<sup>172</sup>

São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Amazonas e Bahia.

construção dessa Frente, que são a identidade Combativa, o Caráter Amplo, a Autonomia Política e a constituição de um Campo específico para agrupar Movimentos Populares Urbanos. De modo que essa Frente pautaria a ação e a luta direta em detrimento da tática de priorizar a ação institucional; teria a capacidade de agrupar movimentos com origens e propostas diferentes, inclusive os movimentos de âmbito regional; teria autonomia a governos, ao Estado e a partidos políticos, e sem desprezar a importância da aliança entre movimento popular urbano com os movimentos populares rurais, sindicais e estudantis, essa Frente constituiria espaços restritos às organizações populares urbanas que possibilitariam o desenvolvimento do debate de questões, demandas e desafios específicos dos movimentos populares (questões territoriais, moradia e mobilidade urbana).<sup>173</sup> Com essa perspectiva, a resolução aprovada no Congresso da CONLUTAS indica que:

(...) Construção pelos movimentos que já fazem parte da iniciativa de espaços estaduais de discussão, facilitando o convite e participação dos movimentos que atuam em nível mais regional. Busca de apoio (material e político) com os principais sindicatos de esquerda (...) Iniciar um debate de preparação para um nova jornada nacional em fins de 2008 ou início de 2009, que sirva também de momento de integração de movimentos e fortalecimento da proposta da Frente. (...) Realizar até o final de 2008 um grande Encontro Nacional de movimentos urbanos para formar efetivamente a Frente Nacional, definindo mais especificamente suas linhas de atuação, objetivos, forma organizativa, nome, etc. (...) Na atual realidade econômica, a Conlutas deve investir na organização dos chamados “excluídos”, os movimentos sociais com sem-teto, perueiros e juventude do movimento hip-hop e movimentos culturais. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 34).

Outro aspecto debatido no Congresso da CONLUTAS se refere a relação entre os sindicatos e os movimentos populares. Esse debate se localizou dentro de uma realidade de uma Central que se propõe a organizar em seu interior, entidades sindicais, entidades estudantis e entidades populares. E considerando que em via de regra, as entidades sindicais se dispõem de arrecadação financeira mensal promovida pela sindicalização de trabalhadoras e trabalhadores, e as entidades estudantis e populares não tem a disposição uma estrutura física e estrutura financeira mensal; a relação entre esses setores nem sempre se baseiam na perspectiva da solidariedade e da autonomia. Considerando essa realidade, o Congresso da

---

<sup>173</sup>

Ver Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 32-33.

CONLUTAS realizou autocrítica em conjunto com suas entidades sindicais e populares e avaliou que:

A relação entre o movimento popular e o movimento sindical, em geral, está marcada por um forte corporativismo. Cada segmento constrói sua atuação de modo paralelo, sem integração e debate estratégico. Mesmo no campo da esquerda combativa, quando se estabelecem relações de apoio e solidariedade, estas tomam o caráter formal de uma “ajuda”, ou pior, de um “favor”. Algo muito distante de uma consciência de classe: setores distintos da classe trabalhadora, que deveriam se complementar numa luta unitária por uma estratégia comum. É preciso superar uma relação instrumental pautada pelo corporativismo e avançar para uma relação política pautada pela unidade de classe. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 33).

E deliberou por realizar as seguintes ações:

Construir momentos de debate estratégico entre movimentos populares e sindicatos do campo de esquerda para definir parâmetros para uma nova forma de relação cotidiana entre estes setores.

Desenvolver uma política de apoio e solidariedade às lutas do movimento popular, tendo em vista que o movimento sindical, mesmo com várias dificuldades, tem formas próprias de sustentação material, ao contrário do movimento popular.

Organizar campanhas e mobilizações entorno de eixos que unifiquem o conjunto da classe trabalhadora, seja organizada pelos sindicatos, seja pelos movimentos populares. (Resoluções do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, 2008, 33-34).

A iniciativa e a conclusão desse debate por parte das delegadas e delegados desse Congresso demonstram a disposição das entidades que compõe a CONLUTAS: a construir uma relação com menos vícios entre sí. Ou seja, ao passo que cabe as entidades sindicais não estabelecerem com os movimentos populares (e com as entidades estudantis) uma relação de favor, de tutela e manobra, cabe também aos movimentos populares não se submeterem a esse tipo de relação e ao mesmo tempo, buscar formas autônomas e independentes de financiamento de suas ações, campanhas e lutas.

Cabe registrar ainda que o Congresso da CONLUTAS debateu ações e lutas nos âmbitos da defesa da saúde pública e da educação pública. As resoluções do Congresso

indicam uma série de reivindicações, propostas de ações e avaliações sobre a política do Governo Lula para a Saúde Pública e a Educação Pública; na qual colocam as entidades vinculadas à CONLUTAS no campo político da luta contra os processos de sucateamento, mercantilização e privatização desses direitos sociais garantidos pela Constituição Federal. O Congresso da CONLUTAS apontou a necessidade de lutar contra os projetos de Fundações de Direito Privado para a gestão da saúde pública, contra as Parcerias Público Privadas dentro das Instituições Públicas de Educação e Saúde, contra as regras e a lógica de expansão do Ensino Superior imposto pelo Governo Lula, via o Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007, que com regras e metas mercadológicas, Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI),<sup>174</sup> e contra a lógica de conceder isenções fiscais para as Universidades Privadas propondo via Medida Provisória (convertida posteriormente em Lei) o Programa Universidade para Todos (Prouni)<sup>175</sup>. No âmbito das centrais sindicais, a CONLUTAS se destacou no protagonismo dessas lutas, pois em que pese diversas entidades sindicais (em sua maioria vinculadas ao serviço público) filiadas a CUT e a CTB tenham se mobilizado ou se posicionado contrárias a esses projetos, essas centrais (CUT e CTB) não se mobilizaram organicamente para barrar esses projetos, e no que se refere a proposta precária-mercadológica do Prouni e do REUNI<sup>176</sup>, ambas se posicionaram favoráveis.

### 3.3 – Encontro Latino Americano e Caribenho de Trabalhadores (ELAC)

O princípio do internacionalismo na ação da CONLUTAS se manifestou logo após o término de seu 1º Congresso, na participação da Central no 1º Encontro Latino Americano e Caribenho de Trabalhadores (ELAC), realizado em Betim-MG, nos dias 7 e 8 de Junho de

---

<sup>174</sup> Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm) (Acesso realizado em 03/11/2016)

<sup>175</sup> Governo Lula publicou a Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, que posteriormente foi convertida na Lei 11096 de 13 de Janeiro de 2005, instituindo assim o Programa Universidade Para Todos (Prouni).

<sup>176</sup> Não é propósito desse trabalho, avaliar o teor dos projetos REUNI e Prouni. Para o debate sobre a proposta e a lógica da expansão apresentada pelo REUNI, ver: LÉDA, MANCEBO (2009); LIMA (2009) PAULA (2009); SILVA (2010), MARTONI, FERRAZ (2013), ANDES-SN (2013). Para o debate sobre o ProUni, ver LEHER (2004) e LEHER (2013).

2008, no mesmo local em que ocorreu o Congresso da CONLUTAS. O 1º ELAC foi convocado por entidades representativas de cinco países, sendo: A Central Operária Boliviana (COB), da Bolívia; a CONLUTAS, do Brasil; a Batay Ovríey (Batalha Operária) do Haiti, a Tendência Classista e Combativa (TCC), do Uruguai; e a Corrente Classista Unitária Revolucionária Autônoma (CCURA) da Venezuela. Vale destacar, que nenhuma dessas entidades representativas se constituíam politicamente como base de apoio nacional e internacional aos Governos da Bolívia, do Equador e da Venezuela, o que demonstrou que o evento possuía uma perspectiva explicitamente crítica às políticas desses governos.

O Encontro foi aberto para a participação de entidades sindicais de trabalhadoras/es da cidade e do campo, movimentos populares da cidade e do campo, organizações da juventude estudantil, universitária e secundarista, movimentos de oposições em entidades constituídas e por convidados a critérios dos organizadores do evento. Conforme aponta o Regimento do ELAC, o encontro teve por objetivos:

- a) Debater a conjuntura política latino americana e caribenha, dentro do contexto da conjuntura mundial; b) Integrar as entidades de trabalhadores da cidade e do campo, sindicais e populares, que estejam dispostas a lutar contra a exploração e opressão do capitalismo/imperialismo em todos os países da América Latina e Caribe; c) Construir uma Coordenação ampla e democrática, com o intuito de orientar, unificar e a impulsionar as lutas dos trabalhadores e da juventude em todos os países da região; d) Adotar resoluções de solidariedade ativa entre os trabalhadores que se encontra em luta, assim como nas batalhas vindouras. (Regimento do Encontro Latino Americano e Caribenho, 2008, 1)<sup>177</sup>

O evento não teve como objetivo debater e encaminhar avaliações sobre o caráter dos governos da América Latina, em especial na Bolívia, no Equador e na Venezuela. Segundo a organização do ELAC, o principal objetivo do evento foi constituir uma espaço de articulação política internacional entre entidades representativas das trabalhadoras e dos trabalhadores, capaz de promover diante de pautas e reivindicações comuns, campanhas políticas, mobilizações e paralisações de forma unificada e simultânea. O texto da convocatória desse Encontro<sup>178</sup> afirma que a tarefa que se impunha naquele período era a de derrotar o projeto

<sup>177</sup> O Regimento do Encontro Latino Americano e Caribenho está disponível no Anexo IV desse trabalho, nas páginas 285 e 286.

<sup>178</sup> Texto da convocatória do ELAC disponível na íntegra no Anexo V.

imperialista que afetava os países de todo o continente, para superar a exploração e opressão capitalista, e para isso era necessário:

[...] avançar na construção de uma coordenação institucional, sindical e popular, das lutas dos trabalhadores de toda a região, unindo as forças das organizações sindicais, movimentos sociais e populares, da cidade e do campo. (Convocatória do ELAC)

O debate realizado no ELAC indicou a necessidade de que as lutas a serem articuladas em diversos países da América Latina e Caribe devem ter como perspectiva e concepção a proclamação de uma segunda independência continental, capaz de libertar verdadeiramente as classes trabalhadoras da dominação política, econômica e ideológica promovida pelo capital; em direção a construção de uma sociedade socialista. A perspectiva do programa político debatido no ELAC se opunha a política de conciliação de classes, tinha como horizonte o socialismo e demonstrava a necessidade de uma ruptura com a lógica capitalista que previa a expropriação das empresas multinacionais e ruptura com os pagamentos das dívidas dos países com os bancos. Diante disso, o ELAC clamou pela:

[...] unidade de todos os lutadores do continente, para resistir aos ataques do capital, seja ele imperialista ou nacional. (...) integração na luta, das entidades que são protagonistas destes enfrentamentos, na cidade ou no campo. Este encontro inicia a construção de uma coordenação latina americana e caribenha de trabalhadores, que busque a unificação das lutas dos trabalhadores e da juventude deste imenso território. Uma coordenação que seja democrática, classista e combativa, pois somente assim poderá responder as necessidades que o fulgor da luta impõe. Somos muitas vozes, uma só luta, um só povo. (Convocatória do ELAC)

O ELAC, conforme previa em sua convocatória, de fato não encaminhou nenhuma avaliação ou caracterização política a respeito do caráter dos Governos da Bolívia, Equador e Venezuela. A síntese do debate político realizado nesse ELAC se traduziu em uma pauta comum as entidades presentes, e compreendeu os seguintes pontos:

- Contra as reformas neoliberais;
- Pela nacionalização sem indenização, sob controle dos trabalhadores, dos recursos naturais na América latina e Caribe (hidrocarbonetos, metais preciosos, ferro, água, biodiversidade e outros).
- Contra as privatizações dos serviços públicos, educação, saúde,

previdência social, empresas estatais, etc.

- Pelo não pagamento das dívidas externas e internas;
- Contra os TLC ( tratados de livre comércio) na América Latina e Caribe;
- Por emprego e salário dignos para todos;
- Por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.
- Contra a criminalização dos movimentos sócias; abaixo a repressão das lutas e organizações dos trabalhadores;
- Pela autonomia e liberdade sindical.
- Fora as tropas estrangeiras do Haiti;
- Pela autonomia e liberdade sindical
- Fora o imperialismo da América o. Latina e Caribe;
- Por uma segunda independência, verdadeira e soberana.
- Abaixo todas as formas de exploração e opressão contra os trabalhadores;
- Contra a discriminação dos povos originários.
- Contra a discriminação das mulheres, negros e homossexuais.

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!  
VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE!  
VIVA A UNIDADE DOS POVOS DO CONTINENTE! (Convocatória do ELAC)

Após a realização do ELAC, foi possível articular entre os dias 12 à 18 de outubro de 2008, a “*Semana Antiimperialista na América Latina e no Caribe*”, que teve como bandeiras a luta pelo aumento geral dos salários, contra a carestia; redução da jornada de trabalho, sem banco de horas; contra a criminalização dos movimentos sociais, a defesa da Petrobrás 100% Estatal, Fora as Tropas do Haiti e todo apoio a luta do povo boliviano. Essa jornada de lutas continental, contou com atos, protestos e seminários na Argentina, no Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai.<sup>179</sup>

Cabe registrar dois aspectos dessa iniciativa de articulação de entidades da América Latina e Caribe. O primeiro aspecto se refere as consequências políticas imediatas no Brasil após as realizações de atos simultâneos em vários estados brasileiros e em mais cinco países na América Latina e Caribe; em que excetuando o importante aspecto simbólico e pedagógico para setores da classe trabalhadora no país em relação a importância, a possibilidade e a necessidade de realizar articulações e atos internacionais com pautas comuns, o resultado dessas ações não afetou em nada a política imposta pelo Imperialismo aqui no Brasil. O segundo aspecto, é de que após o 1º ELAC realizado em 2008, não foi realizada uma segunda edição desse evento, para manter, fortalecer e ampliar essa articulação. Ou seja, se por um lado foi importante essa iniciativa, por outro é importante destacar que tal iniciativa não teve

<sup>179</sup> Para detalhes das ações na Semana Antiimperialista no Brasil e em outros cinco países na América Latina, ver Anexo VII desse trabalho.

prosseguimento, evidenciando as intenções, os esforços e as limitações da CONLUTAS para a concretização dessa importante iniciativa.

### **3.4 – O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e a sua ruptura com a CONLUTAS**

Não se pode enxergar a curta trajetória histórica da CONLUTAS como um processo caracterizado apenas por aglutinações de setores descontentes com a CUT e demais centrais sindicais. A menos de 30 dias da realização do 1º Congresso da CONLUTAS, o MTL que era um dos maiores movimentos populares da base da CONLUTAS, publica uma nota política informando de seu rompimento político com a Central. A nota gerou impacto na militância da CONLUTAS que se preparava para o Congresso, e na nota o movimento afirma que não se submeteria a uma maioria artificial construída em um Congresso composto por 25% de estudantes.<sup>180</sup> A nota afirma que:

Na medida em que há um debate estratégico aberto, com posições distintas representativas na realidade da classe e no processo de reorganização em curso, não legitimaremos o PSTU a estabelecer maioria artificial a partir de um processo de eleição de delegados sem controle, a representação estudantil, por exemplo equivale a 25% da delegação do Congresso da Conlutas. (Nota do MTL - Em defesa da unidade sindical e popular. 2008, 1)

Na nota, o MTL afirmou que na prática cotidiana das lutas realizadas pela CONLUTAS, não havia uma unidade orgânica entre os sindicatos e movimentos populares com as estudantes e os estudantes, a ponto de legitimar no Congresso da CONLUTAS que uma oposição a um Centro Acadêmico possa participar com o mesmo peso de voto de um

---

<sup>180</sup> Ver Anexo VIII desse trabalho a nota do MTL anunciando o rompimento político com a CONLUTAS, intitulada: “Em defesa da unidade sindical e popular”.

Sindicato que tivesse na base 500 mil trabalhadoras e trabalhadores, sendo 100 mil filiadas e filiados.<sup>181</sup> Assim, a nota afirma que:

*É uma distorção proposital cujo objetivo é inflar a representação de círculos partidários reduzindo a representatividade do movimento sindical e particularmente do mundo do trabalho, utilizando-se da legitimidade do movimento estudantil. (Destaques do Autor. Nota do MTL - Em defesa da unidade sindical e popular. 2008, 1)*

Se por um lado é possível considerar como válida a crítica feita em relação a presença de 25% de estudantes em um congresso do mundo do trabalho, por outro é curioso identificar que essa estrutura de organização que conta com a participação de estudantes, foi legitimada pelo MTL durante todo esse período inicial de constituição da CONLUTAS. Contudo, a nota do MTL também aborda uma crítica em relação ao método político adotado pelo PSTU (grupo majoritário no interior da Central) para tratar as diferenças políticas dentro do 1º Congresso. Nesse sentido, o MTL afirma que:

*A declaração formal do pstu de que a única forma de se tratar as diferenças é no bate crachás “dentro do congresso, e a reafirmação desta declaração, consolidada na votação da resolução sobre o ELAC (Encontro latino-americano e caribenho), onde a Conlutas se transforma em protagonista e impulsionadora de um “espaço de organização” (nome que deram, temporariamente, como afirma a própria resolução, para substituir na forma, a Coordenadora de Lutas que pretendem construir), enclausurando-se numa articulação orgânica com a ultra-esquerda latino-americana, fechando suas portas à pluralidade de posições internacionais existentes em seu interior e fora dela. (Destaques do Autor. Nota do MTL - Em defesa da unidade sindical e popular. 2008, 2)*

Se o PSTU utilizou de sua maioria numérica para impor sua avaliação política internacional para construir o ELAC, demonstrou a incapacidade de diálogo com setores e organizações importantes para a construção da CONLUTAS. Independente das deliberações do ELAC que não conteve avaliação política dos governos da América Latina (em especial dos governos da Bolívia, Equador e Venezuela), vale ressaltar que a articulação realizada com

---

<sup>181</sup>

Ibdem.

as entidades internacionais para a construir o ELAC se restringiu a uma avaliação política a respeito desses governos, não permitindo assim a realização de um encontro internacional politicamente mais plural e representativo. A nota do MTL ainda realiza uma crítica histórica, tomando como exemplo a prática da Articulação Sindical durante o período inicial de construção da CUT, em que já era o setor majoritário, e afirma que:

[...] a CUT, só se incorporou organicamente aos fóruns da social-democracia em seu terceiro Congresso, e condenamos o fato do PSTU querer dar esse curso a Conlutas, a revelia das opiniões internas contrárias, já no seu primeiro Congresso. (Destques do Autor. Nota do MTL - Em defesa da unidade sindical e popular. 2008, 2)

De fato, é possível avaliar que a capacidade da Articulação Sindical de consensuar politicamente nos espaços nacionais, incluindo de forma subordinada as premissas dos agrupamentos minoritários, bem como a paciência para construir a CUT ao lado de setores políticos que possuíam avaliações políticas diversas, eram maiores do que a capacidade que o PSTU expressou em diversos momentos no estágio inicial da construção da CONLUTAS. Fazer essa comparação de métodos entre os setores majoritários, em períodos históricos totalmente diferentes, em momentos iniciais de construção de uma organização nacional das trabalhadoras e dos trabalhadores, é importante para se pensar criticamente sobre os métodos de organização política capazes de aglutinar e construir espaços que permitam a articulação e a construção das lutas da classe trabalhadora, com capacidade de avançar na luta em defesa de direitos, na conquista de novos direitos e na necessária tarefa de superação do capitalismo.

Outro elemento a se destacar na carta do MTL se refere ao importante aspecto político naquele período, que se referia a construção de um processo de unificação entre a CONLUTAS e outros setores políticos, como por exemplo a INTERSINDICAL. O MTL resgata uma resolução aprovada nos fóruns da CONLUTAS, que expressa em parte algumas contradições presentes nas deliberações aprovadas posteriormente no Congresso da CONLUTAS, a respeito do processo de unificação com a INTERSINDICAL e outros setores. O MTL destacava a contradição entre o discurso do campo majoritário da CONLUTAS de defender o processo de unificação com a INTERSINDICAL e ao mesmo tempo aprovar deliberações que apontavam a necessidade de se fortalecer a CONLUTAS, que demonstra a disposição dos setores internos da CONLUTAS orientados pela política do PSTU, de participar de um processo de reorganização e unificação com outros setores com uma

perspectiva hegemônica, não horizontal, com incapacidade de buscar consensos. Nesse sentido, a nota afirma que:

Outro ponto fundamental que nos impulsionou a optar pela saída da Conlutas foi o recuo que os companheiros do PSTU fizeram em relação ao processo de reorganização e a unificação orgânica com setores da Intersindical. Apresentaram uma Resolução, onde recuam da dinâmica anterior de dar prioridade a busca dessa unificação, dizendo que estamos vivendo um quadro de refluxo, que a reorganização se daria de forma mais lenta do que o pensado anteriormente, e que por isto a principal tarefa do Congresso para garantir a unificação seria a de Fortalecer e consolidar a Conlutas, apresentando como política, as tarefas de filiar e garantir os repasses financeiros dos sindicatos. A lógica prioritária para tratar o processo de reorganização foi substituída pela política de anexação e a de buscar a disputa fracional na base das correntes que compõem a Intersindical. (Nota do MTL - Em defesa da unidade sindical e popular. 2008, 3)

A nota do MTL afirma também que esse debate não é superestrutural, mas sim um debate realizado nos Fóruns locais e nacionais da CONLUTAS, dialogando com toda a militância, de que essa Central desempenhava um papel fundamental no processo de reorganização das trabalhadoras e dos trabalhadores, mas que possuía também diversas limitações que poderiam ser superadas diante de um processo de unificação da CONLUTAS com outros setores políticos que ainda não construíam esse espaço.

No dia 17 de Junho de 2008, a CONLUTAS publicou uma nota<sup>182</sup> para a sua militância tratando do anúncio da ruptura do MTL com a central. A nota da CONLUTAS expressa a compreensão que todo o esforço pela unidade para atender as necessidades concretas das trabalhadoras e dos trabalhadores, teve como consequência o fortalecimento da CONLUTAS como principal pólo de aglutinação dos setores sociais que visam a reorganização política e organizativa das trabalhadoras e trabalhadores no país; e reconhece que o MTL teve um papel fundamental no processo de busca de unidade com a INTERSINDICAL e outros setores.

A nota em resposta expressou ainda que a proposta de fortalecer a CONLUTAS diante do 1º Congresso Nacional da Central contribuiria como um reforço a luta pela unificação de

---

<sup>182</sup> A nota da CONLUTAS possui o seguinte título: Nota da Conlutas sobre o afastamento do MTL, “Fortalecer a conlutas e seguir o esforço para unir todos que lutam! Todos ao 1º congresso nacional da Conlutas!” Disponível no anexo IX desse trabalho.

todos os setores do movimento que são autônomos aos Governos, Estados, e com um perfil classista. Lamenta assim o afastamento do MTL no momento em que a CONLUTAS busca avançar no processo de unificação<sup>183</sup>.

A nota da CONLUTAS buscou deslegitimar a opção política do MTL, informando sobre a opção do movimento de não realizar o debate nos fóruns internos da CONLUTAS os problemas que levaram a desfiliação, e pontua que no debate acerca da resolução sobre o ELAC, o MTL participou de um amplo debate realizado durante a reunião da CONLUTAS que ocorreu anterior a data de declaração de rompimento, e ressaltou que o MTL inclusive participou elaboração do texto da resolução. A nota da CONLUTAS afirmou que:

A decisão dos companheiros é inexplicável. Ela foi anunciada um dia após a reunião da Coordenação Nacional da Conlutas, em que esta possibilidade sequer foi mencionada. E aparentemente, foi tomada à revelia do processo de discussão e eleição dos delegados, que houve na base em todo o país, inclusive do MTL. Não temos ainda uma declaração formal dos companheiros que possa explicar melhor o conteúdo e o significado de seu gesto. Portanto, não possuímos condições de apresentar ou nos posicionar sobre as motivações. (...) As diferenças existentes acerca da realização do ELAC foram bastante discutidas e, na última reunião da Coordenação Nacional da Conlutas, foram equacionadas. Aprovou-se uma resolução construída em comum acordo com os companheiros. (...) Uma resolução que ao mesmo tempo permite o fortalecimento da unidade na luta e a solidariedade internacional dos trabalhadores e mantém a independência política da Conlutas frente aos governos e à burguesia; respeita a diversidade de posições na Conlutas e fora dela, sobre a situação política e os governos de vários países latinoamericanos. Embora tenham contribuído para a elaboração da resolução, votaram contra, fazendo declaração de voto apoiando o avanço que houve no conteúdo da mesma. (Nota da CONLUTAS - Fortalecer a conlutas e seguir o esforço para unir todos que lutam! Todos ao 1º congresso nacional da Conlutas! 2008, 1-2)

A nota da CONLUTAS afirma ainda que a opção do MTL em romper com a Central não contribui com o esforço de construir um processo de unificação com a INTERSINDICAL e outros setores políticos independentes que não atuam dentro da CONLUTAS, não contribuindo conseqüentemente com o processo de reorganização das trabalhadoras e dos

---

<sup>183</sup> Ver nota “Fortalecer a conlutas e seguir o esforço para unir todos que lutam! Todos ao 1º congresso nacional da Conlutas!”, 2008.

trabalhadores e fortalecendo a perspectiva da fragmentação da organização de luta.<sup>184</sup> A nota afirma ainda que:

[...] É um gesto profundamente equivocado e que, portanto, não contribui nem para a construção da Conlutas, nem para o esforço para a construção da unificação das forças combativas do movimento sindical e popular, reivindicado por todos nós. Esperamos que os companheiros reflitam sobre o gesto que acabam de fazer e possam reverter essa decisão, voltando assim a somar-se na construção da Conlutas e na unificação com os demais setores que estão na luta. Dessa forma, contribuirão em todo este processo com as opiniões defendidas pelo MTL. (Nota da CONLUTAS - Fortalecer a conlutas e seguir o esforço para unir todos que lutam! Todos ao 1º congresso nacional da Conlutas! 2008, 2)

A nota se encerra com um chamado *a todos os sindicatos, oposições sindicais, movimentos populares, sociais e organizações da juventude, que fazem parte da CONLUTAS* para fortalecer a construção do 1º Congresso da CONLUTAS, por compreender que esse era o caminho para avançar na construção da unidade das trabalhadoras e trabalhadores em luta, agrupando todas e todos em uma mesma organização nacional. Curiosamente, a nota não se posiciona sobre a crítica realizada pelo MTL a respeito da distorção da representação política na CONLUTAS provocada pela presença de representações estudantis em seus fóruns, e não dialoga também sobre a crítica feita a postura hegemônica e inflexível por parte da direção majoritária da CONLUTAS, que foi comparada a prática da Articulação Sindical durante o período de surgimento e afirmação da CUT.

Um outro aspecto que é importante destacar em relação a essa opção do MTL de romper com a CONLUTAS, se refere ao fato de que essa Central não se configurou apenas como um pólo aglutinador de setores e organizações da classe trabalhadora descontentes com a CUT e outras Centrais Sindicais que não organizavam as trabalhadoras e trabalhadores, de forma democrática, autônoma e classista para o enfrentamento concreto às políticas impostas pelos Governos de Lula que retiravam direitos sociais da classe trabalhadora ou que

---

<sup>184</sup>

Ibdem.

corroboravam com os interesses das frações do capital localizadas aqui no país. O processo de constituição da CONLUTAS também foi caracterizado por rupturas políticas, demonstrando as dificuldades e limitações em relação ao processo de reorganização das lutas no país, e em relação à afirmação da CONLUTAS como uma alternativa política para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores.

## CAPÍTULO 4

### ***ENTRE O ROSTO E O RETRATO, O REAL E O ABSTRATO: CONTRADIÇÕES DA CONLUTAS E POTENCIALIDADES DO MOVIMENTO SINDICAL***

#### **4.1 – A CONLUTAS frente ao redimensionamentos do mundo do trabalho**

Durante o desenvolvimento desta pesquisa foi possível detectar um grande conflito entre a realidade atual do desenvolvimento do capitalismo, que implicou novas formas na estrutura produtiva do capital e em uma nova configuração da classe trabalhadora no Brasil e no mundo, e a concepção política e organizativa defendida pelo setor político majoritário no interior da CONLUTAS. Sabidamente, com o desenvolvimento do toyotismo houve uma intensificação na precarização do trabalho no seu ritmo e em sua forma de funcionamento, o que ampliou significativamente o número de trabalhadoras e trabalhadores informais, sem carteira assinada e o número de trabalhadores desempregados no Brasil. Além do que, 82% das trabalhadoras ocupadas e dos trabalhadores ocupados no Brasil não são sindicalizadas/os. Apesar das reflexões que levam em consideração que o capital é constituído por um ciclo dialético composto pelas esferas da produção, circulação e consumo, e apesar da experiência durante todo esse período de construção da CONLUTAS (referente a organizar, em uma mesma entidade, sindicatos e movimentos populares), a CONLUTAS expressou, seja por meio dos seus documentos, teses ou dos depoimentos de seus dirigentes, que *os sindicatos constituíam o setor mais importante dessa central e que os operários vinculados diretamente às fábricas representavam a fração mais importante da classe das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil e no mundo.*

Evidência clara dessa concepção pode ser encontrada nas teses defendidas por Almeida (2007, 18-19) ao afirmar que:

Organizar as lutas dos trabalhadores por meio dos sindicatos foi um pressuposto que adotamos na reorganização dos trabalhadores ocorrida trinta

anos atrás, e continua a nossa opção no processo de reorganização atual. A inovação representada pelo esforço de organizarmos em uma mesma entidade nacional, além dos sindicatos, os diversos movimentos populares e sociais não se deve ao abandono da idéia de que os sindicatos continuam sendo fundamentais no processo de organização dos trabalhadores em nosso país. Apesar de todas as suas contradições, é a estas organizações – os sindicatos – que os trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho recorrem em massa, quando buscam o caminho da luta em defesa de seus direitos e interesses. (...) Não há mudança na realidade objetiva, até este momento, que nos autorize a acreditar que esta realidade tenha mudado.

E acrescenta:

Os sindicatos continuam sendo um dos principais – senão o principal – movimento social existente em nosso país, seja pelo número de trabalhadores aí organizados, seja pelo seu potencial de atuação e força política de intervenção na realidade. Esta constatação não está posta em questão por este texto.

Outro membro da Direção Nacional da CONLUTAS, Atnágoras Lopez<sup>185</sup>, defendendo a mesma concepção de Almeida, afirma que:

O setor sindical foi preponderante, como continua sendo e como nós acreditamos que continuará sendo por representar a classe trabalhadora. (...) volto pela nossa concepção a afirmar na classe trabalhadora a centralidade da possibilidade da mudança social que agente almeja. Da forma que estou me expressando aqui, eu me refiro aos trabalhadores em geral. Quando falo em sindicatos, do ponto de vista mais ideológico dentro da classe trabalhadora como tal qual ela se apresenta hoje, nós damos ainda a importância significativa e científica da classe trabalhadora industrial. Mas a classe trabalhadora industrial inclusive do ponto de vista do número de entidades, ainda hoje por exemplo, (...) na CONLUTAS, infelizmente ela se quer representa 20% das entidades que hoje compõe a CONLUTAS, que já é algo minoritário da classe trabalhadora brasileira. Então, daquilo que é minoritário, ainda é minoritário dentro dessa minoria, o setor operário industrial. Então teve um papel significativo a classe trabalhadora e suas entidades sindicais no sentido mais amplo, agora desde o primeiro momento

---

<sup>185</sup> Entrevista realizada no dia 19/08/2009, na sede nacional da CONLUTAS, São Paulo – SP. Além de sindicalista, participando como membro da Direção Nacional da CONLUTAS e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém – PA, Atnágoras Lopes é militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

o chamado foi feito a todos os setores do movimento popular, sindical como um todo.

E na tese apresentada por parte do setor majoritário da CONLUTAS, ao seu 1º Congresso em 2008, consta a seguinte afirmação:

[...] a Conlutas precisa ampliar sua base operária para reforçar seu caráter classista e pelo seu projeto estratégico, a luta pelo socialismo. Uma presença forte da nossa organização nas fábricas, na classe operária industrial é decisiva para atingirmos este objetivo. (Caderno de teses 1º Congresso da CONLUTAS. 2008, 22)<sup>186</sup>

Detectada essas duas contradições, propõe-se refletir primeiramente a respeito dos aspectos que envolvem a contradição e o erro de defender teoricamente e politicamente, a centralidade operária fabril (na necessária condição de vanguarda no decorrer do processo de transformação social) para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil e, conseqüentemente, para a construção da CONLUTAS, e para avanço decisivo de um possível processo revolucionário de superação do capitalismo.

Frente a essa avaliação restrita do campo majoritário da CONLUTAS, visto que não é possível tratar com grande densidade o complexo conjunto de transformações formais que o mundo do trabalho vivenciou nos últimos 50 anos, é possível destacar cinco aspectos para demonstrar a incoerência, o equívoco teórico e político dessa posição estreita.

O primeiro aspecto a ser desenvolvido para confrontar essa teoria de que os operários fabris compõem necessariamente o principal setor dentro da classe trabalhadora, o setor mais importante, mais consciente e mais revolucionário, e de que em um possível processo de superação do capitalismo esses serão indispensáveis para a realização e vitória desse processo; ignora o fato de vivenciarmos uma ampliação das formas de valorização do valor que dispõe de novos mecanismos geradores de trabalho excedente,<sup>187</sup> que desde a década de

<sup>186</sup> Tese apresentada pelo setor majoritário (dirigido politicamente pela orientação do PSTU) ao 1º Congresso da CONLUTAS, com o título: “Avançar na consolidação da Conlutas: classista, democrática, pela base e socialista!”

<sup>187</sup> Ver Antunes (2013). **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infopoletariado, (i)materialidade e valor.** In: Riqueza e Miséria do Trabalho no

1970 a esfera produtiva do capital vem se caracterizando por uma estrutura multiforme, *com tendências mundiais de informalização da força de trabalho e de aumento dos níveis de precarização das trabalhadoras e dos trabalhadores*.<sup>188</sup> Ignora também os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem as classe trabalhadora; e não considera dentro da perspectiva de classe:

[...] a inserção no processo de produção, circulação e reprodução ampliada do capital, quanto no seu papel de sujeito coletivo, que identifica interesses comuns e opostos aos de outra classe, organizando-se e mobilizando-se a partir desses interesses, ou seja desenvolvendo e expressando uma dada consciência de classe, como sujeito social e político. (Badaró, 2009, 13)

Além disso, Carcanholo, Medeiros (2012) destacam a recorrente confusão entre as categorias Trabalho e Indústria, ambas associadas às obras de Karl Marx. Os autores lembram que, para Marx, a caracterização do trabalho concreto se refere a qualquer atividade praticada por homens e mulheres que cria as suas condições de subsistência, e afirmam que:

Ao descrever o trabalho nesta formulação abstrata (geral) e transcendente, Marx não qualifica as atividades particulares que compõe esta atividade geral de reprodução (social) do gênero humano. E nem poderia fazê-lo, pois a sociedade só reproduz as duas condições de existência (num dado estágio do desenvolvimento social) se reproduzir a totalidade das relações sociais. Dito de outra forma, toda e qualquer atividade que integra a divisão social do trabalho é trabalho, seja uma atividade industrial ou não! (Carcanholo, Medeiros, 2012, 180)

É razoável concluir que na ótica das obras de Marx o significado de indústria se refere à *produção em geral*, quando Carcanholo, Medeiros (2012) lembram que o autor qualifica o

---

Brasil II. (org.) Ricardo Antunes. – 1ª Edição. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013.

<sup>188</sup>

Ibdem.

*professor* como um *trabalhador industrial*, ou expressa em outras passagens o termo *indústria agrícola*,<sup>189</sup> ou que o mesmo afirma também que:

As duas formas que o valor de capital assume no interior de seus estágios de circulação são a de capital monetário e capital-mercadoria; sua forma própria ao estágio da produção é a capital produtivo. O capital, que no percurso de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o capital industrial – *industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista.*” (MARX, 2014, Livro II, 131, Grifos Meus).

E a luz da conjuntura do desenvolvimento inicial do capitalismo, no século XIX, Marx também afirmou que:

Há, no entanto, *ramos autônomos da indústria em que o produto do processo de produção não é um objeto novo, uma mercadoria.* Dentre esses ramos, o único economicamente importante é a indústria das comunicações, seja ela a indústria do transporte (de mercadorias e de pessoas), *seja a da mera transferência de informações, cartas, telegramas, etc.* (MARX, 2014, Livro II, 133, Grifos Meus).

Vale destacar ainda que, em um outro trecho de sua obra, Marx demonstra que *a indústria extrativa e a agricultura fornecem à indústria fabril suas próprias matérias-primas, sem obrigatoriamente fornecer os meios de trabalho* (Marx, 2013, 679). Santos (2013) sintetiza de forma precisa esse debate, afirmando que:

O termo *indústria*, em Marx, diz respeito a *qualquer ramo explorado segundo o modo capitalista.* Se a produção capitalista se apodera dos meios de transporte, estes passam a ser considerados peças subordinadas à indústria de transporte. *A indústria tem existência para além da fábrica* e existe no contexto de um modo de produção específico que se valoriza independentemente da natureza útil do resultado da produção. Essa noção ampliada de indústria na obra de Marx explicita importantes elementos para a compreensão da produção de valor para além da fábrica e fornece um exemplo concreto de produção comandada pelo capital industrial que

---

<sup>189</sup> Encontra-se também os termos: Indústria de serviços, de gás, de telegrafia, de navegação a vapor, de fotografia, etc.

se destacava à sua época: a indústria de transportes [*Transportindustrie*]. (Santos, 2008, 122 – *Grifos do Autor*)

Diante dessas considerações pautadas nas obras de Marx, avalia-se não ser adequado (dentro da perspectiva teórica proposta por Marx), restringir o termo indústria à esfera fabril, e portanto relacionar de forma restrita o termo indústria com os operários fabris.

O segundo aspecto a ser abordado para compreender os equívocos dessa restrita interpretação teórica e política adotada por parte do setor político majoritário da CONLUTAS, se trata da compreensão das categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Compreende-se como trabalho produtivo, aquele que produz mais-valor para o capitalista ou que atua como autovalorização do capital,<sup>190</sup> não tendo necessariamente que resultar na produção de mercadorias, e não implicando em uma condição de relação entre atividade e efeito-útil, mas sim em uma relação de produção especificamente social.<sup>191</sup> O trabalho produtivo, contudo, não se restringe a produção de mais-valor pelo trabalho individual, mas a produção de mais-valor pelo trabalho coletivo, independente se está mais próximo ou mais distante do trabalho manual direto (Marx, 2009). Já o trabalho improdutivo é aquele que não se constitui como um elemento direto de valorização do capital ou de produção de mais-valor, e é executado por meio de realização de serviços para uso público, privado ou para o capital; que na estrutura sistêmica é um componente necessário para a sobrevivência do capitalismo em seu processo global de reprodução do capital (Antunes, 2005). E é importante destacar que:

Os trabalhadores improdutivos, sendo geradores de um antivalor no processo de trabalho capitalista, vivenciam situações objetivas e subjetivas que têm similitude com aquelas vivenciadas pelo trabalho produtivo. (...) Como todo trabalhador produtivo, ele é assalariado, mas a recíproca não é verdadeira, pois nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Por isso, a caracterização da classe trabalhadora hoje deve ser, em nosso entendimento, mais abrangente do que a noção que o restringe exclusivamente ao trabalho industrial ou ainda à versão que restringe o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril (Antunes, 2005, 51-52).

---

<sup>190</sup> Ver Marx (2013, 578), capítulo XIV.

<sup>191</sup> *Ibidem*.

No mundo atual, percebe-se um processo de *imbricação entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo* no processo global de reprodução do capital, que visa intensificar as condições de exploração da força de trabalho, e ampliar a produção de mais-valor. Nesse processo, em que o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores vivenciam condições semelhantes de condições precárias de trabalho, é possível recorrer a Marx para compreender de que forma as trabalhadoras assalariadas e os trabalhadores assalariados do comércio, apesar de não produzirem mercadorias ou não produzirem diretamente mais-valor, produzem diretamente lucro para o capitalista comerciante. Marx afirma que:

Em virtude apenas de sua função de realizar os valores, opera o capital mercantil no processo de reprodução como capital e, por isso, como capital que funciona, retira algo da mais-valia produzida pelo capital em seu conjunto. Para o comerciante isolado, o montante depende do montante de capital que pode aplicar nesse processo, e poderá aplicar tanto mais capital em compra e venda quanto maior o trabalho não-pago que extrai de seus empregados. O capitalista comercial em grande parte faz os empregados desempenharem a própria função que torna seu dinheiro capital. O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais valia, o que para esse capital é a mesma coisa; esse trabalho não-pago e, portanto, fonte de lucro. De outro modo, a empresa comercial nunca poderia ser explorada em grande escala, nem de maneira capitalista. Se o trabalho não-pago do trabalhador cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não-pago dos trabalhadores comerciais proporciona ao capital mercantil participação nessa mais-valia (Marx, 2008, 392-393).

Nesse debate é importante relacionar também as categorias de trabalho material e trabalho imaterial. De forma sintética, afirma-se que a categoria trabalho material pode ser compreendida como aquele trabalho que manipula a matéria, cujo o resultado produz um produto material, uma mercadoria palpável, um bem diretamente material. Já o trabalho imaterial é aquele cujo o resultado direto não é uma mercadoria palpável material, e é caracterizado pela ação, pelo labor intelectual. Todavia, a reflexão apresentada nessa pesquisa contrapõe as compreensões apresentadas por HARDT e NEGRI (2002), LAZZARATO (2006) e GORZ (2005), que resultam em um distanciamento entre essas duas categorias e que desenvolvem análises que retiram a centralidade do trabalho das reflexões científicas, que negam a teoria do valor propagando o inexplicável fim do trabalho no mundo atual. A reflexão dessa pesquisa compreende da mesma forma que ANTUNES (2011) que tanto o

trabalho material quanto o trabalho imaterial são expressões do trabalho vivo, que compõe conjuntamente o trabalho social, complexo e combinado que gera mais-valor ou valoriza o capital. Diversas formas de trabalho imaterial no mundo atual geram diretamente mais-valor mesmo não produzindo uma mercadoria palpável, e conforme aponta ANTUNES (2011) o trabalho imaterial hoje *agrega coágulos de trabalho vivo na lógica da acumulação de capital em sua materialidade, inserindo-os no tempo social médio necessário para a produção de mercadorias*. O autor ainda afirma que:

O maquinário informacional-digital avançado existente hoje é resultado da interação ativa entre o saber intelectual do trabalho que atua junto à máquina informatizada, uma vez que são "órgãos do cérebro humano logrado pelas mãos humanas", conforme a caracterização de Marx nos Grundrisse, dando novas dimensões e configurações à teoria do valor, que articula, portanto, tanto trabalho material como imaterial, ambos imprescindíveis para a criação de mais-valia e que são parte constitutiva do trabalho social, complexo e combinado existente em escala global. (Antunes, 2011)

Com essa perspectiva, diante os efeitos estruturais promovidos pela contínua reestruturação produtiva, é possível visualizar uma hipertrofia do formato do trabalho imaterial no mundo atual, com uma tendência crescente não dominante, inserido nas funções de valorização do capital e de criação de mais-valor. Nesse sentido, ANTUNES (2013) conclui que:

[...] a possibilidade de compreensão das novas modalidades e formas de vigência dessa lei, modalidades essas que se encontram presentes no novo proletariado de serviços (o cibertariado ou infoproletariado), que exerce atividades de perfil acentuadamente *imateriais*, mas que é parte constitutiva da criação de valor e mais ou menos imbricado com os trabalhos *materiais*. (...) No universo mais analítico é preciso acrescentar que, como ciência e trabalho mesclam-se ainda mais diretamente no mundo da produção, *a potência criadora* do trabalho vivo assume tanto a forma *ainda dominante* do trabalho *material* como a *modalidade tendencial* do trabalho *imaterial*, uma vez que a própria criação do maquinário informacional-digital avançado é resultado da interação ativa entre o saber intelectual cognitivo do trabalho atuando com a máquina informatizada. (p. 26)

Recorrendo as concepções, na lógica de Marx a respeito das categorias, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, trabalho material, trabalho imaterial (não-material conforme denomina Marx), é possível compreender que todas essas categorias inseridas no processo global de reprodução do capital se encontram imbricadas entre si, e não apontam para qualquer avaliação que resulte no abandono da teoria do valor, ou mesmo em um suposto fim da centralidade do trabalho, ou mesmo em uma avaliação restrita de que os operários fabris se constituem hoje como o setor fundamental, determinante para a concretização do processo revolucionário, e que portanto os mesmos devem ser considerados como o polo mais importante para qualquer organização das trabalhadoras e trabalhadores avançarem no processo de transformação social. Essa pesquisa considera todas essas premissas descritas acima, como incorretas.

O terceiro e importante aspecto a ser abordado nesse debate se refere a terminologia do termo proletariado e do conceito de classe trabalhadora nas obras de Marx e Engels; porque se compreendemos que o sujeito revolucionário é o proletariado ou mesmo que a classe revolucionária é a classe trabalhadora; é importante compreender se “proletariado” ou “classe trabalhadora” nas obras de Marx e Engels, são sinônimos de operários fabris ou não.

O proletariado em sua forma de ser no mundo contemporâneo é uma consequência do surgimento e do desenvolvimento capitalista, se configurando em uma classe que não tem nada a perder. ANTUNES (2015) destaca um trecho de uma das primeiras obras de Marx (2005, 155-156), que apresenta a seguinte compreensão sobre “proletariado”:

[...] uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma, nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade, sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a *perda total de humanidade*. Portanto, ela só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total do homem*. A dissolução da sociedade como classe particular é o *proletariado*. (...) Na Alemanha, o proletariado está apenas começando a se formar, como resultado do movimento industrial. Nós sabemos que a região da Remânia era uma região industrializada. As demais áreas da Alemanha eram ainda de tal, muito ligada à propriedade fundiária, à terra. Então é uma classe que está apenas começando a se formar, como resultado do movimento industrial, pois o que constitui o proletariado não é a pobreza que naturalmente existe – não é isto o proletariado -, mas a pobreza produzida artificialmente. Não é a massa do povo mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que

provém da desintegração aguda da sociedade, e, acima de tudo, da desintegração da classe média.

Em outra obra de Marx, Os Manuscritos Econômicos Filosóficos, já abordando aspectos sobre a economia política, Marx desenvolve mais elementos para compreender a caracterização sobre classe trabalhadora.<sup>192</sup> Marx expressa a ideia de que a classe trabalhadora é composta por aqueles e aquelas que apenas trabalham, que a sua sobrevivência depende da venda da sua força de trabalho, de sua força física. O proletariado não tem na vida, nada mais do que sua “força física” que a coloca a venda como mercadoria, para garantir a sobrevivência própria e de sua “prole”. Marx afirma que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias se cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (...) A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. (Marx, 2004, 80-81).

No Manifesto Comunista<sup>193</sup>, um texto elaborado com objetivos panfletários, mas nem por isso sem contar com rigor científico, Marx e Engels ora consta o termo operário, ora proletário. A interpretação dos estudos realizados para essa pesquisa é de que essa obra também não autoriza uma compreensão restrita para esse debate. Em um dos trechos, os autores escreveram que:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários

---

<sup>192</sup> Antunes (2015, 101-102) desenvolve com precisão essa reflexão.

<sup>193</sup> Ver Marx (2010).

modernos. E só tem trabalho quando seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro. Em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (...) com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. (...) De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, *só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária.* (Marx, 2010, 46-47. Grifo meu.)

Badaró (2009) recorre ao capítulo XXIV do livro I de o Capital, para lembrar que Marx aponta um processo histórico para a formação da classe trabalhadora.<sup>194</sup>

Definindo um processo de proletarização como chave para o entendimento da acumulação primitiva de capital – “o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção” -, Marx explica a formação de uma classe de trabalhadores “livres como pássaros” como decorrente de um longo e violento movimento de expropriação, marcado por momentos em que “grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários.” Da expropriação à exploração, eis o caminho histórico de formação da classe. (Badaró, 2009, 22-23)

Nessa perspectiva, CARCANHOLO, MEDEIROS (2012) avaliam que na visão de Marx a concepção de classe trabalhadora possui um caráter amplo, que o sentido de proletário é aquele assalariado que produz e expande o capital, e que é lançado à rua quando o mesmo se torna supérfluo às necessidades de sua produção e valorização.<sup>195</sup> Assim, os atores destacam que:

[...] a única condição para que um indivíduo integre a classe trabalhadora é ter sua condição de vida e social subordinada ao aproveitamento de sua força de trabalho pelo capital, seja esse

<sup>194</sup> Badaró (2009) compreende que “classe trabalhadora”, tem como sinônimo “proletariado”, normalmente associado ao conjunto daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho.

<sup>195</sup> Ver CARCANHOLO E MEDEIROS (2012, 191-192). Ver MARX (2013, 690).

aproveitamento efetivo (trabalhador ativo) ou potencial (trabalhador “em espera”), direto (nos próprios circuitos de valorização do capital) ou indireto (nas atividades sociais indispensáveis à produção de valor, mas externas a essa produção). (p. 191)

Para finalizar o debate sobre esse aspecto que trata das terminologias, é importante registrar que Marx e Engels nunca limitaram a compreensão sobre classe trabalhadora ao elemento econômico, mas a compreensão estava relacionada a uma interação de elementos que contemplava o político, a ideologia e a consciência de classe, de modo que todos esses elementos estavam inseridos no processo de luta de classes. Nesse sentido, vale resgatar a importante contribuição de E. P. Thompson, que baseado em uma fina leitura das obras de Marx, visualizou a classe trabalhadora em um constante movimento ativo, em um *fazer-se*, tratando sem determinismos e de forma simultânea e interligadas os aspectos políticos, econômicos e culturais. Como afirmou Thompson (2010) no primeiro parágrafo da introdução de seu livro, *a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se*. O autor afirma que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos mobilizá-la num dado momento e dissecar a sua estrutura. (...) A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (...) A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes mas nunca exatamente da mesma forma. (Thompson, 2010, 9-10).

Compreende-se, portanto, que a classe trabalhadora não nasce pronta, não é uma estrutura positivista, automática e estática, e não é correto caracterizar de forma restritiva levando em consideração apenas um ou outro aspecto. Thompson contribui para esse debate

apontando a necessidade de se visualizar no primeiro momento o fazer-se cotidiano e histórico, que traduz na formação da classe levando em consideração o conjunto de experiências comuns, identidades, compreensões, dilemas materiais, que articuladas é capaz de colocar um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores em movimento na defesa de interesses comuns que se diferem e se antagonizam a um conjunto de outros interesses de outra classe.

O quarto aspecto que a pesquisa pauta para esse debate leva em consideração a questão do desenvolvimento do modelo toyotista na segunda metade do século XX, que somado à intensa implementação da política neoliberal em diversos países e ao desenvolvimento do capital financeiro diante de uma conjuntura internacional; percebe-se mudanças objetivas e subjetivas na estrutura da classe trabalhadora e da estrutura social do capitalismo. Subjetivamente se destaca, por exemplo, o fortalecimento de valores individuais em detrimento de valores coletivos, além da insegurança e do medo de perder o emprego caracterizar o imaginário da classe trabalhadora. Objetivamente, as transformações também foram significativas quando se percebe inicialmente que nos últimos 25 anos do século XX, com a reestruturação produtiva, com a flexibilização e com a desconcentração do espaço físico da estrutura fabril; ocorreu em países desenvolvidos e subdesenvolvidos uma redução do proletariado fabril (ANTUNES, 1994) e a redução do oferecimento de trabalho mais estável. Para entender um pouco mais o significado dessa reestruturação produtiva, no Brasil, Mattos (1998) recorre aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostram que de julho de 1994 a janeiro de 1998, a indústria brasileira<sup>196</sup> eliminou 38% dos postos de trabalho desse setor.<sup>197</sup> Nessa reflexão, Mattos (1998) ressalta que no decorrer da segunda metade do século XX, em que a economia brasileira vivenciou um notável desenvolvimento industrial, apenas 30% da população economicamente ativa (PEA) foi absorvida para ocupar os postos de trabalho nas fábricas.

---

<sup>196</sup> A compreensão do termo indústria utilizada nesse trecho, não é a mesma noção ampliada do termo utilizada por Karl Marx em seus escritos. Nesse debate, o termo indústria é utilizado para se referir ao trabalho desenvolvido dentro de fábricas apenas.

<sup>197</sup> Segundo Mattos (1998), a metodologia utilizada pelo IBGE nessa pesquisa, considera cidadãos como empregados, todos que declaram ter realizado qualquer tipo de trabalho nas semanas que antecedem à pesquisa. De 1998 a 2009, não houve uma modificação substantiva na conjuntura do setor industrial, ou seja, os postos eliminados no período de 1994 a 1998, não foram recuperados. Com a última crise econômica mundial em 2008, desencadeada inicialmente nos EUA, segundo Mattos (2009), de outubro de 2008 a fevereiro de 2009, os postos de trabalho no setor industrial fabril diminuíram consecutivamente, mês após mês.

A afirmação quanto à ocorrência de mudanças no campo das relações do trabalho se deve pela expansão e pela “regularização” do trabalho dito precário caracterizado por uma nova regulamentação flexibilizada dos direitos trabalhistas e sindicais. Nos últimos 25 anos, pensando tanto no cenário nacional quanto internacional, é visível a ocorrência de uma proliferação do trabalho terceirizado e temporário, que Antunes (2005) também classifica como “subcontratados e subproletariado fabril e de serviços”.<sup>198</sup> Refletindo sobre essa nova configuração da estrutura do trabalho, no campo formal, destaca-se segundo Antunes (2005, 28-32), que houve um aumento expressivo do trabalho feminino que chega a ocupar mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, ocupando os postos mais precarizados e temporários, com uma remuneração salarial inferior a dos homens, além de exercerem funções baseadas no trabalho intensivo que exigem uma qualificação menor<sup>199</sup>.

Quando se pensa a configuração total da estrutura social do trabalho no capitalismo hoje, pontua-se a vigência do desemprego estrutural<sup>200</sup> e a existência de um alto índice do trabalho informal precarizado. Segundo Mézaros (2002) a problemática do desemprego se modificou no decorrer do século XX, não atingindo somente as áreas mais subdesenvolvidas do globo, bem como não afetando somente os estratos “mais qualificados” da classe trabalhadora<sup>201</sup>. Para o autor, o problema do desemprego:

[...] não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores “altamente qualificados”, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis (MÉSZAROS, 2002, 1005).

---

<sup>198</sup> O predomínio do trabalho terceirizado e temporário gerou inúmeras consequências subjetivas no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores, visto que com essa estrutura organizativa do trabalho, não se incentiva o desenvolvimento de vínculos com o local de trabalho por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores diante o caráter temporário do emprego, além de dificultar a busca por projetos e ideais coletivos, quando o curto período proposto pelo contrato de trabalho não permite a construção de identidades coletivas. Essas condições impostas pelos contratos de trabalho temporários não estimulam também a aproximação dessas trabalhadoras e desses trabalhadores com a cultura sindical. Percebe-se que em muitas empresas privadas e setores públicos, as trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados não possuem o hábito de vivenciar cotidianamente a rotina sindical, e em alguns casos não chegam a se conhecer, suas representações sindicais.

<sup>199</sup> Destaca-se que essas funções são exercidas em sua maioria por trabalhadoras imigrantes negras e trabalhadores imigrantes negros.

<sup>200</sup> Ver ANTUNES, 2005 e MÉSZAROS, 2002.

<sup>201</sup> Sobre esse debate, ver também SANTOS, 2008.

Segundo Santos (2008), de acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2006 o número total de desempregados em todo o globo terrestre era de 195,2 milhões de pessoas, o que equivalia a 6,3% da população mundial. A autora destaca também que apesar da questão do desemprego caracterizar o capitalismo desde o seu desenvolvimento inicial; atualmente o problema do desemprego ganhou mais complexidade e heterogeneidade, atingindo com todas as ressalvas<sup>202</sup>, “todos os segmentos sociais”. Os dados do IBGE<sup>203</sup> apontam que, em fevereiro de 2009, no Brasil a taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas foi de 8,5%. E em 2004, foi registrada a taxa mais alta de desemprego no Brasil, desde 2003, atingindo 12%.

Essas modificações citadas acima, principalmente no que se refere à estruturação do desemprego na sociedade atual, modificam a essência do conjunto de pessoas desempregadas existentes no Brasil e no mundo. Se no início do desenvolvimento do capitalismo, por não estarem inseridas no campo da produção de mercadorias, lhes era dedicado um peso insignificante no processo de luta de classes; esse momento requer outro olhar, outra análise, sendo necessário lhes atribuir uma importância considerável.

Em virtude da lógica destrutiva de produção e reprodução do capital, o capital busca de forma incessante a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, provocando assim uma constante taxa de desemprego. *Essa movimentação do capital mantém e eleva a margem de lucro do capital por criar condições políticas para a redução salarial e a intensificação do processo de exploração e precarização do trabalho* que em muitos momentos encontra menos resistência e respaldo diante da subjetividade das trabalhadoras e dos trabalhadores que carregam o medo do desemprego.

Nesse novo contexto o caráter estrutural do capitalismo, embora provoque o sentimento de que “não há nada a perder,<sup>204</sup>” diante da insegurança, do constrangimento, do abandono, da indiferença e da conseqüente miséria e degradação que as trabalhadoras e os

---

<sup>202</sup> É importante entender que a inserção do desemprego nos segmentos sociais, ocorre com as suas devidas peculiaridades, relativas à idade, gênero, etnia, escolaridade e rendimento familiar.

<sup>203</sup> Ver em: <<http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml#>>. Acesso em: 20 jun. 2009. Ver também esses dados analisados em Mattos (2009).

<sup>204</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, em O Manifesto Comunista de 1848, afirmaram que os proletários nada tinham a perder, a não ser seus grilhões. Entendemos que na realidade atual, identificada pelo medo de perder o emprego, pelo medo da miséria; os desempregados constituem um fragmento social que por vivenciarem uma realidade objetiva e subjetiva caracterizada por uma intensa degradação, não tem, portanto esse setor, nada a perder.

trabalhadores se inserem; cabe analisar que, no amplo contingente de desempregadas e desempregados, estão também, as trabalhadoras e os trabalhadores com um alto nível de qualificação, que possuem a experiência no processo de produção/circulação de mercadorias. Ou seja, apesar de se encontrarem por um longo período na situação de desemprego, não há motivos para serem considerados “irrelevantes” essas trabalhadoras e esses trabalhadores no processo de luta de classes, sobretudo, tendo em vista que já vivenciaram o cotidiano do processo de produção e circulação de capital.

Hoje, o trabalho informal é um setor significativo na economia brasileira (SANTOS, 2008) e constitui assim um enorme campo dentro do interior da complexa configuração da classe trabalhadora e segundo Alves e Tavares (2006, 432), essa gama de trabalhadoras e trabalhadores informais contribui:

[...] para que se efetive a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e caracteriza-se por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço], auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes, são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda.

Nesse mesmo caminho reflexivo, Antunes (2013) concebe a informalidade como uma ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho, se configurando como um mecanismo central utilizado pelo capital para ampliar a intensificação dos ritmos e dos movimentos do trabalho e para ampliar seu processo de valorização.<sup>205</sup>

Segundo Noronha (2001) apud Santos (2008), a informalidade está presente no Brasil desde os anos 60,<sup>206</sup> em que recebia a denominação de “subemprego”. Nesse período, esse setor era constituído pelos aglomerados de pessoas que migravam do campo para a cidade e que viviam em uma situação permanente de desemprego. Para Tafner (2006) apud Santos, o

<sup>205</sup> Ver Antunes (2013), p. 17.

<sup>206</sup> Essa informalidade refere-se ao conceito contemporâneo, específico desse momento, utilizado por pesquisadores de inúmeras áreas quando citam a informalidade como um elemento da atual conjuntura política, econômica, social e cultural no Brasil. Pois cabe lembrar, que a condição de informalidade caracterizou as condições de trabalho no Brasil desde o período da colonização portuguesa.

Plano Real elaborado em 1994, pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), consolidou na economia brasileira a existência do trabalho informal precarizado. Sobre essa questão, Santos (2008) afirma que:

Até 1995, a cada aumento na oferta de emprego formal correspondia uma redução do índice de trabalhadores na informalidade. Porém, a lógica mudou e a tendência mostra que a criação de novos empregos com carteira assinada não causa mais esse impacto. A informalidade passou a ser um traço característico do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nos últimos 11 anos.

A consolidação do trabalho informal precarizado nos anos 90 ocorreu também devido o desaparecimento de inúmeros postos e funções de trabalho diante a reestruturação produtiva nos moldes toyotistas. Segundo os dados do IBGE representados na tabela abaixo, entre 1989 e 1996 houve um crescimento de aproximadamente 39,1% do trabalho sem registro, constituindo 43,7% da população economicamente ativa. Ou seja, nesse período, mais de 40% da população economicamente ativa no Brasil estava submetida ao trabalho informal caracterizado pela ausência de encargos e direitos trabalhistas, e caracterizado pelo não envolvimento com qualquer tipo de organização sindical. Isso trouxe inúmeras conseqüências negativas para o movimento sindical no país no decorrer da década de 1990.

Tabela 10

Variação do índice da População Economicamente Ativa (PEA) e do número de trabalhadoras e trabalhadores com registro e sem registro, no Brasil, no período de 1989 a 1996

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL		
	1989	1996	%
<b>PEA Assalariada (1000)</b>	38.459	41.077	+ 6,8%
<b>PEA Assalariada/PEA Total (%)</b>	66,0%	63,2%	-
<b>Com registro (1000)</b>	25.523	23.089	- 9,5
<b>Sem registro (1000)</b>	12.936	17.988	+ 39,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1989). Rio de Janeiro: IBGE  
 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1989). Rio de Janeiro: IBGE  
 RAIS (1989) Brasília: Mtb.  
 RAIS (1996) Brasília: Mtb.

Segundo Mattos (2009), em 2007, no meio urbano:

[...] entre as 74.207.000 pessoas ocupadas, 72,9% eram empregados, 20,4% por conta própria, 2,5% ocupados não remunerados e 4% empregadores. Entre os empregados, 23,6% não possuíam carteira de trabalho assinada, o que somado aos por conta própria significa cerca de 44% de trabalhos precários.

Ou seja, levando em consideração o período histórico no qual o objeto dessa pesquisa é avaliado, não houve nenhuma modificação nos últimos anos no setor informal que influenciasse a realização de outra reflexão, que nos levasse a outros resultados diferentes dos apresentados até aqui.

A terceirização constitui hoje um elemento importante na configuração da classe trabalhadora, e é fruto das transformações subjetivas e objetivas desenvolvidas do processo da reestruturação toyotista presente no capitalismo nessas últimas décadas. Esse fenômeno presente nas esferas do capital hoje resulta no oferecimento de força de trabalho de uma empresa, para outras empresas. Para tentar compreender a lógica desse mecanismo tão presente hoje na estrutura do mundo do trabalho no Brasil, Mattos (2009) lembra que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que foi privatizada no início de 1999, empregava em 1989, 23 mil trabalhadoras e trabalhadores vinculados diretamente à CSN. Após a privatização, esse quadro mudou, e hoje a CSN emprega cerca de oito mil trabalhadoras e trabalhadores vinculados diretamente à Companhia, e utiliza o serviço de nove mil trabalhadoras e trabalhadores com vinculação a empresas terceirizadas, que juntos (17 mil) mantêm o funcionamento cotidiano das atividades dessa antiga empresa estatal.<sup>207</sup> Ou seja, nove mil trabalhadoras e trabalhadores desenvolvem cotidianamente as suas funções na CSN, mas possuem vínculo empregatício com outras empresas.

---

<sup>207</sup> Esse trabalho acadêmico não aprofundará a reflexão sobre a problemática da intensificação do trabalho, que é uma questão de extrema relevância para a reflexão sobre as contradições existentes hoje no mundo do trabalho, devido os limites desse trabalho. Mas é possível perceber explicitamente que, se antes da ocorrência da privatização, a CSN contava com 23 mil trabalhadoras e trabalhadores, e após a privatização o quadro geral final (trabalhadoras e trabalhadores vinculados diretamente e trabalhadoras e trabalhadores terceirizados) foi reduzido para 17 mil trabalhadoras e trabalhadores, com a necessidade de manter um nível elevado de produção; ocorreu uma intensificação do ritmo de trabalho. Para um debate mais aprofundado sobre esse processo, ver Gracioli (2007).

Portanto, diante das transformações ocorridas nesse último período histórico, existem notáveis diferenças objetivas e subjetivas no imaginário das trabalhadoras e dos trabalhadores dessa Companhia e de outros estabelecimentos que possuem uma realidade semelhante ao caso da CSN. Como uma trabalhadora terceirizada ou um trabalhador terceirizado que presta serviço em um determinado estabelecimento, entende o fato de não possuir as mesmas condições de trabalho que a trabalhadora ou o trabalhador vinculado diretamente a esse estabelecimento, sendo que ambos dividem o mesmo espaço de trabalho, dividem o mesmo espaço nos intervalos das atividades e possuem responsabilidades vitais para o funcionamento da empresa? E a questão sindical? As trabalhadoras ou os trabalhadores vinculados diretamente à empresa matriz possuem um contato mais próximo, cotidiano com o movimento sindical, com as/os representantes sindicais, ao passo que as trabalhadoras terceirizadas e os trabalhadores terceirizados, apesar de contribuírem mensalmente com o seu sindicato, por vezes não conhecem a estrutura física do mesmo. Como, em muitos casos, a sede do sindicato está localizada em outra cidade, diferente da que desenvolve suas atividades, as trabalhadoras terceirizadas e os trabalhadores terceirizados sequer conhecem os seus representantes. O fenômeno da terceirização afetou diretamente a organização sindical no país, e nos últimos anos, os sindicatos (alguns por incapacidade diante das dificuldades conjunturais e outros por opção política), não organizaram essa parcela expressiva de trabalhadoras terceirizadas e trabalhadores terceirizados.

Outra característica relevante da atual estrutura do trabalho no Brasil, em seus diversos setores é a expansão do número de estagiárias/estagiários ou bolsistas.<sup>208</sup> Em ambos os casos, a remuneração paga em troca da atividade desenvolvida pelas estagiárias e estagiários ou bolsistas, é relevantemente menor do que a remuneração paga a uma trabalhadora formada ou trabalhador formado que atua na mesma área e desempenha as mesmas atividades. A essa condição, acrescentam-se os fatos de que a carga horária de trabalho para a estagiária, o estagiário ou bolsista é a mesma de um profissional, e que a empresa sendo ela pública ou privada, possuirá um número reduzido de encargos trabalhistas com a utilização dessas categorias de trabalhadoras e trabalhadores. Esse mecanismo, em muitos locais, é estratégico

---

<sup>208</sup> Há uma diferença entre esses termos. As estagiárias e os estagiários desenvolvem atividades relacionadas ao seu campo de estudo, atividades que serão desenvolvidas no futuro enquanto profissional graduado. Já a condição de bolsista não prevê isso. No setor público, o bolsista vende a sua força de trabalho em troca de uma bolsa que não equivale sequer ao valor referente do salário mínimo, e a atividade desenvolvida pela bolsista ou pelo bolsista não necessita ser vinculada a área de estudo de sua graduação.

para suprir o número necessário de trabalhadoras e trabalhadores que garantam o funcionamento estável de determinada repartição, seja ela pública ou privada.

Uma consequência negativa gerada para a luta da classe trabalhadora em busca de conquistas, diante da expansão do número de estagiárias/estagiários e bolsistas, é percebida nos momentos de enfrentamentos e reivindicações; como numa greve ou paralisação. Por não possuírem os mesmos direitos trabalhistas que as trabalhadoras e os trabalhadores profissionais, não se somam à organização coletiva e permanecem em seus setores de trabalho desempenhando as funções cotidianas<sup>209</sup>. Dessa forma, em muitos casos, as greves e paralisações perderam, por esse e outros motivos, parte de sua potencialidade; trazendo consequências danosas às relações e condições de trabalho. Entendemos, portanto, que não é um equívoco enxergar os estagiários e bolsistas como integrantes da classe trabalhadora, quando percebemos que esses desempenham em condições mais precárias, as mesmas atividades que um trabalhador profissional, tendo, inclusive, em muitos casos, desenvolvido atividades autonomamente e assumido responsabilidades centrais, para o funcionamento do setor de trabalho, e sentindo subjetiva e objetivamente as contradições da estrutura do trabalho na sociedade capitalista vigente.

O quinto aspecto se refere a constatação de que o capitalismo funciona como um “todo orgânico” e que as suas três esferas atuam em um ciclo dialético permite concluir que outros segmentos da classe trabalhadora (além dos operários fabris) também são capazes de se defrontar centralmente o capital. Dito de outra forma, como o capital não se sustenta apenas pela esfera produtiva; se a esfera da circulação for afetada, em virtude das lutas realizadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores, o ciclo da reprodução do capital será interrompido, dificultando, num primeiro momento, e impossibilitando, posteriormente, a realização do investimento também na esfera produtiva, prejudicando assim a manutenção da taxa de lucro

---

<sup>209</sup> Destaca se nesse ponto, que a mesma reflexão que foi realizada sobre as problemáticas desenvolvidas diante a utilização expansiva do serviço prestado pelas estagiárias, estagiários e bolsistas, equivalem para a utilização de força de trabalho terceirizada. Em muitas empresas, quando ocorrem greves e paralisações, em que o sindicato não organiza efetivamente as trabalhadoras terceirizadas e os trabalhadores terceirizados, essas e esses continuam desempenhando as atividades cotidianas. Além disso, se pontua também o fato de que a trabalhadora terceirizada, o trabalhador terceirizado, a estagiária, o estagiário e bolsista, possuem subjetivamente um receio em participar ativamente dos processos de paralisações e greves, por não possuírem representações sindicais nos próprios locais de trabalho e por não possuírem os mesmos direitos trabalhistas que as trabalhadoras e os trabalhadores formais vinculados diretamente com a Instituição pública ou privada, possuem. E na maioria dos casos, o contrato de trabalho dessas frações é temporário, sujeito ou não à renovação. Todos esses elementos influenciam atualmente, na organização coletiva e sindical das trabalhadoras e dos trabalhadores.

para o capital. Tal como demonstrou Karl Marx, analisando o sistema capitalista de forma dialética, entende-se que, para o funcionamento regular do ciclo do capital, é composto por três esferas: produção, circulação e consumo<sup>210</sup>. Assim, Marx (1974) afirma que:

Em sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição de produtos, mais alijada da produção e, podemos dizer, independente dessa. Mas antes de ser distribuição de produtos é: 1) distribuição de instrumentos de produção, e 2) o que é outra determinação da mesma relação, distribuição dos membros da sociedade entre os diferentes gêneros de produção. (Subordinação dos indivíduos a relações determinadas.) A distribuição de produtos não é, manifestamente, senão o resultado desta distribuição, que se acha incluída no próprio processo de produção, e determina a estrutura da produção. Considerar a produção sem levar em conta esta distribuição, que se acha incluída nela, é manifestamente uma abstração vazia, enquanto, pelo contrário, a distribuição de produtos se acha implícita nesta distribuição, que constitui em sua origem um momento da própria produção.

Portanto, a reestruturação produtiva que ocorreu nos marcos do toyotismo, com os seus impactos objetivos e subjetivos para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil e no mundo, bem como a concepção baseada na totalidade do trabalho como antagonista ao capital e a visualização do funcionamento do sistema do capital como um ciclo dialético demonstram uma incoerência teórica presente na construção da CONLUTAS que se for adotada ainda pelo conjunto do movimento as trabalhadoras e dos trabalhadores, pode desencadear implicações práticas e concretas no que se refere à estratégia e concepção de

---

<sup>210</sup> A consideração de que a esfera produtiva é preponderante no ciclo do capital, não implica entender que as trabalhadoras e os trabalhadores operários fabris, que realizam trabalho material produtivo, constituem a fração central e mais importante da classe trabalhadora no processo revolucionário. Entende-se que de nada adianta criar uma mercadoria e gerar mais valor, se essa mercadoria não sair da fábrica, e se o capital não for valorizado. Marx demonstra que há no interior da esfera da circulação, a realização de trabalho imaterial improdutivo (que não produz mais-valia); mas que é complementar à produção, pois viabiliza a realização de mais-valor completando o ciclo de valorização do capital. Além disso, no desenvolvimento de sua análise sobre o funcionamento do sistema capitalista, Marx demonstra que algumas formas de trabalho imaterial também geram mais-valor (setores de transportes e comunicações). Então não se entende o motivo em considerar as trabalhadoras e os trabalhadores imateriais produtivos ou improdutivos, como menos importantes do que as trabalhadoras e os trabalhadores materiais produtivos. Ver Marx (2006), Livro 2 – Capítulos 1 e 6.

construção, organização e funcionamento das entidades organizativa. Assim, paradoxalmente, apesar de se apresentar com uma nova proposta de organização sindical e popular, a CONLUTAS manteve na essência uma antiga concepção teórica, concepção essa que é incapaz de organizar os diversos setores e segmentos da classe trabalhadora que estão fora das relações formais de trabalho, em especial, da produção de *mais valor*.

É um equívoco pensar que somente as trabalhadoras e os trabalhadores da esfera industrial fabril possuem uma centralidade na luta pela transformação da sociedade, na luta pela destruição do capitalismo. Acreditamos ser um equívoco, portanto, restringir somente a trabalhadora e ao trabalhador que produz mercadoria a condição de vanguarda no processo social da transformação. Segundo Mézaros (2007), a questão vital do agente social da transformação não é a relação mutável entre trabalhadoras/es de “macacão” e de “gravata”, mas sim “o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho”. Para o autor:

Esse confronto não se restringe a esta ou àquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho como antagonista do capital. Em outras palavras, o trabalho como antagonista do capital – isto é, daquele que se auto-afirma globalmente como o “capital social total”, e que só pode ser a “totalidade do trabalho”, em uma escala global – submete a si todas as suas parcelas e variedades, seja qual for a sua configuração socioeconômica no presente estágio da história (MÉSZAROS, 2007,71).

Nesse sentido, concordamos com as compreensões de Antunes (2009) quando fala da ocorrência de:

[...] uma redução do proletariado industrial, fabril tradicional, manual, *estável* e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista, especialmente nos países capitalistas avançados. Esse proletariado vinculado aos ramos mais tradicionais está dando lugar a formas mais desregulamentadas de ocupação, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais, herança da fase taylorista/fordista. Há entretanto, outra tendência muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de *trabalho precarizado*. São os terceirizados, subcontratados, part-time,

entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. Com a desestruturação crescente do Estado de bem-estar social nos países do Norte e aumento da desregulamentação laboral nos países do Sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização.

Assim, da mesma forma que Antunes (2009), compreendemos a classe trabalhadora como:

[...] a totalidade de assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a *classe-que-vive-do-trabalho* e que portanto, na classe trabalhadora hoje, é preciso reconhecer esse desenho composto, heterogêneo e multifacetado que caracteriza a *nova conformação da classe trabalhadora*: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, incluídos e excluídos, temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital. (...) Não fazem parte da classe trabalhadora moderna, em nosso entendimento, os gestores, pelo papel central que exercem no controle, gestão e sistema de mando do capital, cuja consciência é dada pelo capital. Estão *excluídos* também os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é proprietária e detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção. E estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação.<sup>211</sup> (destaques realizados pelo autor).

Dessa forma, essa pesquisa se opõe à concepção determinista, que desconsidera os inúmeros fatores que contribuíram e que contribuem na formação da classe trabalhadora, ao afirmar que somente a trabalhadora ou o trabalhador da industrial fabril, somente aquela e aquele que produz mercadoria possui a centralidade do potencial revolucionário, que somente esse setor é capaz de ser a vanguarda e a direção política em um processo de transformação social. A classe trabalhadora hoje deve ser enxergada no plural, constituída por inúmeros fragmentos, que procuramos descrever sinteticamente nos parágrafos acima,<sup>212</sup> e para a

<sup>211</sup> Ver ANTUNES, 2009, p. 235-238.

<sup>212</sup> Esse tópico visa demonstrar o retrato do que essa pesquisa compreende ser a hoje, a configuração da classe trabalhadora no Brasil. Para isso, é utilizado dados referentes aos últimos 20 anos; e apesar de não termos utilizado com mais profundidade, dados referentes aos primeiros anos do século XXI, entende-se que não houve nenhuma transformação relevante nesse curto espaço de tempo, que modificasse a configuração da classe trabalhadora no Brasil hoje.

concepção desse trabalho acadêmico baseada no *trabalho como antagonista irreconciliável do capital*,<sup>213</sup> é o conjunto dessas frações da *totalidade do trabalho*,<sup>214</sup> que possui uma grande potencialidade capaz de superar a estrutura global e destrutiva do capital. E no que se refere à vanguarda, esse trabalho acadêmico não enxerga nenhuma coerência a afirmação de que necessariamente, de que cabe ao fragmento operário fabril, a tarefa de iniciar o processo revolucionário. Essa tarefa é conjuntural, e dependendo dos inúmeros fatores que caracterizam a cultura, a economia, a política e o fazer-se da classe em determinada região, qualquer fração da classe trabalhadora capaz de interromper o ciclo de reprodução do capital, pode ser a vanguarda do processo revolucionário.

Por isso, na atual conjuntura política brasileira, não há razão para se considerar uma fração da classe trabalhadora (setor operário fabril) superior a qualquer outra fração dessa mesma classe dentro de uma organização como a CONLUTAS, que se propunha de forma inédita na História do movimento da classe trabalhadora no Brasil, organizar em um mesmo espaço, as trabalhadoras sindicalizadas e os trabalhadores sindicalizados, as trabalhadoras e os trabalhadores informais, as desempregadas e os desempregados e os provenientes dos movimentos populares.

A outra concepção expressa pelo setor majoritário da CONLUTAS, por via de sua direção e de seus documentos e teses se refere a avaliação determinista e estática de que os sindicatos constituíam o setor mais importante da central. A pesquisa desenvolvida aqui avalia com muitas ressalvas e criticidade essa compreensão, e julga como falha a hipótese de que as trabalhadoras e os trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho recorrem em massa aos sindicatos, quando buscam o caminho da luta em defesa de seus direitos e interesses. A conjuntura política recente demonstra que não tem sido essa a prática adotada pela classe trabalhadora que não está vinculada aos sindicatos, e as lutas mais potentes que ocorreram no país nos últimos anos, passaram por fora da estrutura sindical, geralmente burocratizada, distante da realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores e atrelada ao Estado. Pode-se citar, por exemplo, a potente greve das trabalhadoras e dos trabalhadores garis no Rio de Janeiro em 2014 que a revelia do sindicato que as/os representavam (que em diversos momentos se posicionou contra a greve e defendeu reajustes salariais abaixo do índice reivindicado pelo movimento de greve), conquistaram um dos maiores reajustes obtidos se considerarmos os

---

<sup>213</sup> Termo utilizado por Mészáros (2007, p. 72).

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 72.

acordos assinados junto aos governos e Estado, diante de inúmeras greves estaduais e nacionais organizadas por setores históricos do movimento sindical brasileiro.

Se a experiência dos últimos 30 anos tem revelado que, em plena reestruturação toyotista da esfera produtiva do capital no Brasil, os sindicatos não conseguiram corresponder organizativamente às necessidades das desempregadas, dos desempregados, das trabalhadoras e dos trabalhadores informais e/ou com contratos de trabalho temporários; e se, nesse período, a maioria dos sindicatos não conseguiu contribuir para a organização das trabalhadoras terceirizadas e dos trabalhadores terceirizados; se, portanto, essas entidades representativas não conseguem ser eficazes na organização dos inúmeros setores fragmentados da classe trabalhadora; como considerar, então, os sindicatos como o principal instrumento de luta hoje no Brasil? Qual o sentido em se reafirmar a tese que considera como central, para a organização das lutas, o setor sindical que se encontra hoje em sua grande parte, atrelado ao Estado, burocratizado, distante dos dilemas e contradições dos locais de trabalho e por isso incapazes de organizar o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores? Mais do que isso, como conciliar essas teses com a proposta da CONLUTAS em ser uma Central Sindical e Popular? Além de ser difícil encontrar respostas plausíveis para essas indagações, cabe ressaltar, ainda, que no período atual, em que o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil luta pela manutenção dos direitos sociais adquiridos no decorrer do século XX, as desempregadas e os desempregados, as trabalhadoras e os trabalhadores informais, temporários, part-time, constituem também (em conjunto com os outros setores do proletariado brasileiro) um amplo setor da população hoje no país, não se encontram organizadas e organizados em sindicatos não possuindo portanto essa experiência, essa vivência sindical, e diante a condição de miserabilidade, das precárias condições de vida e de trabalho, não possuem nada a perder, há não ser os seus próprios grilhões que os mantêm nessa precária realidade.

Em que pese ser correto afirmar que os sindicatos se configuram ainda hoje como importantes instrumentos de lutas e organização das trabalhadoras e trabalhadores, é importante tratar essa questão sem determinismos. Esse debate carece de uma análise da realidade concreta da luta de classes no Brasil, para compreendermos em que situação se encontra hoje os sindicatos nesse processo identificando seus limites e potencialidades, bem como verificar onde o conjunto mais amplo das trabalhadoras e trabalhadores do país se encontram e por que meios atuam nas lutas em defesas de seus direitos. Se hoje os sindicatos não conseguem se localizar como direção e protagonistas principais dos processos de organizações e lutas, isso não implica dizer que no futuro breve ou distante os mesmos não

poderão cumprir o papel protagonista de direção, de articulação e mobilização das lutas. Para isso, caberá ao movimento sindical a tarefa de superar práticas, culturas e opções, que caracterizam o movimento nos últimos 20 a 30 anos no país.

Em sua construção, a CONLUTAS apresentou, para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, a proposta inovadora para a superação das práticas burocráticas, bem como a defesa de uma prática classista, contrapondo-se ao sindicalismo de resultados, de parcerias, hegemônico no campo do movimento sindical no Brasil nos últimos 24 anos. Para superar a burocracia sindical, como já expresso anteriormente, a CONLUTAS propôs nesse período o formato de coordenação como método de funcionamento interno, em que as representações das entidades sindicais e populares, que compõe a CONLUTAS, debatiam e deliberavam em reuniões nacionais (que ocorrem de dois em dois meses), as ações que a direção executiva da CONLUTAS (composta em formato de uma secretaria executiva), executaria no período vigente. Esse formato se propôs a permitir que as organizações sindicais, populares e estudantis indicassem e modificassem a qualquer momento o sua representação na direção nacional da CONLUTAS. Nesse sentido, em sua trajetória inicial de organização, a CONLUTAS não constituiu uma direção com mandato definitivo e com tempo determinado de gestão. No formato organizacional da CONLUTAS, a qualquer momento a/o dirigente membro da direção nacional poderia ser substituída/o, se fosse do interesse da entidade sindical, popular ou estudantil à qual representava. Esse formato aproxima, portanto, o contato entre sindicatos de base e direção nacional da central sindical, sendo esta última subordinada na prática à coordenação nacional de entidades sindicais e populares que se reuniam a cada dois meses.

Todavia, mesmo apresentando uma nova proposta de organização que visou superar os problemas e os obstáculos existentes no movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, a direção nacional da CONLUTAS reconheciam que não era uma tarefa simples e que os objetivos não seriam conquistados de imediato. Isso se deve ao fato de que inúmeras entidades sindicais e movimentos populares que faziam parte da CONLUTAS não apresentaram na prática uma consonância com a estratégia e princípios defendidos por esta central. Reconhecem também que esse processo de construção da CONLUTAS figura como uma alternativa de organização para as trabalhadoras e os trabalhadores no Brasil, embora seja igualmente importante vencer as eleições para a direção dos sindicatos de base, derrotando, em vários casos, grupos políticos que atuam de forma burocratizada nas direções dos sindicatos. Sem isso, ficou dificultada a construção da CONLUTAS de forma objetiva no processo de luta de classes e de forma subjetiva na consciência e no imaginário da classe

trabalhadora. Além disso, era necessário que as direções dos sindicatos de base adotassem a mesma prática da CONLUTAS, que significava, na maioria dos casos, a transferência do poder político concentrado historicamente na cúpula ou direção para as assembleias de base; visto que as práticas burocráticas estavam presentes, devido à influência histórica, no cotidiano das entidades sindicais que eram filiadas ou não à CONLUTAS. Nesse sentido, Almeida (2007, 21) afirma que:

Tirar a diretoria pelega do sindicato e colocar em seu lugar uma direção combativa não basta, como demonstra nossa experiência passada. Porém é um passo indispensável para os sindicatos controlados pela burocracia. Daí deriva a importância de impulsionar a apoiar as oposições sindicais. Depende da organização e da vitória dessas oposições a possibilidade de revolucionar essas entidades, ampla maioria dos sindicatos do país.

Para esse militante político,

[...] a segunda situação é aquela em que o sindicato é dirigido por setores combativos, que não se degeneram em burocracia, mas que em sua prática reproduzem vícios burocráticos, deformações burocráticas, maiores ou menores. Aqui não há uma contradição absoluta de interesses entre a direção da entidade e os trabalhadores da base, portanto não necessariamente a superação dos problemas implica troca de direção. Mas há uma contradição relativa (controle do poder de decidir e as consequências disso) e também aqui haverá resistências às mudanças. Todos nós que somos dirigentes sindicais sabemos da atitude conservadora que tendemos a ter quando se trata de abrir mão do nosso controle, do nosso poder. E é justamente isso que é necessário fazer nos sindicatos: deslocar o centro de poder que hoje se encontra nas mãos de sua diretoria, para a base, para os trabalhadores que estão nos locais de trabalho. Serão inevitáveis os conflitos, mas é indispensável enfrentá-los para que possamos avançar.

Para concluir a sua reflexão, o autor entende que

[...] a experiência que estamos começando na CONLUTAS é outro teste importante. Nosso funcionamento permite uma sintonia muito grande entre o que discutimos e decidimos em nossas reuniões da Coordenação, com o que pensa a base de nossas entidades. Mas isso só se materializará se efetivamente as discussões que fazemos nas reuniões estiverem alicerçadas

em discussões feitas nas instâncias e nas bases dos sindicatos e movimentos que participam da nossa organização. Precisamos assumir a fundo esse desafio.

Assim, se por um lado a estratégia de organização da CONLUTAS apresentou perspectivas positivas para evitar o desenvolvimento da burocratização da central, e bem como para realizar a disputa de hegemonia do projeto classista no campo do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, que conseqüentemente contribuiria para a disputa de hegemonia no imaginário da população; por outro lado foi necessário ressaltar a necessidade de fortalecer essa concepção baseada no controle da direção pela base, no interior das entidades filiadas à CONLUTAS. O que significa afirmar que essa nova experiência, caracterizada por essa estratégia e método, estava explicitamente em seu estágio inicial de construção, afirmação para vias de consolidação.

A pesquisa realizada demonstrou que a CONLUTAS apresentou de forma concreta propostas que rompem com as práticas, estratégias e métodos adotados pelo movimento da classe trabalhadora no Brasil nos últimos 20 anos, e além de evidenciar a proposta do sindicalismo classista há anos abandonado pela CUT, a CONLUTAS se propôs a construir de forma inédita no Brasil, um novo modelo de organização para as trabalhadoras e os trabalhadores. Mas essas propostas e essa tentativa foram caracterizadas por inúmeras contradições. Muitos elementos indicaram que as experiências e as práticas construídas nos últimos 20 anos pelo movimento sindical vinculado especialmente à CUT estiveram presentes no cotidiano e nas concepções de vários agentes que integraram as entidades sindicais de base que se dispuseram a construir a CONLUTAS. Como é próprio dos processos históricos que conhecemos, o momento atual da história política e social do Brasil caracterizada pelo surgimento da CONLUTAS no campo da organização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores também estava marcado por inúmeras contradições, por rupturas e continuidades, explicitadas apenas parcialmente nessa breve pesquisa, mas que se fizeram presentes, com maior ou menor intensidade, nas estratégias, concepções, metodologias e ações práticas, nos diferentes momentos dessa ainda curta experiência de construção da CONLUTAS, como nova proposta para organização da classe trabalhadora no Brasil.

## 4.2 – Limites, Possibilidades e Potencialidades

A pesquisa desenvolvida para a escrita desse trabalho compreende o período de 2004 (ano de surgimento da CONLUTAS) até 2008 na realização do 1º Congresso Nacional da Central em Betim – MG. Após esse período ocorreram diversos acontecimentos importantes no processo de reorganização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, que não são refletidas nessa dissertação. Mas vale pontuar sinteticamente que em 2010 ocorreram duas ações importante: O 2º Congresso Nacional da CONLUTAS realizado nos dias 3 e 4/6/2010 e o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizado nos dias 5 e 6/6/2010, ambos realizados em Santos-SP.<sup>215</sup>

O 2º Congresso Nacional da CONLUTAS além de ter realizado o debate sobre a experiência da CONLUTAS, sobre o processo de unificação, as estratégias, os princípios, o programa, a forma de organização e proposta de nome para a nova central (Gonçalves, 2014), esse congresso aprovou na prática a dissolução da CONLUTAS na nova central, significando portanto o fim da CONLUTAS, como foi constituída de 2006 à 2010.

O CONCLAT que tinha como objetivo a construção de uma nova central sindical unificando diversos setores (CONLUTAS, INTERSINDICAL, Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, MTL, MTST, MAS)<sup>216</sup> ocorreu logo em seguida ao encerramento do 2º Congresso Nacional da CONLUTAS, e frustrou as expectativas de trabalhadoras, trabalhadores, militantes dos movimentos sociais, sindicais e estudantis, em virtude do evento não ter alcançado o objetivo almejado. No segundo dia do Congresso, tragicamente uma parte considerável do plenário composto por trabalhadoras, trabalhadores e estudantes rompem e se retiram do espaço.

As polêmicas se pautaram em torno de:

[...] fatores organizativos (Quem faz parte da central: apenas sindicatos ou outros movimentos sociais? Como seria seu funcionamento? Como se escolhe a direção?), à concepção de democracia defendida por cada uma das correntes (Qual o peso das minorias? Como se decidem os conflitos entre diferentes posições?) e ao nome da nova organização (Deveria fazer referência às entidades que estariam se fundindo ou não?). (Galvão, Gonçalves e Lemos, 2012).

<sup>215</sup> Para mais elementos sobre a realização desses congressos, ver GONÇALVES (2014).

<sup>216</sup> MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. MAS – Movimento Avançando Sindical.

Nesse encontro os grupos políticos não conseguiram atingir um consenso que efetivasse a partir desse momento a construção de uma nova central. Não será abordado in loco nesse trabalho as razões, as contradições, as possibilidades e os acontecimentos relativos ao CONCLAT que impossibilitaram a fundação de uma nova organização reunindo os diversos setores políticos dispersos até o momento, mas que possuem um posicionamento político comum acerca da conjuntura política e econômica atual do país. Cabe ressaltar que após o CONCLAT, a CONLUTAS foi extinta, surgindo em seu lugar a *Central Sindical e Popular – CONLUTAS* (CSP-CONLUTAS), que não contou com a presença da INTERSINDICAL e da Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo.<sup>217</sup>

Feito esse registro, a pesquisa identificou no decorrer da escrita desse trabalho uma incoerência incômoda por parte de setores que compunham a CONLUTAS até 2010 e que agora constroem a CSP-CONLUTAS, que propositalmente ou não, distorcem a história recente construída por esses e outros setores no movimento sindical brasileiro. No dia 22 de outubro de 2016 a CSP-CONLUTAS comemorou em São Paulo – SP, 10 anos de fundação desde a CONLUTAS, e enviou um convite para diversas entidades representativas para comparecerem a confraternização.<sup>218</sup>

Essa incoerência sugere inicialmente três hipóteses incômodas: A primeira hipótese é de uma tentativa de distorcer a recente história de parte importante do movimento das trabalhadoras e trabalhadores no Brasil, ignorando que no dia 4 de Junho de 2010 a CONLUTAS foi extinta, tendo portanto uma duração oficial de 4 anos de vida e uma duração prática de 6 anos se considerar a reunião em Luziânia – GO que marcou o seu surgimento. Se essa hipótese um dia se confirmar, será possível compreender os motivos que levaram a isso, pois guardada as necessárias e devidas proporções, historicamente setores revolucionários (de tendências trotskistas por exemplo) sofreram com a distorção da história. Não foram poucos

---

<sup>217</sup> É curioso constatar que possivelmente, as direções das correntes políticas que participaram do CONCLAT não tiveram a sensibilidade suficiente para buscar o consenso necessário que permitisse o avanço do processo de unificação e constituição de uma nova central para as trabalhadoras e trabalhadores se organizarem e fortalecerem o enfrentamento contra as políticas que visavam a retirada de direitos. A forma como todo o debate foi conduzido e construído no CONCLAT provocou uma reação de revolta em boa parte do plenário que se retirou do processo de unificação. A ruptura foi provocada pela base e não pela direção das correntes e organizações. Vale destacar que tais observações aqui pontuadas merecem uma reflexão e um estudo apropriado.

<sup>218</sup> Ver Anexo XI.

os impactos danosos, a tentativa do governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de banir Trotsky e outras/os integrantes da história da Revolução Russa de 1917,<sup>219</sup> ou não é inofensiva a tentativa de alguns setores da historiografia relativizar o que foi o golpe empresarial-militar realizado no Brasil em 1964, recontando a história desse período ou mesmo denominando como “Revolução de 64”. A pesquisa tem a compreensão de que, obviamente, essa primeira hipótese está muito distante das intenções das autoras e dos autores quanto as falsificações da história citadas aqui. Mas compreende também que não é razoável por parte de setores que se dispõe a se organizar junto as trabalhadoras e trabalhadores e participar de possíveis processos de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, adotarem qualquer tipo de distorção da história, quando se tem a pretensão de reorganizar as trabalhadoras e os trabalhadores no país. Não seria demérito nenhum convidar as entidades classistas para comemorarem os 6 anos de fundação da CSP-CONLUTAS ou mesmo em 2020 convidar para a comemoração dos 10 anos de fundação da CSP-CONLUTAS. Feito essas observações, o autor dessa pesquisa acredita que essa primeira hipótese não tem possibilidades de se confirmar em futuros estudos e reflexões que serão realizadas pela historiografia.

A segunda hipótese também incômoda se refere ao fato de que buscar comemorar os 10 anos de fundação da CSP-CONLUTAS desde a CONLUTAS, demonstra o apego a uma breve e importante história com o pequeno acúmulo político produzido com a existência da CONLUTAS de 2004 à 2010, a dificuldade de compreender que de 5 de Junho de 2010 em diante, um conjunto de entidades sindicais, populares e estudantis passaram a construir uma entidade diferente do que foi a CONLUTAS, e que por consequência demonstra a fragilidade de setores que compunham a CONLUTAS e que agora compõe a CSP-CONLUTAS em buscar efetivamente a unidade com outros setores na construção de uma organização política das trabalhadoras e dos trabalhadores superior ao que foi a experiência da CONLUTAS. E essa hipótese nos leva a questionar se esse sentimento de dificuldade de abrir mão do pequeno (mas importante) capital político produzido pela CONLUTAS de 2004 à 2010, não se configura como um elemento que dificultou o processo de unificação entre a CONLUTAS e outros setores durante o CONCLAT em 2010 e que dificultou o processo de reconstituição de diálogos com esses setores após 2010 e a consequente e necessária unificação dos setores sindicais e populares que almejam a construir uma organização classista, democrática e autônoma para avançar nas lutas das trabalhadoras e trabalhadores.

---

<sup>219</sup> Ver Trotsky [1936 (2005)].

A terceira hipótese é complementar a segunda, e remete a ideia de tentativa por parte dos setores que constroem a CSP-CONLUTAS de, publicamente, dimensionar para além do que é real, o tamanho político e a trajetória histórica da CSP-CONLUTAS. É natural que os setores que constroem a CPS-CONLUTAS hoje e que construíram a CONLUTAS anteriormente reivindicuem todo o processo como se fosse único. Mas a questão é que a CSP-CONLUTAS possui apenas 6 anos de vida, e a sua história com a da CONLUTAS pode ser vista como complementares e não como uma história única. Se a primeira hipótese é desacreditada por essa pesquisa, a segunda e a terceira hipótese são consideradas mais prováveis. Em síntese, a contradição expressa aqui demonstra um dos limites desse processo de reorganização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, que deve ser alvo de superação por parte dos setores que se dispõe a participar da direção do processo de reorganização sindical e popular no país.

O processo de reorganização das trabalhadoras e dos trabalhadores no país passa e passará pelos sindicatos e movimentos populares. Para abarcar as potencialidades desse processo é importante pensar e construir organizações que aglutinem o complexo conjunto heterogêneo da classe trabalhadora, em especial os setores mais precarizados, vilipendiados, inseridos nas relações terceirizadas ou informais do trabalho, ou mesmo inseridos no exército industrial de reserva. A tarefa do movimento que aposta no processo de reorganização em curso no país é não se limitar a organização parcial, corporativista, por categoria, tradicionalmente vinculada aos laços formais de contrato de trabalho; e sim resgatar a prática histórica da Organização por Local de Trabalho (OLT), e conforme demonstram os últimos levantes populares e da juventude no país e no mundo, é importante que o movimento caminhe para a construção de um movimento mais horizontal, menos verticalizado. Junto a essa perspectiva, o movimento deve buscar também a superação da burocratização que assola um enorme conjunto de direções sindicais, tornando-as incapazes de dialogar com a realidade concreta das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Além das questões, vale destacar que na busca por uma construção efetiva de um movimento sindical e popular, *democrático, classista e autônomo* às estruturas do Estado, aos governos e aos partidos políticos (sem confundir essa necessária autonomia com o sentimento equivocado de antipartidarismo), passa conforme aponta Antunes (2011) por alterar a cultura sindical hegemônica e constituir espaços organizativos de direção que conte com a paridade de gênero, construir de forma integrada as ações e reflexões de classe com a questão de gênero e etnia, dialogar e agregar a nova geração de trabalhadoras e trabalhadores que não possuem a cultura de organização sindical e que cresceram em tempos de forte neoliberalismo

no plano cultural, político e econômico no país (em que se reforçou a cultura individualista em detrimento das propostas coletivas) ou que vivenciaram a juventude durante os governos de Lula e não estão satisfeitas e satisfeitos com a situação social, política e econômica em que se encontra o país, e superar as dicotomias táticas que privilegiam apenas um tipo de ação política (seja ela parlamentar, sindical, econômica, política) construindo novas perspectivas de ações que contemplem a totalidade de ações políticas possíveis na luta contra a lógica destrutiva imposta pelo sistema capitalista. Como afirma Antunes (2011) o movimento deve fundir *as lutas sociais, extraparlamentares, autônomas, que dão vida às ações de classe*.

## Considerações Finais

É desafiador pesquisar, analisar e escrever sobre um objeto de pesquisa que temporalmente está tão próximo do presente. Essa pesquisa analisa a CONLUTAS no período de 2004 à 2008, e a partir desse objeto se analisa aspectos gerais do movimento político e da organização das lutas e resistências das trabalhadoras e dos trabalhadores. É desafiador pelo pouco aporte bibliográfico sobre o tema, e é perigoso porque são grandes as possibilidades de equívocos e erros na análise. Essa pesquisa não se propõe a esgotar o debate sobre tema, mas sim apresentar hipóteses e reflexões para avançar na compreensão e na avaliação sobre os dilemas, as contradições e as potencialidades do movimento sindical e popular no país. Pretende-se com essas considerações finais destacar premissas iniciais para o desenvolvimento de novas e futuras reflexões sobre esse tema.

Ocorreram sensíveis modificações na organização e no cotidiano do movimento político das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil. Compreendendo que é função do historiador dialogar com o passado e com o presente, apresentando perspectivas para o futuro, procurei me posicionar sobre o tema dessa pesquisa realizando uma análise crítica sobre a realidade atual que o capitalismo impõe para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores. Isso implicou dialogar com leituras e práticas hegemônicas no campo do movimento sindical, no Brasil, pautadas centralmente pela busca de resultados imediatos e pela concepção equivocada de que é possível uma conciliação na relação entre capital e trabalho. Esse é o contexto em que analisei o surgimento da CONLUTAS, procurando compreender tanto os avanços quanto as limitações, dificuldades e contradições presentes nessa experiência inédita no Brasil.

O primeiro aspecto a pontuar nessas considerações finais se refere às limitações que são impostas ao movimento sindical e popular, diante da aproximação exercida pelo Estado que institui um conjunto de leis e normas, pressionando os sindicatos e movimentos populares a um danoso atrelamento ao Estado; ferindo a capacidade autônoma desses instrumentos políticos nas organizações das lutas sociais. Essa tendência, já apontada por Trotsky no final da década de 1930, afeta a amplíssima maioria das entidades sindicais no Brasil (são raríssimas as entidades sindicais que não se vêm obrigadas a solicitar o seu registro sindical

no Ministério do Trabalho ou que conseguem resistir a essa pressão).<sup>220</sup> No campo dos movimentos populares é mais comum encontrar algumas organizações não cadastradas pelo Estado, mas ainda assim os principais movimentos populares do país não escaparam também dessa tendência. Assim, vale duas ressalvas: A primeira é de que todas as centrais sindicais no país (durante o período analisado por essa pesquisa, e até nos dias de hoje), buscaram e buscaram o reconhecimento formal no Ministério do Trabalho, inclusive a CONLUTAS.<sup>221</sup> A segunda ressalva é de que CUT, na condição de setor hegemônico no movimento sindical no Brasil durante esses últimos 30 anos, não expressou nesse último período na prática uma postura de confronto a essa tendência do capital em forçar o Estado a atrelar ao movimento sindical, e inclusive recebeu em 2009 um montante de R\$ 26 milhões de reais oriundos do repasse do Imposto Sindical,<sup>222</sup> e em 2015 a notícia encontrada é de que a CUT recebeu R\$ 55 milhões de reais.<sup>223</sup> O que difere da CONLUTAS, que mesmo dentro de uma atuação limitada na luta contra o atrelamento à estrutura sindical vigente, a Central não recebeu recursos do Imposto Sindical.<sup>224</sup> E isso é considerado um fator progressivo.

Considera-se que a aproximação entre a CUT e o Estado, já percebida na década de 1990 com o recebimento de recursos do FAT, se aprofundou substancialmente com a vitória do PT e de Lula nas eleições presidenciais em 2002. Além do aumento referente ao repasse de verbas públicas do Estado, inúmeros sindicalistas passaram a ocupar cargos do 1º ao 3º escalão do Governo Federal, inclusive nos ministérios. Assim, é perceptível que os setores majoritários da CUT, a partir de 2003, começaram a se sentir como “Governo” ou como parte integrante dele. Isso implicou mudanças significativas para o conjunto do movimento sindical brasileiro e para as respectivas organizações/realizações de suas lutas, se configurando como indícios anunciadores das mudanças que ocorreram no cotidiano da organização do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores e de suas lutas no Brasil após o início do Governo Lula.

---

<sup>220</sup> No decorrer dessa pesquisa não se teve conhecimento de nenhuma entidade sindical que sobrevive hoje sem registro sindical no Ministério do Trabalho.

<sup>221</sup> Hoje, a CSP-CONLUTAS também busca o reconhecimento formal junto ao Ministério do Trabalho.

<sup>222</sup> Informação divulgada no próprio site da CUT. Ver em: <http://cut.org.br/noticias/cut-e-a-maior-92cf/> (Acesso realizado em 25/11/2016).

<sup>223</sup> Notícia disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11866> (Acesso realizado em 25/11/2016).

<sup>224</sup> Essa afirmação não se estende para as entidades filiadas à CONLUTAS, pois a pesquisa não verificou se teve ou não entidades filiadas à CONLUTAS que receberam o Imposto Sindical. Mas a CONLUTAS, ao contrário da CUT, não recebeu recursos oriundos do Imposto Sindical.

Outro aspecto considerado refere-se à profunda perda de autonomia e independência política da CUT em relação ao Estado, ao governo federal e ao PT. O posicionamento dessa central, não participando das lutas contra a reforma da previdência, pautada e defendida pelo governo federal em 2003, é emblemático para demonstrar essa consideração. A criação de novas organizações sindicais (CONLUTAS, INTERSINDICAL, CTB, etc.) devido ao descontentamento ou não com as práticas sindicais e com os posicionamentos políticos da CUT em relação ao Governo Lula, também se configura como indícios de mudanças no movimento sindical após o início desse governo.

Como no interior da CUT houve uma diluição desses princípios citados cima, que são fundamentais para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, não se considera uma inconseqüência dos setores políticos a ousada e difícil iniciativa em reorganizar o movimento da classe trabalhadora no Brasil apresentando novas perspectivas e propostas para a organização das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores. Embora o movimento sindical e popular no Brasil não estivesse nesse período (e não está ainda hoje) em um patamar ofensivo de organização e mobilização; as reflexões realizadas durante essa pesquisa indicam que se os setores, que construíram a CONLUTAS ou a INTERSINDICAL, ainda que minoritários, e que se propunham a ser autônomos e independentes politicamente e financeiramente, em relação ao Estado, ao governo e aos partidos políticos, caso atuassem durante esse período apenas nos fóruns internos da CUT, diante do grau aprofundado de burocratização dessa central, não teriam condições de colocar o conjunto do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, em um patamar mais ofensivo no que se diz respeito à luta pela manutenção ou conquista de direitos sociais. Ou seja, essa pesquisa refuta a ideia de que o surgimento da CONLUTAS se configurou como um fator desmobilizador da classe trabalhadora no Brasil.

Para evidenciar essa avaliação, reitera-se o posicionamento contrário da CUT em relação à greve das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público federal em 2003 na luta contra a Reforma da Previdência imposta pelo Governo Lula em seu primeiro ano de mandato, e destaca as dificuldades e a falta de disposição política da CUT para construir, em conjunto com outras centrais sindicais e movimentos populares, a Jornada de Lutas de 2007 contra as reformas do governo federal que pautavam a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Com as conseqüências provocadas de forma objetiva e subjetiva pelo processo de reestruturação produtiva e dos efeitos da ideologia neoliberal na política, na economia, na

cultura, no imaginário da população, foi importante a iniciativa da CONLUTAS em pautar a necessidade de construir um sindicalismo autônomo e classista. E, diante da vigência da reestruturação toyotista, as estratégias de organização da classe trabalhadora, constituídas no decorrer da fase taylorista/fordista, caracterizadas em sua maioria pela organização separada dos diversos fragmentos, não dão respostas adequadas para as contradições impostas na ordem do dia. O contexto demanda uma prática organizativa mais horizontalizada, sensível à necessária luta contra as opressões machistas, racistas e homofóbicas, estimulando que as representações de mulheres, negras e negros, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros sejam protagonistas das organizações das lutas do conjunto da classe trabalhadora. O contexto demanda do movimento sindical, capacidade de refletir e elaborar novas estratégias que agreguem a *totalidade do trabalho* (trabalhadoras e trabalhadores que se localizam no campo do trabalho formal, terceirizado, informal, do desemprego...) para os processos de lutas e mobilizações e que dialogue com a nova geração do proletariado brasileiro. No espectro político e estratégico, considera-se importante o movimento sindical e popular superar a perspectiva do sindicalismo cidadão hegemônico hoje no movimento sindical brasileiro, bem como a estratégia equivocada que defende a conciliação de classes, a conciliação impossível entre o capital e o trabalho.

A pesquisa identificou limitações no processo de reorganização das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil proposta pela CONLUTAS. Destaca a opção em delegar para uma reunião da Coordenação Nacional da CONLUTAS e não para o seu congresso composto por uma representação maior, a tarefa de eleger a Secretaria Executiva Nacional da CONLUTAS, que teria a função central de executar o que fosse deliberado nas reuniões da coordenação nacional realizadas bimestralmente; evidenciando assim o receio do setor político majoritário da Central, dirigido pelo PSTU, em perder o controle político dessa organização. Essa postura estava incompatível com o discurso e a proposta de criar uma nova alternativa para a classe trabalhadora, com novos métodos e novas práticas, pois essa postura não difere muito da postura da Articulação Sindical que sempre hegemonizou politicamente os fóruns internos da CUT, com práticas sindicais pouco construtivas.

Questiona-se também qual o papel político das estudantes e dos estudantes dentro da estrutura deliberativa da CONLUTAS? Por que manteve os setores estudantis com um peso mínimo de 10% dentro dos espaços deliberativos da CONLUTAS, ao invés de constituir uma Central sem a participação efetiva das estudantes e dos estudantes, mas sim um Fórum permanente para além da central que pudesse agrupar as representações estudantis e as

representações da classe trabalhadora com o objetivo de debater política e articular a construção de lutas e mobilizações? A presença de setores estudantis dentro da Central não distorceu a representatividade das forças políticas revolucionárias, ou seja, da classe trabalhadora, daquelas e daqueles que cotidianamente vivem apenas de seu trabalho?

Outra contradição também explorada pela pesquisa se refere a concepção expressa pelo setor majoritário da central, de que para a CONLUTAS o seu principal setor (e a principal ferramenta de organização da classe trabalhadora) eram os sindicatos. Esse discurso estava incompatível com a proposta da CONLUTAS de constituir uma Central Sindical e Popular, na perspectiva de respeitar a autonomia, o modo de ser e a cultura dos movimentos populares que integravam esse projeto, não utilizando os como “*massa*” de trabalhadoras e trabalhadores nas ações políticas da Central. Estava incompatível também com o contexto conjuntural desses últimos anos nos quais as maiores e mais eficazes mobilizações da classe trabalhadora ocorreram por fora dos sindicatos, de sua estrutura burocratizada e atrelada ao Estado, por fora de suas direções políticas burocratizadas distantes da realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores, superando a arcaica estrutura verticalizada que caracteriza a maior parte do movimento sindical no Brasil. O setor majoritário da CONLUTAS incorreu a uma concepção determinista e idealista de que necessariamente, e independentemente das condições concretas de cada conjuntura política, seriam os sindicatos o principal instrumento de organização da classe trabalhadora. Essa concepção se distanciava de uma importante reflexão desenvolvida por Trotsky, quando afirmou que *o sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios ao longo da marcha para a revolução proletária.*<sup>225</sup>

Além disso, de forma contraditória com a realidade do mundo do trabalho, do processo de luta de classes, o campo majoritário da CONLUTAS também expressava uma curiosa e equivocada concepção de que o principal setor a ser organizado pela CONLUTAS era o setor operário fabril, e que a tarefa a ser priorizada pela CONLUTAS seria a de ampliar a sua inserção na organização dessa fração da classe trabalhadora, porque nessa concepção é necessariamente esse o setor de vanguarda de qualquer processo revolucionário que se proponha a superar o capitalismo. Essa pesquisa confronta de forma direta e radical contra mais essa premissa determinista, e buscou no último capítulo expressar outra compreensão sobre classe trabalhadora e seu potencial revolucionário, que leva em consideração de forma dialética a totalidade do trabalho na luta contra o capital. Pois a não superação dessas concepções apresentará efeitos concretos e práticos no processo das organizações das lutas

---

<sup>225</sup> Ver Trotsky [1938 (2008)], p. 23.

sociais que incidirá na dinâmica do processo de luta de classes, uma vez que a realidade demonstra que um dos maiores desafios para o movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores, nesse século XXI, é a constituição de organizações amplas que englobem as trabalhadoras e os trabalhadores formais, informais, terceirizados, temporários, subcontratados e desempregados, fortalecendo a luta em defesa de direitos sociais e trabalhistas, contra a precarização do trabalho e pela transformação da lógica social vigente.

Buscando novas argumentações para demonstrar o equívoco dessa concepção expressa pelo campo majoritário da CONLUTAS bem como a necessidade dos setores que se proponham a participar do processo de reorganização sindical e popular no país e de superar essas concepções limitadoras, não mais compatíveis em tempos de reestruturação toyotista, cita se, por exemplo, a facilidade do capital industrial em deslocar sua estrutura produtiva de uma região para outra, bem como, dividir o processo produtivo em inúmeras regiões do país. Esses dois elementos se tornaram extremamente perniciosos para a organização das lutas da classe trabalhadora, supondo que, se por um lado, as trabalhadoras e os trabalhadores de uma fábrica de cigarros que possua filiais em diversas regiões do país não apresentam por hora a disposição em realizar uma greve devido à constante ameaça da empresa sobre um possível “fechamento da filial nessa região” ou um possível deslocamento geográfico (o que implicaria nas demissões da maioria desses trabalhadores que vivem no local); por outro lado, se as trabalhadoras e os trabalhadores resolvem realizar uma greve mesmo diante de todas as pressões ideológicas, o capital soluciona o problema referente ao prejuízo causado com a paralisação da produção em uma região, com a manutenção do índice de produção via a intensificação do trabalho nas demais filiais instaladas em outras regiões; o que implicará em consequências ruins para a organização política das trabalhadoras e dos trabalhadores nessa fábrica. Entende-se, portanto, a necessidade do movimento sindical e popular superar essa premissa que é falha, equivocada teoricamente e politicamente.

Embora a experiência proposta pela CONLUTAS tenha apresentado avanços práticos, possibilidades e hipóteses para possíveis novas formas de organização política das trabalhadoras e dos trabalhadores, ainda há muito no que se avançar na organização política para a construção de estratégias de lutas que sejam capazes de afetar intensamente o funcionamento do capital.

Essa pesquisa aponta também a alguns indícios analíticos que não são consensuais ou hegemônicos tanto no campo acadêmico quanto no campo da organização prática das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores, por inúmeros motivos; em especial devido à

temporalidade histórica muito recente. É fato que o processo de rompimento dos sindicatos com a CUT, bem como o surgimento da CONLUTAS representou uma expressão social minoritária no interior do movimento da classe trabalhadora no Brasil. Cabe reconhecer, também, que isso ocorreu em um período que não foi (e não é ainda) caracterizado pelo ascenso das lutas sociais. Outro elemento que não pode ser desconsiderado diz respeito ao fato de que, mesmo envolvendo milhares de trabalhadoras e trabalhadores vinculados as entidades sindicais e populares, esse processo estava de 2004 à 2008, e ainda está, apenas em sua fase inicial, sinalizando contudo para uma nova etapa da história da organização da classe trabalhadora no Brasil, mas que, por ora, dificilmente é possível precisar a sua longevidade. Nesse sentido, a CONLUTAS com sua proposta de organização, composição e funcionamento, se configurou como uma experiência inédita na história do movimento das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, dentro de um processo de reorganização que até o momento se encontra aberto e imprevisível, com a classe trabalhadora se deparando no Brasil com diversas organizações fraguimentadas.

Mesmo sem elementos que permitam aferir todas as potencialidades que simbolizou a experiência da CONLUTAS, que hoje se traduz nas articulações políticas e mobilizações, protagonizada pela CSP-CONLUTAS, pontuamos o fato de que possivelmente a CUT não modificará o seu caminho em direção à consolidação da prática do sindicalismo cidadão que visualiza de forma idílica uma possível conciliação entre o capital e o trabalho. Por isso, dificilmente esta última central retornará ao caminho em direção a uma autonomia política e financeira em relação ao Estado, ao governo e aos partidos políticos com os quais tem proximidade. Para Arcary (2005), a História demonstra que:

[...] em situações mais tensas da luta de classes – como a brasileira após a eleição de Lula – as velhas centrais sindicais foram freqüentemente um obstáculo para a luta e, em consequência, foram perdendo suas bases sociais, quando se deixaram atrelar a governos e passaram a defendê-los, e não aos trabalhadores. O alinhamento com os governos fez as centrais perderem sua utilidade como instrumento de luta, abrindo-se vácuos político-sindicais onde surgiram novas formas de organização como espaços de frente única, mais ágeis ou mais próximas do controle das bases.

Não se acredita, mediante essa citação, que a História se repete. Mas, diante de todo o processo de conversão ideológica que a CUT vivenciou e se transformou, se deslocando do

sindicalismo classista para o sindicalismo social liberal,<sup>226</sup> essa pesquisa considera improvável qualquer transformação política e ideológica no interior da CUT e em sua prática/concepção sindical. Portanto, diante das transformações na estrutura produtiva do capital e seus impactos na configuração da classe trabalhadora, o surgimento de uma Central Sindical e Popular, como a CONLUTAS, apesar de todas as limitações práticas e teóricas já exploradas nessa pesquisa, pode ser referência em alguns aspectos e concepções para que em um futuro próximo, se constitua um novo instrumento de organização da *totalidade do trabalho, de todas e todos que sobrevivem com a venda de sua força de trabalho*, que vivem nesse país. Pois, as trabalhadoras e os trabalhadores se deparam em uma nova etapa de reorganização da classe trabalhadora no Brasil, que ainda está no início de sua construção, em meio ao refluxo das lutas sociais no Brasil, o que não permite vislumbrar com clareza todos os seus possíveis (des) caminhos futuros para a organização das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores nesse país.

Nesse processo, essa pesquisa considera fundamental para as lutas da classe trabalhadora, as propostas defendidas pela CONLUTAS de autonomia política e financeira do movimento dos trabalhadores em relação ao Estado, ao Governo e aos partidos políticos; como também, a defesa pública do *internacionalismo* e do *socialismo*. Essas propostas demonstravam uma estratégia que não compactuava com a idéia de uma possível conciliação entre “capital e trabalho”, sinalizando que, para construir um novo modelo social e econômico que contraponha ao capitalismo, é necessário ultrapassar os limites das fronteiras nacionais. E ao fazer essa defesa em seu cotidiano através de suas intervenções políticas orais e escritas, as dirigentes e os dirigentes sindicais, as trabalhadoras e os trabalhadores que construíam a CONLUTAS, apresentavam ao conjunto da classe trabalhadora, uma proposta estratégica que demonstrava a necessidade em superar à lógica de organização econômica, política e social imposta pelo capitalismo; não reduzindo o movimento organizado dos trabalhadores à uma concepção economicista. Além disso, mesmo com todas as limitações e dificuldades que caracterizaram a experiência da CONLUTAS, que estão expressas nessa pesquisa, consideramos um avanço político a tentativa em colocar em prática a proposta da *democracia operária* que permite uma aproximação maior entre a direção e o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores nos locais de trabalho, fortalecendo a construção de uma hegemonia política da classe trabalhadora e a luta contra o fenômeno da burocratização política presente em inúmeras entidades sindicais hoje no Brasil.

---

<sup>226</sup>

Teixeira (2013) analisa esse processo com precisão e rigor metodológico.

Em tempo, cabe registrar que essa pesquisa possui, com suas diversas limitações, duas lacunas: A primeira se refere a análise rigorosa sobre o CONCLAT realizado em Santos-SP, nos dias 2 e 6 de Junho de 2010. Caberá a futuras reflexões abordar sobre o frustrante resultado da tentativa de se constituir uma nova Central sindical, durante o CONCLAT em Santos-SP, que reuniu a CONLUTAS, a INTERSINDICAL, Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, MTL, MTST e o MAS. É possível que um dos elementos que tenha inviabilizado durante o evento a importante tentativa de unificação, reside no sentimento de setores que construíram organicamente a CONLUTAS não querer abrir mão do capital político produzido por essa experiência no período de 2004 à 2010. É curioso o fato de que no 1º Congresso da CONLUTAS realizado em 2008, um dos encaminhamentos tenha sido o de fortalecer a CONLUTAS, em um momento em que se vislumbrava a necessidade de construir um processo de unificação, de construção de uma nova central em conjunto com outros setores políticos que também buscavam construir naquele período um movimento sindical e popular autônomo, classista e democrático. Será que o medo de perder o controle político do processo de reorganização das lutas das trabalhadoras e trabalhadores no país, e consequentemente o controle da direção nacional de parte minoritária do movimento sindical e popular no Brasil, se configurou como um fator limitador para o processo de construção de uma central sindical e popular autônoma, classista e democrática, mais ampla e mais representativa que a CONLUTAS? Essa e outras questões poderão ser debatidas em futuros trabalhos.

A segunda lacuna se refere à caracterização rigorosa sobre o perfil dos Governos de Lula. O capítulo 2 dessa pesquisa, abordou alguns aspectos da política implementada pelo Governo Lula de 2003 à 2007, dialogando com o surgimento da CONLUTAS, e o capítulo 3 sob a ótica das deliberações do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS pontuou de forma periférica a política do Governo Lula naquele período. Tais aspectos pontuados nesses capítulos permitem em minha opinião avaliar o Governo Lula como neoliberal, como um governo que manteve e aprofundou a condição de dependência subalterna da política e da economia brasileira, atendendo nesse período estruturalmente os interesses de diversas frações do capital no processo de acumulação de capital. Porém, é importante se deter a uma análise mais rigorosa a respeito da composição e estrutura política do Governo Lula, para compreender com mais detalhes os seus impactos objetivos e subjetivos no plano da política, da economia, da cultura e do imaginário da classe trabalhadora. Com o objetivo de pensar em premissas para futuras reflexões acadêmicas, afirma-se que os Governos Lula (2003-2010), consolidou a implementação de um *modelo político e econômico liberal periférico* que se

iniciou de forma truncada com o Governo Collor em 1990, e se desenvolveu durante Governos de FHC (1995-2002).<sup>227</sup> Nesse aspecto, avalia-se que houve uma queda na desigualdade de renda no Brasil durante os Governos de Lula, possibilitada em grande medida pela interação de alguns fatores relativos à transferências públicas de assistência social, valorização da política de salário mínimo, crescimento econômico e expansão do mercado interno, sem promover contudo, grandes transformações sociais e reversões nas tendências estruturais caracterizadas pela concentração de renda e riqueza (Gonçalves, 2014). Não se trata de uma tarefa simples analisar os Governos de Lula e do PT, e será importante em futuros trabalhos, analisar os diversos aspectos desse processo para compreender como foi essa experiência da classe trabalhadora brasileira com o governo de frente popular liderado pelo PT, compreender de forma mais ampla sua localização e suas funções no processo histórico da política brasileira.<sup>228</sup>

A pesquisa fornece elementos, também, para rebater as argumentações sobre um suposto “*fim da história*” ou sobre a irrelevância da “*lei do valor*” para a análise sobre as relações de trabalho com o objetivo de se refletir sobre o passado e o presente, sinalizando possibilidades de se pensar o futuro. Se, atualmente, nos deparamos com um complexo sistema de dominação de classes em que uma pequena porcentagem da população mundial, que representa as diversas esferas do capital, detém os meios de produção e grande parte das riquezas produzidas pela classe trabalhadora; entendo e acredito, porém, que o proletariado não está derrotado e que os dados ainda estão a rolar sobre a mesa. Aos milhões de trabalhadores e trabalhadoras despossuídas, aos quais, de maneiras as mais variadas, sobrevivem da sua força de trabalho, está reservada a difícil e necessária tarefa de superar as entranhas dessa dominação e transformar o mundo em que vivemos. O surgimento da CONLUTAS demonstrou que, diante de todas as dificuldades e contradições existentes no

---

<sup>227</sup> Ver Gonçalves (2014).

<sup>228</sup> Para essa tarefa, em futuras pesquisas, será possível recorrer a Fernandes (2006), Marini (2005), Arcary (2011), Filgueiras e Gonçalves (2007), Gonçalves (2012), Lima (2007), Magalhães (2010), Paulani (2008) e Singer (2009), procurando refletir com esses autores sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, canalizando as atenções para a conjuntura política, social, econômica e cultural do período do Governo Lula, dialogando com a perspectiva política e teórica de autoras e autores que avaliam que o Brasil, a exemplo dos demais países latino-americanos, está inserido no contexto global com uma economia dependente. Nessa tarefa, será importante expor as teses que são críticas às opções políticas e econômicas adotadas pelos governos de Lula, em contraposição às avaliações positivas sobre as políticas desenvolvidas por esses governos, reflexões estas, realizadas em larga medida por intelectuais e quadros administrativos pertencentes aos governos do PT. Nesse aspecto, cabe destaque uma coletânea de artigos organizada por Sader e Garcia (2010), e Sader (2013).

Brasil e no campo das organizações das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores, no período analisado nessa pesquisa, caracterizado pela mundialização do capital e pelo famigerado neoliberalismo, ainda é possível construir processos de lutas e de resistências. Tal como as análises históricas dos séculos anteriores demonstram que com as lutas, a classe trabalhadora conquistou vitórias, a reflexão atual indica que, sem elas, dificilmente se reverterão os efeitos perversos, embutidos na lógica do capital, que afetam a natureza, o social e as relações de trabalho, intensificando cada vez mais os processos de precarização das condições de vida e de trabalho. Assim, se, diante da difícil realidade social, política e econômica no Brasil da década de 1980, as trabalhadoras e os trabalhadores protagonizaram intensas lutas contra o capital, com a realização de uma média de 3000 a 4000 mil greves por ano, incluindo algumas greves gerais durante esse período; se, nesse início de século XXI, durante o período em que essa pesquisa analisa a CONLUTAS, essas lutas não foram paralisadas, apesar das grandes contradições, desvantagens políticas e organizativas, oriundas de questões econômicas, políticas, culturais e da reestruturação toyotista; não há motivos para não continuar acreditando que as trabalhadoras e os trabalhadores serão capazes de fortalecer novamente suas lutas, com vistas a construir e ampliar uma nova hegemonia política. Nela, certamente ocupará um dos lugares principais a defesa da manutenção dos direitos sociais da classe trabalhadora e do avanço para novas conquistas, o que implica superar a lógica imposta e hegemonizada pelo capital, responsável pelo embrutecimento e pela mercantilização das relações humanas, bem como pela existência de imensas mazelas sociais no Brasil e no mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUENA, Paulo. **Do retrocesso dos anos 90 ao governo Lula**. Jornal Opinião Socialista. ed. 263, de 29 de junho de 2006 a 5 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. **CONLUTAS: expressão da reorganização dos trabalhadores brasileiros**. In: **Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo**, n. 14. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2006b, p. 72-78.

\_\_\_\_\_. **O papel do Conat e o futuro da CONLUTAS**. In: **Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo**, n. 14. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2006c, p. 79-82.

\_\_\_\_\_. **Principais resoluções do congresso que fundou a CONLUTAS**. In: **Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo**, n. 14. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2006d, p. 88-90.

ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho: Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo. Editora Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos Anos 2000: Dilemas da Era Neoliberal**. In: Ricardo Antunes. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006, p. 461-474.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. **A dupla face da informalidade do trabalho**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo?** 8ª edição. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. Campinas: Cortez/Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha.** Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do Trabalho. Entrevista com Ricardo Antunes para a Revista Sociologia.** Entrevista realizada por Lejeune Mato Grosso de Carvalho e Sérgio Sanandaj Mattos, em 30/12/2011. Disponível em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/1587> (Acesso realizado em 19/11/2016)

\_\_\_\_\_. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infopoletariado, (i)materialidade e valor.** In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. ANTUNES, Ricardo (org.). – 1ª Edição. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária.** In: Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora. NETTO, José Paulo (Org.). 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

ARCARY, Valério. **Ir ou não ir além da CUT? Uma polêmica sindical em perspectiva histórica.** In: Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo n. 11. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2005, p. 38-50.

\_\_\_\_\_. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

AZZELLINI, Dario. Participación y poder popular – Consejos Comunales y Comunas in: VALERO, Jorge (org.) **Democracias nuevas o restauradas; el caso Venezuela.** Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2012, pp. 117-131.

BIRH, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BORON, Atílio. **Saiba o que é o capitalismo.** Texto disponível em: <http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/saiba-o-que-e-o-capitalismo-por-atilio-boron-/> Acesso realizado em 23 de novembro de 2016.

BRANDT, Ricardo; TOSTA, Wilson. “Era Lula consagra república sindical”. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 06 abr. 2008, p. A4.

BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese (Doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História), 2012. Orientadora: Virgínia Fontes. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>>. Acesso em: 21/06/2015.

CANEDO, Letícia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1997. – (Repensando a História)

CAPUTO, Orlando; GALARCE, Graciela. **Los éxitos económicos de Bolívia comparados con México y Chile**. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos. vol. 5, n. 2, ai/ago. 2015. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-5-numero-2-2015/rebela/revista/resenha/los-exitos-economicos-de-bolivia> (Acesso realizado em: 31/10/2016).

CARCANHOLO, Marcelo Dias; MEDEIROS, João Leonardo. **Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho**. pp.171-197. In: OUTUBRO - Revista do Instituto de Estudos Socialistas Outubro. Nº 20. Campinas: Editora Alameda, 2012.

CARUSO, Danilo Spinola. **Acumulação de capital na Venezuela petroleiro-rentística**. Anais do simpósio Marx e o Marxismo 2015, Niep-MARX, UFF. Disponível em [www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc5/Tc361.pdf](http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc5/Tc361.pdf) (Acesso realizado em: 31/10/2016).

CARVALHO, Priscila Souza de. **O neoliberalismo confrontado: um estudo sobre as concepções e a experiência da Conlutas na organização da classe trabalhadora**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Ciências Sociais, 2012. Orientadora: Patrícia Vieira Trópia.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo. **El Libro Azul**. Caracas: Ediciones del Orinoco, 2013. Disponível em [http://www.opsu.gob.ve/portal/vistas/descargas/banners/arc\\_Libro\\_Azul.pdf](http://www.opsu.gob.ve/portal/vistas/descargas/banners/arc_Libro_Azul.pdf) (Acesso realizado em: 31/10/2016).

CORRÊA, João Guilherme de Souza. **Sindicalismo Cidadão e Economia Solidária: Uma análise da experiência política da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

COSTA, S. A. **Estado e Controle Sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção (1960-1964)**. São Paulo: TAQ, 1986.

COSTA, R.; LEHER, R.; LIMA, J. A. B.; TRINDADE, A. C. **Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010**. (2010) Texto disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal28/05Leher.pdf>>. Acesso em: 31 agosto de 2016.

DENIS, Roland. **Los fabricantes de la rebelión: movimiento popular, chavismo y sociedad en los años noventa**. Caracas: Primera Linea; Nuevo Sur, 2001. Pp. 16-44. Disponível em: <http://img5.xooimage.com/files/d/1/5/fabricantes-de-re...r.-denis-1275845.pdf>, pp. 07-25. (Acesso realizado em: 31/10/2016).

DIAS, Edmundo. “Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes”. In: **Revista Outubro**, nº 1 - 1998. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf)>. Acesso em 30/04/2015.

ELLNER, Steve. **El Fenómeno Chávez; sus Orígenes y su impacto (hasta 2013)**. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 2014, pp. 31-132; 119-234.

FENELON, Déa Ribeiro. **Introdução. Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2005.

\_\_\_\_\_. **E. P. Thompson: história e política**. In: Revista História e Perspectivas, Nº 1 – Especial – Janeiro / Junho de 2014. pp. 33-53. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos & Outros textos**. COGGIOLA, Osvaldo; SACHETTA, Vladimir. (Org.). São Paulo: Xamã, 1995.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Carla. **O capitalismo rentista e a classe operária no processo bolivariano da Venezuela**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

Disponível em:  
[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300733988\\_ARQUIVO\\_CARLAFERRERA\\_ARTIGOANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300733988_ARQUIVO_CARLAFERRERA_ARTIGOANPUH2011.pdf) (Acesso realizado em: 31/10/2016).

\_\_\_\_\_. **A classe trabalhadora no processo bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petrolero-rentista (1989-2010).** Tese de doutorado (orientadora: Claudia Wasserman), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANÇA, Teones. Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades. In: **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, n.2, p. 71-83, 1º semestre, 2007.

\_\_\_\_\_. **A CUT e o sindicalismo cidadão: crise e reorganização do movimento sindical no Brasil a partir dos anos 1990.** In: Reorganização do Movimento Sindical no Brasil: a construção de um sindicalismo socialista e revolucionário. Caderno de Debates, n. 4. São Paulo: Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos (ILAESE), 2008.

FONTANA, Josep. Em busca de novos caminhos. **A História dos Homens.** Bauru/SP: Edusc, 2004, pp. 471-490.

FUKUIAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALVÃO, Andréia. **A reforma sindical no governo Lula: mudança ou continuidade?** In: Borges, Altamiro (Org.). A reforma sindical e trabalhista no governo Lula. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

\_\_\_\_\_. **O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos.** In: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 14, São Paulo: Alameda, out. 2006.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil.** Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP, 2007.

GALVÃO, A.; LEMOS, P.R., GONÇALVES, T. **Conlutas e Intersindical: um sindicalismo de funcionários públicos.** In: Fabiana Rodrigues; Henrique Novaes; Eraldo Batista. (Org.).

*Movimentos Sociais, trabalho organizado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 447-471.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P.; TRÓPIA, P. V. **As bases Sociais das novas centrais sindicais brasileiras**. 1. Ed. Curitiba. Editora: Appris, 2015.

GIANOTTI, Vito. **História das Lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo às Avestas**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 14, p. 5-39, fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento às Avestas: Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GONÇALVES, Tatiana. **A reorganização sindical no Governo Lula**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. Orientadora: Andreia Galvão.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRACIOLLI, Edilson José. **Privatização da CSN**. Da Luta de Classes à Parceria. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário Costa de Paiva. **CONLUTAS: Uma nova proposta para a organização dos trabalhadores no Brasil?** Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de História, 2010. Orientador: Antônio de Almeida.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história, o que fazer com o passado agora? In: **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARUJO, Valdeci Lopes de. (Orgs.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBSBAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JIMÉNEZ, José Ángel Ruiz. **Orgullo e inglês nacido libre: el compromiso rebelde de E. P. Thompson contra el exterminismo**. In: Revista História e Perspectivas, Nº 1 – Especial – Janeiro / Junho de 2014. pp. 159-191. Uberlândia: EDUFU, 2014.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. **A CUT no Governo Lula. Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa**. 2009. (Tese de Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de São Paulo.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. **REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente**. In: Revista Eletrônica Educação e Realidade. pp. 49-64. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Janeiro-Abril de 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8457/4922>

LEHER, Roberto. **Para silenciar os campi**. Caderno do Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial - Out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a11v2588.pdf> (Acesso realizado em: 03/11/2016)

\_\_\_\_\_. Programa Universidade para Todos: democratizar ou mercantilizar? In: Portal do ANDES-SN. 2013. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-711278299.pdf> (Acesso realizado em 03/11/2016).

LENIN, Vladimir Ilitch. **Quienes son los “Amigos Del pueblo” y como luchan contra los socialdemócratas (Respuesta a los artículos de Rússkoe Bogatstvo contra los marxistas)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas. Tomo 01. Moscú: Progreso, 1981.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. 2009. Disponível em: [http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917\\_contra-reforma.pdf](http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf)

LOPES, Mariana de Oliveira. **Balço teórico da Venezuela bolivariana**. In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v2\\_mariana\\_GVI.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v2_mariana_GVI.pdf) (Acesso realizado em: 31/10/2016).

LOPEZ-MAYA, Margarita. **Luta hegemônica na Venezuela a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez**. Trad. de Flávio Benedito. 2010, pp. 16-117; 310-349.

LUCAS, Marcilio Rodrigues. **A reestruturação produtiva na empresa Votorantim Metais: novas práticas para a velha dominação capitalista**. 2007. (Monografia de Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

MAGALHÃES, João P. de Almeida. **Estratégias e modelos de desenvolvimento**. In: \_\_\_\_\_. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-34.

MANDEL, Ernest. **A Burocracia no Movimento Operário**. Marxists Internet Archives, Seção em português, 2005. Acesso em 17/10/2016.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 43-75.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTONI, Valéria Bonadia Marucchi, FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **“expansão para quem?”: uma análise dos objetivos do reuni e das diretrizes para a educação do banco mundial**. XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 2013. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_EOR443.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR443.pdf)

MARX, Karl. **Os Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Crítica a filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista**. Volume V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **El Capital Libro I Capítulo VI (Inédito): Resultados del proceso inmediato de producción.** 16ª reimpressão. México: Siglo Veintiuno Editores, 2009. Disponível em: [http://ecopol.sociales.uba.ar/files/2013/09/Marx\\_Cap%C3%ADtulo-VI-in%C3%A9dito.pdf](http://ecopol.sociales.uba.ar/files/2013/09/Marx_Cap%C3%ADtulo-VI-in%C3%A9dito.pdf) (Acesso realizado em: 19/11/2016).

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista.** (Org.) Osvaldo Coggiola. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital.** 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política.** São Paulo-SP. Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Sindicalismo brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sindicatos e o desemprego no Brasil.** 1998. Disponível em: <[www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/badaro.rtf](http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/badaro.rtf)>. Acesso realizado em: 21/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo. Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização.** In: Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. pp. 13-50. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reorganizando em meio ao refluxo: esforços organizativos e reposicionamentos entre movimentos políticos e sociais dos trabalhadores durante o governo Lula.** Apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.

MENON, Gustavo. **A Revolução Cidadã: o governo Rafael Correa e os movimentos sociais no Equador**. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos. vol. 2, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/75/144> (Acesso realizado em: 31/10/2016).

MÉSZÁROS, István. A Necessidade do Controle Social. In: Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. pp. 982-1011.

\_\_\_\_\_. **Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical**. In: Margem Esquerda, n. 8, São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2014/03/05/bolivar-e-chavez-o-espírito-dadeterminacao-radical/> (Acesso realizado em: 31/10/2016).

\_\_\_\_\_. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Ordem de Reprodução Sociometabólica do Capital**. In: Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011. pp. 94-132.

\_\_\_\_\_. **Como Poderia o Estado Fenecer?** In: Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011. pp. 561-602.

MUNAKATA, K. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.  
NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. **Para Onde Vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1993. Pág. 42.

NORONHA, Eduardo. **A Explosão das Greves na Década de 80**. In: BOITO Jr., Armando (org.). O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Celina Gomes. **A gênese da CUT: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da Central**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas - SP, 1995. Orientador: Ricardo Antunes.

PAULA, Cristiana Maria de. **Neoliberalismo e reestruturação da educação superior no Brasil: O REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói – RJ, 2009. Orientador: Prof. Dr. JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES. Disponível em: [http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/cristiana%20de%20paula.pdf](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/cristiana%20de%20paula.pdf)

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Luciana. L. C. **Polícia política e caça aos comunistas**. In: MATTOS, Marcelo B. Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro. Editora Bom Texto: FAPERJ, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no Século 20**. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Danielle Cristine. **O Estado no sistema sociometabólico do capital: uma relação de complementaridade na base material**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013. Orientador: Marcos Tadeu Del Roio. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/RIBEIRO\\_D\\_C\\_ME\\_2013.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/RIBEIRO_D_C_ME_2013.pdf)>. Acesso em: 19/11/2014.

ROCHA, Joallan Cardim. **10 anos do governo Evo Morales: O “Nacionalismo Indígena” no poder?** Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos. vol. 5, n. 2, ai/ago. 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-5-numero-2-2015/rebela/revista/artigo/10-anos-do-governo-evo-morales-o> (Acesso realizado em: 31/10/2016).

ROSA, Flavia Bischain. **Como caracterizar o governo Chávez? Bonapartismo sui generis e luta de classes na Venezuela bolivariana**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3\\_flavia\\_GVI.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_flavia_GVI.pdf) (Acesso realizado em: 31/10/2016).

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Apresentação**. In: COSTA, S. A. Estado e Controle Sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção (1960-1964). São Paulo: TAQ, 1986.

RODRIGUES, Robério Paulino. **Socialismo no Século XX: O Que Deu Errado?** Goiânia: Kelps, 2008.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLASCO Brasil 2013.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

SALGADO, Manoel. **Rafael Correa y el socialismo ecuatoriano**. 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/rafael-correa-y-el-socialismo-ecuatoriano> (Acesso realizado em: 31/10/2016).

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, set./1989/fev./1990, p. 219-243.

SANTOS, A. O. **A Nova Crise do Sindicalismo Internacional**. In: Ricardo Antunes. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 447-459  
SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê, 2011.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade**: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. In: Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) – maio/agosto, 2008.

SANTOS, Vinícius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEABRA, Raphael Lana. **A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela**. Tese de Doutorado. (Orientador: Doutor Sadi Dal Rosso), Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8585/1/Tese%20-%20A%20primeira%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20S%C3%A9culo%20XXI%20-%20vers%C3%A3o%20definitiva.pdf> (Acesso realizado em: 31/10/2016).

SILVA, Paula Alves Pereira. **O plano de reestruturação e expansão das universidades federais em disputa: as forças sociais no processo de discussão e aprovação do reuni na UFU**. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2010. Orientadora: Profª Patrícia Vieira Trópia.

SILVA, Sidartha Sória. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil**. Brasília: Fundação Milton Campos, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2001.

TAVARES, Elaine. **O mundo indígena e as incompreensões da esquerda**. 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-mundo-indigena-e-incompreensoes-da-esquerda> (Acesso realizado em: 31/10/2016).

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. **Para onde foi a CUT?: Do classismo ao sindicalismo social-liberal**. Rio de Janeiro: Malungo, 2013. 283 p.

TROPIA, Patrícia Vieira. **Força Sindical – Política e Ideologia Sindicalismo Brasileiro**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa. Volume 1. A árvore da liberdade**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, [1930 (2007)].

\_\_\_\_\_. **A Revolução Traída. O que é e para onde vai a URSS?** São Paulo. Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [1936 (2005)].

\_\_\_\_\_. **O Programa de Transição para a Revolução Socialista**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [1938 (2008)].

\_\_\_\_\_. **Os sindicatos na época da decadência imperialista**. In: Paulo Agüena (Org.) **O Marxismo e os Sindicatos**. Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, [1940 (2008)].

\_\_\_\_\_. **A Revolução Permanente**. In: **A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [1929 (2010)].

SILVA, Sidartha Sória. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil**. Brasília: Fundação Milton Campos, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2001.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe? O Movimento Operário da Década de 80.** São Paulo: Editora “Instituto José Luis e Rosa Sundermann”, 2004.

### **OUTRAS FONTES: DECRETOS, LEIS, JORNAIS, REVISTAS, IMPRENSA SINDICAL, SITIOS, ENTREVISTAS**

**Bancários.** Rio de Janeiro (1955-1964). Bancário. Rio de Janeiro, Sindicato dos Bancários, 1938-1985 (Jornal).

*Boletim conjunto do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD) e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (SINDSEF-SP). Março de 2006.*

Boletim do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE), Ano VII - Nº 279 – 03 de fevereiro de 2005.

Caderno de Resoluções do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) organizado pela Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS), nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006 – Sumaré/SP.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932.** Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22132-25-novembro-1932-526777-publicacaooriginal-82731-pe.html>>. Acesso em: 10/02/2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 2.377, de 8 de Julho de 1940.** Dispõe sobre o pagamento e a arrecadação das contribuições devidas aos sindicatos pelos que participam das categorias econômicas ou profissionais representadas pelas referidas entidades. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2377-8-julho-1940-412315-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11/02/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto 19.770, de 19 de março de 1931.** Regula a sindicalização das classes patronais e operarias e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d19770.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm)>. Acesso em 21/11/2014.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 1.402, de 5 de Julho de 1939.** Regula a associação em sindicato. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm)> Acesso em: 11/02/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 5452, de 1º de Maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 11/02/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 4796, de 29 de Julho de 2003.** Institui o Fórum Nacional do Trabalho e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4796.htm)>. Acesso em: 01/10/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em 03/11/2016

BRASIL. Casa Civil. **Emenda Constitucional 41 de 19 de dezembro de 2003.** Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm)>. Acesso em: 01/10/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 6.386, de 9 de Dezembro de 1976.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6386.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6386.htm)>. Acesso em: 01/10/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990.** Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm)>. Acesso em: 16/05/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 9.601, de 21 de Janeiro de 1998.** Dispõe sobre o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19601.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19601.htm)>. Acesso em: 16/05/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004.** Institui normas gerais pra licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm)>. Acesso em: 22/09/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)> Acesso em: 03/11/2016.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 01/10/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 11457, de 16 de março de 2007.** Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11457.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11457.htm)>. Acesso em: 15/10/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 11.648, de 31 de março de 2008.** Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm)>. Acesso em: 01/10/2015.

BRASIL. Casa Civil. **Medida Provisória nº 213, de 10 de Setembro de 2004.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm)> Acesso em: 03/11/2016)

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego.** <[http://portal.mte.gov.br/cont\\_sindical/](http://portal.mte.gov.br/cont_sindical/)> Acesso em: 01/10/2015

Dossiê Nacional 3 – Publicação Especial do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). **Precarização das Condições de Trabalho I**. Abril de 2013. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1904651914.pdf>> Acesso realizado em 03/11/2016.

Entrevista realizada no dia 19/08/2009, na sede nacional da CONLUTAS, São Paulo – SP. Além de sindicalista, participando como membro da Direção Nacional da CONLUTAS e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém – PA, Atnágoras Lopes é militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

Sítio do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – **Taxa de Desemprego nas regiões Metropolitanas do Brasil**. <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml#> (Acesso realizado em 20/06/2009)

Estudos e Pesquisas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE). **Balanco das Greves em 2008, Nº 45** – Julho de 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2008/estPesq45balancoGreves2008.pdf>>. Acesso em: 30/03/2016

Estudos e Pesquisas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE). **Balanco das Greves em 2009 e 2010, Nº 60** – Abril de 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2010/estPesq60balGreves20092010.pdf>>. Acesso em: 30/03/2016

Estudos e Pesquisas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE). **Balanco das Greves em 2013, Nº 75** – Dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>> Acesso em: 25/07/2016

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul. Nº 9. Março e Abril de 2010. Disponível em: <<http://www.sindppd-rs.org.br/files/jornal/jornal9.pdf>>. Acesso em: 02/10/2015.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo. Nº 242. Filiado a FENASPS e CNTSS/CUT. Disponível em: <<http://www.sinsprev.org.br/documentos/Jornais/jornal242.pdf>>. Acesso em: 02/10/2015.

FATTORELLI, Maria Lúcia. Entrevista realizada no dia 06/02/2011, por Stéphanie Jacquemont, com a economista Maria Lúcia Fattorelli. “O problema da dívida do Brasil não foi resolvido: no governo Lula agravou-se ainda mais” disponível em: <[http://resistir.info/brasil/fattorelli\\_08fev11.html#notas](http://resistir.info/brasil/fattorelli_08fev11.html#notas)> Acesso em 1/11/2016.

LOPES, Atnágoras. Entrevista realizada no dia 19/08/2009, na sede nacional da CONLUTAS, São Paulo – SP, com o sindicalista, membro da Direção Nacional da CONLUTAS e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém – PA.

**Manifesto de Lançamento da INTERSINDICAL.** Disponível em: <<http://metalurgicosbs.org.br/imagens/upload/documento16.pdf>>. Acesso em: 02/10/2015.

**O Trabalhador Gráfico**, 10/12/1932, Nova Fase, Órgão Oficial da União dos Trabalhadores Gráficos do Brasil.

**Regimento do Fórum Nacional do Trabalho.** Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/fnt/Regimento\\_Interno\\_do\\_Forum\\_Nacional\\_do\\_Trabalho.pdf](http://www3.mte.gov.br/fnt/Regimento_Interno_do_Forum_Nacional_do_Trabalho.pdf)>. Acesso em: 02/10/2015.

**Resoluções do I Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (1º CONCUR - 24 a 26/08/1984).** Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/114>>. Acesso em: 08/04/2015.

**Resoluções do II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (2º CONCUR - 31/07/1986 a 03/08/1986).** Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/115>>. Acesso em: 21/04/2015.

**Resoluções do III Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (3º CONCUR - 07/09/1988 a 11/09/1988).** Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/116>>. Acesso em: 29/04/2015.

**Resoluções do IV Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (4º CONCUR - 04/09/1991 a 08/09/1991).** Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/117>>. Acesso em: 02/05/2015.

**Resoluções do V Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (5º CONCURT – 19/05/1994 a 22/05/1994).** Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/118>>. Acesso em: 10/05/2015.

**Resoluções do VI Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (6º CONCURT – 13/08/1997 a 17/08/1997).** Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/119>>. Acesso em: 15/05/2015.

**Resoluções do VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (7º CONCURT – 15/08/2000 a 19/08/2000).** Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/120>>. Acesso em: 19/05/2015.

**Resoluções do 1º Congresso Nacional da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) – 03/07/2008 à 06/07/2008, Betim-MG.**

Revista Veja. 25/03/1998. Editora Abril.

Sítio da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical (ADUFF-SSind). disponível em: <[http://www.aduff.org.br/boletim/2005a\\_02m\\_18d.htm](http://www.aduff.org.br/boletim/2005a_02m_18d.htm)> Acesso em: 01/10/2015.

Sítio da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS). Dispõe de notícia denunciando a CUT, com entrevista com então presidente da ANASPS. Disponível em: <[http://www.anasps.org.br/mostra\\_materia.php?id=464](http://www.anasps.org.br/mostra_materia.php?id=464)>. Acesso em: 01/10/2015.

Sítio do Blog Socialismo Sempre – Disponível em: <[http://socialismosempre.blogspot.com/2007\\_03\\_01\\_archive.html](http://socialismosempre.blogspot.com/2007_03_01_archive.html)>. Acesso em: 12/12/2015.

Sítio do Blog Socialismo Sempre – Disponível em: <[http://socialismosempre.blogspot.com/2007\\_05\\_01\\_archive.html](http://socialismosempre.blogspot.com/2007_05_01_archive.html)>. Acesso em: 12/12/2015.

Sítio do Consultor Jurídico (CONJUR) - <[http://www.conjur.com.br/2007-ago-10/sindicalizacao\\_volta\\_crescer\\_terceirizados](http://www.conjur.com.br/2007-ago-10/sindicalizacao_volta_crescer_terceirizados)>. Acesso em: 02/10/2015.

Sítio da CONLUTAS com a breve História de seu surgimento – Disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/historia.asp>>. Acesso em: 25/07/2010.

Sítio da CONLUTAS com a notícia da criação de Grupos de Trabalho - Disponível em: <[http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos de Trabalho&subC=Mulheres e GBLT](http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos_de_Trabalho&subC=Mulheres_e_GBLT)>. Acesso em: 21/10/2010.

Sítio da CONLUTAS com a notícia da criação de Grupos de Trabalho - Disponível em: <[http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos de Trabalho&subC=Mulheres e GBLT](http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos_de_Trabalho&subC=Mulheres_e_GBLT)>. Acesso em: 21/10/2010.

Sítio da CONLUTAS com a notícia das manifestações realizadas durante o dia 1º de Maio de 2007. Disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=258>>. Acesso em: 27/10/2010.

Sítio da CONLUTAS com a nota política sobre a Emenda 3 a Lei à Lei 11457/2007 - Disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=280>>. Acesso em: 29/10/2010.

Sítio Contas Abertas tratando do tema que a CUT recebeu 55 milhões de reais oriundos do Imposto Sindical, em 2015 – Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11866> (Acesso realizado em 25/11/2016).

Sítio da CUT com a notícia de que a Central é a maior do país e que recebeu 26 milhões de reais oriundos do Imposto Sindical – Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/cut-e-a-maior-92cf/> (Acesso realizado em 25/11/2016).

Sítio do InfoEscola - Disponível em: < <http://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/governo-lula>>. Acesso em: 05/10/2015.

Sítio do Infomoney – Disponível em: <<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=763896&path=/suasfinancas/carreiras/direitos/>>. Acesso em: 02/10/2015.

Sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) – <http://www.ibge.gov.br>

Sítio do Instituto Observatório Social – Disponível em: <[http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/00014914EmRevista5.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/00014914EmRevista5.pdf)>. Acesso em: 21/10/2010.

Sítio do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) - Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/janeiro/juros-da-divida-consumiram-22-cpmfs-em-cinco-anos/>>. Acesso em: 01/10/2015.

Site do Observatório da América Latina - Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal14/CRS14Brasil.pdf>>. Acesso em: 30/07/2010.

Sítio do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) - Disponível em: <<http://psol50.org.br/blog/2007/05/23/15-milhao-de-trabalhadores-mobilizam-se-em-dia-de-protesto-contra-as-reformas-neoliberais-de-lula/>>. Acesso em: 28/10/2010.

Sítio do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) - Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/opressao\\_materia.asp?id=3161&ida=2](http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=3161&ida=2)>. Acesso em: 01/08/2010.

Sítio do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) - Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/editorias\\_materia.asp?id=6393&ida=0](http://www.pstu.org.br/editorias_materia.asp?id=6393&ida=0)>. Acesso em: 25/10/2010.

Sítio do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) - Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/movimento\\_materia.asp?id=6716&ida=0](http://www.pstu.org.br/movimento_materia.asp?id=6716&ida=0)>. Acesso em: 28/10/2010.

Sítio do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) - Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/jornal\\_materia.asp?id=7546&ida=0](http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7546&ida=0)>. Acesso em: 02/11/2010.

Site do Portal de Notícias G1. POPULARIDADE+DE+LULA+CAI+PARA+DIZ+PESQUISA+CNTSENSUS.html. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1296108-5601,00>>- Acesso em: 01/10/2015.

Sítio da INTERSINDICAL - Disponível em: <<http://intersindical.inf.br/index.php?id=fotos>> Acesso em: 02/11/2010.

Sítio do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região – Disponível em: <[http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1057\\_guia2016.pdf](http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1057_guia2016.pdf)>. Acesso realizado em 21/09/2015.

Sítio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo - Disponível em: <<http://www.sindijornalistases.org.br/servicos/convenios>>. Acesso em: 20/09/2015.

Sítio do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Ferroviário e Metroviário dos Estados da Bahia e do Sergipe (SINDIFERRO) – Disponível em: <<http://www.sindiferro.org.br/categoria/convenios/>>. Acesso realizado em 21/09/2015.

Sítio do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Joinville – Disponível em: <<http://metalurgicosjle.com.br/index.php/convenios>>. Acesso realizado em 21/09/2015.

Sítio do Sindicato dos Químicos Unificados - Disponível em: <[http://www.quimicosunificados.com.br/noticia\\_interna.php?id=513&id\\_secao=6&busca=](http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=)>. Acesso em: 29/10/2010.

Sítio do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (SINDSEF-SP) – Disponível em: <[http://www.sindsef-sp.org.br/sindsef\\_conlutas.jsp](http://www.sindsef-sp.org.br/sindsef_conlutas.jsp)>. Acesso em: 30/07/2010.

Sítio do Wikipedia com informação sobre a CONLUTAS – Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Coordena%C3%A7%C3%A3o\\_Nacional\\_de\\_Lutas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Coordena%C3%A7%C3%A3o_Nacional_de_Lutas)>. Acesso em: 30/07/2010.

Sítio do Wikipedia com informação sobre o movimento LGBT – Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>>. Acesso em: 21/10/2010.

### **Fontes Audio-Visuais**

História da Reorganização do Movimento Sindical Popular. Editado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). São Paulo, 2008. DVD (20min25seg).

**ANEXOS**

## ANEXO I

### **Um 1º de Maio de luta marcou presença em todo país Milhares de manifestantes se reuniram em várias praças e ruas do país para realizar um 1º de maio classista e de luta.**

03/05/2007

Milhares de manifestantes se reuniram em várias praças e ruas do país para realizar um 1º de maio classista e de luta. Esse 1º de maio foi marcado pelas reivindicações por moradia, reforma agrária e protestos contra as reformas do governo Lula.

Esses atos foram uma contraposição ao 1º de Maio da CUT e Força Sindical, que fizeram atos de apoio ao governo federal, bancados pelos patrões e pelas estatais. Enquanto as festas das centrais pelegas e chapas-brancas foram mais governistas que nunca, com temáticas ainda mais despolitizadas, shows e sorteios, as entidades de luta de todo o país fizeram ecoar a luta contra as reformas neoliberais do governo.

E este 1º de maio foi apenas um dos passos de um calendário de lutas contra as reformas, que deve se espalhar por todo o país e colocar o governo na parede. O próximo passo do plano de Lutas votado no Encontro do dia 25 de março é a construção do dia 23 de maio. Vamos realizar um dia nacional de luta, com manifestações, paralisações, bloqueios de estradas, ocupações etc.

Veja como foi o 1º de maio nos estados

#### **Fortaleza (CE)**

Na capital cearense, o ato na praça do Colégio do Liceu, localizada no histórico bairro da Jacarecanga, reuniu centenas de pessoas de diversos bairros. O 1º de maio começou cedo. Cerca de 150 operários da construção, por volta das 7h, foram à sede do sindicato para tomar o café da manhã do peão, de onde seguiram até a praça numa bela coluna vermelha cantando: “Eu sou Conlutas, eu sou peão, a CUT é do governo e do patrão”. Também estiveram presentes os sem-teto da ocupação Nossa Senhora das Graças, o MLB (Movimento de Luta dos Bairros e Favelas) e os índios tapebas da Caucaia, região metropolitana, além de organizações como PSTU, PCB, PSOL, PCR e MST. A passeata saiu da Praça do Liceu com destino à praça do Bairro do Carlito Pamplona. Durante o percurso, motoristas, populares e passageiros nos ônibus expressaram apoio à manifestação. Já na Carlito Pamplona, houve diversas intervenções e a apresentação de grupos musicais e de dança organizados pelas comunidades da periferia.

#### **São Paulo (SP)**

O lema “Em defesa da aposentadoria, dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas” norteou o 1º de maio classista em São Paulo na Praça da Sé, centro da capital paulista. Nem mesmo o

sol forte diminuiu o ânimo dos ativistas presentes no protesto contra o governo Lula e as reformas neoliberais, que reuniu cerca de 3 mil pessoas. O ato ocorreu pela manhã e teve a participação de organizações como a Conlutas, Intersindical, Pastorais Sociais, organizações de luta pela moradia como o MTST, MUST, de luta pela terra, como o MST, o MLST, e diversos sindicatos. O PSOL, PCB e PSTU também marcaram presença na manifestação, que seguiu em passeata até o Viaduto do Chá.

### **Alagoas (AL) e Sergipe (SE)**

A Conlutas dos estados de Alagoas e Sergipe parou por quase duas horas a ponte sobre o rio São Francisco no município de Própria, em Sergipe (localizada a 99 quilômetros de Aracaju). Cerca de 400 ativistas, ligados a movimentos sociais, sindicatos, agremiações estudantis, foram ao ato, que marcou o dia internacional de luta da classe trabalhadora. Estiveram presentes ao ato a Conlutas, a Intersindical, a Conlute, a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), o Sintsep-AL, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindipetro AL/SE, Sindjus, Adufal, Simesc (servidores municipais de São Miguel dos Campos-AL), Consulta Popular, representante da colônia dos pescadores de Itaipu, grêmio Cefet, Vamos à luta (FASUBRA), comissão de agentes de saúde, estudantes de São Miguel dos Campos, coletivo feminista da UFAL, grupo Além do Mito, Sindicagense, Senalba, Sintes, Oposições do Sintsep-SE, Sindisprev-SE, Sintasa-SE. E os partidos, PSTU, PSOL, PCR, PCB

### **São Luís (MA)**

No dia 30 de abril, a Conlutas do Maranhão organizou mais uma atividade do calendário de lutas indicado no encontro de 25 de março. Enquanto os sindicatos ligados à CUT e outras centrais pelegas organizaram festas para marcar o 1º de maio, os ativistas da Conlutas se concentraram na Praça João Lisboa e fizeram uma caminhada pela Rua Grande até a Praça Deodoro no centro de São Luís. Foram denunciadas as reformas neoliberais do governo Lula e a enganação do PAC. Sobre a conjuntura estadual, foram denunciados os ataques aos servidores públicos por parte do governo Jackson Lago (PDT). A manifestação contou com a participação de dezenas de militantes, principalmente da APRUMA – Seção Sindical do ANDES-SN, do SINTRAJUFÉ, Sindicato dos Bancários, Movimento organizado de Hip Hop Quilombo Urbano, professores da rede estadual e estudantes da UFMA e do CEFET.

### **Rio de Janeiro (RJ)**

Sob os Arcos da Lapa, o ato classista do 1º de Maio reuniu cerca de mil pessoas, se constituindo no maior ato classista realizado nos últimos anos. Entre as organizações e partidos presentes estavam PSOL, PCB, PSTU, Conlutas e a Intersindical.

### **Brasília (DF)**

O ato do 1º de Maio organizado pela CONLUTAS-DFE, INTERSINDICAL, SINDÁGUA, SINDECON, GRÊMIO CEAN, OPOSIÇÃO DO SINDSER, RESISTÊNCIA E LUTA – OPOSIÇÃO DOS CORREIOS, COMITÊ DE LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA – DF, MOVIMENTO NACIONAL LUTA SERVIDOR, EXNEL, OPOSIÇÃO DO DCE-UNB, MOVIMENTO RENOVAÇÃO PELA BASE - OPOSIÇÃO DE ESQUERDA DOS PROFESSORES DO DF, ANDES-SN, ADUNB, PSTU, PSOL e PCB em Taguatinga, cidade satélite de Brasília, reuniu 100 pessoas e afirmou o engajamento das entidades presentes na preparação das jornadas de lutas do dia 23 de maio.

### **Minas Gerais (MG)**

A manifestação contou com 1.500 participantes e teve início às 11h, coordenada por Eliana Lacerda, da Conlutas, e Vanderlei Martini do MST/Via Campesina. Além das entidades participantes do II Encontro (Conlutas, Intersindical, Pastorais Sociais, MST e demais entidades que compõem a Via Campesina), também participaram da manifestação a Nova Central Sindical dos Trabalhadores e representantes dos movimentos dos sem-teto de BH e região. Estavam representados no ato PSTU, PSOL, PCD, PCR e Refundação Comunista. Dentre os movimentos populares da região, estavam presentes representantes do MLB (Movimento de Luta dos Bairros), que recentemente ocuparam um prédio inacabado da Construtora Encol, no Bairro Serra, às vésperas do II Encontro.

### **Manaus (AM)**

Nesse dia, algumas entidades se reuniram para discutir a unificação de suas lutas e começar a construir, com base nos eixos do movimento nacional, um Fórum de Lutas Contra as Reformas. A reunião ocorreu na sede do Sindicato dos Fazendários (Sifam), na parte da manhã. Além deste sindicato, estiveram presentes diretores do Sindicato da Previdência (Sindisprev), entidade que se desfilou recentemente da CUT, estudantes universitários da Conlute/AM, a oposição de professores das redes municipal e estadual que reivindica a Conlutas, e o PSTU.

### **Belém (PA)**

Cerca de mil pessoas saíram às ruas de Belém para protestar neste 1º de maio contra as reformas previdenciária e trabalhista propostas pelo governo federal. O protesto organizado pela Conlutas saiu em passeata da praça da Leitura, em São Brás, seguindo pela avenida Magalhães Barata até a avenida Presidente Vargas, próximo à rua Osvaldo Cruz. Quando a passeata passava perto da pouco movimentada praça da República, onde ocorria o evento da CUT, os que estavam no local ouviram os gritos da passeata: "Eu sou Conlutas. Sou radical. Não sou capacho do governo federal". O jornal paraense de grande circulação no estado, O Liberal, noticiou o protesto com grande destaque na capa, sob o título "Trabalhadores nas ruas, mas sem Central Única".

## ANEXO II

### **CONVOCATÓRIA DA JORNADA DE LUTAS DO DIA 23 DE MAIO DE 2007**

O movimento sindical, popular e estudantil convoca trabalhadores e o povo a lutar: contra a reforma da previdência, contra toda reforma que retire direitos (não à emenda 3), por emprego, salário digno, reforma agrária e moradia, contra a política econômica e o pagamento das dívidas interna/externa, em defesa do direito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Nós, lutadores e lutadoras do movimento popular, convocamos toda a sociedade para uma grande jornada de lutas, no dia 23 de maio de 2007, contra essa política econômica e o superávit primário, pelo não pagamento das dívidas externa/interna e por uma auditoria dessas dívidas, bem como contra qualquer tipo de reforma que traga prejuízos à classe trabalhadora e à soberania do país.

Vamos nos manifestar contra a política econômica do governo federal, que enriquece banqueiros e grandes empresários, estrangula qualquer possibilidade de investimentos em políticas sociais, mantendo a perversa concentração de renda.

Vamos nos manifestar contra a retirada de direitos trabalhistas e contra a reforma previdenciária apresentada, pois é inadmissível reduzir nossas conquistas históricas.

Lutamos para libertar o Brasil do domínio imperialista, que impõe o agronegócio, que destrói a natureza e compromete a capacidade de produção de alimentos para o povo.

Nos irmanamos a todos os povos latino-americanos em defesa da independência e da soberania de nossos países. Nos manifestamos pela retirada das tropas do Haiti e contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

#### **Estamos nas ruas por mais direitos para o povo:**

- Reforma Agrária
- Emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários
- Em defesa do direito irrestrito de greve, contra a criminalização dos movimentos sociais
- Em defesa do serviço público: educação e saúde pública, gratuita e de qualidade para todos.
- Direito de moradia digna para todos
- Em defesa do meio ambiente, contra a destruição da Amazônia
- Valorização do salário mínimo e das aposentadorias
- Contra a autonomia do Banco Central
- Contra todas as formas de discriminação e opressão racial, homofóbica e sexista
- Pela anulação do leilão da privatização da Vale do Rio Doce
- Energia com tarifa social
- Pela democratização dos meios de comunicação.
- Em defesa dos lutadores e lutadoras do movimento sindical e popular, pela reintegração imediata de todos dirigentes sindicais, a exemplo dos companheiros do Metrô de São Paulo, e pela imediata libertação dos presos políticos.

**Assinam:**

- ✓ UNE (União Nacional dos Estudantes)
- ✓ CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais)
- ✓ Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores)
- ✓ Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas)
- ✓ Intersindical
- ✓ CUT (Central Única dos Trabalhadores)
- ✓ MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)
- ✓ Via Campesina
- ✓ Assembléia Popular
- ✓ UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas)
- ✓ Marcha Mundial das Mulheres
- ✓ Pastorais Sociais
- ✓ ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos)

## ANEXO III

### Quadro das Mobilizações do dia 23 de Maio de 2007

#### **PARÁ**

Paralisações: Servidores públicos da UFPA (Universidade Federal do Pará), UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), Ibama, Incra, Funasa e professores da rede estadual de ensino. Operários da Construção Civil realizaram uma greve de advertência que foi duramente reprimida pela Polícia Militar da governadora Ana Julia (PT). 600 famílias do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) ocuparam a barragem de Tucuruí. A polícia reagiu violentamente, atirando balas de borracha contra os manifestantes e deixando feridos. Agricultores ligados à Conlutas ocuparam a Fazenda Oriental, na região nordeste do Estado. Os condutores de Ananindeua continuam em greve. Estudantes e professores da Escola Federal de Agrotécnica bloquearam a BR316. No final das manifestações aconteceu um ato com a participação de cinco mil trabalhadores, sendo que três mil eram da construção civil.

#### **BAHIA**

Paralisações: professores estaduais, professores municipais de Salvador, professores da Universidade Estadual da Bahia, funcionários da UFBA e Sinasefe.

#### **SERGIPE**

Paralisações: petroleiros, professores da rede estadual, Ibama, trabalhadores da DRT, funcionários dos órgãos federais (Incra, Funasa, INSS), servidores da UFS e do Cemar-SUS. Ato unificado com a presença da Conlutas, CUT, MST, Sindipetro AL/SE, Sintese Sindicagense. Bloqueios das estradas AL-115, BR-101 e no Alto Sertão Sergipano. Cerca de 2.500 camponeses trancaram a via estadual.

#### **ALAGOAS**

Paralisações: Professores da rede estadual e da Universidade Federal de Alagoas. Cerca de 300 ativistas bloquearam o tráfego na BR-101 por mais de quatro horas. O protesto contou com a participação de tribos indígenas contra a transposição das águas do rio São Francisco. Participaram, ainda, Conlutas, alguns Centros Acadêmicos da Ufal, Sindjus, Adufal, Simesc, Sintsep-AL, coletivo "Além do Mito", coletivo feminista da UFAL. Em Delmiro Gouveia, no sertão de Alagoas, agricultores ocuparam uma agência bancária.

#### **PIAUI**

Paralisações: Incra, Iphan, professores da rede estadual, professores da universidade estadual (Uespi), servidores municipais de Teresina, bancários e trabalhadores da saúde estadual. Ato unificado com a presença da Conlutas, Intersindical e CUT.

#### **PERNAMBUCO**

Paralisações: Metrô, INSS, professores municipais de Recife, professores do estado, servidores e docentes

da Universidade Federal e Rural, Sinasefe e servidores federais (Condsef). Trabalhadores rurais e urbanos bloquearam a BR-423, na entrada do município de Garanhuns (PE). A ação está sendo realizada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), quilombolas e trabalhadores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Pernambuco. No sertão de São Francisco, mais de mil famílias sem-terra bloquearam a ponte Presidente Dutra que liga Petrolina a Juazeiro. Foram doze bloqueios de estradas em rodovias de Pernambuco até agora: BR-408 (município de São Lourenço da Mata); BR-316 (município de Petrolândia); BR-110 (município de Ibimirim); BR-232 (município de Gravatá); BR-101 Sul (município de Escada); BR-232 (município de Pesqueira); BR-104 (município de Caruaru); BR-101 Norte (município de Goiana); BR-232 (município de Serra Talhada); BR-428 (município de Cabrobó); e BR-423 (município de Garanhuns).

### **PARAÍBA**

Paralisações: Banco do Brasil, servidores da universidade, do Incra, do Ibama, Sinasefe, professores da rede estadual, professores de Bayeux e Santa Rita e trabalhadores dos Correios. Ato unificado com a presença da Conlutas, Intersindical, CUT e movimentos sociais do campo e da cidade. Bloqueios da BR-412 e em três pontos da BR-230.

### **RIO GRANDE DO NORTE**

Paralisações: servidores federais (INSS, DRT, DNOCS, Ibama, Incra, Funasa), Polícia Federal, ferroviários, professores da rede estadual e municipal de Natal, agentes comunitários e de endemias, trabalhadores da Universidade Estadual do RN e Hospital Universitário. Ato com a participação de 800 pessoas.

### **CEARÁ**

Paralisações: servidores federais (Ibama, Incra e DNOCS), Sinasefe, professores estaduais e professores municipais de Fortaleza. O MST fez bloqueios na BR-222 e BR-116. Houve uma passeata às 18h da praça da Bandeira até a praça José Alencar.

### **MARANHÃO**

Paralisações: professores e servidores estaduais, funcionários do Ibama, servidores da UFMA, funcionários do Iphan. Banco do Brasil paralisou por 2 horas.

### **RIO DE JANEIRO**

Paralisações: professores da rede estadual do Rio de Janeiro (realizaram ato na porta da prefeitura com 5 mil pessoas), Caxias, Niterói e São Gonçalo; servidores federais (Sintrasef), Colégio Pedro II e servidores da UFF, UFRJ e Rural. Ato unificado com a presença de sete mil pessoas. O MST fechou três rodovias federais no interior do Rio de Janeiro. Os trancamentos aconteceram em Barra do Piraí, Cardoso Moreira (região sul) e Campos dos Goytacazes (norte fluminense).

### **ESPÍRITO SANTO**

150 trabalhadores do MST paralisaram a BR-101 no município de Itapemirim.

### **SÃO PAULO**

Paralisações: professores da rede estadual de São Paulo, Fatec, Sinasefe, servidores federais (Sindsef) INSS, bancários do Banco do Brasil e trabalhadores e estudantes das universidades estaduais. BB paralisou 10 agências e 2 prédios administrativos. Santos: Bloqueio das rodovias Anchieta e Piaçaguera-Guarujá. Campinas: Paralisações: Bosch, Toyota e Honda. Ato unificado no centro com três mil pessoas. Ribeirão Preto: Paralisações: servidores municipais do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de

Ribeirão Preto) atrasaram em 1 hora a entrada do primeiro turno. Militantes do MLST ocuparam a rodovia Atílio Balbo, no km 332, altura do pedágio que liga a cidade de Sertãozinho a Ribeirão Preto. Registro: Paralisação DRT e Ato unificado em frente ao INSS com a presença da Conlutas, CUT e outras entidades.

Vale do Paraíba: Paralisações nos metalúrgicos da GM realizaram uma passeata de dois quilômetros até a entrada da montadora. A produção da empresa atrasou em duas horas na entrada do primeiro turno. Na Bundy, do setor de autopeças, também houve atraso de uma hora na produção. Os trabalhadores da Embraer (Eugênio de Melo) e da Heatcraft desceram dos ônibus e foram a pé às portarias de suas fábricas, num trajeto que demorou 40 minutos. Também houve paralisação na LG Philips, Gerdau, Winnstal, Swissbras e Tecsat. Na Swissbras, a PM agiu com arbitrariedade e violência, apesar da adesão integral dos trabalhadores ao movimento. Bloqueio da Via Dutra, com cerca de mil trabalhadores da ocupação Pinheirinho, por uma hora.

### **MINAS GERAIS**

Paralisações: metroviários, Ibama, Ourobel. Trabalhadores em educação de diversos municípios estão paralisados, com destaque para as cidades de Belo Horizonte, Contagem, Divinópolis e Pirapora. O Hospital Santa Casa de Misericórdia paralisou suas atividades por duas horas. Estudantes e servidores da Universidade de Minas Gerais também pararam. Trabalhadores da FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais) paralisaram. Cefets estão paralisados na capital e no interior. Trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) ocupam a sede do Incra, em Belo Horizonte, desde a noite de ontem. Estudantes secundaristas interditaram a rua Pará de Minas, em BH. Estudantes e servidores técnico-administrativos da Universidade de Federal de Juiz de Fora realizam paralisação e manifestação na reitoria da Universidade. Contagem: Paralisações: trabalhadores em educação e servidores da saúde. Pirapora (região Norte do Estado) Vindos de diversas cidades, trabalhadores em educação, estudantes, metalúrgicos, pescadores e MST realizaram manifestação no centro da cidade, com mais de 500 pessoas. Participação da Articulação Popular contra a transposição do rio São Francisco. Sul de Minas: Estudantes, trabalhadores, metalúrgicos e MST bloquearam a BR-381 (Fernão Dias), no cruzamento da cidade de Três Corações. Participam manifestantes de Itajubá, Campo do Meio, Cambuí e Extrema.

Congonhas: Os mineiros da Cia. Vale do Rio Doce da Mina da CSN paralisaram suas atividades por duas horas, realizando assembléia junto ao Sindicato Metabase. Região do Centro Oeste Mineiro: Mobilizações em Divinópolis, Itaúna e Santo Antônio do Monte. Uma manifestação unificada aconteceu em Divinópolis, com o fechamento da ponte de acesso à cidade. Uma delegação se deslocou para o ato em BH. Uberlândia: Mobilizaram-se professores da rede pública estadual, vigilantes, trabalhadores da construção civil, servidores da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), estudantes e trabalhadores rurais.

### **SANTA CATARINA**

Paralisações: IBGE, Sinasefe, servidores federais (Condsef), INSS e professores da rede estadual. Ocupação da área que limita os estados de SC e RS pelo MAB.

### **RIO GRANDE DO SUL**

Paralisações: servidores municipais de Porto Alegre e servidores da UFRGS. Ato unificado com mais de três mil pessoas no centro de Porto Alegre. Houve enfrentamento com a Brigada Militar.

## ANEXO III



COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS

Praça Padre Manoel da Nóbrega, 36 / 6º andar, Centro - São Paulo (SP)  
Telefone: (11) 3107.7984 - E-mail: conlutas@conlutas.org.br

Faça parte desta história!

# VEM AÍ O 1º CONGRESSO DA CONLUTAS



**A** Conlutas realiza seu 1º Congresso Nacional nos dias 3, 4, 5 e 6 de julho de 2008, em Betim, Minas Gerais. Queremos reunir neste Congresso milhares de delegados que representem sindicatos, oposições sindicais, movimentos populares e sociais do campo e da cidade e a juventude.

Queremos reunir todos aqueles que estão na luta cotidiana em nosso país. Os que lutam contra as reformas neoliberais do governo Lula, como a da Previdência e

a Universitária. Os que lutam pela manutenção dos direitos sindicais e trabalhistas. Os que lutam pela reforma agrária e por moradias populares urbanas. Os que defendem a luta das mulheres, dos negros e negras e do movimento GLBT.

O Congresso pretende debater as nossas mobilizações e a nossa organização cotidiana. Mais do que isso. Também vai discutir a organização independente e autônoma dos trabalhadores diante às bandeiras estratégicas do movimento contra o capitalismo e

pela construção do socialismo. Vamos debater ainda a organização da Conlutas diante desse processo de reorganização dos trabalhadores no Brasil.

**Participe** - Por isso, convidamos os que lutam em cada região a participar dos debates, dos seminários que preparam o 1º Congresso da Conlutas. Todos devem participar das assembleias que vão eleger os delegados pelos sindicatos, oposições sindicais, movimentos populares, sociais e estudantil. ■

O 1º Congresso da Conlutas entrará para a história da reorganização dos trabalhadores brasileiros. FAÇA PARTE DESTA HISTÓRIA!

**Agora é a hora:**

# ORGANIZAR E MOBILIZAR

O 1º Congresso da Conlutas acontece num momento especial no Brasil

Muitos acreditaram no governo Lula. Outros continuam acreditando. Entretanto não há crença que esconda que, enquanto o governo "doa" 30 reais de bolsa escola aos mais miseráveis, os banqueiros e empresários vão lucrando fortunas.

O Congresso da Conlutas acontece quando muitos trabalhadores percebem que é a serviço desta turma endinheirada que o governo vem tentando acabar com a aposentadoria e com os direitos trabalhistas através das suas reformas e das modificações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

É esta cambada de pilantras que ao lado governo estão propondo a transposição do Rio São Francisco. No campo, privilegiam a monocultura e o agronegócio. Nas cidades, lucram com a construção de apartamentos de luxo financiados pelo governo, enquanto inexistem moradias populares.

Eles dizem que os serviços públicos não funcionam por culpa dos servidores. Mentira. Eles desviam para os seus bolsos os recursos da saúde, da educação e demais serviços. E agora querem privatizá-los. Assim como fazem com a Educação, por meio do Reuni.

## Organizar a luta

É preciso explicar à população trabalhadora o que realmente está ocorrendo. Temos que mobilizar nossa classe para lutar contra essa política do governo Lula que só favorece aos mais ricos. Esse governo metido em inúmeros escândalos de corrupção - o mais recente é o do cartão corporativo. Vamos unir as nossas lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, estudantes e de todo o povo oprimido. Depois vamos fechar o semestre realizando um grande Congresso da Conlutas, para que nossa classe esteja melhor preparada e organizada para brigar pelo que é seu.



## Direitos trabalhistas

### QUEREM MEXER NA CLT

Está na pauta de uma comissão do governo o projeto que modifica a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Se aprovadas as mudanças, o governo dará um grande passo para acabar com conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros. Estão na mira do tal grupo direitos que ainda estão mantidos, como férias, décimo terceiro salário e FGTS. Em contrapartida, instrumentos de flexibilização e desregulamentação dos direitos - banco de horas, trabalho temporário, redução salarial - que deveriam ser revogados, serão mantidos.

**É preciso impedir esse ataque!**

## Transposição

### O RIO É DO POVO

A transposição que o governo Lula quer fazer no rio São Francisco atingirá apenas 4% da população do Nordeste. Entre esses 4% estão as grandes empresas do agronegócio e grandes indústrias, voltadas para a exportação, além dos grandes empreiteiros que farão essa obra milionária.

Há alternativas melhores e mais baratas. Tais como as obras do Atlas do Nordeste da Agência Nacional de Águas (ANA), que abasteceriam 1356 municípios, atendendo 34 milhões de pessoas, pela metade do preço da transposição.

**Campanha nacional** - A campanha contra a transposição deve estar presente nas mobilizações nacionais e em cada região, com a criação de comitês em universidades, locais de trabalho e comunidades.



## Serviços públicos

### FUNDAÇÃO É PRIVATIZAÇÃO

O governo Lula, a exemplo de FHC, quer mover a destruição do serviço público Brasil. Campanhas na mídia afirmam que a criação de fundações públicas de direito público vai melhorar o atendimento à população e a qualidade dos serviços. Entretanto isso significa privatização da saúde, educação, ciência e tecnologia, transporte. Com isso, os serviços vão piorar e ficar mais caros.

A população do Rio já está vivendo as consequências dessas fundações na saúde pública diante da vergonhosa epidemia de dengue. Vimos isso também com a privatização das empresas de energia elétrica que provocou o aumento das tarifas.

**Ataque ao funcionalismo** - Com a privatização, os servidores perderão salários, empregos e ainda mais direitos. A defesa dos serviços públicos no Brasil não é uma luta exclusiva do setor. É uma luta de todos nós contra a política neoliberal. A Conlutas e o Sindsprev (RJ) estão organizando uma campanha contra as fundações e a dengue.

# ARRASTAR OS TRABALHADORES



## IZAÇÃO

...C, quer pro-  
...o público no  
...m que a par-  
...direito priva-  
...população e a  
...so significa a  
...ciência e  
...serviços fica-

...endo as con-  
...saúde pública  
...e dengue. Já  
...ação das em-  
...provocou o au-

...Com a  
...ção salários,  
...essa dos servi-  
...exclusiva des-  
...tra a política  
...RJ) estão em  
...dengue.

### Redução de direitos e salários, não

## REDUÇÃO DE JORNADA E MAIS EMPREGOS, SIM

**P**ara continuar garantindo seus imensos lucros, as grandes empresas querem a todo custo reduzir salários e acabar com direitos trabalhistas. Por isso, dizem que redução de salários e de direitos gera empregos. Pura mentira! Infelizmente o governo Lula e centrais sindicais governistas como a CUT e a Força Sindical sabem disso, mas estão ao lado dos grandes empresários nessa política.

**Apoio às lutas** - Em São José dos Campos, a Johnson & Johnson quer rebaixar salários, o que desencadeou uma grande campanha do Sindicato dos Químicos e dos trabalhadores.

A GM quer impor a "troca" da redução de salários e direitos "por" emprego. Os trabalhadores já disseram não e o Sindicato desencadeou uma campanha nacional e internacional em defesa dos direitos e contra o rebaixamento dos salários. Para gerar mais empregos, chegou a hora de exigir redução da jornada sem redução salarial.

### Qualidade de ensino

## DIGA NÃO AO REUNI

**O** Reuni é um decreto que acaba com a qualidade de ensino nas universidades públicas e transfere a produção de conhecimento a pequenos centros de excelência financiados por em-



presas privadas e a serviço das demandas do mercado.

Se implantado, prevê dobrar o número de estudantes por professor nas Universidades Federais. Serão salas de aulas superlotadas sem condições de aulas. E também não prevê que haja mais verbas para a Educação. Ou seja, impossível melhorar o nível do ensino.

Em essência, o Reuni acaba com a Universidade Pública baseada na educação de qualidade.

**Barrar o Reuni** - Estudantes, docentes e profissionais das universidades já entraram na luta em defesa da Universidade Pública com ensino de qualidade. Vamos nos juntar a essa luta!

## MOBILIZAR E ORGANIZAR OS TRABALHADORES

# TODOS AO CONGRESSO DA CONLUTAS

A Conlutas realiza seu 1º Congresso Nacional nos dias 3, 4, 5 e 6 de julho. Uma data que permanecerá na história da entidade e de diversos movimentos no Brasil. A realização desse Congresso é uma vitória do processo de reorganização dos trabalhadores brasileiros.

O 1º Congresso da Conlutas pretende reunir milhares de delegados em Betim, Minas Gerais. Isso garantirá a democracia e a representatividade da nossa luta. A presença de dirigentes de entidades sindicais de todo o país, representantes dos movimentos populares, sociais e do movimento estudantil. A presença de militantes e ativistas de base que lutam de norte a sul para construir uma sociedade mais justa.

■ **Ampla participação** - O 1º Congresso da Conlutas deve nascer na base, no dia a dia, em cada luta dos trabalhadores, dos movimentos sociais e populares, em cada luta dos estudantes. Todas as regionais vão promover seminários, debates, encontros, para discutir os temas pertinentes às lutas dos trabalhadores, à organização da nossa central e às estratégias dos trabalhadores brasileiros contra o capitalismo.

Os delegados ao Congresso serão eleitos em assembleias de base. Por isso, convidamos você a participar das atividades de preparação do Congresso em sua região. Participe das assembleias que elegem os delegados. Discuta as teses.

O 1º Congresso da Conlutas é parte da jornada de lutas dos trabalhadores brasileiros neste primeiro semestre de 2008.

■ **Teses** - As teses para o 1º Congresso da Conlutas estão disponíveis na página da entidade.

■ **Credenciamento** - O credenciamento dos delegados ao 1º Congresso da Conlutas será feito eletronicamente, pela página da Conlutas na internet garantindo a democracia do processo, com a divulgação das informações. Todos os delegados serão eleitos em assembleias. Veja o calendário na página da Conlutas.

### O Congresso será Auto-sustentável

O Congresso da Conlutas não terá patrocínio de governos (federal, estaduais ou municipais), nem de empresas. Será financiado pelas entidades e movimentos. Este é caminho para preservar nossa independência política. Por isso fazemos um chamado a que todos os ativistas participem das campanhas financeiras que estão sendo organizadas nas regiões.

**1º CONGRESSO**  
**Conlutas**  
*"Se muito vale o já feito,  
mais vale o que será."*



**Contra as reformas neoliberais...**

- Unir os que lutam contra o governo Lula e o imperialismo
- Construir a Conlutas pela base com democracia operária
- Defender a independência de classe e o socialismo

**Dias 3, 4, 5 e 6 de julho de 2008**  
**Ginásio Poliesportivo Divino Braga**  
**Betim, Minas Gerais**  
Site: [www.conlutas.org.br](http://www.conlutas.org.br) / e-mail: [conlutas@conlutas.org.br](mailto:conlutas@conlutas.org.br)



MAIS INFORMAÇÕES NO SITE DA

**CONLUTAS**

[www.conlutas.org.br](http://www.conlutas.org.br)

### Encontro Internacional de Trabalhadores Latino-americanos e Caribenhos

Após a realização do 1º Congresso da Conlutas, acontece o Encontro Internacional de Trabalhadores Latino-americanos e Caribenhos. Será em Betim, Minas Gerais, nos dias 7 e 8 de julho. Este será grande um passo em direção à unificação das lutas dos trabalhadores em nosso continente contra o neoliberalismo e o imperialismo norte-americano.

Entre essas lutas estão o saque por meio das dívidas externa e interna, as privatizações, a exploração aplicada pelas transnacionais e grandes empresas nacionais, os contratos de livre comércio entre os países e as reformas neoliberais.

Os organizadores

O Encontro está sendo organizado pela Conlutas (Brasil), COB (Bolívia), Batay

Ouvriye (Haiti) e Tendência Classista e Combativa (corrente do movimento sindical uruguaio). Além dessas, outras entidades já estão se incorporando em sua preparação.

Para mais informações acesse o site [www.elac.org.br](http://www.elac.org.br)

## ANEXO IV

### REGIMENTO DO ENCONTRO LATINO AMERICANO E CARIBENHO

**1 – O primeiro Encontro Latino Americano e Caribenho de Trabalhadores está sendo convocado pelas seguintes entidades:**

- COB – Central Obreira Boliviana. Bolívia
- CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas Brasil
- BATAY OVRIYE – Batalha Operaria Haiti
- TCC – Tendência Classista e Combativa Uruguai.
- CCURA – Corrente Classista Unitária Revolucionaria Autônoma - Venezuela

**2 – O Encontro será realizado nos dias 7/8 de julho de 2008, na cidade de Betim, Minas Gerais, Brasil.**

**3 – O Encontro Latino Americano e Caribenho de Trabalhadores – ELAC – tem por objetivos:**

- a) Debater a conjuntura política latino americana e caribenha, dentro do contexto da conjuntura mundial;
- b) Integrar as entidades de trabalhadores da cidade e do campo, sindicais e populares, que estejam dispostas a lutar contra a exploração e opressão do capitalismo/imperialismo em todos os países da América Latina e Caribe;
- c) Construir uma Coordenação ampla e democrática, com o intuito de orientar, unificar e a impulsionar as lutas dos trabalhadores e da juventude em todos os países da região;
- d) Adotar resoluções de solidariedade ativa entre os trabalhadores que se encontra em luta, assim como nas batalhas vindouras.

**4 – Poderão participar do encontro:**

- As entidades sindicais de trabalhadores urbanos e rurais;
- Movimentos populares da cidade e do campo;
- Organizações da juventude estudantil, universitária e secundaria;
- Movimentos de oposições em entidades constituídas;
- Convidados a critérios dos organizadores

**5 – As inscrições deverão ser feitas on line, no site [www.elac.org.br](http://www.elac.org.br).**

Cada entidade poderá inscrever:

Delegado: somente um delegado por entidade.

Observadores: As entidades poderão também inscrever observadores para participar do Encontro.

As inscrições tanto de delegados como de observadores deverão ser efetuadas até o dia 05 de junho de 2008.

**6 – Para garantir o custeio do encontro, será cobrada de cada participante, uma taxa de contribuição no valor referente de:**

- U\$30 => participantes de países latinos americanos e caribenhos
- U\$100=> participantes residentes no Brasil
- US100 participantes convidados residentes em países fora da América Latina e Caribe

**7 – Do funcionamento:**

Dia 07 de julho de 2008

Abertura

09:00 as 13:00 horas.

14:00 horas

Exposição do manifesto pelas entidades convocantes.

15:00 horas Grupos de trabalho.

Dos grupos participarão os representantes de entidades credenciados, convidados e observadores.

Os grupos discutirão o manifesto e plano de lutas.

19:00 horas – Painel de debates

Exposição e debates de intelectuais convidados, sobre a conjuntura latina americana.

Dia 08 de julho de 2008

08:30 as 10:30 – Grupos de trabalho por ramo de economia ou setor profissional.

Plenária

10:30 as 13:00 – apresentação dos relatórios dos grupos.

14:00 as 16:00 – Debates sobre os relatórios apresentados e plano de lutas.

Plenária final

16:15 - discussão e eleição de uma coordenação latina americana e caribenha.

Moções

Todas as moções deverão ser apresentadas nos grupos de trabalho.

A plenária somente apreciará as moções apresentadas nos grupos.

A comissão formada pelas entidades organizadoras, orientará a condução dos trabalhos do Encontro, tanto nos grupos como nas plenárias, assegurando as condições básicas de infraestrutura e de organização para melhor aproveitamento dos debates.

**São Paulo, verão de 2008.**

## ANEXO V

### **Todos ao Encontro Latino-americanos e Caribenho de Trabalhadores**

Vivemos dias dramáticos em nossa região. Em todos os países, os trabalhadores enfrentam uma dura ofensiva do imperialismo materializada no saque e na exploração levada a cabo pelas transnacionais e as grandes empresas; nos modelos econômicos neoliberais aplicados pelos governos; na presença de bases militares americanas e ocupações militares como no Haiti, etc.

Esta situação tem levado os trabalhadores, da cidade e do campo, e demais setores explorados da sociedade, a lutar com determinação cada vez maior, contra a exploração que estão sendo submetidos. A resistência heróica dos povos da América Latina e Caribe, assim como de outras regiões do planeta, como o Iraque, tem levado a crises e dificuldades para implementação dos projetos imperialistas.

Porém, estas crises não significam a diminuição dos ataques ou uma diminuição da exploração. Pelo contrário, o que vivemos é uma incessante ofensiva do imperialismo dos EUA e da Europa, para aprofundar ainda mais o saque das riquezas e dos recursos naturais de nossos países e da exploração dos trabalhadores, contando para isso com a cumplicidade de nossos governos. Para isso, criminalizam e reprimem violentamente nossas lutas. O resultado é cada vez mais fome e pobreza, acompanhado de mais violência e desesperança por não encontrar um emprego digno em nossos países que, cada vez mais, se assemelham a colônias das transnacionais.

Esta realidade exige uma intensificação de nossas lutas de resistência de maneira a avançar até que passemos à ofensiva e derrotemos o Imperialismo e seus lacaios encastelados nos governos de turno. Para isso, é necessária a unidade dos trabalhadores e dos povos da América Latina e Caribe em um amplo processo de mobilização e de lutas para derrotar os nossos inimigos de sempre.

Neste quadro, há outro obstáculo que temos que enfrentar: é o fato de que muitas das organizações tradicionais dos trabalhadores da região abandonaram a perspectiva da luta de classe e abraçaram o modelo neoliberal colaborando com os inimigos e abandonando os trabalhadores e os povos à sua própria sorte.

Está em nossas mãos, portanto, dar passos concretos no sentido de unir a classe operária e a todos os que queiram lutar, em uma perspectiva clara de independência de classe, contra o imperialismo, a burguesia de cada país e seus governos lacaios. Nós precisamos unir e coordenar nossas lutas e esforços, fazer da luta de cada setor dos trabalhadores, de cada um dos países da região, uma única e forte luta geral de todos os trabalhadores latino-americanos e caribenhos, para expulsar o imperialismo da América-Latina e Caribe, para abolir definitivamente a exploração e a opressão do capitalismo e construir uma sociedade igualitária e socialista.

Para isso, é necessário avançar na construção de uma coordenação institucional, sindical e popular, das lutas dos trabalhadores de toda a região, unindo as forças das organizações sindicais, movimentos sociais e populares, da cidade e do campo.

- Pela nacionalização sem indenização, sob controle dos trabalhadores, dos recursos naturais na América Latina e Caribe (hidrocarbonetos, metais preciosos, ferro, água, biodiversidade e outros).
- Contra as reformas neoliberais;
- Contra as privatizações dos serviços públicos, educação, saúde, previdência social, empresas estatais, etc.
- Não pagamento das dívidas externas e internas;
- Contra os TLCs (tratados de livre-comércio) na América Latina e Caribe;
- Por emprego e salário digno para todos;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais; Abaixo a repressão das lutas e organizações dos trabalhadores;
- Fora as tropas estrangeiras do Haiti;
- Fora o imperialismo da América Latina e Caribe. Por uma verdadeira independência dos povos de nossa região;
- Abaixo todas as formas de exploração e opressão do capitalismo contra os trabalhadores;
- Vivo o internacionalismo proletário!

Esta convocatória está aberta a todas as organizações que queiram se somar a este esforço.

## ANEXO VI

### AOS TRABALHADORES E AOS POVOS DA AMERICA LATINA E CARIBE.

O capitalismo na fase aguda do imperialismo, para aumentar sua taxa de lucros, tem atacado cada vez mais a classe trabalhadora latino-americana e caribenha.

O saque das riquezas naturais para sustentar o crescimento econômico capitalista é brutal e escancarado. Dilapidam nossas riquezas, em detrimento da vida da população. Um solo rico se tornando pobre, juntamente com seu povo. Assistimos a extração desvairada das riquezas, o ataque à biodiversidade, o crescimento do agronegócio, que por onde passa deixa um rastro de miséria e sangue. Expulsa nossa gente do campo, fazendo com que vagueie pelas cidades na amargura do desemprego. As riquezas minerais são privatizadas e entregues às transnacionais. Ocorre a degradação total do meio ambiente, destruição de florestas, rios, mares e ares. O flagelo da fome ameaça a humanidade na criada crise dos alimentos.

No capitalismo o que deveria ser um bem comum, passa a ser bem para poucos.

A mão de obra barata é explorada de forma escandalosa. Além de extremamente desvalorizada, o capital ainda impõe retirada dos parques direitos outrora conquistados. O imperialismo e seus sócios menores, a burguesia nacional, exige, e os governos subservientes aplicam as reformas neoliberais. Praticamente impedem que os trabalhadores possam se aposentar, aumentando o tempo de serviço, através de reformas previdenciárias. A flexibilização das leis trabalhistas, torna o trabalho precário, acaba com a regulamentação da jornada de trabalho. Em vários países o que predomina são contratos por tempo determinado, uma parte grande da classe, vivem do trabalho informal. São formas que utiliza o capitalismo para aumentar a exploração. Na reforma universitária buscam transformar nossa juventude em mão de obra para consumo imediato. Países inteiros são transformados em plataforma de exportação, com um regime de trabalho análogo a escravidão.

Os trabalhadores têm deixado seu suor e sua saúde na linha de produção, devido aos ritmos alucinados de trabalho. São índices alarmantes de operários com seqüelas de doenças profissionais. No campo, não raro assistimos a morte de trabalhadores, muitas vezes estafados nas tarefas extenuantes das lavouras do agronegócio. Outras vezes, em luta por um pedaço de chão onde possa viver e criar seus filhos com dignidade.

Os traços culturais de nossa gente são ultrajados, pois o capital não reconhece nossa diversidade de nacionalidades. Na visão imperialista, somos apenas uma massa uniforme de exploração exponencial.

Os trabalhadores e o povo são explorados e oprimidos como classe. Nesta exploração e opressão, para garantir seus lucros o capitalismo utiliza profundamente a opressão racial, de gênero e de povos originários.

A dívida externa e interna, claramente imoral e impagável, sufoca financeiramente a região, impedindo seu desenvolvimento econômico.

Os governos de turno são cúmplices desta situação, pois são os responsáveis pela aplicação dos planos ditados pelos organismos financeiros internacionais. São representantes locais e diretos do imperialismo, seja norte americano, europeu ou japonês. Alguns que se apresentam como “progressistas” como Lula, só fazem enganar os trabalhadores para melhor servir ao capital. Tiram dos trabalhadores o direito ao emprego, retiram a terra dos camponeses. Diminuem as obrigações do estado para a população pobre, com a privatização do serviço público e a terceirização do funcionalismo, na chamada diminuição do estado, ou estado mínimo. O estado se torna mínimo para os pobres e máximo para os ricos.

A aplicação das chamadas políticas compensatórias, como o “bolsa família” no Brasil, são propostas do Banco Mundial, para conter uma possível explosão social. São migalhas que caem das mesas fartas dos ricos, para eternizar a miséria.

Mas, apesar dos ataques e por causa deles, a aplicação dos planos imperialistas, não tem se dado em um manso lago azul. Nossa gente resiste heroicamente. A classe trabalhadora e o povo encontram as mais diversas formas de enfrentamento. São exemplos de luta os professores de Neuquén e Santa Cruz na Argentina e de Oaxaca no México, os mineiros da Bolívia, Peru e Chile, os operários da construção civil do Brasil e siderúrgicos da Sidor na Venezuela ou os camponeses de Peru e Paraguai e os funcionários públicos do Uruguai, o povo haitiano na resistência contra a ocupação e as grandes manifestações contra o TLC na Costa Rica. Por outro lado, frequentemente as mobilizações são traídas pelas direções constituídas e tradicionais, que a muito abandonaram a luta, não respondem mais aos anseios da classe. São velhas direções burocratizadas, que se encastelaram nas máquinas sindicais, tornando-se ferramentas que já não servem mais, fazem parte do aparato da dominação capitalista. São agentes da patronal no seio da classe trabalhadora. As lutas são atomizadas, sem a necessária unificação; em cada país ou em cada categoria as mobilizações acontecem isoladamente. Porém, são lutas muitas vezes radicalizadas, de muita valentia. Numa demonstração cabal da falta de uma direção conseqüente, que possa unificar as mobilizações. Faz-se premente construir novas ferramentas de luta.

A juventude estudantil, com mobilizações multitudinárias, tem protagonizado memoráveis lutas. São estudantes universitários e secundaristas que ocupam ruas, praças, campus e reitorias exigindo melhorias na qualidade de ensino.

Na tentativa de conter as lutas, os governantes têm atacado brutalmente os trabalhadores e a

juventude. Usam da força policial e de todo o aparato repressivo do estado. Quantas vezes o solo de nossa terra, foi manchado com sangue de nossa gente, através das armas oficiais ou paramilitares. Outras vezes nossos ativistas são levados às barras dos tribunais ou aos cárceres, numa tentativa de criminalizar os movimentos reivindicatórios e de resistência. Procuram desmoralizar, tentando transformar em criminosos aqueles que têm a coragem e a ousadia de lutar em defesa da classe trabalhadora.

Para melhor garantir a exploração das riquezas e da mão de obra barata, o imperialismo está militarizando nosso continente. Em alguns países, com implantação de bases militares americanas. No Haiti, disfarçado com o falso manto democrático da ONU, usam de tropas latinas, aproveitando da própria latinidade para melhor reprimir, escondido na falácia de ajuda humanitária. A intervenção econômica, política e militar das potências imperialista na vida nacional dos países do continente, é tão acintosa, que podemos afirmar que não existe mais soberania nos países da América Latina e Caribe.

Temos a compreensão e o entendimento, que para acabar com a exploração e a miséria que angustia nosso povo, se faz necessário proclamar uma segunda independência continental. Uma independência verdadeira, que liberte a classe trabalhadora do jugo do capital. Que transforme a América Latina e o Caribe em um território livre de opressão e exploração. Que faça de nossa gente, um povo soberano. Rumo construção de uma sociedade igualitária, uma sociedade socialista.

Não existe um caminho intermediário: para romper com o imperialismo é preciso romper com o capitalismo e avançar para o socialismo com a expropriação das multinacionais e a ruptura com o pagamento das dívidas com os banqueiros.

Por tudo isso, o ELAC chama a unidade de todos os lutadores do continente, para resistir aos ataques do capital, seja ele imperialista ou nacional. Chama a integração na luta, das entidades que são protagonistas destes enfrentamentos, na cidade ou no campo. Este encontro inicia a construção de uma coordenação latina americana e caribenha de trabalhadores, que busque a unificação das lutas dos trabalhadores e da juventude deste imenso território. Uma coordenação que seja democrática, classista e combativa, pois somente assim poderá responder as necessidades que o fulgor da luta impõe.

Somos muitas vozes, uma só luta, um só povo.

- Contra as reformas neoliberais;
- Pela nacionalização sem indenização, sob controle dos trabalhadores, dos recursos naturais na América latina e Caribe (hidrocarbonetos, metais preciosos, ferro, água, biodiversidade e outros).
- Contra as privatizações dos serviços públicos, educação, saúde, previdência social, empresas

estatais, etc.

- Pelo não pagamento das dívidas externas e internas;
- Contra os TLC ( tratados de livre comércio) na América Latina e Caribe;
- Por emprego e salário dignos para todos;
- Por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.
- Contra a criminalização dos movimentos sociais; abaixo a repressão das lutas e organizações dos trabalhadores;
- Pela autonomia e liberdade sindical.
- Fora as tropas estrangeiras do Haiti;
- Pela autonomia e liberdade sindical
- Fora o imperialismo da América o. Latina e Caribe;
- Por uma segunda independência, verdadeira e soberana.
- Abaixo todas as formas de exploração e opressão contra os trabalhadores;
- Contra a discriminação dos povos originários.
- Contra a discriminação das mulheres, negros e homossexuais.

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE!

VIVA A UNIDADE DOS POVOS DO CONTINENTE!

## ANEXO VII

### **Semana Antiimperialista**

#### **Conlutas convoca ato em frente a Bolsa de Valores de São Paulo, nesta sexta-feira (17), às 13h**

Em meio à crise financeira que se instalou na economia mundial, banqueiros e governos dos países centrais da economia capitalista fazem conchavos para frear a quebra das instituições bancárias. Bilhões de dólares são injetados na economia para que os capitalistas possam assegurar seus lucros. Quem paga esta conta? Enquanto os banqueiros estavam lucrando protegidos pelo Estado suas fortunas individuais triplicavam, quando a crise se tornou real e a bancarrota se instalou, os trabalhadores estão sendo obrigados a ver os recursos orçamentários serem desviados para salvar os banqueiros. Quer dizer, a apropriação do lucro está loteada entre meia dúzia de magnatas, enquanto que os prejuízos são socializados por todos(as) trabalhadores(as).

O termômetro mais sensível para os especuladores financeiros são as bolsas de valores. No Brasil, a crise provocou a paralisação das transações no mercado de ações pelo menos duas vezes na semana passada. Esta medida é tomada para tentar segurar os prejuízos. Há muito tempo, os anúncios dessa crise já são sentidos nas condições de vida da classe trabalhadora. Entre eles, o aumento de preços dos alimentos da cesta básica e a inflação.

Por sua vez, o governo Lula deu uma demonstração categórica de que a sua preocupação é com os banqueiros e com os especuladores e não com os trabalhadores. Ele acaba de liberar bilhões para dar garantias aos investidores (especuladores) e aos bancos (agiotas), enquanto o funcionalismo do Banco do Brasil e da Caixa Federal, em greve nacional desde o dia 30 de setembro, continuam sem proposta de reajuste de salários ou de PLR.

Neste momento, é importante que os(as) trabalhadores(as) se organizem para denunciar o papel nefasto que os governos vêm desempenhando e a ganância dos banqueiros.

A CONLUTAS está convocando uma ATO EM FRENTE A BOLSA DE VALORES para chamar a atenção de todos (as) a este respeito. Convocamos todos (as) a participar deste movimento que integra a jornada de luta.

**MANIFESTAÇÃO – BOLSA DE VALORES**

**DIA: 17/10/08**

**HORÁRIO: 13H00**

## **12 à 18 de outubro de 2008**

### **À Luta! Já começou a Semana Antiimperialista na América Latina**

- Aumento Geral dos Salários, Contra a Carestia!**
- Redução da Jornada de Trabalho, Sem Banco de Horas!**
- Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais!**
- O Petróleo Tem que ser Nosso. Petrobrás 100% Estatal!**
- Foras as Tropas do Haiti!**
- Todo Apoio a Luta do Povo Boliviano!**

Com essas bandeiras, começa a Semana Antiimperialista na América Latina e no Caribe, de 12 à 18 de outubro. Durante toda a semana vão ocorrer atos, protestos, seminários e outros eventos que reafirmarão os trabalhadores não estão dispostos a arcar com as consequências dessa crise econômica.

Enquanto os trabalhadores organizam os seus protestos, os capitalistas torram mais de 3 trilhões de dólares para tentar “salvar” os banqueiros. Dinheiro que daria para resolver boa parte dos problemas da fome, do desemprego, dos baixos salários, da falta de habitação, da precariedade da saúde e da educação a qual estão submetidos milhões de seres humanos deste planeta.

Frente a essa situação ganha ainda mais força a necessidade de seguirmos avançando na organização de nossa semana de lutas. É importante que nossas bandeiras demonstrem que os trabalhadores da América Latina e do Caribe não estão dispostos a arcar com as consequências dessa crise. Essa crise é dos governos neoliberais, do imperialismo norte-americano e dos banqueiros e grandes empresários. Não é nossa.

#### **Trabalhadores em luta mostram o caminho**

Os bancários estão em GREVE por tempo indeterminado. Os químicos de SJC (SP) iniciaram sua campanha salarial com muita disposição de luta. E, esta quinta-feira (15) poderá ser um grande dia de luta. Os metalúrgicos de Minas Gerais podem paralisar suas atividades, os trabalhadores dos Correios, aprovaram indicativo de greve para esta data, e os petroleiros, em campanha salarial, tem ato nacional marcado para o dia 15.

As mobilizações que estão ocorrendo pelo país servem para mostrar que o caminho para enfrentar a crise é o das lutas, apoiadas nas reivindicações de cada categoria, mas conduzindo-

as a um patamar de unidade, ação e politização que fortaleça a classe trabalhadora diante dessa crise mundial.

### **A programação no Brasil**

**Servidores federais:** Várias atividades estão marcadas. Entre elas, a Marcha da Seguridade Social no dia 14; atividade no Congresso Nacional, no dia 15. No dia 16, a partir das 9h, haverá um ato em frente ao Ministério do Planejamento. Em seguida, um ato unificado pela retirada das tropas brasileiras do Haiti e em apoio à luta do povo boliviano, com início às 12h, em frente ao Itamarati.

**São Paulo (SP):** Reunião entre a Conlutas, Assembléia Popular, Intersindical, MST, Pastoral Operária e outras entidades definiu por várias manifestações pela cidade e um ato unificado no dia 17, em frente à Bolsa de Valores, às 13h.

**São José dos Campos (SP):** Iniciou a jornada com um ato em Caçapava pela retirada brasileiras do Haiti. Foi dessa cidade que partiram as primeiras tropas para o país ocupado. Além disso, estão previstas panfletagens e paralisações nas fábricas metalúrgicas e químicas e um ato unificado. As atividades são organizadas pela Conlutas, MST e Intersindical.

**Minas Gerais –** A Conlutas, o MST, a Intersindical e outras entidades estão organizando a Jornada de Lutas, com atividades durante toda a semana, para concentrar forças em um ato unificado no dia 15, quando os metalúrgicos, em campanha salarial, têm indicativo de greve.

**Rio de Janeiro (RJ) –** Um grande ato em defesa dos serviços públicos e contra a carestia está sendo organizado para o dia 16 pelos servidores públicos, Conlutas, Intersindical, MTL, MST, Movimento de Mulheres, Via Campesina e outros.

**Belém (PA) –** Já está marcado um seminário contra a criminalização dos movimentos sociais para o dia 17. A organização é da Conlutas, Intersindical, MST, CPT, Cáritas SDDH e outros.

**Rio Grande do Norte -** Atividades no período de 14 à 17, organizadas pela Conlutas, MST, Consulta Popular, Assembléia Popular, entidades e oposições sindicais. No dia 14 haverá seminário sobre crise alimentar, criminalização dos movimentos sociais e privatizações. No dia 15, uma passeata e ato unificado no centro da cidade, e no dia 16, um ato em defesa da Soberania Alimentar. Já no dia 17 o ato é contra o desmonte do BB, em alusão ao 200º aniversário do banco.

**Sergipe –** Aproveitarão o dia 15, que tem ato nacional dos petroleiros para unificar com os trabalhadores dos Correios e outras categorias.

**Florianópolis (SC) –** A Conlutas e o Fórum Contra as Privatizações estão organizando uma audiência pública, no dia 16, sobre o piso salarial dos professores. Também haverá a passeata dos “Semterrinhas” e ato unificado no centro da cidade.

**MTST:** Junto com outros movimentos está organizando manifestações contra a alta dos preço dos alimentos, como parte da jornada antiimperialista.

### **A programação nos países**

**Uruguai**

De 13 à 17 – A carta do ELAC será entregue por uma delegação de dirigentes e ativistas sindicais, sociais e políticos nas embaixadas dos países latino-americanos que possuam tropas no Haiti.

Dia 17 – Será entregue nos ministérios um abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas

exigindo a retirada das tropas uruguaias do Haiti. A atividade é organizada por diversas entidades.

**Paraguai**

Dia 14 – A Mesa Coordenadora Sindical está organizando um protesto no Panteón de los Heroes.

**Colômbia**

Dia 07 – Atividade contra a criminalização e a repressão e dos movimentos e a defesa da greve dos trabalhadores da Cana.

**Argentina**

Dia 16 – Protesto da Via Campesina contra a crise de alimentos. Dia 18 - Ato pela retirada imediata das tropas do Haiti. A organização é em conjunto com a CTA Capital, el Serpaj (Serviço de Paz e Justiça) presidido por Pérez Esquivel e pelas Mães da Praça de Maio. Haverá entrega de manifesto ao Ministério de Relações Exteriores, assinado por personalidades e entidades.

**Equador**

Dia 17 – Ato – Vídeo Conferência – “A crise internacional – Semana Antiimperialista” cujos temas abordados são: defesa dos recursos naturais, fora tropas do Haiti e apoio ao povo Boliviano.

## ANEXO VIII



### EM DEFESA DA UNIDADE SINDICAL E POPULAR

Dirigimo-nos aos sindicalistas combativos, aos militantes dos movimentos sociais, à vanguarda socialista nacional e internacional e aos lutadores do povo que, nas fileiras da resistência operária e popular, se opõe ao neoliberalismo, ao imperialismo e ao governo Lula e suas tentativas de pulverizar, cooptar e derrotar o movimento de reorganização dos trabalhadores brasileiros para fazer um alerta.

A última Plenária Nacional da Conlutas aprovou resoluções que, em nossa opinião, sepultaram as possibilidades de que ela possa atuar como o pólo mais progressivo na busca da unidade dos setores combativos socialistas e revolucionários que hoje se encontram fragmentados.

Coube ao PSTU, que detém a “maioria” da Coordenação Nacional da Conlutas, dar a última palavra: Todos os setores internos da Conlutas poderiam apresentar resoluções, mas se eles não tivessem acordo, as propostas seriam encaminhadas ao Congresso e submetidas à votação para que se aferisse o voto majoritário. O que aparentemente pode demonstrar democracia esconde a política da maioria artificial.

A Conlutas foi construída a partir de acordos entre os grupos que a compõem, uma estrutura aberta, transitória, que tem dentro de seus organismos e também com os setores com os quais discute a Unificação vários debates de caráter estratégico: o mais importante deles é o caráter da nova Central que queremos construir, e conseqüentemente, qual a base social real que sustentará esta nova estrutura.

O MTL defende, de forma pioneira, a unidade e a organização do conjunto dos trabalhadores nas condições atuais do MUNDO DO TRABALHO. Entendemos ser importantes os avanços que foram feitos na Conlutas, no sentido de se rumar para esta concepção, no entanto, este debate é um debate em curso, inicial e não podemos nos submeter ao voto de uma maioria artificial em um Congresso que será composto de 26,36% de sindicatos, 0,91% de Federações, Confederações e Sindicatos Nacionais; 24,16% de minorias e oposições; 8,83% de setores populares urbanos; 8,57% de movimentos do campo; 5,97% dos cortes de opressão e 25,19% de estudantes.

Na medida em que há um debate estratégico aberto, com posições distintas representativas na realidade da classe e no processo de reorganização em curso, não legitimaremos o PSTU a estabelecer maioria artificial a partir de um processo de eleição de delegados sem controle, a representação estudantil, por exemplo equivale a 25% da delegação do Congresso da Conlutas.

Somos daqueles que achamos fundamental construir alianças estratégicas e unidade nas lutas com o movimento estudantil e de juventude, compreendemos o papel histórico e conjuntural dos estudantes, é só observar as recentes ocupações de reitorias, que teve como simbólica a vitoriosa luta dos estudantes da UNB, para saber o papel deste setor nas lutas de resistência de nossa classe. Mas essa aliança não está concluída de fato na realidade, no cotidiano da Conlutas e nos nossos calendários de mobilização a presença e engajamento deste setor não referendam este nível de representação ORGÂNICA no Congresso, nem nos Fóruns da Coordenação Nacional da Conlutas em que uma pequena oposição a um Centro Acadêmico pode participar com o mesmo peso de voto de um Sindicato de 500 mil trabalhadores na base e que tenha 100 mil filiados. É UMA DISTORÇÃO PROPOSITAL CUJO OBJETIVO É INFLAR A REPRESENTAÇÃO DE CÍRCULOS PARTIDÁRIOS REDUZINDO A REPRESENTATIVIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL E PARTICULARMENTE DO MUNDO DO TRABALHO, utilizando-se da legitimidade do movimento estudantil.

Mas nós do MTL já conhecíamos esta realidade e estas contradições na base da Conlutas, o que mudou? A DECLARAÇÃO FORMAL DO PSTU DE QUE A ÚNICA FORMA DE SE TRATAR AS DIFERENÇAS É NO BATE CRACHÁS DENTRO DO CONGRESSO, e a reafirmação desta declaração, consolidada na votação da resolução sobre o ELAC (Encontro latino-americano e caribenho), onde a Conlutas se transforma em protagonista e impulsionadora de um “espaço de organização” (nome que deram, temporariamente, como afirma a própria resolução, para substituir na forma, a Coordenadora de Lutas que pretendem construir), enclausurando-se numa articulação orgânica com a ultra-esquerda latino-americana, fechando suas portas à pluralidade de posições internacionais existentes em seu interior e fora dela.

Lembramos que mesmo a CUT, só se incorporou organicamente aos fóruns da social-democracia em seu terceiro Congresso, e condenamos o fato do PSTU querer dar esse curso a Conlutas, a revelia das opiniões internas contrárias, já no seu primeiro Congresso.

Os companheiros responderam a nosso chamado para que não efetivassem esta política, nos acusando de querer calar a Conlutas na sua avaliação sobre os Governos de Hugo Chaves na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador. Não é verdade, defendemos a liberdade e a autonomia da Conlutas em relação ao Estado, aos Governos e aos Partidos, não assinamos embaixo de qualquer medida, de qualquer Governo contra os trabalhadores, seus direitos e suas lutas. Mas opinamos que os processos políticos e eleitorais encabeçados por estes Governos se enfrentam com as oligarquias e com o Imperialismo defendendo na prática os interesses dos trabalhadores latino-americanos. Não colocamos um sinal de igual entre eles e os pró-imperialistas que os atacam. Mas em nenhum fórum propusemos apoio a estes governos, muito pelo contrário, estávamos entre aqueles que corretamente defendiam que a Conlutas por ser um organismo de frente única, não poderia fechar uma única posição sobre estes processos, e correr o mundo dando esta interpretação como se fosse a de toda a Entidade.

Outro ponto fundamental que nos impulsionou a optar pela saída da Conlutas foi o recuo que os companheiros do PSTU fizeram em relação ao processo de reorganização e a unificação orgânica com setores da Intersindical. Apresentaram uma Resolução, onde recuam da dinâmica anterior de dar prioridade a busca dessa unificação, dizendo que estamos vivendo um quadro de refluxo, que a reorganização se daria de forma mais lenta do que o pensado anteriormente, e que por isto a principal tarefa do Congresso para garantir a unificação seria a de Fortalecer e consolidar a Conlutas, apresentando como política, as tarefas de filiar e garantir os repasses financeiros dos sindicatos. A lógica prioritária para tratar o processo de reorganização foi substituída pela política de anexação e a de buscar a disputa fracional na base das correntes que compõem a Intersindical.

Essa crítica que fazemos aos companheiros do PSTU, no entanto, não pode significar também, concordância com a omissão da Intersindical até agora, de responder aos reiterados chamados que foram impulsionados por nós no interior da Conlutas e aprovados unitariamente, no sentido da reorganização de um Fórum Nacional de Lutas e da construção de espaços comuns, onde poderíamos fazer o debate de estratégia e realizar de fato este primeiro ato de unificação, que deverá buscar muitos outros importantes e diferentes setores que não estão nem na Conlutas, nem na Intersindical. Esta omissão e letargia permitiram ao PSTU priorizar a auto-afirmação orgânica de uma Nova Central Sindical, que na prática se contrapõe a Intersindical, desprezando a necessidade da unidade e fusão com ela e com outros setores sindicais de esquerda.

Colocamos ainda que a batalha por estas posições políticas no interior da Conlutas, não foram travadas apenas pelo MTL, como pode ser comprovado pelas assinaturas no Manifesto do Bloco interno da Conlutas, que foi publicizado ao movimento a cerca de um mês atrás, setores políticos como os companheiros do MAS (prestistas), CST, MÊS, FOS, Conspiração Socialista e outros independentes, representados através de sindicatos, oposições, movimentos sociais urbanos, trabalhadores do campo em 16 Estados, expressaram publicamente estas posições. Não foi um debate superestrutural, pelo contrário, elegemos nossos delegados fazendo este debate. Inclusive não apenas o MTL, mas também os companheiros do MÊS e do MAS já declararam sua ruptura com a Conlutas. Respeitamos a postura do restante dos companheiros do bloco em permanecer na Conlutas, mas nos surpreendemos com seu respaldo público a uma “Nota Oficial”, que contradiz em conteúdo muitos argumentos que foram usados por estes mesmos companheiros no Manifesto que assinaram. Mas esta contradição é dos companheiros e eles é que tem de responder aos setores sociais que representam.

O MTL segue apostando na unidade de todos nós, no entanto, opta por fazê-lo a partir de suas próprias trincheiras, o que não quer dizer que priorize a lógica da autoconstrução em detrimento da unidade. Não é verdade que nossa resolução de saída da Conlutas seja intempestiva e desavisada, declaramos em todos os fóruns da Conlutas que apesar de muito importante, não era estratégica e sim o pólo mais avançado para se fazer o debate da reorganização, isto está escrito em nossa tese ao Congresso a disposição de todos, sempre deixamos explícito no interior da Conlutas nossa posição, caso se cristalizasse em uma Central, sem os outros setores, que impusesse votações de maioria sem que fosse concluído o debate de estratégia e as definições de base social nós daríamos a batalha com independência.

Por tudo isto, o MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, vem a público declarar que não se submeterá a este caminho que consideramos sectário e autoproclamatório. Intensificaremos o combate em defesa da unidade orgânica de todos os lutadores do povo

numa nova Central que organize todo o Mundo do Trabalho e que priorize a unidade e as alianças com o povo pobre, independente de onde ele esteja organizado. Queremos construir uma Central Sindical e Popular autônoma, independente, de lutas, democrática, aberta, plural e vocacionada para dialogar com as massas e disputar com a CUT, a Força Sindical e todas as outras centrais traidoras, a direção da Classe Trabalhadora Brasileira. Achamos que nós do MTL, a Conlutas, a Intersindical, setores progressistas da Igreja, o MST e muitos outros setores que organizam lutadores sociais tem a obrigação de encontrar o caminho da unidade para construir esta alternativa para a classe.

Lutar por terra, trabalho e liberdade unificando os socialistas e lutadores sociais na luta sindical e popular segue sendo nosso compromisso.

**MTL**

**10 de junho de 2008**

## ANEXO IX

### Nota da Conlutas sobre o afastamento do MTL

**Fortalecer a conlutas e seguir o esforço para unir todos que lutam!**

**Todos ao 1º congresso nacional da Conlutas!**

O MTL anunciou no início desta semana que sua Coordenação Nacional teria decidido pela saída deste movimento da Conlutas. Ainda conforme a informação passada por seus dirigentes, estão fazendo opção pela construção e fortalecimento do próprio MTL, que seria mais interessante para eles, do que seguir construindo a Conlutas.

O GT de Secretaria da Coordenação Nacional da Conlutas, e as entidades que assinam esta nota vêm junto aos sindicatos e movimentos que fazem parte da nossa organização, fazer algumas considerações e um chamado à base da nossa organização.

1 – Desde o início da construção da Conlutas e, de forma mais intensa depois do Congresso de 2006 que a transformou em uma Central de trabalhadores de caráter sindical e popular, nossa organização tem feito tudo que está ao seu alcance para viabilizar a unidade de todos os setores que estão na luta da classe trabalhadora, para construirmos uma alternativa unitária que seja instrumento para a luta dos trabalhadores, em defesa de seus direitos e interesses, imediatos e históricos.

2 – Este esforço pela unidade e a busca constante de respostas às necessidades concretas da classe trabalhadora e da juventude, é o que possibilitou que a Conlutas se constituísse como principal pólo de aglutinação das forças que estão em luta pela reorganização dos trabalhadores, em curso no país. É isto que dá a ela condições privilegiadas para seguir a luta pela unidade, neste momento em que setores da Intersindical sinalizam a disposição para um debate político que nos permita avançar na superação da fragmentação que ainda prevalece. Em todo este processo o MTL foi parte constitutiva deste esforço.

3 – O 1º Congresso Nacional da nossa organização será, sem dúvida, um momento importante deste processo. Será um momento de fortalecimento da Conlutas, que significará um reforço também, na nossa luta pela unificação de todos os setores combativos em uma mesma organização. Este é um objetivo inseparável da construção da Conlutas. E é neste momento que o MTL anuncia o seu afastamento.

4 – A decisão dos companheiros é inexplicável. Ela foi anunciada um dia após a reunião da Coordenação Nacional da Conlutas, em que esta possibilidade sequer foi mencionada. E aparentemente, foi tomada à revelia do processo de discussão e eleição dos delegados, que houve na base em todo o país, inclusive do MTL. Não temos ainda uma declaração formal dos

companheiros que possa explicar melhor o conteúdo e o significado de seu gesto. Portanto, não possuímos condições de apresentar ou nos posicionar sobre as motivações.

5 - As diferenças existentes acerca da realização do ELAC foram bastante discutidas e, na última reunião da Coordenação Nacional da Conlutas, foram equacionadas. Aprovou-se uma resolução construída em comum acordo com os companheiros. (A resolução vai em anexo a esta nota).<sup>229</sup> Uma resolução que ao mesmo tempo permite o fortalecimento da unidade na luta e a solidariedade internacional dos trabalhadores e mantém a independência política da Conlutas frente aos governos e à burguesia; respeita a diversidade de posições na Conlutas e fora dela, sobre a situação política e os governos de vários países latinoamericanos. Embora tenham contribuído para a elaboração da resolução, votaram contra, fazendo declaração de voto apoiando o avanço que houve no conteúdo da mesma.

6 - As discussões relacionadas às resoluções que o Congresso deverá adotar, acerca de temas como: Correções no Sistema de Direção; Natureza Sindical e Popular; Caráter de Classe da Nossa Luta; Fortalecimento da Conlutas e a Unificação de Todos que estão na Luta, dentre outros, recém se iniciaram e não há posição definida sobre os mesmos. A saída dos companheiros, antes mesmo que esta discussão ocorra, só se justificaria se a sua permanência estivesse condicionada a que a Conlutas assumisse suas posições. Tal situação também seria inaceitável para a Conlutas, pois nossa organização é autônoma em relação aos partidos e às correntes políticas. Sabemos que os militantes de diversos partidos e organizações políticas atuam dentro dos sindicatos, movimentos e da própria Conlutas, o que é legítimo. No entanto, são os trabalhadores e jovens organizados nos sindicatos, movimentos populares, sociais e organizações da juventude, que decidirão os rumos da Conlutas, coletiva e democraticamente, em suas instâncias. Esta é uma condição que se aplica ao conjunto das organizações. Sabemos que há muito a avançar no aprimoramento da Conlutas, sendo este, um desafio permanente de todos. Não nos parece que o MTL tenha compreensão diferente.

7 – É preciso dizer com clareza que o gesto dos companheiros traz prejuízos ao esforço por construirmos uma alternativa unitária para a luta dos trabalhadores no processo de reorganização em curso. É preciso compreender que a ampla maioria dos que protagonizam esse rico processo de reorganização são entidades e ativistas, independentes de partidos e organizações políticas (como, aliás, é a conformação da própria Conlutas), e quanto maior e mais unitário for o pólo aglutinador de tal processo, mais poderoso ele será. Neste momento em que se abre uma situação que pode permitir o avanço na unificação dos que lutam, a saída dos companheiros aponta para uma maior fragmentação e atrapalha e diminui as forças da Conlutas em nossa batalha pela unidade.

8 – É um gesto profundamente equivocado e que, portanto, não contribui nem para a construção da Conlutas, nem para o esforço para a construção da unificação das forças combativas do movimento sindical e popular, reivindicado por todos nós. Esperamos que os companheiros reflitam sobre o gesto que acabam de fazer e possam reverter essa decisão, voltando assim a somar-se na construção da Conlutas e na unificação com os demais setores

---

<sup>229</sup> Nota disponível no anexo X desse trabalho.

que estão na luta. Dessa forma, contribuirão em todo este processo com as opiniões defendidas pelo MTL.

9 – Fazemos, por último, um chamado a todos os sindicatos, oposições sindicais, movimentos populares, sociais e organizações da juventude, que fazem parte da Conlutas e àqueles que têm lutado junto conosco, para levar adiante as lutas dos trabalhadores e jovens no Brasil, e para unir a todos na construção de um mesmo instrumento de luta. Vamos intensificar ainda mais nossos esforços para garantirmos um grande e vitorioso 1º Congresso da Conlutas; e para avançarmos na construção da unidade, que reúna todos que estão na luta em nosso país, em uma mesma organização nacional, instrumento para a luta da nossa classe contra a exploração e a opressão do capitalismo. E também um chamado a todos os delegados e delegadas, eleitos ao 1º Congresso Nacional da Conlutas, a que participem ativamente do Congresso, definindo os próximos passos da luta e da organização dos trabalhadores e jovens.

**São Paulo, 13 de junho de 2008**

GT de Secretaria da Coordenação Nacional da Conlutas

ANDES/SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades Brasileiras

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional

FSDTM/MG – Federação Democrática dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais

Sindicato dos Trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos e região

Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Belém

Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e região / CST

Sindicato dos Servidores Federais no Estado de São Paulo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Minas Gerais

Silvio de Souza – Oposição Alternativa Apeoesp / Conspiração Socialista

Silvana Soares – Oposição Unificada Apeoesp / FOS

Miguel Leme – Oposição Alternativa Apeoesp / SR

## **ANEXO X**

### **RESOLUÇÃO SOBRE O ELAC**

A Coordenação Nacional da Conlutas, reunida em 8 e 9 de junho de 2008, realizou discussão sobre a organização do ELAC e deliberou o seguinte:

1 – Reafirmar a convocatória do ELAC, entendendo como muito importante este esforço para que avancemos na unidade e na solidariedade internacional dos trabalhadores e povos de toda a América Latina. Referendar os encaminhamentos dados até agora pela Conlutas e pelos companheiros que assumiram a tarefa de organização e divulgação do Encontro.

2 – Acerca dos objetivos do Encontro, a Coordenação Nacional reafirma que a Conlutas não propõe que sejam tomadas deliberações acerca da caracterização dos governos da América Latina, mais precisamente os governos da Venezuela, Equador e Bolívia.

No interior da Conlutas existem várias opiniões sobre esta questão. Acreditamos que essa diversidade de opiniões existe também nos movimentos em toda a América Latina. E não consideramos que haja acúmulo para que possa ser tomada uma única posição sobre esse assunto. Isso sem prejuízo do desenvolvimento do debate necessário sobre esse tema que julgamos importante que aconteça.

3 – O que sim acreditamos que o encontro deve fazer é aprovar bandeiras de luta que, respeitando o programa da Conlutas, sejam consensuais entre os participantes. E aprovar também um plano de ação, as atividades concretas que possam ser definidas - também de comum acordo - e que materializem a unidade e a solidariedade internacional dos trabalhadores. Todas as propostas debatidas no ELAC que não tenham sido votadas no Congresso da Conlutas serão discutidas e deliberadas na Coordenação Nacional.

4 - A Coordenação da Conlutas entende que é necessário também que se constitua um “espaço de organização” que possibilite um encaminhamento prático das resoluções do Encontro, e que seja um ponto de apoio para o desenvolvimento da luta em comum e da solidariedade

entre os trabalhadores e povos latino-americanos. O nome que adotará, bem como a forma de constituição deste “espaço de organização” será debatido com mais calma até o ELAC.

A Conlutas entende também que este espaço de organização não deve se constituir como uma entidade ou instituição porque não há amadurecimento ou condições políticas para tanto neste momento.

5 – A participação da Conlutas no “espaço de organização” que se constituirá no ELAC deverá ser feito através de delegação plural definida na Coordenação Nacional da Conlutas.

6- A Coordenação Nacional da Conlutas entende o ELAC como um espaço de construção da unidade e solidariedade onde as várias organizações participantes preservam sua independência e autonomia de acordo com suas instâncias de deliberações internas

7 – A delegação da Conlutas que representará, com direito à palavra, a nossa Organização no ELAC será composta no Congresso da Conlutas respeitando a pluralidade de opiniões existente na nossa organização, sempre a partir da representação das entidades e movimentos.

**São Paulo, 08 e 09 de junho de 2008**

**Coordenação Nacional da Conlutas**

## ANEXO XI



# *CSP-CONLUTAS*

*Central Sindical e Popular*

São Paulo, 13 de outubro de 2016.

À Fasubra

## CONVITE

A CSP-Conlutas tem a honra de convidá-lo para a comemoração de 10 anos de sua fundação desde a Conlutas.

A festa será realizada no dia 22 de outubro de 2016, a partir das 20hs, no Restaurante Varanda Copan localizado na Av. Ipiranga nº 200 - Centro - São Paulo.

Solicitamos confirmar a presença e informar o nome da pessoa que fará a representação pelos telefones (11) 3107-7984 / 99163-7537 ou pelo e-mail [secretaria@cspconlutas.org.br](mailto:secretaria@cspconlutas.org.br)

Contamos com sua presença!

Cordialmente

**Secretaria Executiva Nacional da**

**CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular**

## APÊNDICE

A escrita dessa pesquisa foi realizada entre o segundo semestre de 2014 e o segundo semestre de 2016. Quando iniciei a escrita dessa pesquisa, já contava com bom acúmulo de reflexões desenvolvidas desde o segundo semestre de 2008, quando ainda começava a vasculhar fontes e informações sobre esse tema para a produção da pesquisa da monografia exigida para o curso de graduação. De 2008 ao final de 2010 concretizei as primeiras reflexões que se traduziram no texto da monografia, em que parte dessas reflexões se fazem presentes nesse último trabalho. De 2011 à 2013, realizei algumas leituras relativas a esse tema, bem como a produção de alguns artigos sobre esse e outros temas.

Durante todo esse período, me ocupei de diversas tarefas do movimento sindical, participando de lutas contra os projetos políticos implementados pelos Governos de Dilma Rousseff (PT) que retiraram direitos sociais e aprofundaram a condição de dependência subalterna da política e da economia do país. A maioria dessas lutas nas quais participei, foram protagonizadas pela FASUBRA e o SINTET-UFU. Foram anos agoniantes, por me deparar com as debilidades da classe trabalhadora em se organizar para derrotar as políticas impostas por Governos do PT, de Frente Popular. Uma parcela da classe trabalhadora estava consciente do que significava as políticas do PSDB e não queria o retorno desse setor ao poder, uma outra parcela que constituiu um setor jovem do proletariado brasileiro estava tendo a sua primeira experiência com os Governos do PT, não tendo vivenciado diretamente os dilemas dos difíceis anos dos Governos FHC, tendo por isso uma localização política objetiva e subjetiva que possibilitava maiores condições de realizar os enfrentamentos necessários.

Nessa conjuntura, um setor do movimento sindical na qual eu faço parte sempre criticou a estratégia da conciliação de classes promovida pelos Governos do PT desde 2003. Na luta em defesa dos direitos sociais e em especial da gratuidade e da democratização da Universidade Pública, participei de greves nos anos de 2011, 2012, 2014, 2015 e nesse momento (2016) participo de uma importante greve.

Quase como um raio em céu azul, em 2016 a Presidenta Dilma Rousseff sofre um golpe parlamentar-jurídico-midiático, que contou com o apoio setores da burguesia brasileira que se aliaram aos governos do PT no decorrer de 2002 em diante (no projeto da conciliação de classes, na conciliação entre capital e trabalho) e se beneficiaram durante todo esse período, e por outros setores da burguesia brasileira liderados pelo PSDB que foram

derrotados pela classe trabalhadora nas urnas, nas eleições presidenciais de 2002 até 2014. Esse golpe veio para acelerar de forma violenta os ataques aos direitos da classe trabalhadora e o desmonte do Estado brasileiro com sua constituição federal de 1988 que prevê importantes direitos sociais. A greve na qual eu participo nesse momento, tem como um dos objetivos derrotar politicamente esse golpe.

Assim, fui impedido de me concentrar de forma mais vertiginosa na produção dessa pesquisa acadêmica, podendo assim ampliar o leque de reflexões sobre o tema de pesquisa, em virtude das tarefas que assumi no movimento sindical (SINTET-UFU e FASUBRA), e em especial nas greves de 2014, 2015 e 2016 que ocorre nesse momento. Tinha um projeto de escrever um tópico sobre o CONCLAT e sobre a caracterização dos Governos de Lula, mas fui alegremente “impedido” por esses compromissos relativos a minha participação nas lutas e greves junto as demais trabalhadoras e trabalhadores. Afinal, é mais útil e mais agradável fazer parte da construção ativa do movimento sindical do que escrever sobre ele.

No momento em que escrevo essa nota, me deparo com a notícia do falecimento de Fidel Castro Ruz (faleceu na noite do dia 25/11/16), um dos principais líderes e dirigentes da Revolução Cubana. É uma notícia triste para quem luta e acredita na Revolução, na necessária transformação social nesse tenebroso tempo que vivemos. Sem dúvida nenhuma, o processo revolucionário cubano apresentou limites e equívocos políticos que os futuros processos revolucionários não devem cometer novamente, mas simbolizou para todas e todos o sonho de justiça e liberdade, que é possível enfrentar e vencer o imperialismo. Isso não é pouca coisa. Registro aqui o pesar pelo falecimento de Fidel e toda a solidariedade ao povo cubano.

Por fim, coloco as reflexões desse trabalho para a importante e legítima crítica das trabalhadoras e dos trabalhadores que participam e constroem o movimento sindical e popular no Brasil. Se esse trabalho for alvo de leituras e críticas por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores visando a superação do que nele está escrito e a busca de sínteses que contribuam para o avanço do processo de reorganização e mobilização da classe trabalhadora no Brasil, na construção de um movimento classista, autônomo, democrático que supere a idílica ideia da conciliação de classes, da conciliação entre capital e trabalho; terá valido a pena. O ideal é que isso ocorra, em detrimento das críticas roedoras do mundo científico “produtivista” capturado pela lógica do capital em pleno processo de contrarrevolução burguesa.

O autor.

Uberlândia, 26 de novembro de 2016.